

PAISAGEM AMBIENTE

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

40



Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Marco Antonio Zago

Vice-Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Diretora: Profa. Dra. Maria Angela Faggin Pereira Leite

Vice-Diretor: Prof. Dr. Ricardo Marques de Azevedo

Paisagem e Ambiente: ensaios

ISSN 0104-6098

N. 40 / 2017

Publicação semestral da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), vinculada aos laboratórios Quadro do Paisagismo no Brasil (Quapá), Paisagem, Arte e Cultura (LabParc), ao Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente (GDPA) do Departamento de Projeto e à Área de Concentração Paisagem e Ambiente do Curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP.

Editores / Editors

Silvio Soares Macedo, Universidade de São Paulo, Brasil

Fábio Mariz Gonçalves, Universidade de São Paulo, Brasil

Editora Assistente / Assistant Editor

Andréia Maria Bezerra de Araújo, Universidade de São Paulo, Brasil

Bibliotecária Científica / Science Librarian

Paola De Marco Lopes dos Santos, Universidade de São Paulo, Brasil

Comissão Editorial / Editorial Board

Arthur Simões Caetano Cabral, Universidade de São Paulo, Brasil

Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima, Universidade de São Paulo, Brasil

Elaine Moraes Albuquerque, Universidade de São Paulo, Brasil

Hulda Wehmann, Universidade de São Paulo, Brasil

Paula Hori, Universidade de São Paulo, Brasil

Tatiana Francischini Brandão dos Reis, Universidade de São Paulo, Brasil

Comissão Científica / Scientific Consultants Board

Aline de Figueiroa Silva, Universidade Federal da Bahia, Brasil

Alina Gonçalves Santiago, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Ana Rita Sá Carneiro, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Ana Cecília de Arruda Campos, Quapá, Brasil

Andréia Maria Bezerra de Araújo, Universidade de São Paulo, Brasil

Angelo Serpa, Universidade Federal da Bahia, Brasil

Arthur Simões Caetano Cabral, Universidade de São Paulo, Brasil

Camila Gomes Sant'Anna, Universidade de Federal de Goiás, Brasil

Carlos Eduardo Verzola Vaz, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima, Universidade de São Paulo, Brasil

Eduardo Barra, Universidade Veiga de Almeida, Portugal

Elaine Moraes Albuquerque, Universidade de São Paulo, Brasil

Eneida Mendonça, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Eugenio Fernandes Queiroga, Universidade de São Paulo, Brasil

Fábio Robba, Universidade Nove de Julho, Brasil

Fábio Mariz Gonçalves, Universidade de São Paulo, Brasil

Fany Galender, Quapá, Brasil

Francine Gramacho Sakata, Quapá, Brasil

Glauco Coccozza, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Gutenberg Weingartner, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Brasil

Heitor de Andrade Silva, Universidade Federal de Campina Grande, Brasil

Helena Napoleon Degreas, FIAMFAAM Centro Universitário, Brasil

Henrique Pessoa Pereira Alves, Politecnico di Milano, Itália

Hulda Wehmann, Universidade de São Paulo, Brasil

Joana Carla Soares Gonçalves, Universidade de São Paulo, Brasil

Jonathas Magalhães Pereira da Silva, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil

Leonardo Loyolla Coelho, Universidade de São Paulo, Brasil

Lucimara Albieri de Oliveira, Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Maria Angela Faggin Pereira Leite, Universidade de São Paulo, Brasil

Maria de Assunção Ribeiro Franco, Universidade de São Paulo, Brasil

Marieta Cardoso Maciel, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Miranda M. E. Martinelli Magnoli, Universidade de São Paulo, Brasil
(in memoriam)

Mônica Bahia Schlee, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Brasil

Paula Shinzato, Universidade de São Paulo, Brasil

Paulo Pellegrino, Universidade de São Paulo, Brasil

Pedro Tarcio Pereira Mergulhão, Universidade Federal do Amapá, Brasil

Rogério Akamine, Universidade Nove de Julho, Brasil

Rogério Goldfeld Cardeman, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Rui Florentino, Escola Superior Gallaecia, Portugal

Sonia Afonso, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Sonia Berjman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Stael de Alvarenga Pereira Costa, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Tatiana Francischini Brandão dos Reis, Universidade de São Paulo, Brasil

Vanderli Custódio, IEB-USP, Brasil

Vera Regina Tângari, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Vicente del Rio, California Polytechnic State University, EUA

Vitor Oliveira, Universidade do Porto, Portugal

Vladimir Bartalini, Universidade de São Paulo, Brasil

Wilson Ribeiro dos Santos Junior, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil

Wilton Medeiros, Universidade Estadual de Goiás, Brasil

e-mail: revistasfau@usp.br

Tel.: (11) 3091-4544

Periódico indexado na base Índice de Arquitetura Brasileira / Qualis B3



CREDENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO DO
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP
COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

OBJETIVO

Paisagem e Ambiente: ensaios. Periódico acadêmico dedicado à divulgação de pesquisas, projetos e estudos sobre Paisagismo nos seus diversos campos de atuação: do projeto aos planos de áreas livres, dos estudos históricos às experiências de ensino, das pesquisas acadêmicas de diversos portes aos resultados de eventos científicos, trabalhos teóricos e resenhas de livros.

Possui como focos especiais os espaços livres urbanos, a questão ambiental, o ensino e o projeto de Paisagismo, os desenhos da paisagem e da forma urbana, os fundamentos teóricos e a pesquisa em Paisagismo.

Publicação semestral da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), vinculada aos laboratórios Quadro do Paisagismo no Brasil (Quapá), Paisagem, Arte e Cultura (LabParc), ao Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente (GDPA) do Departamento de Projeto e à Área de Concentração Paisagem e Ambiente do curso de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP.

SUBJECT

Paisagem e Ambiente: *ensaios. Academic journal dedicated to the dissemination of researches, projects and studies on landscape architecture and its several fields of activity, from garden design to open spaces planning, from studies on the history of landscape design to teaching experiences, from academic researches of all sizes to results of scientific events, from theoretical works to book reviews.*

It focuses on the environmental issue, urban open spaces, teaching and landscape design projects, the design of landscape and that of the urban form, theoretical foundations, and research on landscape design.

Biannual publication by FAUUSP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo) linked to Quapá (Quadro do Paisagismo no Brasil) laboratory, LabParc (Paisagem, Arte e Cultura) laboratory, GDPA (Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente) of the Project Department, and the Landscape and Environment course in the Architecture and Urban Design graduate program at FAUUSP.

2017

712

Paisagem e ambiente: ensaios / Universidade de São Paulo, Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo. – n.1 (1986) – São Paulo: FAU, 1986–

Semestral

n. 40 (2017)

ISSN 0104-6098 (Impresso) • ISSN 2359-5361 (Eletrônica)

1. Arquitetura Paisagística 2. Planejamento Ambiental. I. Universidade
de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. II. Título

Serviço de Biblioteca e Informação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

Linha Editorial

Publicação semestral da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), vinculada aos laboratórios Quadro do Paisagismo no Brasil (Quapá), Paisagem, Arte e Cultura (LabParc), ao Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente (GDPA) do Departamento de Projeto e à Área de Concentração Paisagem e Ambiente do Curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP.

Projeto Gráfico

Sóstenes Costa

Capa

Francine Gramacho Sakata

Margem do rio Negro

Foto: Fábio Mariz Gonçalves, jul. 2010.

Diagramação

Sóstenes Costa

Revisão de Texto

Valéria Diniz (Português)

dinizvaleria70@gmail.com

Larissa Loyolla (Inglês)

laloyolla@gmail.com

Tiragem: 500 exemplares

Publicação

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente / Departamento de Projeto

Rua do Lago, 876, Cidade Universitária

05508-080 São Paulo SP Brasil

Fone: (11) 3091-4544 e-mail: paisagismo@usp.br

Projeto Gráfico, diagramação e impressão

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Seção Técnica de Produção Editorial

Rua do Lago, 876, Cidade Universitária

05508-080 São Paulo SP Brasil

Fone: (11) 3091-4528 e-mail: lpgfau@usp.br

Distribuição

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Fundação para a Pesquisa Ambiental – Fupam

Rua do Lago, 876, Cidade Universitária

05508-080 São Paulo SP Brasil

Periódico indexado na base Índice de Arquitetura Brasileira / Qualis B3



CRENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO:
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP
COMISSÃO DE CRENCIAMENTO

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	5
----------------	---

PAISAGEM URBANA

REDES SOCIAIS E PAISAGEM DA DESTINAÇÃO TURÍSTICA: FOTOGRAFIAS ONLINE NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA CIDADE	9
--	---

SOCIAL MEDIA AND LANDSCAPE FOR TOURIST DESTINATIONS: ONLINE PHOTOGRAPHY IN THE CREATION OF CITY IMAGE

Luciana Noronha Pereira, Alina Gonçalves Santiago

ESPAÇO LIVRE

CAMINHABILIDADE, PAISAGEM E AMBIÊNCIA NO CENTRO HISTÓRICO DE GOIÁS (GO) ..	35
<i>WALKABILITY, LANDSCAPE AND URBAN DESIGN IN THE HISTORIC CENTER OF GOIÁS (GO)</i>	

Carina Folena Cardoso, Thalita Pereira Fonseca, Pedro Henrique Gonçalves

ESPAÇOS LIVRES PRIVADOS NAS PEQUENAS CIDADES	59
--	----

PRIVATE OPEN SPACES IN SMALL TOWNS

Cláudia Maté, Alina Gonçalves Santiago

FUNDAMENTOS

CONSTRUINDO PARA A (BIO)DIVERSIDADE: O PLANEJAMENTO ECOLÓGICO DA PAISAGEM URBANA	89
--	----

BUILDING TOWARDS (BIO)DIVERSITY: URBAN LANDSCAPE ENVIRONMENTAL PLANNING

Juliana Maria de Souza Freitas

HISTÓRIA

JARDINS DO OCIDENTE E DO ORIENTE: ORDENAMENTO OU RECRIAÇÃO DA PAISAGEM	107
---	-----

WESTERN AND EASTERN GARDENS: LANDSCAPE PLANNING OR RECREATION

Cintia Maria Afonso

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO DE ARQUITETURA PAISAGÍSTICA NO RIO DE JANEIRO	133
--	-----

LANDSCAPE ARCHITECTURE EDUCATION INSTITUTIONALIZATION IN RIO DE JANEIRO

Alda de Azevedo Ferreira, Fernando Pedro de Carvalho Ono, Cláudia Carvalho Leme Nóbrega

MEIO AMBIENTE

ANÁLISE DA PERCEÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORES DE ÁREA DE VÁRZEA URBANA DE UMA PEQUENA CIDADE DO ESTUÁRIO DO RIO AMAZONAS	151
---	-----

*ENVIRONMENTAL PERCEPTION ANALYSIS OF THE RESIDENTS LIVING IN THE
URBAN FLOODPLAIN AREA OF A SMALL TOWN IN THE AMAZON RIVER ESTUARY*

Ivan Gomes Oliveira, Sandra Maria Fonseca da Costa

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO	169
------------------------------	-----

EDITORIAL

Em 2017, tivemos grandes perdas para o paisagismo brasileiro, com o falecimento do paisagista Haruyoshi Ono, que foi sócio de Roberto Burle Marx por mais de 25 anos, e da professora Miranda Magnoli.

Excelente arquiteto paisagista, Haruyoshi Ono foi sócio de Burle Marx desde sua formatura em 1968, assumindo o escritório quando o mestre faleceu em 1994. Ele soube dar continuidade aos trabalhos do escritório, desenvolvendo elegantes projetos de paisagismo, baseando-se sempre nos fundamentos dos projetos criados por Burle Marx.

Miranda Magnoli, a partir de 1975 estruturou as disciplinas de paisagismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), articulando o campo do paisagismo com o urbanismo, estabelecendo as bases conceituais do ensino e da pesquisa do paisagismo no Brasil. Contribuiu de modo fundamental na formação de paisagistas e professores, escrevendo textos seminais para o campo disciplinar, por exemplo, sobre o Espaço Livre de Edificação, que seria o objeto de referência do trabalho do paisagista (vide o artigo *Espaço Livre – objeto de trabalho*, publicado na edição 21 da Paisagem e Ambiente – Edição Especial Miranda Magnoli).

Este número da revista traz uma série de artigos que enfocam o espaço livre e a paisagem urbana brasileira em suas diversas escalas de abordagem. Tais espaços, como a cidade, estão em constante processo de transformação, não só na sua forma e no seu tratamento, mas também no modo como são interpretados e avaliados pela população.

A realidade urbana brasileira atual difere radicalmente da realidade do século XX, merecendo estudos que colaborem no seu entendimento e na tomada de decisões relacionadas aos projetos paisagísticos.

Falar sobre paisagem depreende entender o que é paisagem. Há várias concepções a respeito e cada autor tem a sua própria versão. Eu adoto o conceito de que paisagem é o resultado concreto dos processos de transformação social e ambiental em um determinado território.

Os artigos desta edição podem ajudar o leitor a entender um pouco mais sobre o país, a sua paisagem e algumas das suas questões. Foram escritos por pesquisadores importantes e são o resultado de pesquisas sérias, providas de várias regiões do país.

Na seção Paisagem Urbana, *Redes sociais e paisagem da destinação turística: fotografias online na construção da imagem da cidade*, de Luciana Noronha Pereira e Alina Gonçalves Santiago, busca identificar os marcos referenciais da paisagem

urbana de Balneário Camboriú (SC) e sua utilização pela indústria do turismo, e traz reflexões novas ao avaliar os modos como as imagens são capturadas e compartilhadas nas redes sociais.

O artigo de Carina Folena Cardoso, Thalita Pereira Fonseca e Pedro Henrique Gonçalves – *Caminhabilidade, paisagem e ambiência no centro histórico de Goiás (GO)* – abre a seção Espaço Livre, trazendo uma análise das possibilidades de circulação do pedestre em um centro histórico colonial, a cidade de Goiás Velho. Na mesma seção, Cláudia Maté e Alina Santiago, em *Espaços Livres Privados nas pequenas cidades*, fazem uma caracterização preliminar do sistema de espaços livres da cidade de Pinhalzinho (SC), espaços típicos desse tipo de cidade do Brasil.

Na seção Fundamentos, *Construindo para a (bio)diversidade: o planejamento ecológico da paisagem urbana*, de Juliana Maria de Souza Freitas, retoma o tema ‘ecologia da paisagem’, mostrando sua importância para o entendimento da paisagem de um território.

Dois artigos compõem a seção História: *Jardins do Ocidente e do Oriente: ordenamento ou recriação da paisagem* e *A institucionalização do ensino de arquitetura paisagística no Rio de Janeiro*. O primeiro, escrito por Cintia Maria Afonso, volta-se às origens da história do paisagismo, contendo como referência exemplos clássicos europeus, em especial, parques de palácios. O segundo, de Alda de Azevedo Ferreira, Fernando Pedro de Carvalho Ono e Cláudia Carvalho Leme Nóbrega, mostra o peso da inserção da disciplina Paisagismo no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como evoluiu e cresceu nos últimos anos.

A seção Meio Ambiente finaliza esta edição com o artigo *Análise da percepção ambiental dos moradores de área de várzea urbana de uma pequena cidade do estuário do rio Amazonas*, de Ivan Gomes Oliveira e Sandra Maria Fonseca da Costa, que traz notas sobre a percepção e interação da população em área de várzea amazônica, mostrando seus conflitos e contradições.

Convidamos a todos que se interessam por Paisagismo a enviarem seus textos, que podem ser submetidos em qualquer época do ano.

Silvio Soares Macedo
Fábio Mariz Gonçalves
Editores



Atividades físicas na praia, como lazer e qualidade de vida, tendo a cidade como plano de fundo.

Fonte: Scup, 2014.

PAISAGEM URBANA

REDES SOCIAIS E PAISAGEM DA DESTINAÇÃO TURÍSTICA: FOTOGRAFIAS ONLINE NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA CIDADE

*SOCIAL MEDIA AND LANDSCAPE FOR TOURIST DESTINATIONS:
ONLINE PHOTOGRAPHY IN THE CREATION OF CITY IMAGE*

Luciana Noronha Pereira*

Alina Gonçalves Santiago**

RESUMO

A atividade turística tem as paisagens entre seus principais atrativos. Registros fotográficos, como fragmentos da realidade, são produtos de um olhar a aspectos da paisagem e mediadores do seu processo de significação. Novas formas de registrar e compartilhar a experiência turística – em fotografias digitais produzidas e compartilhadas online – têm implicado na ampliação de seu efeito e possibilitado novos tipos de apropriação, interação e criação do espaço. Este estudo pretende investigar possíveis influências das fotografias online na imagem de destinos turísticos a partir de Balneário Camboriú (SC). A metodologia inclui uma etapa quantitativa – quantidade e localização das fotos – e uma etapa qualitativa – análise de conteúdo das fotos e os comentários a elas. A concentração de fotografias online em áreas de orla e a presença predominante de elementos naturais como argumentos centrais, associados a emoções positivas, destacam-se entre os resultados.

Palavras-chave: Redes sociais. Paisagem urbana. Fotos online. Destinações turísticas.

ABSTRACT

Landscape is among the main appeals of tourist attractions. Photography, just like fragments of reality, is the product of the attention given to landscape aspects, and mediates the significance process. New ways of documenting and sharing travel experiences—through digital photography produced and shared online—have resulted in the expansion of its effect, enabling new forms of appropriation, interaction and space creation. This study aims at investigating possible influences caused by tourist destinations online photography of Balneário Camboriú (SC). Methodology includes quantification—amounts of photos, and locations where they were taken—, and qualification—content analysis and comments on the photos. Among the results, emphasis of online photography falls on fringe areas, and the predominance of natural elements as main subjects, associated with positive emotions.

Keywords: Social Media. Urban Landscape. Online Photos. Tourist Attractions.

* Universidade do Vale do Itajaí.
Quinta Avenida, s/n, Municípios, CEP 88330-000, Balneário Camboriú, SC, Brasil.
CV: <http://lattes.cnpq.br/1204291649938217>
lunope@gmail.com

** Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósARQ).
Campus Reitor João David Ferreira Lima, Caixa Postal 476, CEP 88040-900, Trindade, Florianópolis, SC,
BR.
CV: <http://lattes.cnpq.br/5182318318276740>
alinagsantiago@hotmail.com

1 PAISAGEM, DESTINAÇÕES TURÍSTICAS E NOVAS TECNOLOGIAS

O desenvolvimento da atividade turística está inextricavelmente vinculado a uma base geográfica a partir da qual é implantado e na qual opera. A paisagem, enquanto produto da sobreposição e das permanências ao longo do tempo (SANTOS, 1992), por diversas vezes constitui o principal argumento da atratividade da destinação turística (OLIVEIRA; FERNANDES; STACH, 2007), seja este de maior ou menor destaque, tal como os elementos publicitários, que, conforme afirmam Casarin e Santiago (2013), podem determinar alterações em sua percepção.

Os cenários urbanos proporcionados pela paisagem possuem relações inegociáveis com a atividade turística e com os significados e sentidos a eles atribuídos (URRY, 1999). Esse conjunto é capaz de gerar determinadas expectativas e atrair públicos específicos, embora possa haver conflitos entre as preferências de residentes e turistas ou de diferentes grupos de turistas (CONCU; ATZENI, 2012).

A imagem projetada da destinação, enquanto lugar e características desejados, é construída a partir da mídia, incluindo elementos como cartões-postais, fotografias, notícias, textos, nos quais a fotografia ocupa lugar central. Ao mesmo tempo, as fotografias produzidas por usuários, turistas ou residentes fazem parte de uma narrativa da experiência espacial turística (LARSEN, 2005; LO, MCKERCHER; CHEUNG, 2011) e constituem linguagens que denunciam a forma de olhar, a valoração e a ênfase a determinados elementos (TACCA, 2005).

A produção e a interpretação fotográficas são compreendidas enquanto processos permeados pela cultura, capazes de permitir o estabelecimento de relações entre os usuários e suas vivências no processo de significação dos lugares (COSTA; BENITES, 2009). Por outro lado, as novas formas de registrar e compartilhar a experiência turística e os elementos constituintes da paisagem através de fotografias produzidas e compartilhadas online têm implicado na ampliação de sua audiência e efeito (LO; MCKERCHER; CHEUNG, 2011), possibilitando novas formas de apropriação, interação e criação do espaço (LEMOS, 2010).

A generalização da produção e da divulgação de fotografias foi possibilitada pela popularização de novas tecnologias, ampliando o acesso e a produção de informação por público não especializado e não vinculado ao mercado turístico, ou seja, ideologicamente descomprometido com o *trade*, através de mídias pós-massivas (LEMOS, 2010), tendo seus efeitos multiplicados pela audiência de uma rede geograficamente dispersa de estranhos (LO; MCKERCHER; CHEUNG, 2011). Também tem possibilitado a criação da memória visual dos lugares, mesmo antes de conhecê-los, e reflexões mais amplas sobre o espaço social (MULLINS, 2014).

Assim, as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) permitem novas fontes de informação, independentes sobre os destinos, e tendem a mediar a experiência de viagem, interferindo nas escolhas de o que fazer e conhecer na destinação turística.

2 DIMENSÃO TURÍSTICA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO E NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS)

O espaço geográfico é reflexo e condicionante das diversas relações sociais (SANTOS, 1992), campo para manifestações e conflitos sociais coexistentes, incluindo o desenvolvimento da atividade turística. A atividade turística definida por Beni (1999, p. 8) como “[...] aspectos característicos do local e seus respectivos diferenciais turísticos, e todas as atividades desenvolvidas em função deles” tem na paisagem seu principal componente (OLIVEIRA; FERNANDES; STACH, 2007).

Para Leite (2006, p. 82), a paisagem pode ser entendida como um conjunto de elementos visíveis, de certa durabilidade e estabilidade temporal “[...] e pela trama parcialmente invisível da estrutura social”. O autor considera seu caráter dinâmico, já que ao mesmo tempo em que a paisagem pode definir modificações ou limitações às estruturas sociais, estas podem, a partir de suas alterações e novas necessidades, surgidas em decorrência, sugerir “[...] novas formas e redefinem [redefinir] os valores da paisagem visível” (LEITE, 2006, p. 82).

A implantação da atividade turística enquanto parte da estrutura socioeconômica de diversas localidades tem contribuído de modo decisivo para a alteração das dinâmicas locais. De outro lado, sua inserção no contexto da sociedade capitalista e do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996) confere à atividade alcance mundial, mesmo quando em localidades tidas como remotas ou com menores vantagens locais, dada sua posição geográfica, especialmente quando da utilização das novas TICs.

Nesse contexto, Duarte e Firmino (2009) fundamentam e contextualizam os conceitos de espaço aumentado e cidade infiltrada enquanto fenômenos urbanos contemporâneos. O primeiro é impulsionado pelo crescimento da utilização e presença cada vez mais permanente e imperceptível de TICs em diversos sistemas e estruturas da vida urbana. Já ao segundo conceito, cidade infiltrada, são associadas a invisibilidade e onipresença das TICs que ampliam o poder de comunicação e alteram as formas de interação, acontecendo em todos os lugares, a qualquer momento, independentemente do nosso conhecimento.

Lemos (2010) afirma ainda que as mídias pós-massivas são capazes de reconfigurar os espaços urbanos, tornando as cidades mais complexas, gerando novas territorialidades, marcadas notadamente por seu caráter híbrido. Ao mesmo tempo, Marchi (2014) enfatiza a importância das mídias locais no registro das experiências urbanas e dos celulares como produtores de novas linguagens.

3 PAISAGEM E SEUS SIGNIFICADOS ATRAVÉS DOS SITES DE REDES SOCIAIS

A paisagem é definida, estruturada e explicada pela morfologia urbana, e esta, como o estudo das formas que compõem a cidade, considerando os fenômenos que lhes deram

origem (LAMAS, 2004). Assim, a significação das formas constituintes e organizadoras da paisagem se relaciona diretamente à vivência e às experiências no espaço.

Seu caráter dinâmico é ainda evidenciado através do papel humano na definição da paisagem (VERDUM, 2012), tanto na construção e alteração dos seus elementos físicos quanto na sua construção, percepção e significação – ideia com a qual Correa e Rosendahl concordam, caracterizando a paisagem enquanto unidade bilateral que não existe sem o sujeito humano, com o qual forma um conjunto integrado que “se autoproduz e se autorreproduz” (CORREA; ROSENDAHL, 1998, p. 10). Para Capra (2002, p. 86), a dimensão do significado constitui “[...] uma expressão sintética do mundo interior da consciência reflexiva”, e é originada a partir dos contextos social e cultural, da autoconsciência e da linguagem. Essa dimensão – essencial e inerente aos fenômenos sociais – e as dimensões de forma, matéria e processo – presentes em todos os sistemas vivos – implicam na compreensão de que o sentido de determinado fato, elemento ou coisa não se encerra em si, mas que a partir dele é associada uma multiplicidade de atributos e adjetivos que permitirão sua interpretação.

Entendendo a paisagem como construção social, torna-se determinante reconhecer sua dimensão simbólica. Compreendendo o interesse da atividade turística em determinados aspectos da paisagem – “o olhar do turista é construído através de signos, e o turismo abrange uma coleção de signos” (URRY, 1999, p. 18) – bem como destas características como um produto a ser comercializado, faz-se necessário verificar se as imagens e expectativas desse consumidor são capazes de serem satisfeitas ou não por determinado lugar. Oliveira, Fernandes e Stach (2007, p. 92) afirmaram: “[...] a paisagem urbana [...] possui símbolos que podem e devem ser interpretados pelo turista, de forma que este possa descobrir a cidade, sua história, seus costumes, seu modo de vida, enfim, sua cultura”.

Se, por um lado, os processos de construção do significado de uma paisagem podem ser definidos pelas relações sensoriais diretas entre usuário e ambiente e pela acumulação de experiências espaciais nas quais a presença corporal em determinado espaço media as conexões de ideias, por outro, ideias veiculadas por diferentes mídias, de massa ou pós-massivas – como postais, fotografias, notícias, relatos de amigos – também são capazes de interferir e possibilitar o processo de significação mesmo sem contato direto com tal ambiente ou paisagem.

A crescente utilização de novas TICs para a busca de informações e como recurso de apoio ao processo de tomada de decisão de compra ou escolha do destino turístico tem atuado também na criação de determinadas imagens e expectativas acerca das localidades (XIANG; GRETZEL, 2010).

A busca dessas informações através das redes sociais lança novas perspectivas de interação quando permite que as informações também sejam veiculadas pelo usuário, ou seja, além das informações produzidas e divulgadas apenas pelos executivos de marketing das destinações, incluindo a perspectiva de sua construção a partir da experiência do usuário (XIANG; GRETZEL, 2010), em consonância com as afirmações de Lemos (2010) acerca das mídias de caráter pós-massivo.

Reed e Johnson (2014) agregam também as noções de mobilidade e fluidez como características de um mundo digitalmente mediado, que permite a produção e o compartilhamento de informações – inclusive fotografias e experiências turísticas –, alternando o contato com grupos sociais a qualquer momento. Segundo os autores, a utilização de dispositivos pessoais e portáteis, como smartphones, amplia a capacidade de alternar instantaneamente entre identidades e grupos, ou seja, entre diferentes mundos sociais.

Soma-se à disponibilidade de informação o incremento de sua utilização para produzir informação personalizada em redes sociais e recuperar informações por meio de mecanismos de busca que têm beneficiado tais redes (XIANG; GRETZEL, 2010). Assim, as experiências, impressões, sensações e significados acerca das paisagens visitadas quando da atividade turística podem ser compartilhadas e acessadas por outros usuários, dando-lhes nova amplitude.

Kramer, Guillory e Hancock (2014) discutiram evidências de que as emoções expressas através das redes sociais são capazes de influenciar as emoções daqueles que visualizam mensagens de modo “contagioso”, massivo, em grande escala, lembrando que o contágio emocional é comprovado através do contato presencial entre os seres humanos. Afirmam, ainda, que há indícios de que tal contágio ocorre também em outros aspectos, de modo que as experiências pessoais também podem influenciar as experiências de outras pessoas, tal como as experiências urbanas ou turísticas: “[...] mensagens online podem influenciar nossa experiência de emoções, podendo afetar uma variedade de comportamentos *off line*” (KRAMER; GUILLORY; HANCOCK, 2014, p. 8.790; tradução das autoras).

Portanto, a construção da imagem acerca das paisagens nas redes sociais tende a ser influenciada a partir das emoções e experiências relacionadas – tanto mais quanto forem os hábitos e as condições de acesso às redes pelo público-alvo de determinada destinação.

4 FOTOGRAFIA ONLINE ENQUANTO LINGUAGEM E A EXPERIÊNCIA TURÍSTICA

Tal como a paisagem, a produção e a interpretação de imagens fotográficas são permeadas pela cultura. Nesse sentido, Costa e Benites discutiram a possibilidade de sua utilização como linguagem, relacionando sujeitos aos lugares e às suas vivências, de modo que “[...] as imagens, e, portanto, a fotografia, tem um papel fundamental para compreender o processo de significação dos lugares pelos sujeitos”, situando a fotografia enquanto categoria imagética complexa (COSTA; BENITES, 2009, p. 2).

Essa complexidade é definida pelo caráter de verossimilhança, atribuído à fotografia enquanto técnica, mas também pelo caráter subjetivo e “oculto” contido no sujeito-fotógrafo que percebe determinados aspectos da paisagem, seleciona ângulos, enquadramentos, condições de iluminação, elementos que deverão ou não ser incluí-

dos. A fotografia, assim, é capaz de transmitir ideias, conceitos, concepções estéticas, significados, contrapondo elementos reais a elementos ocultos. Assim, a paisagem e as suas representações também são, parcialmente, resultados do que há na mente do observador. Conforme Tacca (2005, p. 4), “[...] a imagem como representação cultural, seja ela na sua carga simbólica, epistêmica ou estética, é de qualquer forma uma construção de conhecimento da realidade”.

Se a fotografia seleciona, direciona, exclui determinados aspectos da paisagem, é possível afirmar que a aplicação dos princípios da composição fotográfica é capaz de modificar a percepção de seu leitor (COSTA; BENITES, 2009). A afirmação de Malard (2006) – de que a interpretação de uma obra (neste caso, fotográfica) é uma descrição de caráter pessoal, que sempre excede à própria obra, não podendo ser desvinculada da existência humana – contribui com essa ideia.

Dubois (2003) e Kossoy (2002) estudaram a fotografia à luz da teoria semiótica de Charles Sanders Peirce. O primeiro analisa o percurso histórico através do qual se deu a evolução dos modos de compreender a fotografia segundo três momentos, em uma perspectiva peirciana “[...] da verossimilhança ao índice” (DUBOIS, 2003, p. 27): 1) como espelho do real, no qual a fotografia era entendida como prova da existência e realidade do objeto; 2) como transposição do real, compreendida como impressão e transposição da realidade; 3) como um traço do real, representando apenas certos atributos deste em determinado instante. Kossoy (2002) estabelece uma relação de proximidade entre o processo fotográfico e o processo triádico semiótico, na qual é possível relacionar o assunto ao objeto, a tecnologia ao signo e, finalmente, o fotógrafo ao interpretante, enquanto mediador da representação do real por ele construída.

Entender a fotografia como representação e linguagem passa a constituir-se em pressuposto da semiótica, de modo que “[...] a foto não é uma simples réplica da realidade em questão, mas sim uma transformação visual que deve ser novamente interpretada pelo observador a fim de assegurar a informação necessária” (SANTAELLA; NÖTH, 1998, p. 41).

Lo, Mckercher e Cheung (2011) acrescentaram a atividade turística à discussão, para além da utilização fotográfica como prova da visita, do contato físico da pessoa com o lugar, mas também desempenhando papel na construção das memórias de viagem, auxiliando em suas narrativas e ocupando papel simbólico (LO; MCKERCHER; CHEUNG, 2011). Ao mesmo tempo, afirmaram a capacidade da fotografia e das construções de memória a ela associadas de tornar a experiência de viagem – intangível por princípio – em algo tangível, a partir da possibilidade de dirigir, estruturar e medir essas experiências. Larsen (2005) acrescentou que a fotografia turística é menos visual e mais uma personificação de ideias e da experiência turística; menos direcionada ao consumo de lugares e mais direcionada à construção de relações sociais. O autor defende que a natureza da fotografia turística é muito mais complexa e teatral, chamando-a de uma encenação de “geografias imaginárias” (LARSEN, 2005, p. 417).

Complementarmente, a categoria de fotografias conhecida como selfie é discutida por Mullins (2014), que reafirmou a importância desses registros fotográficos, possibilitando a formação de memórias visuais acerca de lugares históricos mesmo antes de conhecê-los, ainda que, muitas vezes, essas selfies tenham sua compreensão reduzida a “exibições do ego”. O autor discutiu e apresentou estudos que relacionam a produção das selfies com a vivência do lugar, podendo caracterizar uma das formas de anotação digital, tal como definiu Lemos (2010), inserindo o sujeito histórica e visualmente no lugar, permitindo a articulação de seus significados (MULLINS, 2014).

Por outro lado, a ampla utilização das redes sociais para a publicação de fotografias de viagem permite a ampliação exponencial da audiência para pessoas com as quais são compartilhadas as imagens fotográficas – a que Lo, Mckercher e Cheung (2011) fizeram referência, ampliando-a para uma rede geograficamente dispersa de estranhos. O potencial de exposição de uma foto postada online em um site de redes sociais possibilita atingir uma rede de “[...] dezenas de milhares de ‘amigos’” (LO, MCKERCHER; CHEUNG, 2011, p. 730).

É importante destacar que a utilização das fotos online possibilita que as viagens se tornem mais evidentes enquanto forma de autoapresentação, especialmente entre os mais jovens (LO; MCKERCHER; CHEUNG, 2011), dado que acrescenta aspectos da construção da identidade individual do turista à complexidade e subjetividade já presentes no processo de construção da imagem e da escolha das destinações turísticas.

Para Mullins (2014), as fotografias online enquadradas como selfies atuam como uma forma de representação visual orientada para questões ideológicas da atratividade, que molda como as pessoas veem as selfies e, desse modo, tendem a influir na construção da imagem de determinada destinação turística, permitindo o surgimento da referida memória visual mesmo anteriormente ao contato físico direto com dada destinação, seus atrativos, seus elementos constituintes e suas paisagens. O autor corrobora as ideias de Lo, Mckercher e Cheung (2011) quando afirma que tal forma de registro também pode indicar a consciência de nossa aparência e de que somos observados, constituindo uma forma de “compartilhar” nossa aparência com os demais da forma como queremos ser vistos, participando da ânsia e atuando no sentido da construção da própria identidade. É o surgimento da possibilidade de digitalização das fotografias, integrante e associado às novas TICs, que possibilita novos mecanismos de reflexões mais amplas sobre o espaço social (MULLINS, 2014).

A tendência de ampliação da utilização das mídias online por turistas é ainda reforçada por outro aspecto, apontado por Lo, Mckercher e Cheung (2011) quando afirmam que as mesmas pessoas que costumam postar suas fotos e informações de viagem também tendem a buscar informações semelhantes com pessoas cujos interesses estão em atividades similares. Segundo os autores, esses itens tendem a ser consultados em busca de confiabilidade. Portanto, as selfies e as demais categorias de registros fotográficos, produzidos em lugares históricos e demais localidades turísticas, possibilitam e fazem parte do processo de conferir significados à experiência pessoal do turista (MULLINS, 2014).

[...] se consumir é existência e pertencimento na sociedade de consumo, a presença individual ou coletiva na web através dos blogs é necessidade dessa sociedade e produz visibilidade nunca antes alcançada por nenhum outro meio de comunicação. Desta forma, proporciona também que uma grande diversidade de grupos sociais possa hoje expor uma autoimagem construída para o “outro” internáutico e com ele manter interatividades, participando do espetáculo visual da contemporaneidade (TACCA, 2005, p. 8).

Muito mais do que provas documentais da realidade, as fotografias constituem-se tal como linguagem, ainda que seu código seja menos normatizado e mais flexível que a linguagem verbal, tornando-se importante recurso para o entendimento das imagens e imaginários urbanos criados, interpretados e projetados a partir de características concretas do espaço da cidade ou de determinada destinação turística, da morfologia urbana – universos nos quais pode ser inserida a imagem turística – e, conseqüentemente, da paisagem.

5 METODOLOGIA UTILIZADA

A abordagem definida para esta pesquisa é qualitativa, de natureza exploratória, tendo seu percurso metodológico composto de dois estágios principais: o primeiro, quantitativo; o segundo, qualitativo.

O ranking visual e dinâmico, segundo a área visualizada no mapa, disponibilizado online na rede mundial de computadores pelo instrumento Sightsmap, sistematiza a quantidade de fotografias publicadas online, com geolocalização através do Panorama, convertendo-as em um “mapa térmico” interativo e identificando com cores os locais mais fotografados do mundo (amarelo para os mais fotografados, passando pelo laranja, vermelho, magenta, lilás e cinza para os menos fotografados).

As informações disponibilizadas permitem identificar os locais mais fotografados no município de Balneário Camboriú (SC), situado entre as áreas mais fotografadas no estado de Santa Catarina. Por meio desse aplicativo é possível definir a área do mapa na qual se quer construir o ranking, bastando movê-lo para tal, assim como definir o número de posições desejadas no ranking (de cinco a mil posições). Entretanto, há uma limitação do aplicativo com implicações para esta pesquisa: não exibir dados de quantidades de fotos para cada local ranqueado, mas apenas sua posição no ranking das localidades demonstradas no mapa e sua posição quando considerado o ranking mundial.

Os dez pontos mais fotografados do município nesse ranking (segundo dados coletados em junho de 2014 e atualizados em junho de 2017, mantendo-se o ranking na área utilizada na pesquisa) foram utilizados para definir pistas para a busca de imagens publicadas online no Instagram, através do mecanismo de monitoramento de redes sociais chamado Scup, cujo escopo principal é o monitoramento e gestão de marca (coleta de imagens feita nos meses de junho e julho de 2014 e sistematização e análise em agosto e setembro de 2014). O Instagram constitui uma rede social

enquadrada, conforme Xiang e Gretzel (2010), como “site de compartilhamento de mídias”, contribuindo aos objetivos deste estudo, no qual as fotografias estão entre os principais elementos de análise, assim como possibilita a replicação vinculada destas publicações no Instagram, também no Facebook, segundo Xiang e Gretzel (2010), um “site de rede social”. Ambas redes sociais foram as mais utilizadas no compartilhamento das fotos de viagem, segundo o estudo de Lo, Mckercher e Cheung (2011), de amplo alcance e capaz de desencadear o processo de contágio emocional (KRAMER; GUILLORY; HANCOCK, 2014).

Essas fotografias coletadas foram analisadas primeiramente de modo quantitativo, procurando quantificar os locais e os principais elementos componentes da paisagem, através dos elementos morfológicos que a definem e conformam. Posteriormente, estas mesmas fotografias foram submetidas a uma análise de natureza qualitativa de conteúdo, com abordagem semiótica – segundo a qual a fotografia é compreendida como linguagem. A análise de conteúdo permitiu o agrupamento das imagens coletadas em cinco categorias preliminares que serão apresentadas nos resultados desta pesquisa.

6 BALNEÁRIO CAMBORIÚ (SC) ATRAVÉS DE FOTOGRAFIAS ONLINE PUBLICADAS EM REDES SOCIAIS

Se, quanto mais aderida dada localidade está em relação às modernizações citadas por Santos (1994), mais luminosa é a zona na qual se situa (SANTOS, 1994) – e entendendo a publicação de fotografias online como parte desse processo –, pode ser verificado que, no contexto do estado de Santa Catarina, a porção do território mais aderente, e, portanto, mais adaptada ao meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996), é o litoral, especialmente em sua porção centro-norte – na qual estão situadas a capital do estado, Florianópolis (onde se encontra o local mais fotografado na área), sua cidade mais populosa, Joinville, e Balneário Camboriú (o segundo local mais fotografado na área), objeto deste estudo (figura 1).

A lógica de ocupação do território brasileiro, dada principalmente e concentradamente a partir do litoral e de seus rios, que permitiram o acesso e o surgimento das primeiras cidades, é reforçada pelas lógicas socioeconômicas, ambientais e espaciais da atividade turística, que busca no litoral e em suas áreas próximas elementos de interesse – atrativos – e amenidades (CORREA, 1995), em torno dos quais se desenvolve, muitas vezes, destruindo as mesmas características que suscitaram interesse (RUSCHMANN, 2003; GOELDNER; MCINTOSH; RITCHIE, 2002), iniciando a decadência em seu ciclo de vida (BUTLER, 1980). Parece possível inferir, também, talvez exatamente em função dos processos citados anteriormente, que estas áreas foram mais atingidas e afetadas pelas novas TICs.

Do mesmo modo, no contexto de Balneário Camboriú, verifica-se a forte concentração de fotografias online junto ao litoral, aos atrativos turísticos, nas áreas com maior concentração de amenidades e, sobretudo, nas áreas de interesse do capital

– que também correspondem às mais dotadas de infraestrutura e concentradoras dos investimentos públicos (LIZ; PEREIRA, 2012).

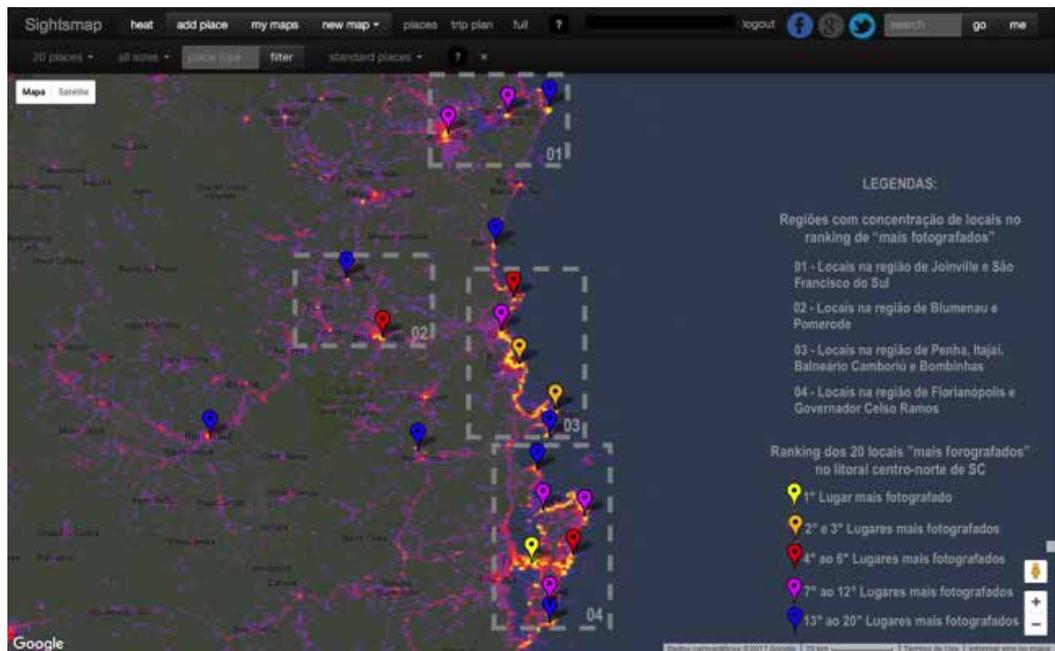


Figura 1 Os 20 locais mais fotografados da região centro-norte do estado de Santa Catarina (BR), com destaque para a concentração de pontos ranqueados no litoral.

Fonte: Adaptado por Luciana Noronha Pereira e Alina Gonçalves Santiago a partir do ScreenShot de Sightsmap, 2014, e atualizado em 2017.

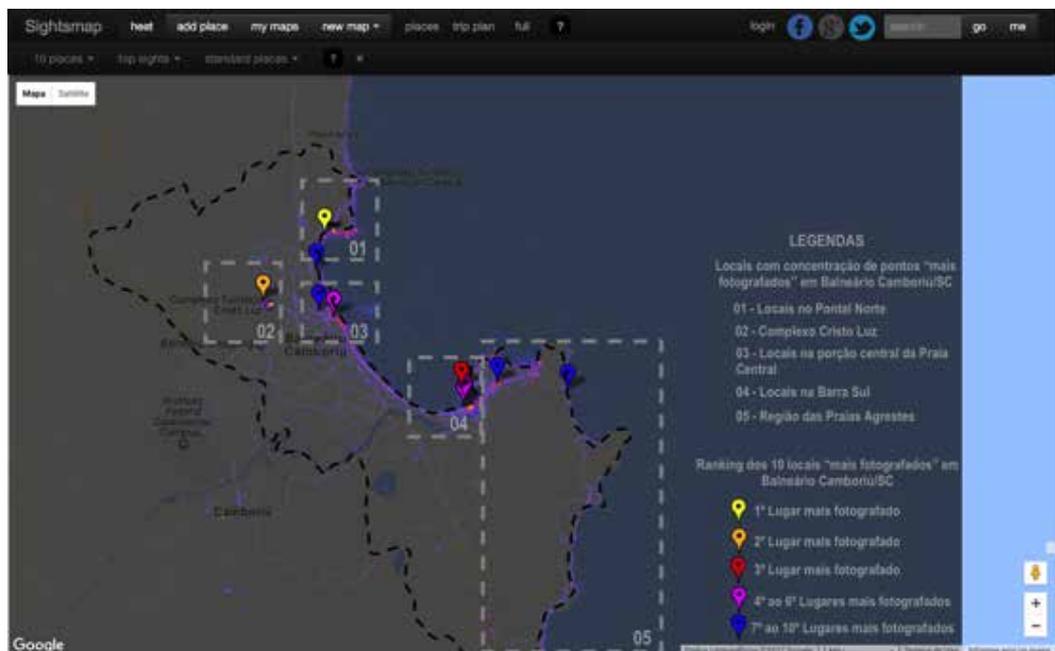


Figura 2 Os dez locais mais fotografados em Balneário Camboriú (SC).

Fonte: Adaptado por Luciana Noronha Pereira e Alina Gonçalves Santiago a partir do ScreenShot de Sightsmap, 2014, e atualizado em 2017.

O ranking demonstrado pelo Sightsmap – de caráter dinâmico, atualizado segundo as publicações de fotos a partir das fotografias publicadas no Panoramio e indicadas pelas cores – marca os dez locais mais fotografados no destino no período da coleta, junho de 2014 (figura 2). Destaca-se que dois destes lugares – Pontal Norte e Barra Sul –, com pequenas variações de posicionamento, ocupam cinco das dez localizações marcadas pelo site, cujo mecanismo agrupa as fotografias em determinado raio desses espaços à beira-mar. Se, de um lado, ao dividir as fotografias marcadas por três diferentes posições em um mesmo local pode dar a impressão de menor importância, dado seu ranking, de outro, isso permite inferir que, caso tais fotos fossem tomadas em um único conjunto em cada um dos locais – Pontal Norte e Barra Sul –, possivelmente haveria uma mudança do citado ranking.

O único local da cidade presente nesse ranking e fora das áreas de orla é o Complexo Turístico Cristo Luz, onde existe um mirante e alguma estrutura turística instalada sobre um morro, com ampla visão da cidade, cuja estrutura é utilizada para a realização de eventos, o que também determina a ampliação da quantidade de fotografias compartilhadas.

No segundo momento desta pesquisa, foram coletados dados do Instagram, a partir do aplicativo Scup, objetivando, ao mesmo tempo, utilizar os resultados obtidos através do Sightsmap, contrapô-los aos resultados de outra rede social e ter a possibilidade de incluir os comentários associados às fotografias.

O primeiro resultado a destacar é a predominância de comentários positivos associados às fotografias postadas. No entanto, é necessário ressaltar que a presença massiva destes pode ter relação com os locais levantados, já que todos são áreas de interesse turístico e mais bem ranqueados. Por outro lado, também pode haver influência da identidade que os sujeitos querem construir através das redes sociais, centrada na autoafirmação, na ênfase dos aspectos positivos da própria vida. A postagem das fotos concentrou-se no domingo, na segunda e na terça-feira. É possível que a postagem ocorra após a produção das fotos durante o final de semana (e não instantaneamente), ou, ainda, que o público que mais produz e posta fotos durante as atividades o faz independentemente do dia, útil ou não, tal como turistas.

No que diz respeito às pistas com maior representatividade nos resultados, ou seja, aos locais com mais fotografias online postadas no Instagram, verifica-se alguma semelhança com resultados do Sightsmap, embora entre as fotos coletadas haja maior destaque para as praias da região da rodovia Interpraias, mais agrestes e com menor ocupação – Laranjeiras e Estaleirinho –, seguidas por lugares ao longo da praia, com maior urbanização e verticalidade – Praia Central, Barra Sul e Pontal Norte. Finalizam o ranking, respectivamente, o parque Unipraias, o teleférico na Barra Sul, Interpraias, morro do Careca, praia dos Amores e o Cristo Luz. É importante destacar que os fatores climáticos e o período do ano – junho e julho (outono e inverno) – podem ter interferido nos resultados, já que determinadas condições podem estimular a prática de algumas atividades e a utilização e apropriação de algumas áreas em detrimento de outras.

Ainda quantitativamente, foram levantados os elementos constantes nas fotos (figuras 3 e 4). Os elementos naturais componentes da paisagem foram representativamente superiores, podendo indicar sua relevância nessas paisagens, assim como a imagem de Balneário Camboriú enquanto destinação turística. Mesmo assim, a presença de elementos culturalmente construídos e integrantes da paisagem, especialmente na região central da cidade, como o *skyline* dos prédios, é identificada em boa parte das fotografias (figura 3). Conforme já destacado, a presença representativa das selfies confirma sua importância na construção da memória visual (MULLINS, 2014).

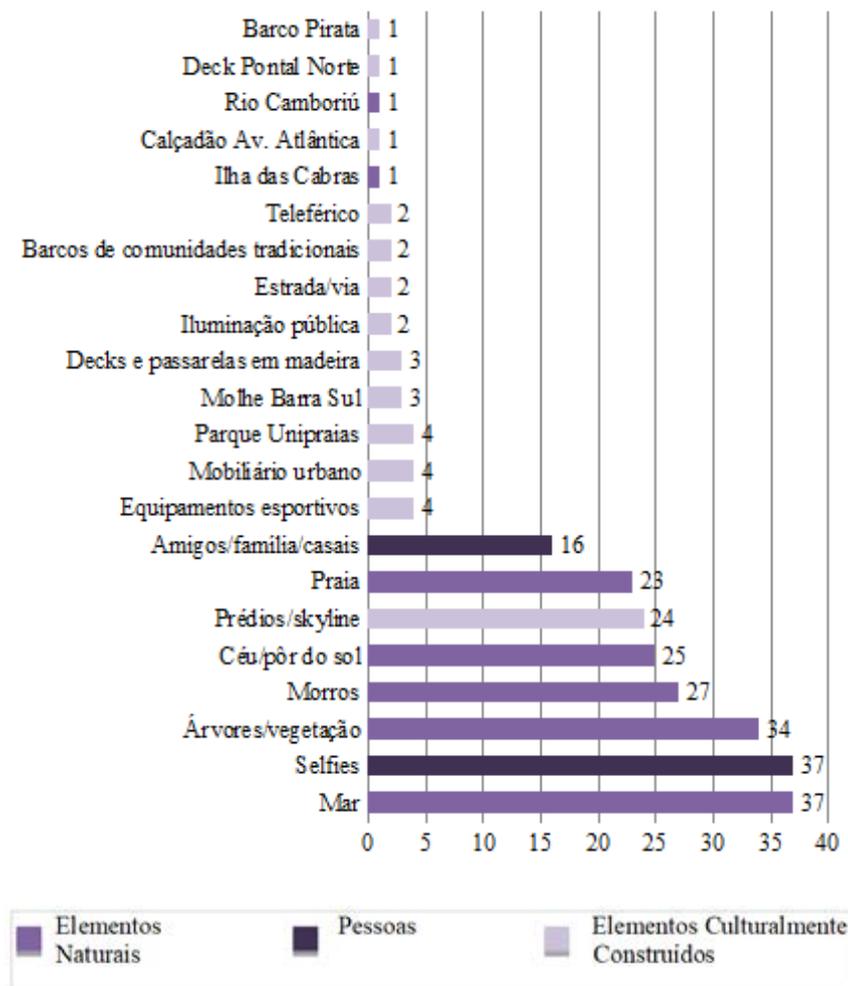


Figura 3 Ocorrência de elementos nas cenas das fotografias coletadas do Instagram, via Scup, em junho e julho de 2014.

Fonte: Luciana Noronha Pereira e Alina Gonçalves Santiago, 2014.



Figura 4 Presença de elementos construídos nas fotografias.
Fonte: Luciana Noronha Pereira e Alina Gonçalves Santiago, 2014.

Complementarmente, a partir de uma abordagem qualitativa, as 72 fotografias coletadas pelo Scup passaram por uma análise de abordagem semiótica de sua composição fotográfica, incluindo aspectos como enquadramento, elementos constituintes, cores e iluminação, emolduramento, assim como as atividades desenvolvidas, ideias e construções estéticas que podem estar relacionadas. Os comentários associados a essas fotografias, quando existentes, também passaram por análise de conteúdo. Para que essa tarefa seja possível, o sistema do Scup permite acessar um a um os itens coletados com as informações completas postadas por seus autores. Em razão de preservar os participantes da pesquisa, rostos e nomes dos autores e demais usuários que comentam as fotos foram omitidos.

Nos comentários, os conteúdos encontrados são positivos e transmitem, principalmente, ideias de felicidade, satisfação e relaxamento, de qualidade de vida através da prática de atividades físicas na praia, saudades de momentos bons, referência às férias ou aos dias de descanso na semana, beleza da paisagem ou de elementos naturais – diversas vezes associada a condições climáticas ou momentos do dia (nascer/pôr do sol). Nessas imagens está presente um recorte da paisagem em que há predominância de elementos naturais (ainda que ocorra a presença de elementos oriundos da intervenção humana), incluindo, de maneira recorrente, cores, aspectos de iluminação e atmosfera do nascer do sol (figura 5).

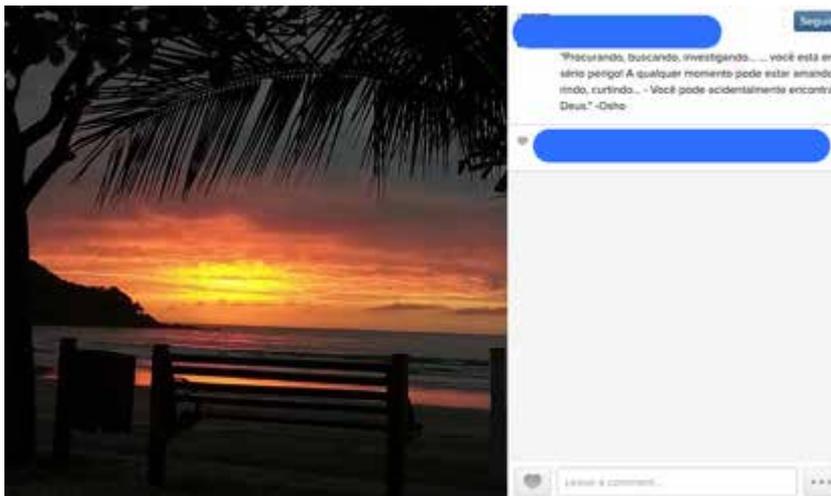


Figura 5 Ideia de presença divina associada ao nascer do sol e a elementos naturais, mesmo com a presença de intervenção humana – noção de convivência em harmonia.
Fonte: Scup, 2014.

Mesmo a ocorrência de palavras negativas, como “medo”, quando tomada no contexto do comentário, possui conotação positiva. Neste caso, tais palavras sempre apareceram associadas às ideias de aventura, vencer o medo, aproveitar o dia, ou às atividades disponíveis (no parque Unipraias, o teleférico e a tirolesa em meio à mata atlântica) – e sempre enfatizando elementos naturais, ainda que em contato com a presença/intervenção humana – em todos os resultados coletados ao longo deste levantamento (figura 6).

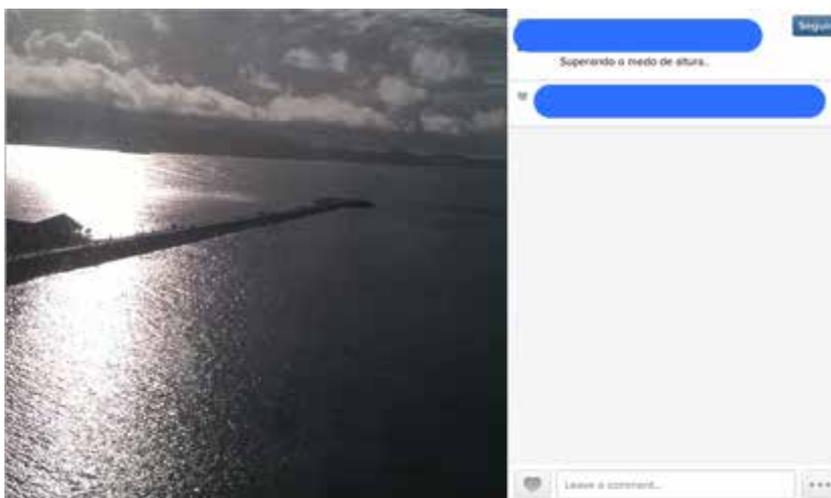


Figura 6 O termo “medo” – e sua superação para a utilização do teleférico – registrando predominantemente elementos naturais, mesmo com intervenção humana.
Fonte: Scup, 2014.

A prática de atividades físicas em áreas de orla também está presente com alguma recorrência nesses resultados. A ideia de qualidade de vida, força e energia, compartilhamento com amigos e lazer, com frequência está associada aos comentários desses registros. A possibilidade de realizar atividades à beira-mar, na praia e com a cidade como cenário, é enfatizada nas fotos. A maioria dos registros destacam o *locus* da prática e o cenário – cidade ou conjunto mar e morros em um plano mais afastado (figura 7).

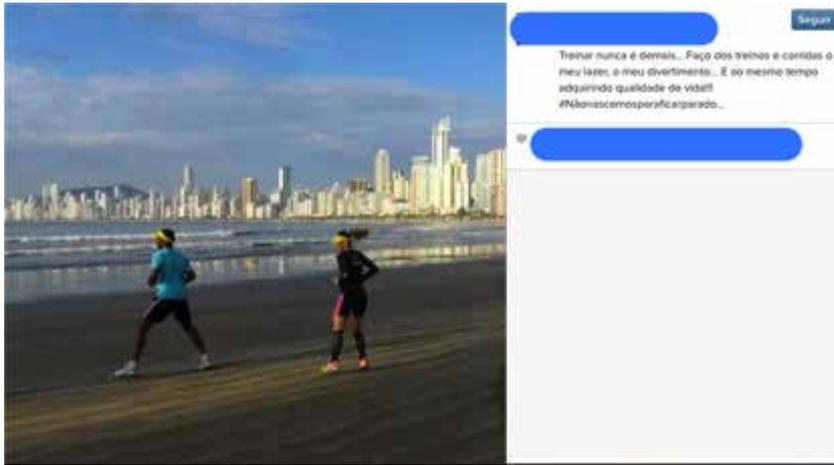


Figura 7 Atividades físicas na praia, como lazer e qualidade de vida, tendo a cidade como plano de fundo.
Fonte: Scup, 2014.

Sentimentos de felicidade e paz são especialmente associados aos comentários de imagens em que há pouca movimentação e até mesmo certo bucolismo. Nesses casos, os registros centram-se na contemplação da paisagem, especialmente nos elementos naturais, e da cultura tradicional relacionada àquele contexto, apesar de algumas contarem com a presença da cidade, sua concentração e verticalização em plano de fundo.

O argumento da foto parece tratar “felicidade” como a presença dos elementos naturais e da cultura tradicional e algum distanciamento da movimentação urbana, como se a agitação, o barulho e a intensa ocupação estivessem ausentes. A ausência de pessoas também é um traço a ser ressaltado nas imagens, ainda que apareçam indiretamente, através de suas intervenções no espaço e equipamentos. No caso da figura 8, a ausência de pessoas se repete na escolha dos argumentos e o enquadramento valoriza a presença dos elementos naturais, omitindo boa parte da intervenção humana no local e dando as costas à cidade, que, a oeste desse mesmo ponto, tem intensa densidade construída e verticalização. O comentário dessas fotografias vem associado, ainda, à ideia de “paraíso”.

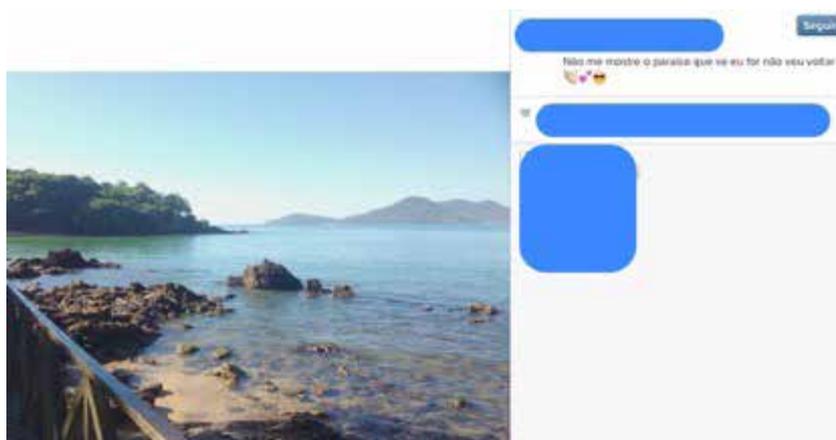
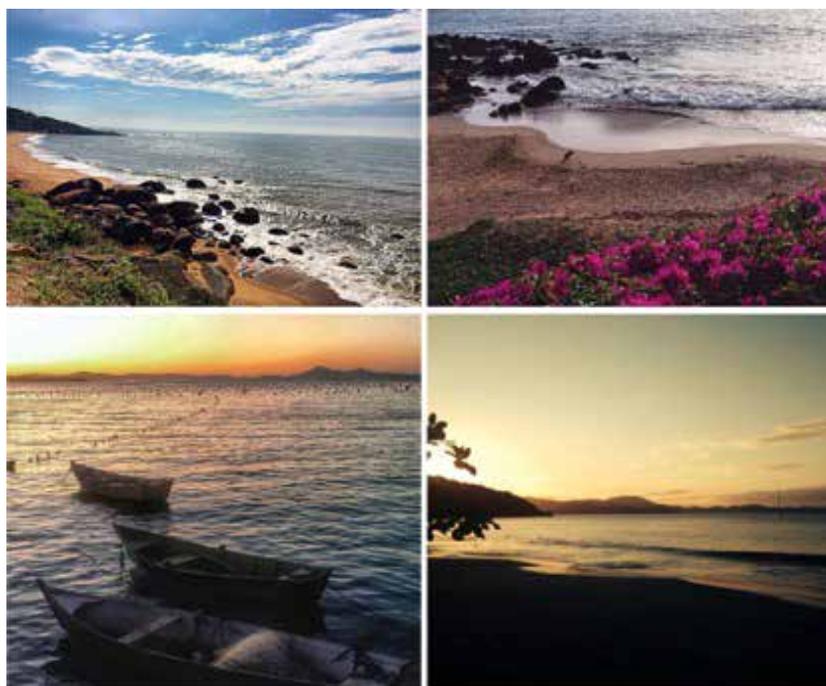


Figura 8 Associação da ideia de paraíso aos elementos naturais da paisagem.
Fonte: Scup, 2014.

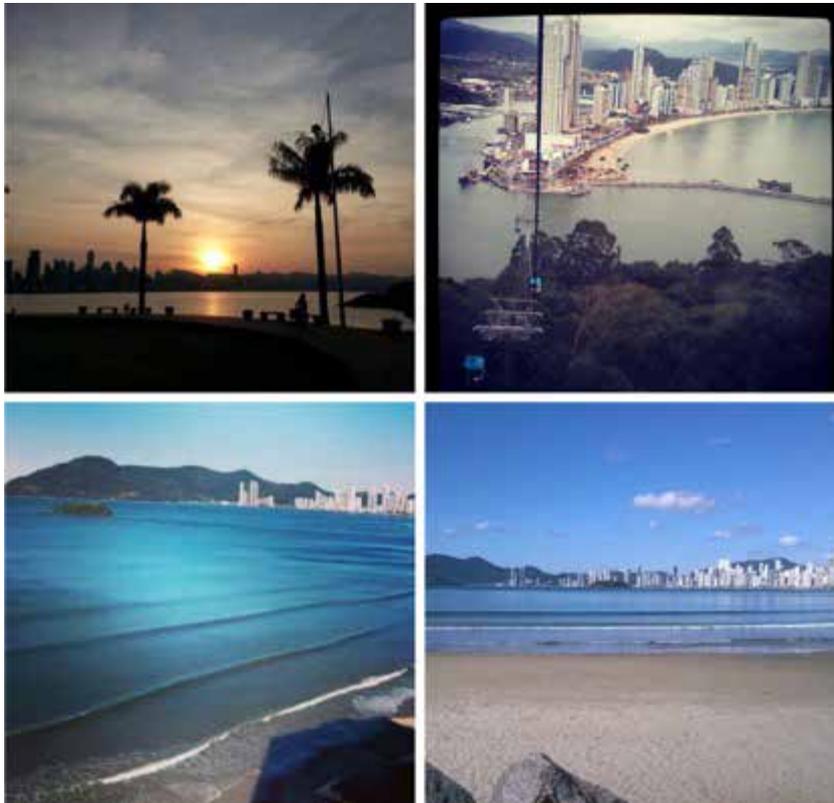
Outras fotos, sem comentários, mas também com o argumento central na contemplação da paisagem – especialmente com ênfase e predominância de elementos naturais ou de elementos da cultura popular local e ausência de pessoas – também puderam ser fortemente identificadas entre os resultados (figuras 9 a 12). Nestas fotografias, a poética associada à composição e enquadramento, escolha dos recortes e aproveitamento da luz (figuras 11 e 12), parece pretender valorizar os contornos ou a silhueta dos elementos naturais, conferindo-lhes caráter de paraíso e até de certa singeleza.



Figuras 9, 10, 11 e 12 Registros fotográficos com predominância dos elementos naturais.
Fonte: Scup, 2014.

Já as quatro fotografias apresentadas em sequência (figuras 13 a 16), apesar de também excluírem a presença humana direta e de manterem atitude poética nos argumentos e nas escolhas de composição, enquadramento, recortes, luz, entre outros, contextualizam a presença urbana, através da massa edificada e demais elementos, como integrante da paisagem.

Ainda assim, em algumas das fotos, as edificações mantêm-se em plano de fundo, delineando o *skyline* da cidade, seja em sua silhueta ou presença, no conjunto de morros, mar, vias/calçadão, praças, mobiliário urbano, prédios. Poucas têm elementos socialmente construídos como argumento principal – como é o caso da figura 14, na qual a estrutura do teleférico, a vista para a crescente verticalização da Barra Sul e seu molhe ocupam posição de destaque, ainda que acompanhada dos elementos naturais.



Figuras 13, 14, 15 e 16 Registros fotográficos com presença significativa de elementos urbanos.
Fonte: Scup, 2014.

Ao contrário dos registros fotográficos anteriores, nos quais a presença de pessoas não pode ser identificada, o fenômeno atual das selfies, nesta análise agrupado aos retratos, tem as pessoas em primeiro plano nas fotos, ocupando destaque entre os itens levantados pelo Scup (figuras 17 a 22).



Figuras 17, 18, 19 e 20 Selfies e retratos associados diretamente à ocupação urbana, com significativa presença da orla, praia e mar.
Fonte: Scup, 2014.



Figuras 21 e 22 Selfies e retratos associados predominantemente a elementos naturais, com presença de elementos urbanos.
Fonte: Scup, 2014.

A maioria destes registros parece pretender a captura daquelas mesmas paisagens, alvo das fotografias comentadas anteriormente, mas procurando integrar a presença do usuário do espaço, turista ou visitante, naquela paisagem. Tal como preconiza Mullins (2014), mais do que comprovar a presença na destinação turística, tais selfies parecem

buscar a inserção do sujeito naquele contexto espaço-temporal (SANTOS, 1992), auxiliando na construção da experiência de viagem (LO; MCKERCHER; CHEUNG, 2011) através de uma narrativa imagética (LARSEN, 2005).

Do mesmo modo, também no grupo de fotografias tipo selfies e retrato, os itens foram coletados pela inclusão de uma referência espacial pelo usuário, tendo sido identificadas fotografias nas quais os atributos da paisagem pouco integram a composição fotográfica. Nesses casos, o argumento principal das fotos são as pessoas e seus laços afetivos, marcado notadamente pela presença de grupos de amigos, casais, entre outros (figuras 23 e 24). Cumpre registrar que tais processos afetivos também têm papel fundamental nas vivências e, portanto, na definição das memórias, nas relações sujeito-espaço, na construção de significados.



Figuras 23 e 24 Fotografias cujos temas são as pessoas e seus laços afetivos.
Fonte: Scup, 2014.

Se, por um lado, a presença de selfies, bem como fotografias de casais, com familiares e amigos, é recorrente, demonstrando a importância dos vínculos afetivos e emocionais na experiência turística e na apropriação e significação da paisagem a partir de seus elementos, por outro lado, pode ser observada uma expressiva quantidade de registros fotográficos em que a ausência de pessoas no primeiro plano (em torno de 33%) também pode indicar uma ânsia de distanciamento em relação à ocupação e à presença humana, e a procura de certo bucolismo, mesmo em paisagens fortemente marcadas pela ocupação urbana intensiva e verticalizada.

A concentração dos registros fotográficos nas áreas de orla, e/ou de interesse turístico, denuncia o desinteresse, ou mesmo a exclusão do restante da cidade, seja por falta de atrativos ou interesse, seja por falta de permeabilidade de outras áreas aos turistas e visitantes. Neste caso, seria oportuno buscar identificar as razões em um próximo estudo.

Independente dos questionamentos surgidos a partir destes resultados, que podem originar novos estudos, a ausência ou pouca expressividade das fotografias de outras áreas da cidade acaba por definir e delimitar a imagem da cidade de Balneário Camboriú como “a Balneário Camboriú da avenida Atlântica” ou “a Balneário Camboriú

das praias”, praticamente excluindo de sua imagem elementos e paisagens de outros bairros ou mesmo do interior dos bairros nos quais as fotos foram realizadas.

6.1 CATEGORIAS PRELIMINARES DE FRAGMENTOS DA PAISAGEM ONLINE

A realização de um agrupamento preliminar dos resultados deu origem à aproximação categórica inicial aqui proposta, extraída dos dados coletados online. Cinco categorias preliminares são apresentadas a seguir:

- a. fragmento da paisagem como paraíso: inclui imagens fotográficas e conteúdos verbais que apontam para a ideia do belo, especialmente enfatizando os elementos naturais, da cultura popular, ou, ainda, uma iluminação diferenciada. A ideia de exaltação aos elementos naturais e seus atributos “divinos”, satisfação, felicidade e prazer, constava nos comentários associados às fotografias – casos em que raramente as pessoas participavam da cena;
- b. fragmento da paisagem como cenário: inclui imagens fotográficas e comentários apontando para a paisagem como cenário humano. Ainda que também trouxesse as noções de prazer e satisfação, estas não eram atribuídas diretamente aos elementos da paisagem, mas às atividades desenvolvidas pelas pessoas com a presença da paisagem;
- c. fragmento da paisagem como *locus* da existência humana: o primeiro plano das imagens desta categoria são as pessoas, sua inserção no local e os laços afetivos que as conectam. Inclui retratos e selfies que possuem a existência humana e suas relações como argumentos centrais. Em alguns casos, a paisagem é o cenário no qual o sujeito busca se inserir, comprovando sua presença e existência; em outros, a paisagem é praticamente ausente ou surge na sobra do enquadramento;
- d. fragmento da paisagem do consumo: inclui imagens e informações verbais relativas às experiências de consumo. Uso do comércio abundante e diversificado, assim como a ideia de exclusividade, luxo e compras associada a determinados locais e/ou ângulo de visão privilegiado;
- e. paisagem oculta: inclui fotografias e comentários que não estabelecem relação visual ou verbal com a paisagem. Tendo em vista o interesse central deste estudo, esta categoria, embora identificada, foi abandonada como opção da pesquisa, podendo ser retomada em outra investigação.

7 OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Entendendo a paisagem enquanto produto/produtora de determinada sociedade e seu contexto no que diz respeito ao seu papel na atratividade turística – sendo o turismo um fenômeno da sociedade contemporânea –, torna-se fundamental compreender as leituras, sensações e significados que podem ser relacionados a ela e a seus elementos.

Do mesmo modo, ciente de que o espaço – tanto quanto outras tecnologias produzidas em cada momento da humanidade – só é possível através de sua construção social, pode-se dizer que são as mudanças no meio técnico-científico-informacional que determinam ajustes e alterações nas atividades humanas, que também se refletem no espaço e no processo de apropriação e significação (SANTOS, 1996).

Nesse sentido, as novas TICs têm alterado as relações sociais, as formas de produção e apropriação do espaço, as lógicas de produção e divulgação de informações, entre as quais a fotografia. Esta, compreendida como categoria imagética complexa, capaz de transmitir ideias, conceitos e significados, pode ser enquadrada como linguagem, permitindo a construção da imagem de determinado lugar mesmo antes do contato com ele. No caso da experiência turística, os registros fotográficos permitem torná-la, de certo modo, tangível, auxiliando na formação das memórias, na inserção do sujeito no contexto em questão, na construção de uma narrativa que estruture tal experiência.

Os resultados encontrados para a localidade de Balneário Camboriú incluem classes de imagens que se diferenciam essencialmente na presença ou ausência de pessoas em primeiro plano, na negação do urbano para uma poética ligada aos elementos naturais ou na presença urbana em plano de fundo, como cenário junto ao mar. Os comentários, quando presentes, foram positivos. A vida perto do mar foi relacionada à ideia de qualidade de vida, pelo contato com a natureza, condições do clima, momentos do dia, pela prática de atividades físicas ou pela sensação de felicidade associada ao mar ou outros elementos naturais.

As fotografias coletadas concentram-se em áreas de interesse turístico, podendo indicar desinteresse, falta de atrativos ou até mesmo negação de outras áreas da cidade. É importante frisar que as áreas de orla são também as mais valorizadas pelo interesse imobiliário, com concentração da população de maior renda e infraestrutura, com mais investimentos do poder público municipal.

A ampliação da utilização e do acesso às novas TICs, associada a uma maior oferta de informações, tem permitido que mosaicos de milhares de fotografias cheguem até as pessoas e atuem como mediadores na construção da imagem da cidade e seus significados, para muito além da própria atividade turística. Nesse sentido, é possível que se esteja em um período de transição que interferirá de modo definitivo no processo por meio do qual é realizada a apreensão da cidade, em busca de elementos que possibilitem sua legibilidade e a criação de sua imagem mental.

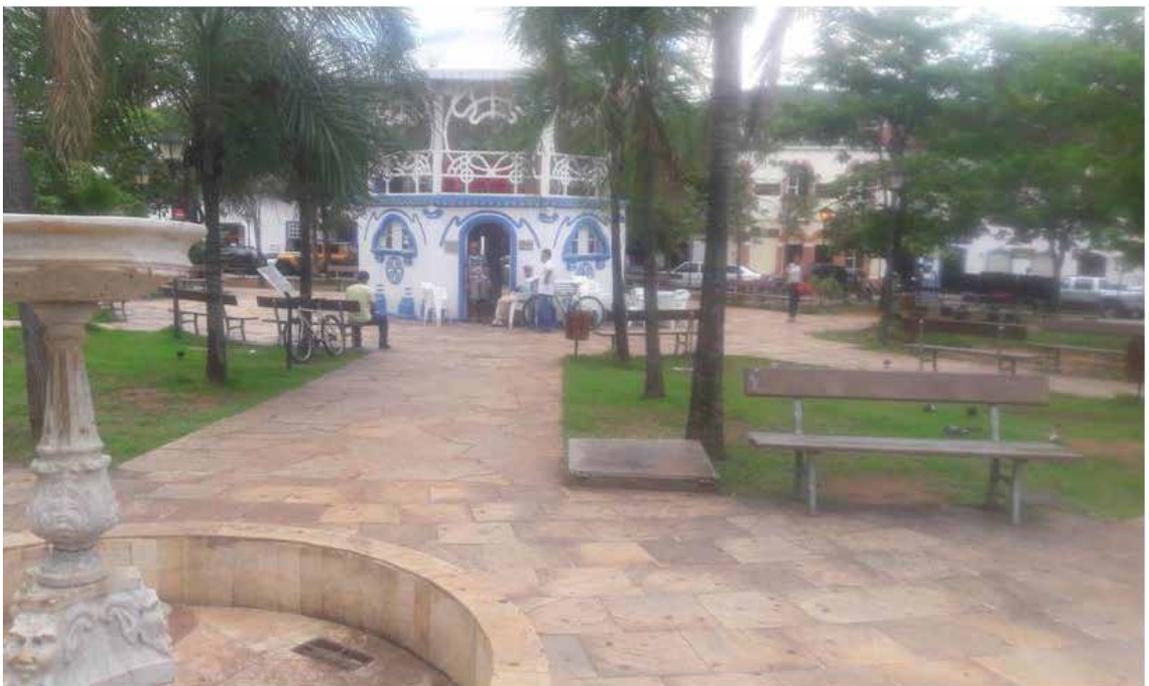
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENI, M. C. Política e estratégia do desenvolvimento regional: planejamento integrado e sustentável do turismo. **Revista Turismo em Análise**. São Paulo, v. 10, maio, 1999, p. 7-17.
- BUTLER, R. W. The concept of a tourist area life cycle of evolution implications for management of resources. **Canadian Geographer**, v. 24, n. 1, 1980, p. 5-12.
- CAPRA, F. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2002.
- CASARIN, V.; SANTIAGO, A. G. Uma reflexão acerca do papel do arquiteto na construção da paisagem informacional. **Paisagem e Ambiente: ensaios**, n. 31. São Paulo: FAUUSP, 2013, p. 147-160.
- CONCU, N.; ATZENI, G. Conflicting preferences among tourists and residents. **Tourism Management**, 33, 2012, p. 1.293-1.300.
- CORREA, R. L. **O espaço urbano**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1995. (Série Princípios).
- _____; ROSENDAHL, Z (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.
- COSTA, M. M.; BENITES, M. G. Realismo na fotografia: um ensaio sobre o estudo da linguagem fotográfica para o ensino de geografia. **Geotatos – Geografia em Atos**, Presidente Prudente: UNESP, v. 2, n. 9, 2009. Disponível em: <revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/download/283/costan9v2>. Acesso em: jun. 2015.
- DUARTE, F.; FIRMINO, R. Infiltrated city, augmented space: information and communication technologies, and representations of contemporary spatialities. **The Journal of Architecture**. Volume 14 (5), 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/13602360903187493>
- DUBOIS, P. **O ato fotográfico e outros ensaios**. 7 ed. Campinas: Papirus, 2003.
- GOELDNER, C. R.; MCINTOSH, R. W.; RITCHIE, J. R. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. São Paulo: Bookman, 2002.
- KOSSOY, B. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 3 ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.
- KRAMER, A.; GUILLORY J.; HANCOCK, J. Experimental evidence of massive-scale emotional contagion through social networks. National Academy of Sciences of the United States of America. **Proceedings**. Washington, DC: National Academy of Sciences, v. 111, n. 24, June 2014, p. 8.788-8.790. Disponível em: <<http://www.pnas.org/content/111/24/8788.full>>. Acesso em: jun. 2014. DOI: 10.1073/pnas.1320040111
- LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2004. Cap. I e II. p. 17-129.
- LARSEN, J. Families seen sightseeing: performativity of tourist photography. **Space and Culture**. Vol. 8, No. 4, November, 2005, p. 416-434. Disponível em: <<http://sac.sagepub.com/content/8/4/416>>. Acesso em: jul. 2014. DOI: 10.1177/1206331205279354
- LEITE, M. A. F. P. **Destrução ou desconstrução?** Questões de paisagem e tendências de regionalização 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- LEMOS, A. Celulares, funções pós-midiáticas, cidade e mobilidade. **URBE – Revista Brasileira de Gestão Urbana**. Curitiba: PUC, v. 2, n. 2, jul./dez., 2010, p. 155-166.
- LIZ, A. A.; PEREIRA, L. N. Implicações das políticas públicas na morfologia urbana em Balneário Camboriú/SC. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 12, Itajaí: UNIVALI, 2013.
- LO, I.; MCKERCHER, Lo A.; CHEUNG, L. Tourism and online photography. **Tourism Management**, 32, 2011, p. 725-731. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/journal/02615177>>. Acesso em: jul. 2014. DOI: 10.1016/j.tourman.2010.06.001
- MALARD, M. L. **As aparências em arquitetura**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- MARCHI, P. M. de. Cell phones: a digital cartography of São Paulo. **URBE – Revista Brasileira de Gestão Urbana**. Curitiba: PUC-PR, v. 6, n. 1, jan./abr., 2014, p. 73-85. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/urbe?dd1=12403&dd99=view&dd98=pb>>. Acesso em: out. 2015.
- MULLINS, P. Archaeology and material culture: the material world, broadly defined. **Imagining heritage: selfies and visual placemaking at historic sites**, 2014. Disponível em: <<http://paulmullins.wordpress.com/2014/06/30>>. Acesso em: jul. 2014.
- OLIVEIRA, J. P.; FERNANDES, D. L.; STACH, C. A paisagem urbana como recurso turístico: um estudo da paisagem edificada de Irtati – PR enquanto atrativo turístico. **Turismo – Visão e Ação**. vol. 9, n. 1, jan./abr., 2007, p. 83-94.

- REED, D. J.; JOHNSON, M. R. New technological localisms: a comparative analysis of two case studies. **URBE – Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba: PUC, v. 6, n. 1, jan./abr., 2014, p. 57-72. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.7213/urbe.06.001.SE4>>. Acesso em: ago. 2016.
- RUSCHMANN, D. M. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. 10 ed. Campinas: Papirus, 2003.
- SANTAELLA, L.; NÖTH, W. **Imagem**: cognição, semiótica, mídia. São Paulo: Luminuras, 1998.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. 3 ed. São Paulo: Nobel, 1992.
- _____. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- TACCA, F. Imagem fotográfica: aparelho, representação e significação. **Psicologia & Sociedade**. Porto Alegre: UFRGS, v.17, n. 3, set./dez, 2005. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822005000300002>.
- URRY, J. **O olhar do turista**. São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- VERDUM, R. Perceber e conceber paisagem. In: VERDUM, R.; VIEIRA, L. dos S.; PINTO, B. F.; SILVA, L. A. P (Orgs.). **Paisagem**: leituras, significados e transformação. Porto Alegre: UFRGS, 2012.
- XIANG, Zheng; GRETZEL, Ulrike. Role of social media in online travel information search. **Tourism Management**, 31, 2010, p. 179-188. DOI: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.tourman.2009.02.016>>.

Data de submissão: 20 jan. 2017

Data de aprovação: 2 ago. 2017



Praça do Coreto no Centro Histórico de Goiás (GO).
Foto: Carina Cardoso, 2016.

ESPAÇO LIVRE

CAMINHABILIDADE, PAISAGEM E AMBIÊNCIA NO CENTRO HISTÓRICO DE GOIÁS (GO)

*WALKABILITY, LANDSCAPE AND URBAN DESIGN
IN THE HISTORIC CENTER OF GOIÁS (GO)*

Carina Folena Cardoso*

Thalita Pereira Fonseca**

Pedro Henrique Gonçalves***

RESUMO

Este trabalho relaciona os níveis de caminhabilidade do centro histórico da cidade de Goiás (GO) com a contemplação de sua paisagem cultural em percursos ordinários. A investigação se dá através de abordagens quantitativas e qualitativas a partir de três perspectivas: distâncias percorridas; qualidade dos ambientes contemplados nos percursos; paisagem. Como desdobramento dos procedimentos metodológicos e dos resultados encontrados, discute-se sobre a contribuição do estudo da qualidade paisagística e ambiental à análise da caminhabilidade, procurando superar uma avaliação segmentária desta. Os resultados apresentam índices abaixo da média para todos os percursos, o que dificilmente enquadraria a cidade de Goiás no rol das chamadas “cidades ativas” por suas deficiências no âmbito da caminhabilidade.

Palavras-chave: Caminhabilidade. Ambiência urbana. Paisagem urbana. Visão serial. Cidades pequenas.

ABSTRACT

This article lists the walkability levels in the historic center of the city of Goiás, contemplating its cultural landscape in ordinary paths. The investigation was carried out from quantitative and qualitative approaches through three different perspectives: distances travelled; quality of the environments included in the routes, and landscape. As a development of the methodological proceedings and the results found, it sets a discussion about the contribution of studying landscape and environmental qualities as an improvement of the walkability analysis, in an effort to overcome a segmented evaluation of the latter. The results show rates below average for all paths, which would hardly allow Goiás to take part in the so-called ‘active cities’ list, due to its deficiencies in the scope of walkability.

Keywords: Walkability. Urban Environment. Urban Landscape. Serial Vision. Small Towns.

* Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas.
Av. Bom Pastor, s/n, Areião, 76600-000, Goiás, GO, Brasil.
CV: <http://lattes.cnpq.br/3577267528007333>
carinafolena@hotmail.com

** Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas.
Av. Bom Pastor, s/n, Areião, 76600-000, Goiás, GO, Brasil.
CV: <http://lattes.cnpq.br/7653235511033888>
tpfonseca@gmail.com

*** Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas.
Av. Bom Pastor, s/n, Areião, 76600-000, Goiás, GO, Brasil.
CV: <http://lattes.cnpq.br/8006386021273686>
arquiteto.ph@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Beco da minha terra...
Amo tua paisagem triste, ausente e suja.
Teu ar sombrio. Tua velha umidade andrajosa.
Teu lodo negro, esverdeado, escorregadio.
E a réstia de sol que ao meio-dia desce, fugidia,
E semeia polmes dourados no teu lixo pobre,
Calçando de ouro a sandália velha,
Jogada no teu monturo.
[...]
Amo a prantina silenciosa do teu fio de água,
Descendo de quintais escusos
Sem pressa,
E se sumindo depressa na brecha de um velho cano.
Amo a avenca delicada que renasce
Na frincha de teus muros empenados,
E a plantinha desvalida, de caule mole
Que se defende, viceja e floresce
No agasalho de tua sombra úmida e calada.
(Cora Coralina, 1989, p. 103)

Repleta de becos, vielas e permeada por uma paisagem que une a bucólica vila colonial ao emolduramento das serras verdejantes, a cidade de Goiás foi a primeira capital do estado de mesmo nome e surgiu a partir da exploração do ouro no interior do país empreendida pelos bandeirantes que colonizaram o Centro-Oeste brasileiro entre os séculos XVIII e XIX. Goiás foi sede administrativa até o ano de 1937, quando ocorreu a transferência oficial da capital estadual para Goiânia¹. Seu conjunto urbanístico e arquitetônico manteve as características da trama urbana original, incluindo a escala e a volumetria de suas edificações. Algumas de suas arquiteturas foram classificadas isoladamente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) na década de 1950, e sua paisagem cultural foi tombada no ano de 1978, passando por ampliações em 2004. Em dezembro de 2001, Goiás foi reconhecida como Patrimônio Cultural Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

A paisagem da antiga Vila Boa de Goyaz² apresenta relevante valor imagético, em especial no tocante ao seu patrimônio edificado. Através dos versos de Cora Coralina³,

¹ A cidade de Goiás se localiza na bacia do rio Vermelho, a aproximadamente 130 quilômetros da capital Goiânia. Seu principal acesso se dá pela rodovia GO-070.

² Vila Boa de Goyaz é o nome original da cidade de Goiás (GO). A terminologia “vila” corresponde à categoria administrativa do sistema de capitanias no período colonial. Na época, Goiás pertencia à Capitania de São Paulo. A região geográfica onde se fundou a vila, junto à cabeceira do rio Vermelho, era até então ocupada pelo grupo indígena Goyá, os goyazes, que deram nome à Vila. Essa é a origem do gentílico relacionado à cidade: “vilaboense”.

³ A poetisa Cora Coralina (Cidade de Goiás, 1889 – Goiânia, 1985) foi uma das mais conhecidas cidadãs vilaboenses, sendo reverenciada também como uma das mais importantes escritoras brasileiras. Uma parcela significativa de seu trabalho literário faz alusão às ambiências e ao cotidiano da interiorana Goiás, que foi

depreende-se a riqueza sinestésica da vivência nos variados ambientes de seu velho centro histórico. A umidade do rio Vermelho, o calor do sol, os sons, cores, odores e texturas da vila colonial são explorados pela poetisa, ilustrando atmosferas constitutivas de sua memória urbana e passíveis de serem experimentadas por quem se propõe a passear por suas vielas, becos e largos.

As tentativas de estabelecimento de uma relação teórica entre o ato de passear pelo território e a apreensão da paisagem e sua identidade remontam à virada do século XVIII para o XIX (LOPES, 2012, p. 45-46). Em 1802, no livro **A arte de passear**, Karl Gottlob Schelle já refletia sobre como as condições físicas de um determinado percurso repercutem diretamente nas experiências com as quais o caminhante tem contato. Segundo Lopes (2012, p. 46), Schelle ressalta:

[...] o valor das paisagens e da cultura do passeante como quesitos qualificadores dos passeios. Para ele, as caminhadas estão condicionadas aos lugares por onde se caminha e pela riqueza de espírito do passeante. A paisagem deixa de ser o resultado de um momento e passa a ser o fruto de um percurso, deixa de ser uma ideia e passa a ser uma experiência.

Schelle (2001) aborda o passeio como uma experiência de fruição estética pela paisagem. Dois pontos de suas considerações se mostram de grande interesse. Em primeiro lugar, a importância que a qualidade do percurso possui no incentivo à deriva, especialmente no que diz respeito à sua beleza natural. Em um segundo momento, ressalta-se a condicionante do indivíduo como fator determinante para a atividade e para a predisposição para apreciar a ambiência que o circunda.

Transpondo os dois séculos que separam a obra de Schelle das prerrogativas do caminhar na contemporaneidade, o deslocamento pedonal pela cidade não somente é entendido como opção de locomoção de baixo impacto ao meio ambiente (se comparado aos transportes motorizados), mas também como ação ativadora do espaço urbano, especialmente em relação à interação social. Para Sánchez e Campillo (2013, p. 40), caminhar pela cidade é estar disposto a conhecer, a colocar-se na expectativa do encontro e compartilhar experiências. Careri (2002), em **Walkscapes**, promove o entendimento do ato de caminhar como uma forma de habitar e construir simbolicamente a cidade, desenvolvendo diferentes atividades, dedicando tempo e olhares à percepção dos elementos que compõem a paisagem, explorando-a, contemplando-a, aventurando-se ludicamente, além de um ponto de vista apenas utilitário.

No atual contexto de incentivo à pedestrianização dos centros urbanos e humanização do espaço citadino, torna-se pertinente avaliar as condições que propiciam e incentivam o deslocamento a pé nas cidades. Gehl, em **Cidades para pessoas**, faz considerações que se assemelham ao já enunciado por Schelle (2001): “[...] a distância aceitável de caminhada é um conceito relativamente fluido” (GEHL, 2013, p. 121). Para o autor, a disposição para caminhar por trajetos maiores a pé depende em primeira

objeto, inclusive, de um de seus primeiros livros “Poemas dos becos de Goiás e estórias mais” (1975).

instância da predisposição e das limitações das pessoas. Em segundo lugar, a topografia, a qualidade do percurso, da paisagem e as condicionantes climáticas são alguns fatores que podem relativizar a adoção de uma distância ideal para o deslocamento a pé.

Borgogni (2013) classifica um meio urbano que apresenta infraestrutura, mobilidade, serviços esportivos, recreativos e ambiente sociável que facilita o uso do corpo na vida cotidiana como uma “cidade ativa”, naturalmente mais saudável, inteligente, vital e segura. Dorato (2014, p. 2) acrescenta que a cidade ativa investe em políticas e ações visando à potencialização de oportunidades que consintam meios a todos os cidadãos para que se mantenham fisicamente ativos na vida cotidiana, de maneira integrada aos diversos ambientes urbanos. Essa perspectiva faz com que a infraestrutura, a integração espacial, os usos adequados, a forma e a qualidade das edificações e os contextos sociais incentivem o trânsito e a permanência no espaço urbano.

Ainda que a caminhada se converta ora em prática saudável, ora em absorção sensível da paisagem da cidade, Rey (2010, p. 109) destaca que, historicamente, “[...] a ação de atravessar o espaço nasce da necessidade natural de se deslocar a fim de encontrar alimentos e informações indispensáveis à sobrevivência”. Essa relação é passível de releituras no cotidiano das cidades contemporâneas. No dia a dia, os cidadãos se deslocam em função de suas atividades laborais e necessidades de acesso a bens, serviços, atividades de lazer. Mesmo em uma cidade turística, são esses deslocamentos diários, ligados à dinâmica dos cidadãos, que devem ser levados em consideração na configuração de uma cidade ativa. Portanto, pensar nos pressupostos que levam à ativação do espaço público e da paisagem pelas pessoas é de suma importância na pesquisa urbana contemporânea.

Fundamental à avaliação das cidades ativas é o conceito de ‘caminhabilidade’. Conforme apontado por Ghidini (2011, p. 22), a caminhabilidade é definida como “[...] uma qualidade do lugar, o caminho que permite ao pedestre uma boa acessibilidade às diferentes partes da cidade [...]”, sobretudo nos percursos desenvolvidos no dia a dia. Diante desse contexto, formulou-se a questão norteadora deste trabalho: no encontro entre a fruição estética da paisagem do centro histórico de Goiás e a vida cotidiana de seus cidadãos, quais são os níveis de caminhabilidade em percursos ordinários nessa área de especial interesse cultural e como estes se relacionam com a contemplação da paisagem formada pelo conjunto colonial? Baseado nesse enunciado, objetivou-se investigar trajetos cotidianos de moradores da cidade de Goiás levando em conta três perspectivas indissociáveis na análise urbana: as distâncias percorridas, a qualidade dos ambientes contemplados nos percursos e a paisagem. Como desdobramento da construção dos procedimentos metodológicos e dos resultados encontrados, promoveu-se uma breve discussão acerca da contribuição do estudo da qualidade paisagística e ambiental à análise da caminhabilidade, procurando superar avaliações segmentárias desta e explorar a sucessão de surpresas que o desvelar da paisagem através da caminhada proporciona ao transeunte, corroborando o mencionado por Cullen (2010, p. 10): “[...] uma cidade é antes do mais, uma ocorrência emocionante no meio ambiente”.

2 REFERENCIAIS TEÓRICO E METODOLÓGICO

A definição de qualidade talvez seja um dos mais complexos conceitos inerentes a qualquer processo de avaliação ambiental. Qualidade perante a que ou a quem são algumas das indagações que não raramente anunciam as inconsistências de diferentes processos de avaliação. Na raiz dos estudos de caminhabilidade está a enunciação de critérios de qualidade espacial com possíveis cenários de ocorrência no ambiente urbano e suas consequentes valorações.

Alguns trabalhos que se propõem a analisar a caminhabilidade em diferentes contextos de cidades brasileiras, como os de Barros, Martínez e Viegas (2015), Gonçalves *et al.* (2015) e Nanya e Sanches (2015), apresentam parâmetros de análise da qualidade em percursos urbanos desenvolvidos em uma série de categorias. Entre as categorias recorrentes nessas análises estão as que abordam desde questões dimensionais de infraestrutura urbana, passando por condicionantes de manutenção do espaço, incidência de obstáculos naturais ou construídos, exposição a intempéries, disposição de mobiliários urbanos, forma urbana, humanização, usos e paisagem envolvente. Assim, a avaliação da caminhabilidade envolve um espectro de temas que vão além do espaço caminhável, dialogam com a morfologia urbana, a paisagem e a ambiência em suas diversas interfaces sensoriais. A análise da caminhabilidade, desse modo, engloba duas dimensões de interesse nos estudos urbanos. Primeiramente, uma dimensão física: como se apresenta a infraestrutura do ambiente construído e que implicações traz para o indivíduo em sua locomoção. A segunda dimensão é a da percepção ambiental: como a paisagem se constrói e seu grau de ativação.

Historicamente a bibliografia clássica dedicada ao estudo das paisagens urbanas e da imagem da cidade vem pontuando confluências entre essas duas dimensões e justificando a inter-relação entre espaço, morfologia urbana, paisagem e ambiência. Ao estudar a fisionomia das cidades e os conjuntos de elementos que as compõem, Lynch (1997) argumentava que a paisagem urbana é construída a partir de cinco elementos: 1) vias; 2) pontos nodais; 3) marcos; 4) bairros; 5) agentes limítrofes ou barreiras lineares naturais ou construídas, promotoras de rupturas nas características de uso e ocupação do solo urbano. Tais elementos são recuperados por Panerai (2014), que enfatiza a forte relação da morfologia dos tecidos urbanos com a construção da paisagem da cidade. Outro autor cuja obra elenca mais detalhadamente os elementos compositivos da paisagem urbana é Cullen (2010), que aborda desde as intenções conceituais ligadas à morfologia do espaço, suas respectivas apreensões e características macro-paisagísticas, até as interpretações sensíveis de seus detalhes. É interessante perceber como os critérios analíticos da caminhabilidade se pretendem generalistas e atravessam os pontos enunciados por esses três autores, exceto a questão mencionada a seguir.

O que é de extrema importância na relação do transitar pedonal com a apreensão da paisagem urbana, em um consenso entre Lynch (1997), Panerai (2014) e Cullen (2010), corresponde à compreensão de que o ato de percorrer caminhos faz com que as pessoas desvelem as paisagens urbanas. Esse 'desvelar' – que sugere uma ideia

de gradação, de encadeamento – é essencial para o entendimento da contribuição desses referenciais clássicos ao método de análise da caminhabilidade. Ao dividir os percursos em trechos – segmentos de vias delimitados pelas calçadas –, a aferição dos níveis de caminhabilidade fornece dados estanques para cada fragmento. As transições paisagístico-ambientais não se mostram explícitas nesse âmbito analítico, em parte porque a paisagem é, como afirma Cullen (2010, p. 37), “o aqui e o além”. Assim, uma categoria analítica como a de usos lindeiros ou de estado de manutenção de edificações em trechos estudados dificilmente esgota a experiência de imersão paisagística, o despertar sensível de um emolduramento da paisagem longínquo ou a surpresa da abertura de uma pequena viela em um largo. O fator óptico, tão bem analisado por Panerai (2014) e Cullen (2010), é um fenômeno de transições e rupturas, de gradações e surpresas – sobretudo, relacional e instigante: o que move o ser humano a prosseguir em uma caminhada está, em grande parte, na expectativa sobre o que está por vir. Assim, na dialética relação entre descobrir a paisagem por caminhar e caminhar para descobri-la, a análise paisagística parece ter valor diferenciado na avaliação da caminhabilidade, não podendo se restringir à abordagem setorial, mas ser vista na sua sequencialidade, no seu âmbito serial.

Tendo como base esse ideal, os procedimentos metodológicos de avaliação da caminhabilidade na cidade de Goiás, desenvolvidos neste trabalho, estruturam-se partindo de uma análise objetiva para uma abordagem qualitativa e sensível, que explora a relação dialética entre o transitar e a qualidade do ambiente construído. A área que sediou o estudo é o centro histórico de Goiás, onde foram elencados cinco percursos que simulam trajetos cotidianos a partir de um ponto inicial: uma casa escolhida estrategicamente em área com predominância do uso residencial. Os trajetos selecionados compreendem o acesso de menor distância aos exemplares próximos do referido ponto que possuem a seguinte natureza: uma escola, um espaço de lazer, um estabelecimento de saúde, um mercado e uma agência bancária. A localização desses exemplares e a demarcação dos trechos analisados se apresentam na figura 1.

Uma primeira avaliação objetiva, proposta neste estudo, parte desta indagação: o quão convidativas são ao deslocamento pedonal as distâncias desses estabelecimentos perante o referencial inicial? Conforme mencionado, não é possível afirmar com clareza um valor ideal para o desenvolvimento de uma caminhada, visto que as questões exógenas à própria dimensão do percurso se mostram preponderantes na decisão por percorrê-lo. Contudo, alguns autores que se dedicam a estudar estratégias de projeto urbano para cidades mais humanizadas enunciam algumas referências dimensionais favoráveis ao trajeto a pé. Gehl (2013, p. 121) afirma que “[...] boa parte das pessoas está disposta a percorrer cerca de 500 metros”. Allen e Farr (2013, p. 126) também avaliam que o atendimento das necessidades diárias a pé se torna mais conveniente e convidativo quando os destinos se desenvolvem de modo agrupado e a uma distância de cerca de 400 metros. Na ausência de um consenso sobre a distância ideal para caminhadas, tomando como ponto de partida o postulado desses autores, foi considerado como balizador para a análise dimensional um valor intermediário aos

citados por eles. Desse modo, as distâncias dos percursos aqui analisados, medidas em base cartográfica por acesso remoto, foram consideradas inadequadas quando se apresentaram superiores à marca de 450 metros.

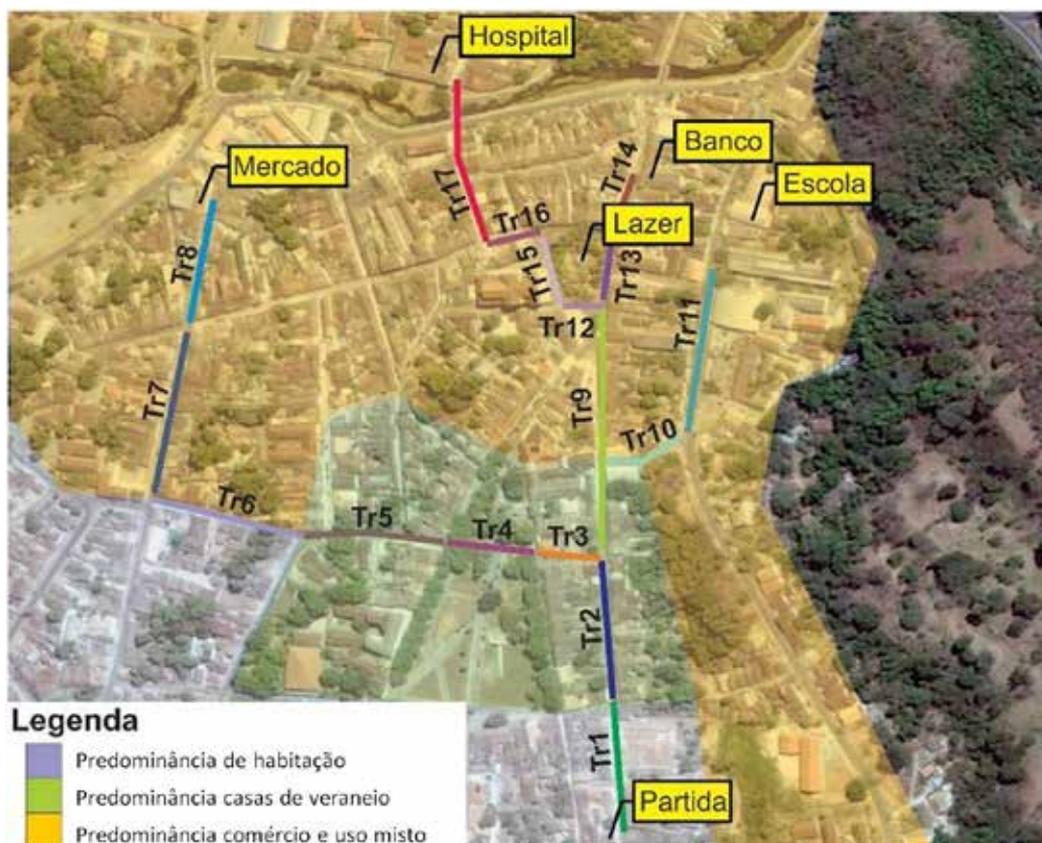


Figura 1 Percursos analisados na cidade de Goi as divididos em trechos.
Fonte: Mapa produzido sobre imagem Google Earth, 2016, pelos autores, 2017.

Uma segunda etapa an tica objetiva se det m nos trechos dos trajetos e respectivos níveis de caminhabilidade, considerando cada trecho como a porão de calçada localizada entre travessias. Para essa análise foram elencadas 11 categorias an ticas, que compreendem: a) largura da calçada; b) condi es de pavimenta o; c) obstáculos; d) prote o contra intemp rias; e) mobiliário urbano de apoio; f) ilumina o pública; g) usos lindeiros ao trajeto; h) segurança e orienta o; i) qualidade da paisagem; j) vegeta o; k) topografia. Cada categoria, apresentada em detalhe no quadro 1,   caracterizada em seis possíveis cenários, valorados entre 0 (zero) e 5 (cinco). A determina o dos cenários foi elaborada baseada nas condicionantes locais da cidade de Goi as.

O método de cáculo para a gera o dos índices de caminhabilidade por trecho   feito mediante o levantamento dos cenários encontrados em cada categoria, elaborando-se em seguida uma m dia aritmética que resulta em uma nota parcial para cada categoria em cada trecho. Já a nota total de cada trecho   obtida a partir da m dia aritmética das notas parciais na totalidade das categorias. Por fim, a nota

total de caminhabilidade por percurso segue a mesma lógica de cálculo, envolvendo a média aritmética da totalidade de trechos que os compõem individualmente. Esses cálculos encerram a etapa de análise objetiva dos percursos com a geração dos níveis de caminhabilidade.

Quadro 1 Critérios de análise da qualidade

Categoria	Cenário	Valor
Largura da calçada	Calçada ausente	0
	Calçada com menos de 0,75 metro	1
	Calçada entre 0,75 e 1,0 metro	2
	Calçada entre 1,0 e 1,5 metro	3
	Calçada entre 1,5 e 2,5 metros	4
	Calçada com mais de 2,5 metros	5
Condições de pavimentação	Calçada sem pavimentação	0
	Calçada com pavimentação parcial	1
	Calçada com depressões	2
Condições de pavimentação (cont.)	Calçada com pavimentação em bom estado	3
	Calçada com pavimentação antiderrapante	4
	Calçada com pavimentação antiderrapante, piso tátil de alerta e direcional	5
Obstáculos	Obstáculo intransponível	0
	Obstáculo contornável reduzindo a faixa de circulação a menos de 0,6 metro	1
	Calçada com degrau maior que 0,18 metro ou com rampa	2
	Calçada com degraus menores que 0,18 metro	3
	Obstáculo contornável reduzindo a faixa de circulação a menos de 1,20 metro	4
	Calçada sem obstáculos	5
Proteção contra intempéries	Proteção inexistente	0
	Cobertura pontual	1
	Cobertura em 25% da calçada	2
	Cobertura em 50% da calçada	3
	Cobertura em 75% da calçada	4
	Cobertura total na calçada	5
Mobiliário urbano de apoio	Inexistência de mobiliário urbano de apoio	0
	Calçada com um item de mobiliário urbano, mas não de permanência, danificado	1
	Calçada com um item de mobiliário urbano, mas não de permanência	2
	Calçada com um item de mobiliário urbano de permanência danificado	3
	Calçada com um item de mobiliário urbano de permanência em bom estado	4
	Calçada com mais de um item de mobiliário urbano de permanência em bom estado	5
Iluminação pública	Inexistência de iluminação pública	0
	Iluminação pública para automóveis com pontos de obscurecência	1
	Iluminação pública para automóveis em bom estado de conservação	2
	Iluminação pedonal com pontos de obscurecência	3
	Iluminação pedonal em intervalos regulares em bom estado de conservação	4
	Iluminação para automóveis e pedonal em bom estado de conservação	5

Usos lindeiros ao trajeto	Muros e terrenos baldios	0
	Uso exclusivamente residencial	1
	Uso exclusivamente comercial e institucional	2
	Uso misto com pouca movimentação nas calçadas	3
	Uso misto com movimentação moderada nas calçadas	4
	Uso misto com grande movimentação nas calçadas	5
Segurança e orientação	Ausência de faixas de pedestre e sinalização	0
	Faixas de pedestre e sinalização em mau estado de conservação	1
Segurança e orientação (cont.)	Faixas de pedestre com obstrução de visão	2
	Faixas de pedestre em bom estado de conservação e sem rampas	3
	Faixas de pedestre em bom estado de conservação e com rampas	4
Qualidade da paisagem	Faixas de pedestres elevadas e com boa sinalização	5
	Construções sem diálogo com o espaço público	0
	Construções em mau estado de conservação e/ou abandonadas	1
	Construções parcialmente em diálogo com o espaço público	2
	Construções em bom estado de conservação e com aberturas fechadas	3
Vegetação	Construções em bom estado de conservação e com aberturas abertas	4
	Construções com grandes aberturas para o espaço público ou com áreas ajardinadas	5
	Sem vegetação	0
	Vegetação insuficiente	1
	Vegetação de forração pontual	2
	Vegetação arbustiva pontual	3
Topografia	Vegetação arbórea em parte do trecho	4
	Vegetação arbórea ao longo do trecho	5
	Inclinação maior que 20%	0
	Inclinação entre 10% e 20%	1
	Inclinação entre 8% e 10%	2
	Inclinação entre 5% e 8%	3
	Inclinação entre 1% e 5%	4
	Plano	5

Fonte: Produzido pelos autores, 2016.

Para além da dimensão objetiva, estudos já empreendidos sobre a motivação para o caminhar pela qualidade ambiental e paisagística – bem como a noção de desenvolvimento progressivo da paisagem e a revisão bibliográfica apresentada – geram para este trabalho questões adicionais que requerem análises qualitativa e perceptual que se aproximem do ponto de vista, das sensações e emoções do observador no espaço. Para tanto, além da avaliação disposta na planilha de critérios de qualidade espacial com base na caminhabilidade, apresentada no quadro 1, o estudo se ocupou de registrar as visões obtidas a partir do transeunte, documentando os percursos por meio de fotografias em visão serial. Nesse processo, registra-se uma sucessão de pontos de vista na qual são documentadas a imagem existente e a imagem emergente no processo de deslocamento (CULLEN, 2010). Mais além, este estudo considera o observador como sujeito de uma experiência desenvolvida em sua interação com o ambiente e demais usuários, passível de certo grau de subjetividade. Nesse sentido, serve-se da abordagem experiencial do ‘pesquisador-usuário’ do espaço que qualifica os dados objetivos e descreve os aspectos sensíveis do caminhar em meio à paisagem,

levando em consideração o exposto por Latour (2001, p. 338): o mundo apreendido exteriormente é observado, sentido e assimilado por uma mente interna ao indivíduo, da qual parte toda a semântica conferida ao ambiente em que se encontra.

3 CAMINHABILIDADE E PAISAGEM: PERCORRENDO AS VIELAS DE GOIÁS

Caminhar pela cidade pode ser uma atividade prazerosa, mas alguns fatores dimensionais do percurso tornam esse hábito mais ou menos convidativo. Na análise das distâncias dos percursos que simulam trajetos cotidianos a partir de um ponto inicial, ilustrada na figura 2, evidencia-se que apenas o acesso ao lazer (460 metros) se encontra dentro das distâncias ideais ao deslocamento pedonal estabelecidas por Gehl (2015) – e os demais acessos ficam fora das distâncias que favorecem a caminhabilidade consideradas neste trabalho.

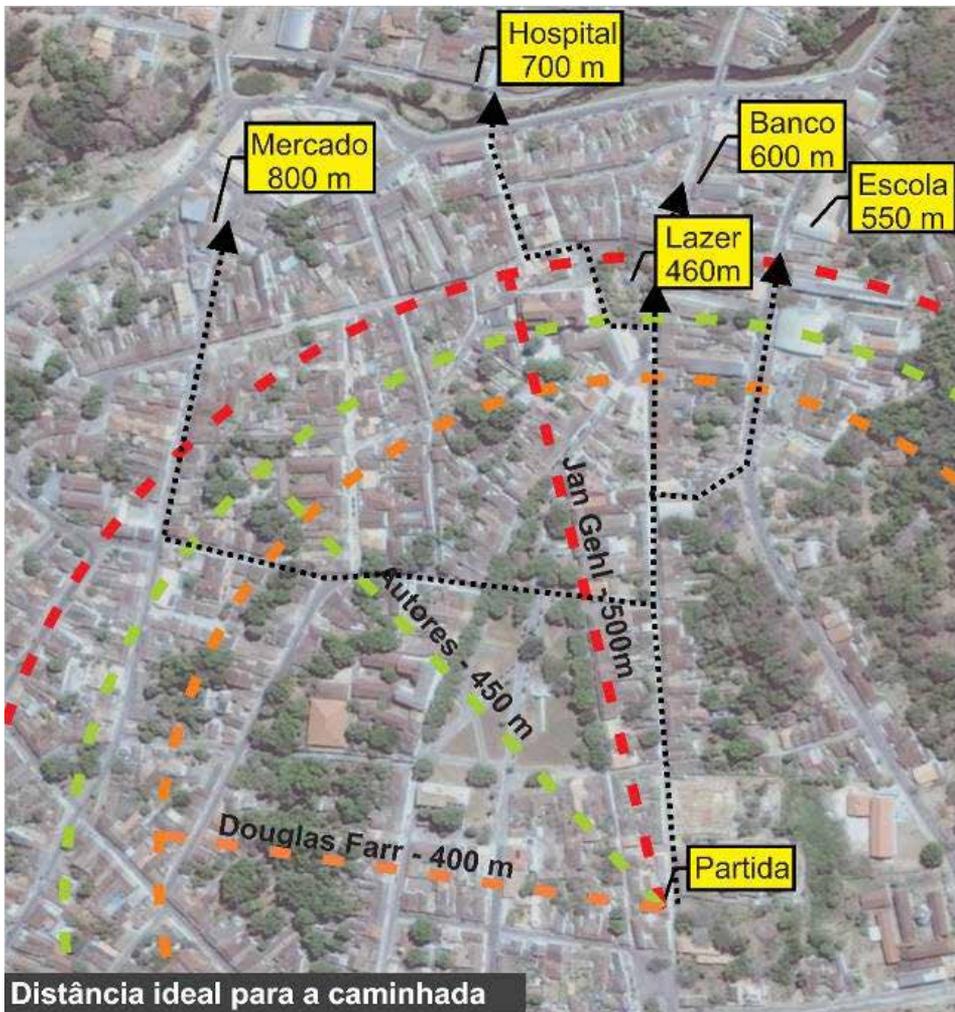


Figura 2 Distâncias de caminhada.
Fonte: Mapa produzido sobre imagem Google Earth, 2016, pelos autores, 2017.

O resultado da primeira parte da pesquisa demonstra de forma simplificada que as distâncias percorridas para locais de usos cotidianos no centro histórico da cidade de Goiás tendem a menor força convidativa à caminhabilidade e um possível convite para deslocamento motorizado. Esse é um fator pertinente, mas não preponderante no intuito do deslocamento, sendo necessário o aprofundamento nas qualidades espaciais desses percursos.

Ao observar os resultados dispostos nos quadros 2 a 6, desenvolvidos nos tópicos que seguem, percebe-se que os percursos apresentam níveis de caminhabilidade consideravelmente insuficientes, em que as precariedades do espaço e sua ativação se tornam latentes na disposição dos resultados em cada quadro, organizada por trechos. Trajetos como o percurso entre a residência e o mercado, ou a escola e o hospital apresentam condicionantes e significações próprias para o indivíduo, como suas apreensões, medos e dores (em relação ao hospital), ou a necessidade do deslocamento com mochilas, bolsas e sacolas (referente ao mercado e à escola). Contudo, a análise descritiva evidencia os potenciais que a forma urbana e a constituição da trama colonial promovem na diversidade da paisagem e na surpresa do usuário durante sua caminhada. Como exemplos mostram-se os percursos da residência ao banco ou ao mercado – que contêm o trajeto ao lazer –, possuidores de dinâmicas paisagísticas variadas e surpresas que o traçado urbano faz emergir no caminhar.

Quadro 2 Percurso residência-mercado: notas de caminhabilidade

Categoria	Média aritmética dos trechos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8	Categoria	Média aritmética dos trechos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8
Largura da calçada	1,44	Usos lindeiros ao trajeto	1,98
Condições de pavimentação	1,83	Segurança e orientação	0,38
Obstáculos	1,06	Qualidade da paisagem	2,84
Proteção contra intempéries	0,5	Vegetação	0,44
Mobiliário urbano de apoio	0	Topografia	3,12
Iluminação pública	3	Média Final do Percurso	1,51

Fonte: Produzido pelos autores, 2016.

Partindo da residência (figura 3-A), o pedestre caminha por ruas estreitas, com área carroçável de pedras irregulares que comportam dois veículos em sua largura. O sentido de vizinhança se fortalece com a presença de moradores ocasionalmente trafegando pelas ruas ou simplesmente sentados à porta de suas casas (figura 3-B). O observador encontra-se ladeado pela atmosfera colonial do casario contínuo de

um pavimento, ritmado pelas sequências dos vãos de portas e janelas de esquadrias de madeira e verga reta (em sua grande maioria), apenas interrompidas por trechos de empenas cegas que fazem fechamento de alguns lotes. Não há continuidade nas calçadas, cuja pavimentação não se apresenta em bom estado de conservação – e que não raramente são interrompidas por pequenas escadas ou outros obstáculos (figura 3-C). Também não há quaisquer tipos de proteção contra intempéries ou mobiliários urbanos de apoio, mesmo se tratando de trecho em aclive.



Figuras 3-A, 3-B e 3-C Imagens dos trechos iniciais do percurso residência-mercado.
Fotos: Carina Cardoso, 2016.

Ao dobrar a esquina e percorrer o trecho 3 (figura 4-A), o sentido de acolhimento que a proximidade das construções promove se transforma num deslumbre ao chegar à área cortada pelos trechos 4 e 5, correspondentes à praça do Chafariz (figura 4-B). Aí, ao contrário dos trechos 1 e 2 e dos trechos que se seguirão, há grande amplitude visual e vegetação abundante. Uma extensa área verde, com vegetação rasteira e arbustiva e maior sombreamento, torna-se um ambiente convidativo à fauna. Desse modo, o transeunte tem contato com os sons advindos das maritacas e tucanos que ali sobrevoam, sobretudo ao cair da tarde.

A boa qualidade ambiental, especialmente relacionada ao sombreamento e às áreas livres, também atrai crianças, que jogam bola nos extensos canteiros gramados, ocasionalmente ocupados por rodas de capoeira que auxiliam na construção da identidade do lugar não somente por permear a paisagem, mas também por marcarem a ambiência através do som do berimbau. Não há, nesse ponto, separação entre calçadas e faixas de rolamento para automóveis. No entanto, a pavimentação de pedras oferece certa regularidade (figura 4-B), e vias laterais mais estreitas e mais próximas às edificações subentendem tráfego mais lento.



Figuras 4-A e 4-B Imagens dos trechos de aproximação e chegada à praça do Chafariz.
Fotos: Carina Cardoso, 2016.

A harmonia promovida pela praça se evanesce à medida que se avança em direção aos trechos finais (figura 5-A). Ainda que permanecendo em traçado plano até o fim do trecho 6, a paisagem aos poucos vai se tornando menos atraente. Há diminuição das construções coloniais, redução da vegetação e, mais além, o cabeamento de energia elétrica passa a ser distribuído no espaço aéreo. A caixa das ruas nesse trecho se torna mais larga, repercutindo em um tráfego a maiores velocidades, que requerem a atenção do pedestre. Não existem sinalizações e faixas de travessia no percurso todo. Nas calçadas estreitas, quando não interrompidas ou com obstáculos, já não se vê tanto a presença de moradores (figura 5-B). Aqui o passo vai pouco a pouco se tornando mais apressado, parcialmente coberto pelas pontuais coberturas ou marquises dos pontos comerciais que paulatinamente começam a surgir, intensificando-se.



Figuras 5-A e 5-B Trechos entre o trajeto da praça do Chafariz à rua do mercado.
Fotos: Carina Cardoso, 2016.

Até chegar aos trechos 7 e 8, essa ambiência se consolida: trânsito intenso, andar mais apressado do transeunte, edificações de uso misto em gabaritos maiores do que na região do conjunto colonial – que se relacionam pouco com o espaço público devido à redução de aberturas no nível dos olhos do observador. Sem vegetação e

mobiliário urbano de apoio, tampouco calçadas com boa pavimentação ou livres de obstáculos, esse trecho ainda apresenta maior movimentação de pedestres por sua natureza comercial (figura 6-A).



Figuras 6-A, 6-B e 6-C Trechos da rua do mercado.
Fotos: Carina Cardoso, 2016.

A finalização do percurso ocorre com a chegada ao mercado, que se encontra imerso em uma zona comercial dotada de edificações que não ultrapassam os dois pavimentos e de um apelo visual próprio de atividades de consumo (figuras 6-B e 6-C). Aqui se mantém o fio de água silencioso apontado por Coralina (1989), que desce dos quintais escusos, mas em grande parte oculto pelas placas e letreiros de uma das ruas mais movimentadas da cidade.

Sair da residência e deslocar-se até a escola mais próxima propõe ao pedestre experimentar a dualidade da ambiência na cidade de Goiás. Primeiramente, os trechos iniciais – 1, 2 e parte do 9 – correspondem ao traçado histórico da cidade, de ruas estreitas com pedras irregulares, calçadas com pavimentação inadequada e mal conservada, repletas de obstáculos, interrupções e nenhuma condicionante de conforto, como proteção contra intempéries, vegetação ou mobiliário urbano de apoio. Ainda assim essa região se torna mais aprazível ao pedestre pela relação de vizinhança, pela escala humana imposta e pela proximidade do casario histórico, que admite raros exemplares com dois pavimentos (figuras 3-A, 3-B e 3-C).

Ao converter à direita no trecho 10, o percurso é ladeado pelos muros cegos de uma construção abandonada, desenvolvendo-se como um beco plano, estreito e escuro (figura 7-A). Não há relação com a paisagem construída, o que faz com que o único objetivo do transeunte nesse trecho seja chegar ao outro lado. Não há movimento nas calçadas e a ambiência do local é pouco convidativa ao trânsito. Ao final do trecho,

um quintal fronteiriço do lote de esquina abriga um espaço cultural a céu aberto, mas não há calçamento adequado que oriente a visita, nem qualquer tipo de iluminação especial ou tratamento da paisagem. Outra vez, imputa-se a sensação de dever seguir andando (figura 7-B).

Quadro 3 Percurso residência-escola: notas de caminhabilidade

Categoria	Média aritmética dos trechos 1, 2, 9, 10 e 11	Categoria	Média aritmética dos trechos 1, 2, 9, 10 e 11
Largura da calçada	1,2	Usos lindeiros ao trajeto	1,97
Condições de pavimentação	1,67	Segurança e orientação	0,2
Obstáculos	1,2	Qualidade da paisagem	2,14
Proteção contra intempéries	0	Vegetação	0,1
Mobiliário urbano de apoio	0	Topografia	2,6
Iluminação pública	2,8	Média Final do Percurso	1,26

Fonte: Produzido pelos autores, 2016.



Figuras 7-A e 7-B Trechos entre a rua da residência e a rua da escola.
Fotos: Carina Cardoso, 2016.

A continuação da deriva conduz à escola. Nesse trecho final, o 11, a paisagem é oposta ao que se vê na tipologia histórica da malha tradicional. A diferenciação não diz respeito à qualidade do ambiente, mas sim às características morfológicas da trama urbana: uma pista ampla, asfaltada, com calçada em ambos lados, onde se encontram lotes maiores, ocupados em sua maioria por galpões, além da própria escola (figura 8-A). No tocante à qualidade da paisagem, as calçadas não são largas, mas apresentam maior continuidade e menos obstáculos. Não há proteção contra intempéries,

vegetação ou mobiliário urbano de apoio, mas há um fluxo moderado de pessoas em trânsito. Diferentemente das áreas históricas mais tradicionais – como as indicadas pelos trechos 1, 2 e 9 –, essas pessoas não são moradoras, mas sim passantes.

É necessário atenção, pois a via em alveio tem um fluxo grande de veículos, inclusive de grande porte como ônibus e caminhões, e a sinalização é insuficiente, assim como a vegetação. O fato de se apresentar como uma rua asfaltada também possibilita um deslocamento automotivo a velocidades maiores. A percepção é a de estar passando por um local onde há pouco diálogo das edificações com a rua, por seus muros e esquadrias cerradas, além de um parcelamento do solo que gera menor adensamento construtivo e, conseqüentemente, demográfico (figura 8-B).



Figuras 8-A e 8-B Trechos finais de chegada à escola.
Fotos: Carina Cardoso, 2016.

Quadro 4 Percurso residência-lazer: notas de caminhabilidade

Categoria	Média aritmética dos trechos 1, 2, 9 e 12	Categoria	Média aritmética dos trechos 1, 2, 9 e 12
Largura da calçada	1,13	Usos lindeiros ao trajeto	2,83
Condições de pavimentação	1,46	Segurança e orientação	0
Obstáculos	1,5	Qualidade da paisagem	2,84
Proteção contra intempéries	0,38	Vegetação	0,75
Mobiliário urbano de apoio	1,25	Topografia	2,25
Iluminação pública	3,75	Média Final do Percurso	1,65

Fonte: Produzido pelos autores, 2016.

Algumas cidades são entusiasticamente percorridas a pé mesmo apresentando baixos índices de caminhabilidade, com relevos extremamente acidentados, ruas estreitas, ausência de calçadas, inexistência de faixa de pedestres, pavimentação desigual e insuficiência de parâmetros de acessibilidade. Segundo Speck (2012), isso se deve em grande parte ao traçado urbano, que pode se portar como fator dinamizador da paisagem. Os percursos residência-lazer e residência-banco atestam um quadro semelhante a esse.

Quadro 5 Percurso residência-banco: notas de caminhabilidade

Categoria	Média aritmética dos trechos 1, 2, 9, 13 e 14	Categoria	Média aritmética dos trechos 1, 2, 9 e 12
Largura da calçada	1,5	Usos lindeiros ao trajeto	3,27
Condições de pavimentação	1,67	Segurança e orientação	0
Obstáculos	1,8	Qualidade da paisagem	3,07
Proteção contra intempéries	0,3	Vegetação	0,6
Mobiliário urbano de apoio	1	Topografia	2,6
Iluminação pública	3,8	Média Final do Percurso	1,78

Fonte: Produzido pelos autores, 2016.

A pavimentação das vias carroçáveis, estreitas, é em pedra irregular, o que pressupõe tráfego um pouco mais lento. Assim, ao longo dos trechos 1, 2 e 9, predomina a contemplação da paisagem delineada pelo casario histórico, majoritariamente de edificações de um pavimento (figuras 3-A, 3-B e 3-C). A ambiência por ela produzida conta com uma ritmada disposição de fenestrações a partir da tipologia de portas e janelas coloniais intercaladas por muros cegos que geram fechamento de lotes voltados para outras vias. Também compõem o enquadramento da paisagem os beirais prolongados de telhas cerâmicas – que em dias de chuva criam uma cortina de água que desce sobre a calçada. O caminhar é lento para o morador que conhece os entraves em seu passeio, guardando também a precaução para conter a velocidade e vencer o desnível existente (figura 9-A). Na sonoridade do espaço é marcante o som ocasional do badalar dos sinos da igreja, ao final do trecho 9 (figura 9-B).



Figuras 9-A e 9-B A abertura da rua ao largo da praça.
Fotos: Carina Cardoso, 2016.

Aí se vê o desvelar de um ambiente bucólico e agregador: a principal praça da cidade – a praça do Coreto – inaugura uma sensação de amplitude no percurso (figura 10-A), abrindo a perspectiva urbana em si com um generoso espaço praticamente plano, bem equipado com mobiliário urbano de apoio, vegetação em diferentes escalas – que promovem áreas sombreadas, porém sem qualquer proteção contra chuvas –, iluminação pública suficiente e calçamento em bom estado de conservação (figura 10-B). A praça é um dos principais pontos de lazer da cidade e, de fato, promove a interação social em diversos níveis, permitindo a seus ocupantes a diversidade do uso e do olhar, seja com a prática de brincadeiras infantis, rodas de capoeira, performances artísticas, bate papo tomando um sorvete, ou o singelo e enriquecedor contemplar da paisagem cultural que a cerca. Interessante é perceber, também, que o principal espaço de lazer da cidade é ladeado por edificações de uso misto: residências, em sua minoria, dividem espaço com comércio e instituições públicas e religiosas. A praça, em parte contemplada pelo trecho 12 e em parte pelo 13, apresenta sempre grande movimentação de pedestres.



Figuras 10-A e 10-B Praça do Coreto.
Fotos: Carina Cardoso, 2016.

Seguindo pelo trecho 13, prossegue-se no percurso ao banco e, justamente em sua extremidade, na junção com o trecho 14, tem-se um dos mais belos panoramas de Goiás: o declive da rua de pedras, com suas calçadas estreitas e irregulares, tem como ponto focal a igreja do Rosário, antecedida pela ponte onde se encontra o museu Casa de Cora Coralina (figura 11-A). O contraste da paisagem edificada com o pano de fundo da serra do Faina promove destaque ainda maior para a igreja (figura 11-B), cuja estética é passível de admiração tanto de dia quanto de noite, com as luzes acesas.

Nesse trecho, ainda se percebe que não há sinalização, faixas de pedestres nos cruzamentos e arborização nas ruas. Não há proteção contra intempéries e o calçamento estreito, de pavimentação descontínua, com desníveis e obstáculos, exige do passante atenção redobrada. A carência de boa caminhabilidade, entretanto, acaba minimizada pelo forte apelo imagético do local, com encantador casario que volta à escala térrea, aproximando-se do pedestre, com utilização mista e fluxo moderado em seu calçamento. A própria edificação que abriga o banco, internamente dotada da tecnologia que a atividade requer, externamente dialoga com a paisagem cultural tombada da cidade, mantendo a tipologia colonial do casario onde se insere (figura 11-C).



Figuras 11-A, 11-B e 11-C Descida na rua do banco.
Fotos: Carina Cardoso, 2016.

Quadro 6 Percurso residência-hospital: notas de caminhabilidade

Categoria	Média aritmética dos trechos 1, 2, 9, 12, 15, 16 e 17	Categoria	Média aritmética dos trechos 1, 2, 9, 12, 15, 16 e 17
Largura da calçada	1,07	Usos lindeiros ao trajeto	2,83
Condições de pavimentação	1,26	Segurança e orientação	0
Obstáculos	1,36	Qualidade da paisagem	3
Proteção contra intempéries	0,42	Vegetação	0,86
Mobiliário urbano de apoio	1,43	Topografia	2,86
Iluminação pública	3,14	Média Final do Percurso	1,66

Fonte: Produzido pelos autores, 2016.

O percurso que parte da residência em direção ao hospital é o mesmo até o ponto identificado pelo lazer. Aí, a caracterização dos trechos 12 e 13, descrita nos percursos anteriores, coincide com o que se vê no 15 – e não gratuitamente: esses trechos configuram três dos quatro lados da praça do Coreto (figura 10). A paisagem muda a partir da conversão à esquerda no trecho 16, onde a amplitude dá lugar novamente às ruas estreitas, com ausência de árvores e onde novamente há carência de calçadas largas em bom estado de conservação e com continuidade, sinalização, mobiliário urbano de apoio e proteção contra intempéries (figura 12-A). O trecho plano tem fluxo moderado,

com uso misto de seus espaços, que guardam estreita relação com o transeunte, com ele dialogando em escala de proximidade. Esse tratamento humanizado do espaço já não existe no trecho seguinte, o 17. Complexo, poderia ser parcelado em vários trechos menores, tamanha é sua diversidade. Inicialmente, segue ladeado pelo casario histórico de uso misto, como visto no trecho anterior, contudo quase não há movimentação em suas calçadas (figura 12-B). Tal fato se justifica pela grande quantidade de edificações fechadas e sem uso. A noção de Cora de uma paisagem triste, ausente e de ar sombrio pode ser encontrada no início desse trecho, sobretudo se percorrido à noite. Mas a tal área se segue uma charmosa ponte que cruza o rio Vermelho, levando ao principal hospital da cidade (figura 12-C).



Figuras 12-A, 12-B e 12-C Trechos entre a praça do Coreto e a rua do hospital.
Fotos: Carina Cardoso, 2016.

A travessia para o hospital é, entretanto, difícil. O trecho cruza um espaço amplo da larga via à beira-rio, onde não há sinalização eficaz ou faixa de pedestres. O caminhar sobre a ponte é separado do tráfego motorizado por uma barreira física baixa e muito tênue, não ofertando segurança para o transeunte. A iluminação é eficaz, como em todo o restante dos percursos, mas ao contrário do que o imaginário poderia supor, não há vegetação junto ao rio. Apenas a margem oposta, atravessada ao final do trecho 17 e próxima ao hospital detém maior número de árvores.

A umidade do rio Vermelho, que corta a cidade de Goiás, juntamente à sua configuração geológica, topográfica e vegetativa, possui grande influência no microclima da área. Ao cruzar o rio, às margens do qual se localiza a antiga casa da poetisa Cora Coralina⁴, a temperatura cai, a ventilação se acentua e promove relações sensoriais de

⁴ A casa que pertenceu à família de Cora Coralina e onde a escritora viveu até sua morte, em 1985, foi convertida em um Museu-Casa aberto à visitação pública.

outra natureza ao transeunte. Esse agente limítrofe de porções urbanizadas e condições climatológicas atua no imaginário urbano como divisor de dois centros históricos que se unem nos traços estéticos do colonial e se distanciam nos aspectos que compõem a ambiência. Mais próximos da casa de Cora, a bucólica Goiás sinestésica se revela a quem por ela caminha.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se desenvolveu a partir de uma questão norteadora que propunha relacionar os níveis de caminhabilidade em trajetos cotidianos no centro histórico da cidade de Goiás com a contemplação da paisagem formada pelo conjunto colonial. Os resultados acerca do favorecimento da caminhabilidade na área em questão se mostraram preocupantes, com índices abaixo da média para todos os percursos. Com tais resultados dificilmente seria possível enquadrar a cidade de Goiás no rol das chamadas “cidades ativas”. Apesar de seu pequeno porte, seus serviços essenciais se encontram a grandes distâncias das áreas residenciais da maior parte da população. A insolação hostil, a exposição a elevadas temperaturas, a topografia acidentada e a configuração da infraestrutura viária colonial, com calçadas pequenas e muitas irregularidades de pavimentação, são alguns dos fatores inibidores do deslocamento a pé. Somados a estes, o grande quantitativo de casarões abandonados ou fechados acaba por evanescer todo o potencial de ativação da paisagem construída colonial. Em uma escala amistosa e proporcional ao espaço público e à escala humana, com aberturas ritmadas e grande potencial de interlocução com a rua, muitas edificações de indiscutível valor estético, ao não estarem em uso frequente, se portam como enclaves, encerradas ao espaço público, conferindo a este uma atmosfera de esvaziamento e insegurança.

Entretanto, conforme discutido neste trabalho, o encantamento no ato de caminhar pela cidade não está centrado somente no ‘aqui’, na visão segmentária de trechos proposta frequentemente na análise de caminhabilidade. Pelo contrário, ele se desenvolve na intermediação do ‘aqui’ e do ‘além’, no surgimento ora progressivo, ora surpreendente da paisagem, cujo potencial é evidente na conformação do tecido colonial. A cada viela que desemboca em um largo, a cada grandiosa construção implantada em um ponto nodal, enquadrada nas perspectivas sucessivas, a cada marco paisagístico focalizado, a cada sequência de contrastes entre o caiado das edificações e as serras verdejadas, tem-se contato com o que instiga, com o que leva à locomoção, apesar das longas distâncias e das precariedades do espaço físico.

É importante sinalizar que a instigação é o propulsor do passeante. Para o habitante de Goiás, a paisagem pode tornar-se ordinária, tal qual seus percursos, e por si está longe de ser fator preponderante na opção pelo caminhar. Para o cidadão, mais do que a paisagem, a ambiência se torna vital: o conforto e a segurança de deslocar-se no espaço. Portanto, intervenções urbanas que se lancem ao desafio de melhorar as condições de caminhabilidade sem descaracterizar ou interromper a fruição da paisagem cultural são essenciais para maior vitalidade e humanização do espaço público

a partir do convite ao deslocamento a pé. Os resultados apresentados neste estudo podem sinalizar passos iniciais em direção a essas boas práticas de ações no centro histórico da cidade.

Finalizando, o que se evidencia a partir deste trabalho é que a análise de caminhabilidade, apesar de contemplar a paisagem – fator primordial no incentivo ao passeio a pé –, o faz de forma segmentária e pouco sensível ao olhar do observador. Isso ocorre porque a necessidade de formular categorias e cenários acaba por restringir o inusitado, o emergente que somente a vivência do espaço e a sensibilidade podem revelar. Esses aspectos sensíveis também são pouco passíveis de valoração objetiva, contudo a incorporação da abordagem experiencial e a do registro serial das visões do espaço à análise de caminhabilidade são caminhos para a qualificação humanizada e subjetiva dos trajetos percorridos na cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLEN, E.; FARR, D. Um bairro completo. In: FARR, D (Org.). **Urbanismo sustentável**: desenho urbano com a natureza. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- BARROS, A. P. B. G.; MARTÍNEZ, L. M. G.; VIEGAS, J. M. A caminhabilidade sob a ótica das pessoas: o que promove e o que inibe o deslocamento a pé? **Ur**, Barcelona, n. 8, 2015, p. 94-103.
- BORGOGNI, A. Active city: il movimento è protagonista. In: **Il Manifesto**, Itália, 14 set. 2013, Sport, s/p.
- CARERI, F. **Walkscapes**: el andar como práctica estética. Barcelona: Gustavo Gilli, 2002.
- CORALINA, C. **Poemas e becos de Goiás e estórias mais**. São Paulo: Círculo do Livro, 1989.
- CULLEN, G. **Paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70, 2010.
- DORATO, E. La città attiva: mutamenti e nuove pratiche nell'uso dello spazio pubblico. In: **Inforum**, 2014, p.13-18. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/278403739>>. Acesso em: 24 nov. 2016.
- GEHL, J. **Cidades para pessoas**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GHIDINI, R. A caminhabilidade: medida urbana sustentável. **Revista dos Transportes Públicos – ANTP**. São Paulo: ANTP, v. 33, 2011, p. 21-33.
- GONÇALVES *et al.* Avaliação da caminhabilidade nas ruas da cidade. **Revista Mirante**. Anápolis: UEG, v. 8, 2015, p. 185-2001.
- LATOUR, B. **A esperança de Pandora**. Bauru: Edusc, 2001.
- LOPES, A. R. **A cidade sob a poética do andar**: as deambulações de Hélio Oiticica. 2012. 189 f. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2012.
- LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NANYA, L. M.; SANCHES, S. P. Proposta de instrumento para auditoria e avaliação da caminhabilidade. In: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA EM TRANSPORTE DA ANPET, 2015, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: ANTP, 2015, p. 81-94.
- PANERAI, P. **Análise urbana**. Brasília: EDU, 2014.
- REY, S. Caminhar: experiência estética, desdobramento virtual. **Revista Porto Arte**, v. 17, n. 29, 2010, p.107-121.
- SÁNCHEZ, E. R.; CAMPILLO, H. O. Andar: movilidad sostenible. **Módulo Arquitectura CUC**. Barranquilla: Educosta, v. 12, n. 1, 2013, p. 27-44.
- SCHELLE, K. G. **A arte de passear**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- SPECK, J. **Walkable city**: how downtown can save America, one step at a time. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2012.

Data de submissão: 30 nov. 2016

Data de aprovação: 4 mai. 2017

ESPAÇOS LIVRES PRIVADOS NAS PEQUENAS CIDADES

PRIVATE OPEN SPACES IN SMALL TOWNS

Cláudia Maté*

Alina Gonçalves Santiago**

RESUMO

As cidades pequenas são maioria no cenário nacional, no entanto ainda são poucas as pesquisas desenvolvidas acerca da realidade dessas cidades, principalmente a respeito de seu espaço urbano. Da mesma forma, os estudos desenvolvidos a respeito do sistema de espaços livres também têm se concentrado em grandes e médias cidades brasileiras. Nesse contexto, este artigo tem como objetivo analisar os Espaços Livres Privados (ELPr) de uma pequena cidade, Pinhalzinho, no estado de Santa Catarina, identificando suas particularidades e também as similaridades e diferenças existentes com os resultados já encontrados nos estudos de cidades de maior porte. A metodologia adotada tem como referência principal os estudos dos sistemas de espaços livres desenvolvidos pela Rede Nacional de Pesquisa Quapá-SEL, com o uso da interface Sistemas de Informação Geográfica para identificação, categorização, quantificação e análise dos espaços livres privados. A análise destes resultou em altas taxas de espaço livre intraquadra e na predominância de espaços verdes e permeáveis, aspectos bem particulares à pequena cidade em estudo.

Palavras-chave: Cidade pequena. Espaços Livres Privados. Pinhalzinho.

ABSTRACT

In the Brazilian urban scenario, small towns are the most common type of settlement; however, they are rarely addressed by urban studies, especially regarding their urban space. Likewise, the studies concerning the open space system are also concentrated in medium and large Brazilian cities. In this context, this paper aims to investigate the private open spaces of a small town, Pinhalzinho/SC, identifying its specificities and also observing the similarities and differences between the results already found in larger urban centers. The adopted method has the studies of open space systems developed by the National Research Network Quapá-SEL as main reference, using the GIS interface for identification, categorization, quantification, and analysis of private open spaces. As a result, the analysis of private spaces shows high rates of open space within blocks and the predominance of vegetated and pervious surfaces—specific aspects of the small town investigated.

Keywords: Small Town. Private Open Spaces. Pinhalzinho.

* Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósARQ/CTC-UFSC). Campus Reitor João David Ferreira Lima, s/n, CEP 88040-900, Trindade, Florianópolis, SC, Brasil.
CV: <http://lattes.cnpq.br/6071186026217896>
claudiaamate@gmail.com

** Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósARQ/CTC-UFSC). Campus Reitor João David Ferreira Lima, s/n, CEP 88040-900, Trindade, Florianópolis, SC, Brasil.
CV: <http://lattes.cnpq.br/5182318318276740>
alinagsantiago@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado da dissertação intitulada 'A cidade pequena através de seu sistema de espaços livres – o caso de Pinhalzinho/SC' (MATÉ, 2016), desenvolvida no Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PósARQ/UFSC). A pesquisa surgiu da demanda por estudos e métodos de análise aplicáveis às pequenas cidades e suas peculiaridades, buscando melhor caracterizar seus territórios e suas dinâmicas.

Mesmo representando a maioria no cenário nacional – cerca de 70% dos municípios brasileiros possuem população inferior a 20 mil habitantes –, o estudo desses pequenos núcleos não tem sido um dos temas prioritários na produção de conhecimento sobre a cidade (SPOSITO; DA SILVA, 2013). De modo geral, os estudos urbanos têm se dedicado à compreensão das médias e grandes cidades, sobretudo das metrópoles. Assim, persistem as dificuldades relacionadas à análise das pequenas, tanto pela carência de parâmetros de definição e metodológicos como pela diversidade da realidade socioespacial brasileira (SOARES, 2009).

Da mesma forma, os estudos desenvolvidos a respeito do sistema de espaços livres urbanos, públicos e privados, também têm se concentrado em metrópoles e grandes cidades. A discussão nacional sobre os espaços livres tem possibilitado o estabelecimento de padrões comuns de configuração, gestão, distribuição e apropriação desses espaços, e, assim, maior compreensão sobre a realidade urbana nas cidades brasileiras de maior porte.

A importância das análises sobre os espaços livres das pequenas cidades se fundamenta no fato de que estas comumente apresentam proximidade com o ambiente rural e o natural, realidade distante nos grandes núcleos. Ao mesmo tempo, nessas cidades também é frequente a adoção de modelos de planejamento, planos diretores ou padrões formais de cidades maiores. Macedo (1995) explica que a reprodução desses modelos raramente considera as condições locais e o impacto ambiental, sendo propostas soluções inadequadas em relação à morfologia do relevo e ao clima, desvinculadas do cotidiano e costumes locais.

Nesse sentido, a análise do sistema de espaços livres em uma cidade pequena pode identificar suas particularidades, investigando como a influência das cidades maiores e a inter-relação entre o rural e o urbano se refletem em seu espaço urbano, na forma, nas tipologias, nos padrões de uso e distribuição dos espaços livres urbanos. Ao analisar a importância que os espaços livres tiveram na organização das cidades de pequeno porte e as consequências que sofreram frente à ocupação urbana e à maneira como ela se desenvolveu, é possível compreender a realidade urbana desses núcleos.

Este artigo concentra-se no estudo dos Espaços Livres Privados (ELPr) de uma cidade de pequeno porte – Pinhalzinho – com o objetivo de investigar suas tipologias, seus usos e distribuição, e sua relação com o perfil socioeconômico da população.

2 OS ESPAÇOS LIVRES PRIVADOS

Os espaços livres urbanos são definidos por Magnoli (1982) e Macedo (1995) como todos os espaços 'livres de edificação', ou seja, todos os espaços descobertos, sejam vegetados ou pavimentados, públicos ou privados, produzidos de modo formal ou informal. Desse modo, espaço livre é todo espaço não ocupado ou coberto por volume edificado e que está diretamente associado ao entorno das edificações e às atividades humanas (CUSTÓDIO *et al.*, 2013).

Os ELPr são aqueles inseridos em áreas particulares ou terrenos privados desocupados, cujo acesso não é em geral possibilitado ao público. É nesses espaços que ocorre grande parte da vida cotidiana da habitação, do trabalho, convívio familiar e social e recreação (QUEIROGA, 2011). Esses espaços constituem boa parte dos espaços livres das cidades brasileiras, apresentando importância no sistema de espaços livres urbanos sobretudo pelo aspecto de complementaridade funcional, mas também contribuindo em aspectos ambientais (QUEIROGA, 2014).

A distribuição e a conformação dos ELPr influenciam diretamente na paisagem urbana das cidades brasileiras. Segundo Queiroga *et al.* (2011), há uma relação de dependência entre os espaços livres e a massa construída e, na maioria dos casos, os ELPr são caracterizados por intensa fragmentação e encontram-se dispersos no tecido urbano.

Além de apresentarem grande vulnerabilidade no espaço urbano, por serem constantemente interpretados como espaços ainda livres e no aguardo de algum tipo de ocupação, tais espaços também acabam sendo os mais suscetíveis a transformações (TÂNGARI; ALMENTEIRO; PARAHYBA, 2012). Os autores apontam que, ainda que regulamentados pela legislação, são frequentemente ocupados informalmente, de forma não coletiva, definida por anseios particulares, afetando a relação 'cheios e vazios', a qualidade e quantidade de insolação e a ventilação.

Tais espaços livres dificilmente resistem às transformações advindas das necessidades da população e são transformados e minimizados, até mesmo extintos, para atender demandas específicas, como a construção de um novo cômodo ou cobertura para um automóvel (QUEIROGA *et al.*, 2011). O reduzido tamanho dos ELPr é um dos padrões observados nas grandes e médias cidades analisadas pela Rede Quapá-SEL. Conforme Queiroga *et al.* (2011), a maioria das áreas urbanas consolidadas apresenta espaços livres inferiores a 50% da área das quadras, sendo a condição mais frequente destas com menos de 30% de espaços livres.

A Rede Quapá-SEL tem como um de seus instrumentos de trabalho a confecção de mapas temáticos que buscam caracterizar a morfologia urbana das cidades e facilitar a compreensão do espaço e da forma urbana e sua relação com os espaços livres. Entre os mapeamentos desenvolvidos, destacam-se dois neste artigo: 1) espaço livre de edificação intraquadra; 2) verticalização por quadra.

O primeiro objetiva avaliar o quanto se tem de espaços livres dentro das quadras urbanas independentemente de seus usos, sejam eles jardins, corredores, pátios de

descarga ou estacionamentos (CAMPOS, 2010). Para esse mapeamento foram estabelecidas três categorias: **quadras com até 30% de espaço livre; quadras com 30% a 50% de espaço livre e quadras com mais de 50% de espaço livre** (CAMPOS *et al.*, 2009).

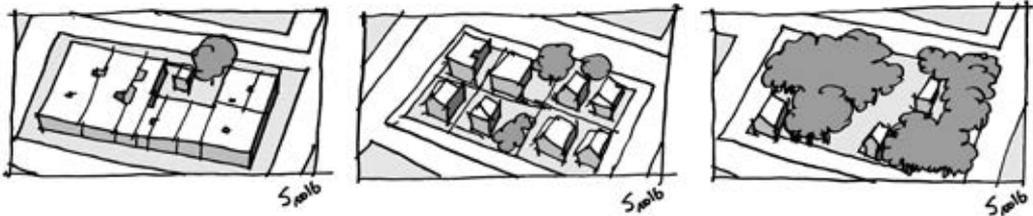


Figura 1 Categorias de EL Intraquadra: quadras com até 30%, de 30% a 50% e com mais de 50% de espaço livre, respectivamente.

Fonte: Caderno Quapá-SEL São Paulo – Acervo Quapá-SEL, 2016.

O segundo mapa temático – de verticalização por quadra – busca avaliar a intensidade e a localização da verticalização no espaço urbano das cidades brasileiras. Para esse mapeamento foram estabelecidas três faixas: **até 10% de verticalização na quadra, de 10% a 50% de verticalização na quadra e mais de 50% de verticalização na quadra** (CAMPOS *et al.*, 2009), sendo que as edificações consideradas verticalizadas são aquelas com mais de três ou quatro pavimentos, variando de acordo com o estudo.

As análises procedentes desses mapeamentos têm evidenciado o adensamento construído das áreas urbanas consolidadas tanto nas metrópoles como nas cidades grandes e médias avaliadas (MACEDO *et al.*, 2009). Observa-se uma predominância, nas áreas centrais, de tecidos urbanos com no máximo 30% de espaços livres e até 50% de verticalização intraquadra, características que conferem altos índices de impermeabilização, escassez de vegetação e problemas de insolação e ventilação.

Outra característica verificada é a predominância de quadras horizontais no tecido urbano das cidades analisadas e a concentração de quadras densamente verticalizadas nas áreas centrais e ao longo dos grandes eixos viários (CAMPOS, 2010; CAMPOS *et al.*, 2009). É importante destacar que, devido ao método adotado, quadras com até 10% de área verticalizada podem apresentar tanto uma verticalização pontual como quadras totalmente horizontais.

Em síntese, os mapas de espaços livres de edificação intraquadra e verticalização intraquadra apontam a alta densidade construída e a baixa incidência de espaços livres intralote como características recorrentes nas grandes e médias cidades brasileiras (CAMPOS, 2010). Diante desses resultados, e da evidente lacuna quanto ao estudo do sistema de espaços livres urbanos nas pequenas cidades, sentiu-se a necessidade de verificar se as características dos espaços livres nas grandes e médias cidades brasileiras são recorrentes nas pequenas, visto que, normalmente, o desenvolvimento de seus planos diretores é norteado pelos das cidades maiores.

3 A CIDADE DE ESTUDO

A escolha de Pinhalzinho como estudo de caso se deu, primeiramente, por enquadrar-se na categoria de cidade de pequeno porte diante de seu contingente populacional de 18.284 mil habitantes (IBGE, 2014) e por estar localizado no oeste de Santa Catarina, região tipicamente rural e fortemente marcada pela agropecuária e agroindústria (SOUZA, 2009). A escolha do município também partiu da sua importância como centro local regional da mesorregião Oeste (IBGE, 2008) e por ter apresentado contínuo crescimento populacional nos últimos anos, em meio a uma região caracterizada pelo decréscimo populacional (IBGE, 2014).

É importante destacar que o Oeste Catarinense se caracteriza pela predominância das pequenas cidades em seu território e pela importância do espaço rural na dinâmica e na distribuição demográfica da região. Como aponta Mattei (2011), a grande maioria dos municípios do Oeste, mesmo os considerados urbanos, ainda mantém sua base rural e a integração entre produtores familiares e as agroindústrias, contexto que reflete na economia dos municípios e nas relações cotidianas de sua população urbana e rural.

O espaço urbano de Pinhalzinho é formado pelos perímetros urbano e industrial, ambos estabelecidos pelo Plano Diretor Municipal (PINHALZINHO, 2012). Os acessos a Pinhalzinho se dão pelas rodovias BR-282 e SC-469 – a primeira tendo grande importância não somente para a mesorregião Oeste, mas para todo o estado, promovendo integrações socioeconômica, política e cultural entre as diferentes regiões catarinenses. Devido à expansão urbana crescente em direção às rodovias, o fluxo de veículos, principalmente os de carga, está cada vez mais interligado ao tráfego na malha urbana.

Na figura 2 são ilustrados os perímetros urbano e industrial, as rodovias que cortam o território municipal e a mancha urbana de Pinhalzinho em 2010. A malha urbana do município ocupa cerca de 3.450.000 m² (3,45 km²), e a somatória dos perímetros industrial e urbano, incluindo áreas destinadas à expansão urbana, é de 10 km² – correspondendo a 12,83% do território municipal. No perímetro urbano, os habitantes distribuem-se em dez bairros. De acordo com dados municipais, a população urbana concentra-se principalmente nos bairros centrais: Centro, Pioneiro e Nova Divineia.

Na sequência pode-se observar os mapeamentos de uso e ocupação do solo e de gabarito das edificações do perímetro urbano. Na figura 3 verifica-se a concentração de diferentes usos no bairro Centro e ao longo dos principais eixos viários que cruzam a área central. Essa concentração de diversos usos contrasta com o predomínio do uso residencial nos bairros adjacentes ao Centro, especialmente em relação às áreas mais periféricas. A predominância residencial é observada em toda a cidade: do total de 5.313 edificações levantadas, 4.279 são residenciais – mais de 80% do total.

Já na figura 4 pode-se observar que a verticalização também se concentra no Centro e, em menor intensidade, nas vias principais. A grande maioria das edificações, cerca de 97%, possui até dois pavimentos. Ao relacioná-las com a figura 3, estas edificações

abrigam indústrias, as instituições e a maior parte das residências, comércio e serviço. As edificações com mais de três pavimentos, apenas 3% total municipal, abrigam uso misto e residencial. Das 158 edificações consideradas verticalizadas, somente nove possuem mais de oito pavimentos e, mesmo possuindo edifícios de até 16 pavimentos, o pequeno número de edificações com mais de três pavimentos mostra como a verticalização é pontual no município.

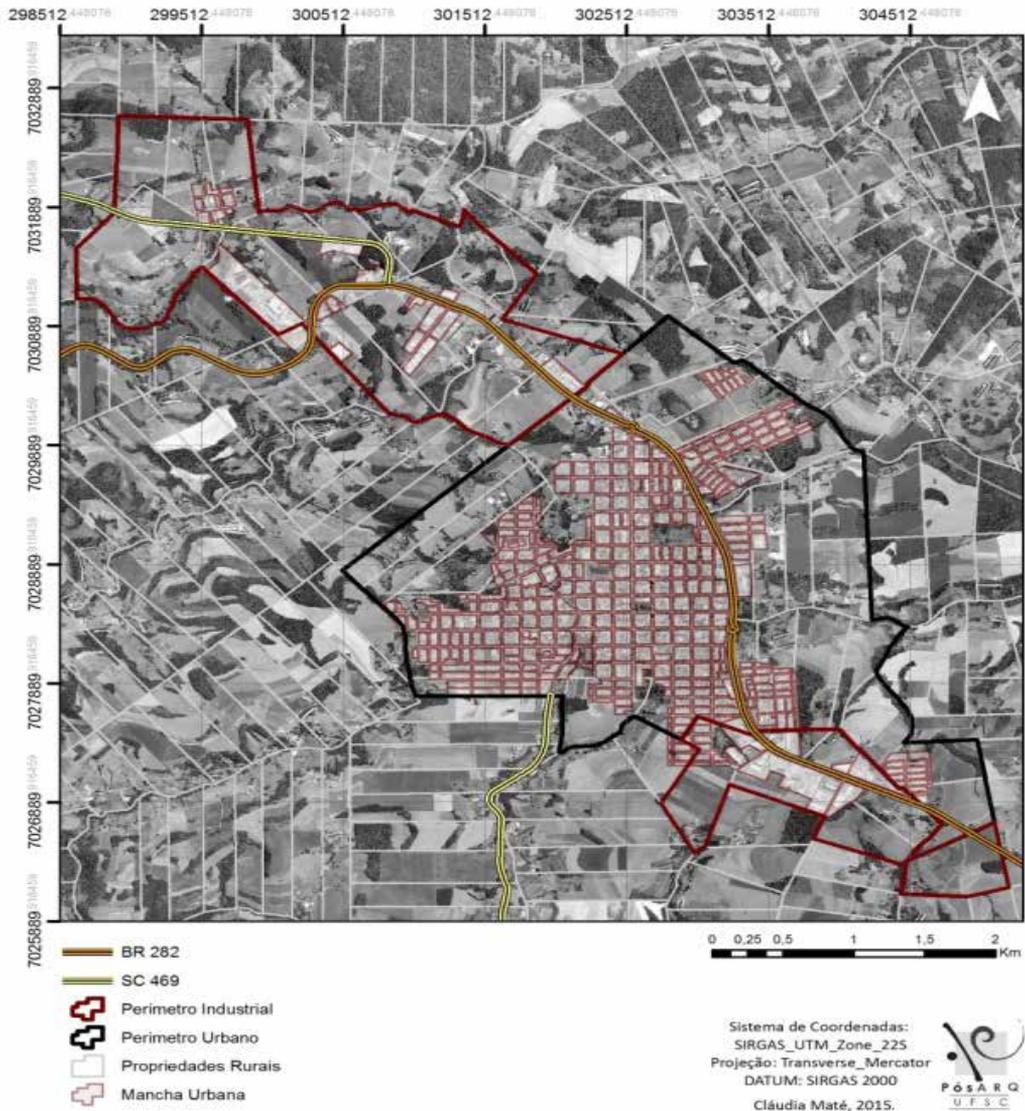


Figura 1 Mapa dos perímetros urbano e industrial de Pinhalzinho com destaque para as rodovias BR-282 e SC-469.

Fonte: Elaborado por Cláudia Maté, 2015, com base no mapa cadastral e dados vetoriais da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho (2010).

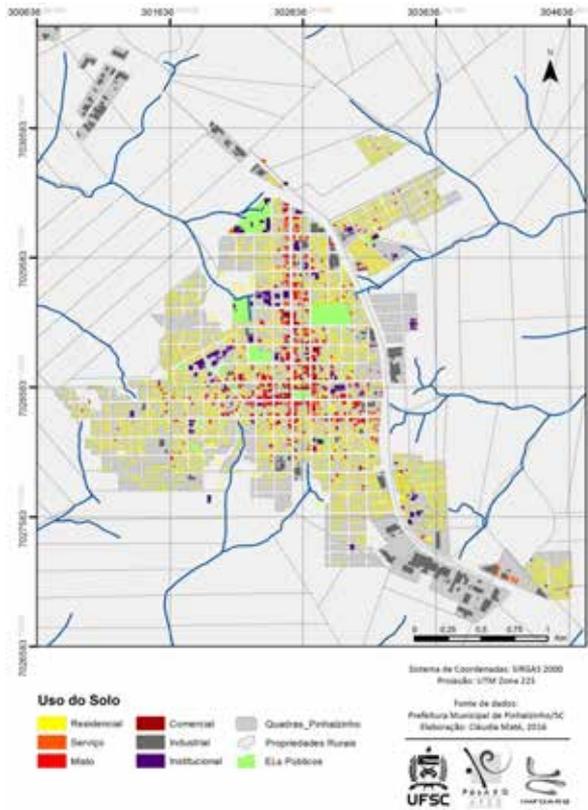


Figura 2 Mapa de Uso e Ocupação do Solo. Fonte: Elaborado por Cláudia Maté (2016) com base no mapa cadastral e dados vetoriais da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho (2010).



Figura 3 Mapa de Gabarito das edificações. Fonte: Elaborado por Cláudia Maté (2016) com base no mapa cadastral e dados vetoriais da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho (2010).

A respeito dos dados populacionais e de renda, as figuras 5 e 6 correspondem aos mapeamentos da distribuição da população residente e da renda média na cidade. A análise da população residente mostra que as maiores concentrações populacionais estão nos bairros Nova Divineia, Pioneiro e Centro, respectivamente, seguidas pelas áreas ao longo da BR-282. Já na análise da renda média, para a qual foi considerado o valor do rendimento médio mensal dos responsáveis por domicílios, verificou-se concentração de renda na área central, enquanto os bairros localizados ao leste da rodovia – Jardim Maria Terezinha, Bela Vista e Loteamento Primavera – apresentam um rendimento de até um salário mínimo. Assim, tem-se uma distribuição espacial onde a região central é mais valorizada e agrupa pessoas de maior renda, e as áreas mais periféricas abrigam pessoas menos favorecidas economicamente.

Mesmo sendo um município de pequeno porte, a análise do seu espaço urbano mostra características e problemáticas identificadas em municípios de maior porte. Entre elas, destacam-se: a distinção entre bairros associada à classe social e à localização; o início de um processo de crescimento urbano fragmentado, com abertura de loteamentos distantes da área consolidada e ao longo de rodovias; o avanço da ocupação em direção a Áreas de Preservação Permanente (APPs), muitas vezes ignorando o suporte biofísico.

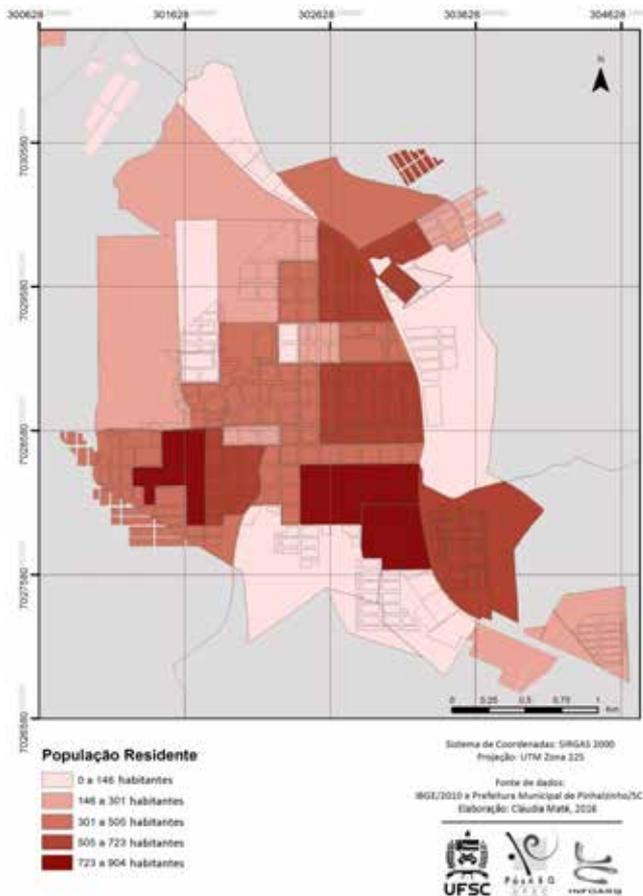


Figura 4 População residente no perímetro urbano.
 Fonte: Elaborado por Cláudia Maté (2016) com base no mapa cadastral e dados vetoriais da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho e IBGE (2010).

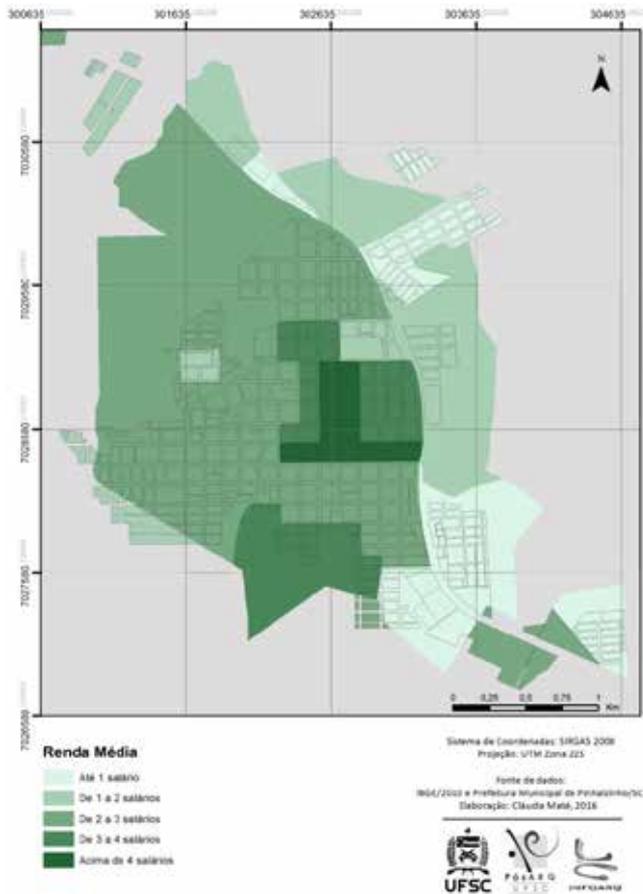


Figura 5 Renda média do perímetro urbano.

Fonte: Elaborado por Cláudia Maté (2016) com base no mapa cadastral e dados vetoriais da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho e IBGE (2010).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, onde o método adotado para o desenvolvimento do estudo de caso tem como referência principal os estudos dos espaços livres urbanos desenvolvidos pela Rede Nacional de Pesquisa Quapá-SEL.

A coleta de dados relativa ao espaço urbano de Pinhalzinho – especificamente as bases cartográficas, dados vetoriais (em formato *shapefile*) e levantamento aerofotogramétrico – foi realizada junto à Prefeitura Municipal por intermédio da Secretaria de Planejamento de Pinhalzinho. Posteriormente foi complementada e atualizada com a ajuda de levantamentos aerofotogramétricos, imagens de satélite recentes (2015, 2016) e observações *in loco*. Já os dados demográficos municipais e os dados espaciais referentes aos setores censitários municipais (também em *shapefile*) foram coletados por meio da sinopse do Censo 2010 (IBGE, 210).

O tratamento dos dados foi desenvolvido a partir do uso da interface do Sistema de Informações Geográficas (SIG). Primeiramente os ELPr foram identificados através da fotointerpretação e análise dos dados vetoriais municipais. Em seguida foram realizadas análises e mapeamentos relacionados à porcentagem de espaço livre intraquadra e

verticalização por quadra nas diferentes áreas da cidade. Ambos mapeamentos foram adaptados dos estudos da Rede Quapá-SEL, com adequação dos intervalos em função do porte da cidade em estudo.

A) Mapeamento dos espaços livres intraquadra agrupados em cinco intervalos de porcentagem:

- até 30% da quadra livre de edificações;
- de 30% a 50% da quadra livre de edificações;
- de 50% a 60% da quadra livre de edificações;
- de 60% a 70% da quadra livre de edificações;
- acima de 70% da quadra livre de edificações.

Para a análise da verticalização por quadra criou-se a categoria 'quadra não-verticalizada' – não presente nos estudos da rede, sendo, porém, a que melhor retrata a verticalização na cidade estudada. A incidência de verticalização foi considerada a partir da presença de edifícios ≥ 03 pavimentos.

B) Mapeamento da verticalização por quadra agrupada nos seguintes intervalos: quadra não verticalizada;

- até 10% de verticalização na quadra;
- de 10% a 30% de verticalização na quadra;
- de 30% a 50% de verticalização na quadra.

Na sequência foram identificados os padrões morfológicos na cidade, o que permitiu compreender como se dá o espaço construído e o espaço livre nas diferentes áreas de Pinhalzinho. Para identificar os padrões foram cruzados e analisados os mapas temáticos desenvolvidos previamente: cheios e vazios; uso do solo; gabarito; espaços livres intraquadra; verticalização por quadra; população residente e renda média.

A partir do cruzamento dos mapas foram identificados cinco padrões. Cada um foi sistematizado em quadro descritivo contendo a síntese dos dados provenientes dos mapeamentos, a representação do padrão em cartografia e em fotografia aérea – esta obtida por intermédio de veículo aéreo não tripulado (*drone*) após a identificação e localização do padrão no território (quadros 1 a 5). Com a localização dos padrões na área urbana de Pinhalzinho foi elaborado o Mapa Síntese de Distribuição dos Padrões Morfológicos da cidade.

5 RESULTADOS

A análise dos ELPr divide-se em duas etapas: são apresentadas as análises dos espaços livres intraquadra de todo espaço urbano de Pinhalzinho, seguidas pela identificação dos padrões morfológicos no território.

Por meio do mapa de cheios e vazios (figura 7) pode-se observar a regularidade da ocupação urbana – e também como Pinhalzinho, apesar de não possuir ampla malha urbana, já apresenta certa descontinuidade do tecido urbano. O traçado da rodovia e a forma como divide a malha urbana atual é um dos elementos que mais se destacam no mapa.

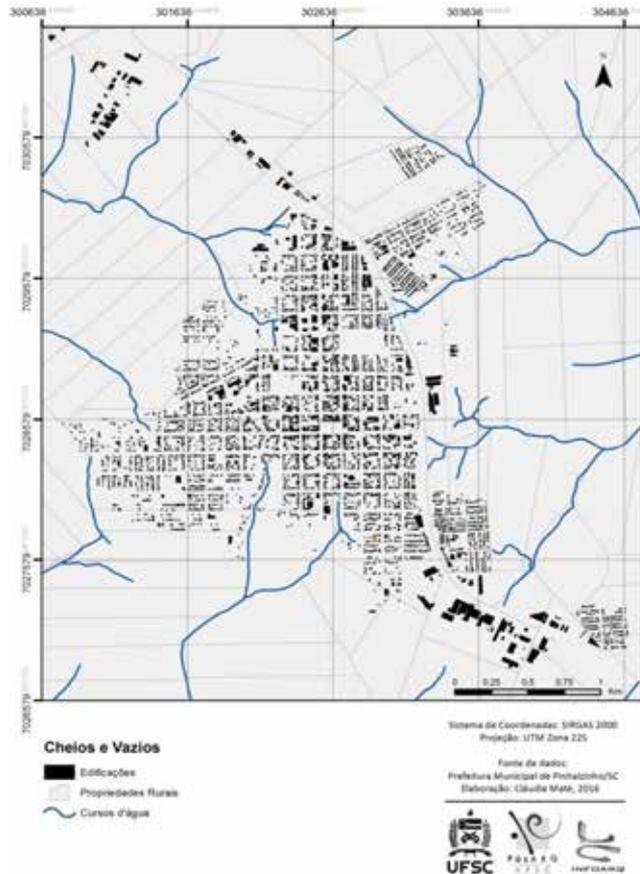


Figura 6 Mapa de cheios e vazios do perímetro urbano de Pinhalzinho. Fonte: Elaborado por Cláudia Maté (2016) com base no mapa cadastral e dados vetoriais da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho (2010).

Quando comparada a área central com os bairros circundantes, em especial com as áreas localizadas no limite do perímetro urbano, pode-se perceber a diferença na tipologia das quadras. Na área central, que corresponde ao período inicial da ocupação, as quadras são quadradas, com as edificações próximas às ruas, conformando um miolo livre de edificações. Em relação aos demais bairros, são compostos por quadras retangulares, com lotes menores, e edificações e espaços livres reduzidos.

Na sequência realizou-se a leitura da ocupação das quadras sob dois parâmetros: a quantificação do espaço livre de edificação intraquadra e a quantificação de verticalização por quadra. Na figura 8 observa-se a porcentagem de espaços livres de cada quadra. Entre as 432 analisadas, apenas uma, no bairro Centro, possui menos de 30% de espaço livre; 11 têm menos de 50% de espaço livre em seu interior. A maior parte dessa quadra apresenta forma retangular e está localizada nos bairros próximos à rodovia.

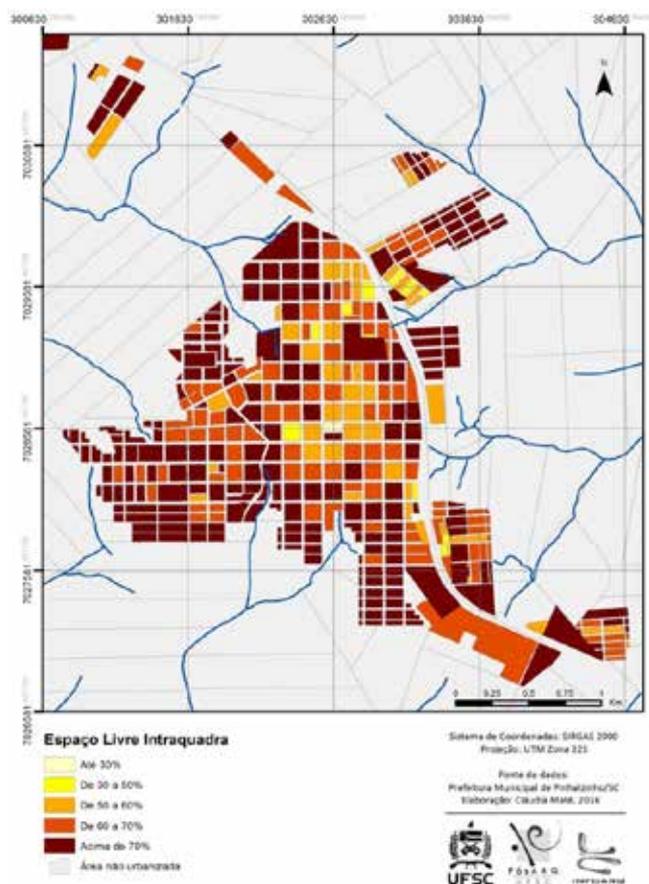


Figura 7 Mapa de espaço livre intraquadra do perímetro urbano de Pinhalzinho.
 Fonte: Elaborado por Cláudia Maté (2016) com base no mapa cadastral e dados vetoriais da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho (2010).

Os outros três intervalos são marcados por quadras com maior quantidade de terrenos não edificadas. São 48 quadras com 50% a 60% de espaço livre, 115 com 60% a 70% e 255 com mais de 70% de seu espaço livre de edificação. As quadras que apresentam de 50% a 70% de espaço livre correspondem às áreas ocupadas nas décadas de 1970 e 1980, períodos em que houve grande crescimento populacional na cidade. A maioria dessas quadras são quadradas, com o miolo livre – e por estarem presentes em todos os bairros de Pinhalzinho, possuem os mais variados usos. Já as quadras com mais de 70% de espaço livre de edificação são majoritariamente residenciais, mais periféricas e recentes ou que contêm espaços livres públicos de recreação.

Em síntese, menos de 3% das quadras do município possuem espaço livre intraquadra inferior a 50%; 11% delas possuem entre 50% e 60%, seguidas por 27% das quadras entre 60% e 70%. A grande maioria delas – 59% – apresenta mais de 70% de seu espaço intraquadra livre. Analisando esses resultados com os mais comumente encontrados nas grandes e médias cidades, observa-se grande diferença entre as cidades de portes diversos.

Enquanto nas grandes e médias cidades é observada a predominância de tecidos urbanos com no máximo 30% de espaços livres intraquadra, em Pinhalzinho esse intervalo é praticamente inexistente. Ao mesmo tempo, as quadras com mais de 50% de espaço livre – 97% das quadras da cidade – dificilmente são encontradas nas áreas consolida-

das dos grandes centros urbanos. Quando encontradas, são destinadas à habitação de camadas de maior renda ou porções do território em processo de consolidação, muitas vezes próximo a áreas de conservação e ocupados por população de menor renda. Diante dos resultados encontrados nesse mapeamento, pode-se concluir que a tendência de baixos índices de área livre intraquadra, comum nas grandes cidades brasileiras, não corresponde à realidade do município de Pinhalzinho.

O mapeamento da verticalização por quadra (figura 9) mostra a predominância das quadras não verticalizadas na cidade, 82% das 432 quadras analisadas. As quadras com até 10% de verticalização, ou seja, com geralmente uma ou duas edificações em altura, correspondem a 9,5% – 36 quadras. Na sequência temos 32 quadras com 10% a 30% de seus lotes verticalizados e apenas cinco quadras com verticalização entre 30% e 50%. Juntas, correspondem a 8,5% do total municipal. Pelo mapa é possível visualizar que estão concentradas na área central e ao longo dos principais eixos viários.

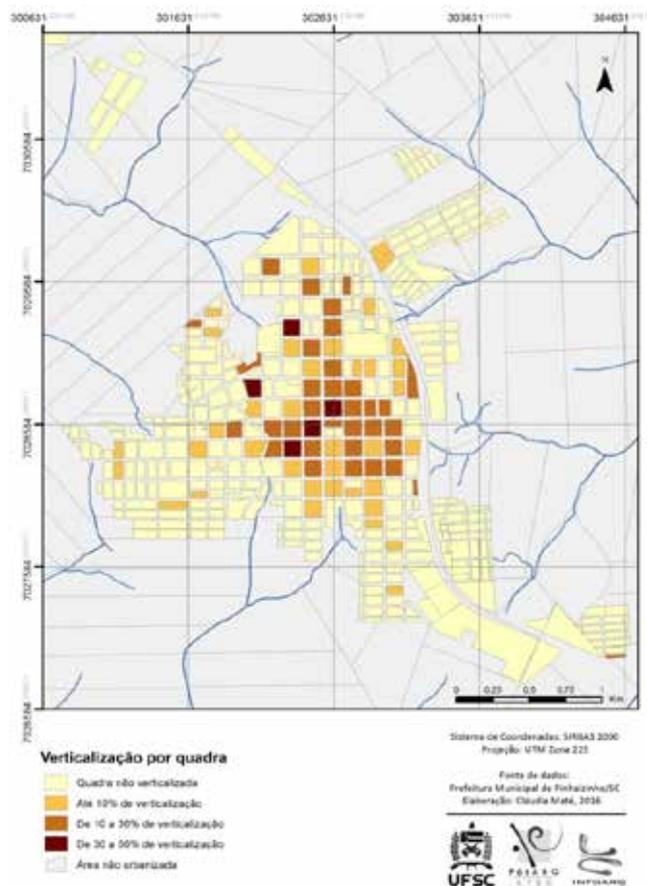


Figura 8 Mapa da verticalização de Pinhalzinho, representada pelas manchas mais escuras na área central. Nas demais áreas predominam as quadras horizontais, porém já é possível perceber a presença pontual de lotes verticalizados.

Fonte: Elaborado por Cláudia Matê (2016) com base no mapa cadastral e dados vetoriais da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho (2010).

Com base na análise da verticalização por quadra, podemos verificar que os resultados se assemelham, em alguns aspectos, aos encontrados em grandes e médias cidades. Da mesma forma que nos municípios de maior porte, no tecido urbano de Pinhalzinho são predominantes as quadras horizontais e a concentração de quadras verticalizadas nas áreas centrais e ao longo dos principais eixos viários. Todavia, cabe

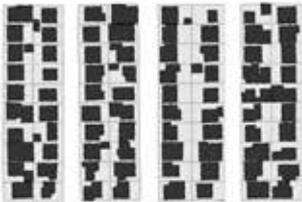
ressaltar a grande diferença entre a intensidade da verticalização e a extensão das áreas ocupadas por esses edifícios nas grandes cidades e a realidade da verticalização pontual encontrada em Pinhalzinho, onde nenhuma quadra possui mais de 50% dos seus lotes verticalizados.

Ao relacionarmos os dois mapeamentos, verifica-se que as quadras que possuem maiores taxas de espaços livres intraquadra também são as que apresentam menores taxas de verticalização e predominância de uso residencial. Por outro lado, as poucas quadras mais verticalizadas, ocupadas em sua maioria por edifícios mistos, possuem menor quantidade de espaço livre.

Diante desses resultados e do entendimento geral da quantidade de espaços livres intraquadra e intensidade da verticalização no espaço urbano de Pinhalzinho, realizou-se a análise na escala da quadra urbana através da identificação dos padrões morfológicos. Essa identificação tem a finalidade de compreender a relação entre espaço livre e espaço construído que condiciona a forma de ocupação das quadras e seu reflexo nas tipologias e distribuição dos espaços livres privados encontrados em Pinhalzinho.

O Padrão Morfológico 01 é caracterizado por apresentar as quadras com menores dimensões – consequentemente, os lotes de tamanho mais reduzido quando comparados aos demais padrões. Esse padrão compreende as áreas de menor poder aquisitivo, os bairros mais afastados da região central, inclusive os localizados na porção leste da rodovia (quadro 1).

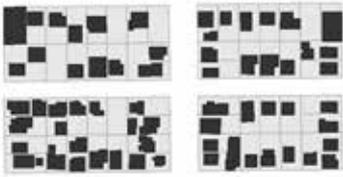
Quadro 1 Padrão Morfológico 01

PADRÃO MORFOLÓGICO 01			
CARACTERÍSTICAS	Tipo de Parcelamento Predominante	Quadras retangulares 120x60 120x40m	
	Localização	Bairros: São José, Panorama, Bela Vista, Jardim Maria Terezinha e Loteamento Primavera	
	População Residente	De 146 a 723 habitantes (IBGE, 2010)	
	Renda média	Predominância de até 1 salário (IBGE, 2010)	
	Cheios e Vazios	Grãos pequenos e isolados no lote	
	Uso do Solo	Predominantemente residencial	
	Gabarito	Até 02 pavimentos	
	EL Intraquadra	Acima de 50% livre	
	Verticalização	Predominância de quadras não verticalizadas	
	Vias	Áreas ao leste da BR 282 atendidas por vias de 6 a 12m de caixa viária; já as demais áreas, por vias de 12 a 19m; traçado regular predominante	
Dinâmica atual da área	Áreas ao leste da BR 282 - em expansão em direção às zonas rurais, com presença significativa de vazios urbanos; seus novos loteamentos seguem a tipologia de quadra retangular com EL intraquadra de dimensões reduzidas. Demais áreas tiveram sua ocupação entre as décadas de 70 e 80; ocupação consolidada com poucos vazios urbanos.		
ELs Públicos de Recreação	Loteamento Primavera e Bairro São José: ausência de EL de lazer. Bela Vista e J. Maria Terezinha atendidos por praças; e Panorama, pelo parque.		

Fonte: Cláudia Maté (2016).

Ao comparar os padrões 01 e 02, verificam-se semelhanças quanto à morfologia das quadras e forma de ocupação do lote, com edificações isoladas e, em sua maioria, pequenas e de uso residencial. No entanto, a diferença encontra-se na renda média dos habitantes, que resulta em diversas tipologias de edificação e de espaço livre privado; na verticalização, já que o Padrão 01 possui apenas edificações de até dois pavimentos – e o Padrão 02 engloba áreas com verticalização pontual; nas vias de acesso – de maior caixa viária e melhor infraestrutura no segundo padrão; na localização, já que o primeiro padrão abrange os bairros localizados ao leste da BR-282 e o segundo corresponde a áreas mais próximas da região central. A comparação entre quadras de ambos padrões pode ser vista nas figuras 10 e 11.

Quadro 2 Padrão Morfológico 02

PADRÃO MORFOLÓGICO 02			
CARACTERÍSTICAS	Tipo de Parcelamento Predominante	Quadras retangulares 120x60	
	Localização	Bairros: Nova Divinéia, Pioneiro, Santo Antônio e Centro	
	População Residente	De 301 a 904 habitantes (IBGE, 2010)	
	Renda média	A partir de 3 salários (IBGE, 2010)	
	Cheios e Vazios	Grãos pequenos e isolados no lote	
	Uso do Solo	Predominantemente residencial Presença pontual de serviços e uso misto	
	Gabarito	Até 02 pavimentos com verticalização pontual	
	EL Intraquadra	Acima de 60% livre	
	Verticalização	Quadra não verticalizada Quadras com 10% de verticalização	
	Vias	Área atendida por vias secundárias de 19 a 23m de caixa viária; traçado regular	
	Dinâmica atual da área	Quadras mais centrais apresentam uma ocupação consolidada, com verticalização recente e poucos vazios urbanos. Já as quadras de ocupação recente, apresentam maior número de lotes vazios e rara verticalização; os novos loteamentos nesta área seguem a tipologia de quadras retangulares	
	ELs Públicos de Lazer	Áreas próximas à região central e pertencentes ao Bairro Santo Antônio usufruem de maior número de praças públicas e de maior qualidade. Já as áreas em expansão, apesar de localizadas em bairros que possuem ELs Públicos, ficam distantes deles	

Fonte: Cláudia Maté (2016).

As áreas em expansão de ambos padrões seguem a tipologia de quadras retangulares, como pode ser visto nas figuras 12 e 13. Nas quadras do Padrão 02 pode-se verificar que a mancha urbana é menos consolidada, resultando em grande incidência de lotes não edificados (figura 14), muitos ocupados com cultivos.



Figura 9 Padrão 01 – Bairro São José.
Fonte: Arquivo pessoal, 2016.



Figura 10 Padrão 02 – Bairro Pioneiro.
Fonte: Arquivo pessoal, 2016.



Figura 11 Área em expansão – Bairro Nova Divineia.
Fonte: Arquivo pessoal, 2016.



Figura 12 Loteamento – Bairro Bela Vista.
Fonte: Arquivo pessoal, 2016.



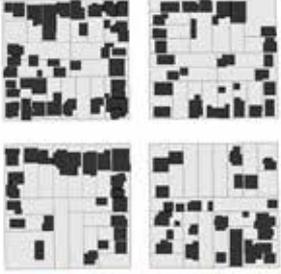
Figura 13 Padrão 02 – Mancha urbana menos consolidada no bairro Pioneiro.
Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Nas quadras do Padrão 03, predomina a ocupação residencial e horizontal com verticalização pontual. Diferente dos padrões anteriores, essas quadras apresentam configuração quadrada e maiores dimensões – portanto os espaços livres privados intraquadra são abundantes, arborizados, de usos diversificados. Pode-se dividir as quadras desse padrão em dois grupos, de acordo com localização, renda e a resultante tipologia de espaço livre privado. Nas áreas de maior poder aquisitivo, são comuns áreas de lazer privadas com jardins, piscinas, *decks*, e, conseqüentemente, maior impermeabilização do solo. Já nas áreas de renda inferior, as áreas verdes ocupam maior parte do lote, com presença de pomares e hortas (figuras 15 e 16).

Como pode ser observado nas figuras 15 e 16, a forma e dimensão dessas quadras garante um miolo livre de edificações. Essa característica é presente nos Padrões 03 e 04, especialmente na área central e arredores, de ocupação mais antiga. A diferença entre os padrões consiste na dimensão das edificações e na forma como ocupam o lote. Nas quadras do Padrão 03, as edificações são predominantemente residenciais, configurando grãos pequenos e isolados no lote. No Padrão 04 – onde há uso comercial, misto e de serviço –, as taxas de ocupação dos lotes são maiores, com recuos frontais e laterais reduzidos ou inexistentes.

O Padrão 04 também compreende as áreas com maior incidência de verticalização na cidade. Mesmo possuindo poucos edifícios com mais de oito pavimentos, é possível perceber o efeito da verticalização nos espaços livres privados dessas quadras. Os lotes onde se localizam esses edifícios apresentam maior impermeabilização do solo, não possuem áreas vegetadas e, principalmente na área central, têm altas taxas de ocupação. Os edifícios com 14 e 16 pavimentos ocupam praticamente a totalidade do lote e as porções livres são pavimentadas e usadas para estacionamento (figura 17).

Quadro 3 Padrão Morfológico 03

PADRÃO MORFOLÓGICO 03			
CARACTERÍSTICAS	Tipo de Parcelamento Predominante	Quadras quadradas 120x120 100x100m	
	Localização	Bairros: Nova Divinéia, Pioneiro, Santo Antônio, EFACIP e Centro	
	População Residente	De 301 a 904 habitantes (IBGE, 2010)	
	Renda média	De 2 a 4 salários (IBGE, 2010)	
	Cheios e Vazios	Grãos pequenos e isolados no lote. Ocupação nas bordas das quadras, resultando em espaço livre central	
	Uso do Solo	Predominantemente residencial Presença pontual de edificações comerciais, de serviço e mistas	
	Gabarito	Até 02 pavimentos com verticalização pontual	
	EL Intraquadra	Acima de 60% livre com predominância de quadras com mais de 70% de EL intraquadra	
	Verticalização	De quadra não verticalizada até quadra com 30% de verticalização	
	Vias	Área atendida por vias principais e secundárias de 19 a 25m de caixa viária; traçado regular predominante	
Dimâmica atual da área	Ocupação consolidada com presença de vazios urbanos e verticalização recente		
ELs Públicos de Lazer	Bairro EFACIP atendido somente pelo parque. Demais áreas usufruem de maior número de praças públicas e de maior qualidade, próximas a região central		

Fonte: Cláudia Maté (2016).



Figura 14 Padrão 03 – Bairro Pioneiro.

Fonte: Arquivo pessoal, 2016.



Figura 15 Padrão 03 – Bairro Nova Divinéia.
Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Quadro 4 Padrão Morfológico 04

PADRÃO MORFOLOGICO 04			
CARACTERÍSTICAS	Tipo de Parcelamento Predominante	Quadras quadradas 120x120	
	Localização	Ao longo dos eixos da Av. Brasília e Av. Porto Alegre, cortando os bairros EFACIP, São José, Centro, Pioneiro e Nova Divinéia	
	População Residente	De 146 a 904 habitantes (IBGE, 2010)	
	Renda média	A partir de 3 salários (IBGE, 2010)	
	Cheios e Vazios	Grãos maiores e isolados no lote. Em edificações comerciais e edifícios verticais, diminuição dos afastamentos laterais e ausência de recuos frontais. Ocupação nas bordas das quadras, resultando em espaço livre central.	
	Uso do Solo	Comercial, Serviço, Misto e Residencial	
	Gabarito	Área com maior incidência de verticalização – até 16 pavimentos, porém pontual. Predominam as edificações com até 02 pavimentos	
	EL Intraquadra	Abrange a única quadra com até 30% livre do município. Predomínio de quadras com 30 a 60% livre	
	Verticalização	De quadra não verticalizada até quadra com 50% de verticalização;	
	Vias	Área atendida por vias principais de 23 e 25m de caixa viária; traçado regular predominante	
Dinâmica atual da área	Ocupação consolidada com presença de vazios urbanos; crescente verticalização e maior ocupação do lote; aumento do número de estabelecimentos comerciais e de serviço, com tendência à diminuição de afastamentos e recuos, e consequente mudança nas quantidades e tipologias de EL		
ELs Públicos de Lazer	Todas as áreas atendidas por praças e parques – proximidade aos eixos principais		

Fonte: Cláudia Maté (2016).

Ressalta-se que, apesar de ocupadas por edificações maiores, essas quadras ainda apresentam significativo espaço livre central. Como ainda não existem quadras com mais de 50% de seus lotes verticalizados, as quadras desse padrão apresentam áreas verdes e permeáveis relacionadas aos lotes das edificações horizontais. A ocupação de uma dessas quadras é ilustrada na figura 18, na qual é possível verificar como os edifícios ocupam a maior parte dos lotes onde estão inseridos e como os poucos espaços livres vegetados nesta quadra estão ligados ao uso residencial.



Figura 16 Verticalização na área central.
Fonte: Arquivo pessoal, 2016.



Figura 17 Padrão 04 – Ocupação da quadra.
Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

O padrão Morfológico 05 é caracterizado por grandes edificações, de uso industrial, institucional ou comercial de grande porte que ocupam grande parte dos lotes. As quadras apresentam formas e dimensões variadas e são encontradas em diferentes bairros e ao longo da BR-282. Nos bairros centrais, a predominância é de uso institucional e comercial, enquanto as quadras localizadas mais próximas da rodovia, inclusive os grandes lotes ao longo dela, são ocupadas por indústrias.

O uso industrial e comercial presente nessas quadras conferem altos índices de impermeabilização do solo e escassez de vegetação. Nessas áreas são encontrados os espaços livres intraquadra mais pavimentados, a exemplo de depósitos, pátios de indústrias, postos de combustível e, em maior número, estacionamentos (figura 19). Já nas quadras institucionais, apesar da grande ocupação do lote, os espaços livres geralmente são vegetados e permeáveis (figura 20).

Quadro 5 Padrão Morfológico 05

PADRÃO MORFOLÓGICO 05			
CARACTERÍSTICAS	Tipo de Parcelamento Predominante	Quadras quadradas 120x120 100x100m Quadras retangulares 120x60 120x80m E grandes lotes industriais	
	Localização	Bairros São José, Santo Antônio, Pioneiro, Nova Divinéia e Centro. E ao longo da rodovia BR282	
	População Residente	De 301 a 723 habitantes (IBGE, 2010)	
	Renda média	De 2 a 3 salários (IBGE, 2010)	
	Cheios e Vazios	Grãos grandes e isolados em grandes lotes, e até mesmo quadras inteiras	
	Uso do Solo	Industrial, comercial de grande porte e institucional	
	Gabarito	Até 02 pavimentos com verticalização pontual	
	EL Intraquadra	Acima de 50% livre	
	Verticalização	Quadra não verticalizada e quadras com até 10% de verticalização	
	Vias	Área atendida por vias principais e secundárias de 19 a 25m de caixa viária, onde o traçado regular é predominante. Grandes lotes industriais atendidos pela rodovia BR282 e suas marginais	
Dinâmica atual da área	Áreas consolidadas com poucos vazios urbanos. Tendência à maior ocupação e impermeabilização dos lotes nas áreas industriais e comerciais de grande porte; e ao aumento no número de estabelecimentos comerciais		
ELs Públicos de Lazer	Com exceção do Bairro São José e áreas ao longo da BR 282, as demais áreas são atendidas por praças públicas		

Fonte: Cláudia Maté (2016).

Através da identificação dos cinco padrões morfológicos, foi possível compreender a influência dos diferentes aspectos analisados sobre a forma de ocupação das quadras e a ocupação da totalidade do espaço urbano. De forma geral, Pinhalzinho é composto por cinco tipos de quadras – com diferentes perfis de construção e de espaços livres, com predominância de quadras horizontais em áreas residenciais consolidadas ou em processo de consolidação nos diferentes bairros – e possui tendência a quadras mais verticalizadas em áreas mais valorizadas, no Centro e arredores. Cabe acrescentar a

influência dos eixos viários na ocupação das quadras por toda sua extensão, onde é verificada a tendência a maior ocupação do lote, a substituição de residências por usos comerciais e de serviço e a crescente verticalização.



Figura 18 Colégio Estadual no bairro Centro.
Fonte: Arquivo pessoal, 2016.



Figura 19 Agroindústria no bairro Nova Divineia.
Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Através do mapa síntese de distribuição dos padrões (figura 21) é possível visualizar a concentração do Padrão Morfológico 01 nos bairros localizados ao leste da BR-282 e no bairro São José, também próximo à rodovia.

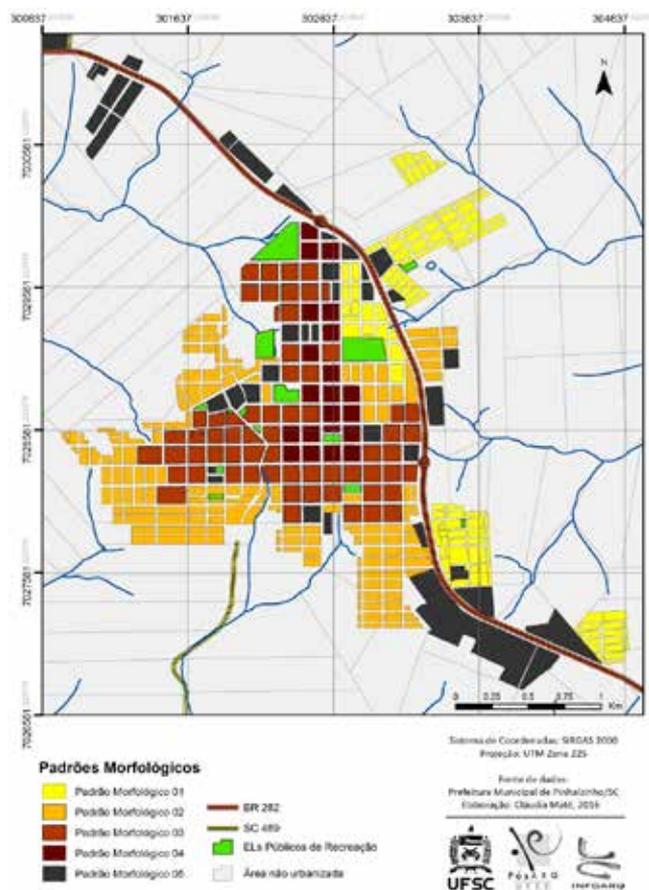


Figura 20 Mapa síntese dos padrões morfológicos.
Fonte: Elaborado por Cláudia Maté (2016) com base no mapa cadastral e dados vetoriais da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho (2010).

Os Padrões 01 e 02 correspondem às áreas mais distantes da região central – e também as de ocupação mais recente. Através da comparação das formas de ocupação entre os dois primeiros padrões, pode-se constatar que os aspectos de maior influência sobre o espaço livre e construído são a localização e o rendimento médio. Fatores que também podem ser verificados nas diferenças na distribuição dos espaços públicos e na qualidade da infraestrutura urbana nos dois padrões.

Os Padrões 03 e 04 correspondem às áreas mais centrais, em sua maioria já consolidadas. Enquanto o Padrão 04 está concentrado no entorno da praça central e ao longo da avenida Brasília, o 03 está em sua área circundante. Neste predominam as edificações residenciais e os espaços livres permeáveis. Já no Padrão 04, os espaços livres vêm sofrendo transformações em função da verticalização, mudanças de usos e maior ocupação dos lotes. As quadras da área central e ao longo dos principais eixos viários são as que mais modificaram ao longo do processo de ocupação.

Pela leitura do mapa pode-se visualizar que as quadras referentes ao Padrão Morfológico 05 são pontuais em praticamente todos os bairros, porém concentram-se no Santo Antônio. Os grandes lotes industriais ao longo da BR-282, que a princípio não se configuram em quadras, foram incluídos no Padrão 05 por apresentarem semelhanças na forma de ocupação pelo espaço construído e na tipologia dos espaços livres privados.

A partir da quantificação dos padrões morfológicos (tabela 1), percebemos a predominância dos Padrões 01 e 02, que, agrupados, correspondem a 296 das 432 quadras analisadas, representando 67% do total – seguidos pelo Padrão 03, presente em 63 quadras. Juntos, os três primeiros padrões somam 359 quadras, 82% do total municipal. Esse número mostra que os espaços livres intraquadra verdes e permeáveis predominam no espaço urbano de Pinhalzinho, já que estão associados principalmente a esses três padrões.

Por outro lado, os padrões 04 e 05 correspondem a menos de 20% das quadras urbanas. Ambos estão associados com a maior ocupação do lote, com tendência à verticalização no Padrão 04 e à impermeabilização do solo no Padrão 05. A presença desses padrões em apenas 73 quadras, menos se considerados os lotes industriais separadamente, reiteram os dados anteriores acerca da verticalização restrita a poucas áreas e os espaços não permeáveis.

Tabela 1 Quantificação dos padrões no território urbano de Pinhalzinho

Padrões Morfológicos	Número	% do total
Padrão 01	128	29%
Padrão 02	168	38%
Padrão 03	63	15%
Padrão 04	21	5%
Padrão 05	52	13%
Total de Quadras	432	100

Fonte: Cláudia Maté (2016).

A respeito dos espaços livres privados encontrados nos cinco padrões, de forma geral, apresentam maiores dimensões e áreas mais permeáveis e vegetadas se comparados à realidade das grandes cidades brasileiras. O sistema de espaços livres privados de Pinhalzinho compreende, entre os espaços mais conhecidos: jardins e quintais; espaços livres de caráter coletivo em edificações institucionais; lotes não edificados com presença de vegetação ou cultivos; pátios de estacionamento em áreas residenciais, comerciais e industriais; áreas de depósito nas indústrias e comércios de grande porte.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos espaços livres privados de Pinhalzinho, uma cidade pequena do oeste catarinense, com realidade urbana diferente da frequentemente estudada no âmbito nacional, resultou em dados ainda não encontrados em estudos dos grandes centros. Foram encontradas altas taxas de espaço livre intraquadra em todas as áreas da cidade: praticamente 60% das quadras analisadas apresentam mais de 70% de seu espaço livre de edificação. Enquanto nas grandes e médias cidades observa-se a predominância

de tecidos urbanos com no máximo 30% de espaços livres intraquadra, em Pinhalzinho as taxas de até 30% e de 30% a 50% de espaço livre intraquadra são inexpressivas.

No entanto, mesmo com os altos índices de espaços livres intraquadra, já é possível constatar que, como acontece em cidades maiores, os espaços livres privados vêm sendo reduzidos. Em Pinhalzinho, tais espaços vêm diminuindo em lotes verticalizados, em lotes residenciais horizontais de classes mais abastadas e em loteamentos populares – seja em função do aumento da ocupação do lote, da impermeabilização ou mesmo da diminuição do lote.

Na análise da verticalização por quadra foi possível identificar similaridades entre a predominância de quadras horizontais e a concentração das quadras mais verticalizadas nas áreas centrais e ao longo dos eixos viários. Porém, há grande diferença no número de edificações verticalizadas, uma vez que em Pinhalzinho a verticalização é restrita a poucas quadras e nenhuma delas apresenta mais de 50% de seus lotes verticalizados.

Em relação aos espaços livres privados, a quantidade de espaço livre intraquadra e a predominância de espaços livres verdes e permeáveis mostram-se bem diferentes da realidade de outras cidades analisadas pela Rede Quapá-SEL. O grande número de quintais e terrenos não edificados usados para cultivo, pomares e hortas é um dos resultados que merece destaque nesta pesquisa. Tais espaços produtivos, raramente encontrados em cidades maiores, são frequentes no espaço urbano de Pinhalzinho – cidade de pequeno porte, com forte vínculo com o espaço rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, A. C. M. A. Análise do Sistema de Espaços Livres da cidade brasileira: uma metodologia em elaboração. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 1, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPARQ, UFRJ, UFF, 2010, p. 1-22.

_____. *et al.* Análise do Sistema de Espaços Livres da cidade brasileira – uma metodologia em construção: estudo de caso para o município de São Paulo. **Paisagem e Ambiente: ensaios**. São Paulo: FAUUSP, v. 26, 2009, p. 197-210.

CUSTÓDIO, V. *et al.* Sistemas de espaços livres e forma urbana: algumas reflexões. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (ENANPUR), 15, 2013, Recife. **Anais...** Recife: ANPUR, 2013, p. 1-16.

IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtml>>. Acesso em: 20 out. 2014.

_____. **Censo 2010**. Disponível em: <censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 out. 2014.

_____. **Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 2014**. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014>>. Acesso em: 15 mai. 2015.

MACEDO, S. S. Espaços Livres. **Paisagem e Ambiente: ensaios**. São Paulo: FAUUSP, n. 7, 1995, p. 15-56.

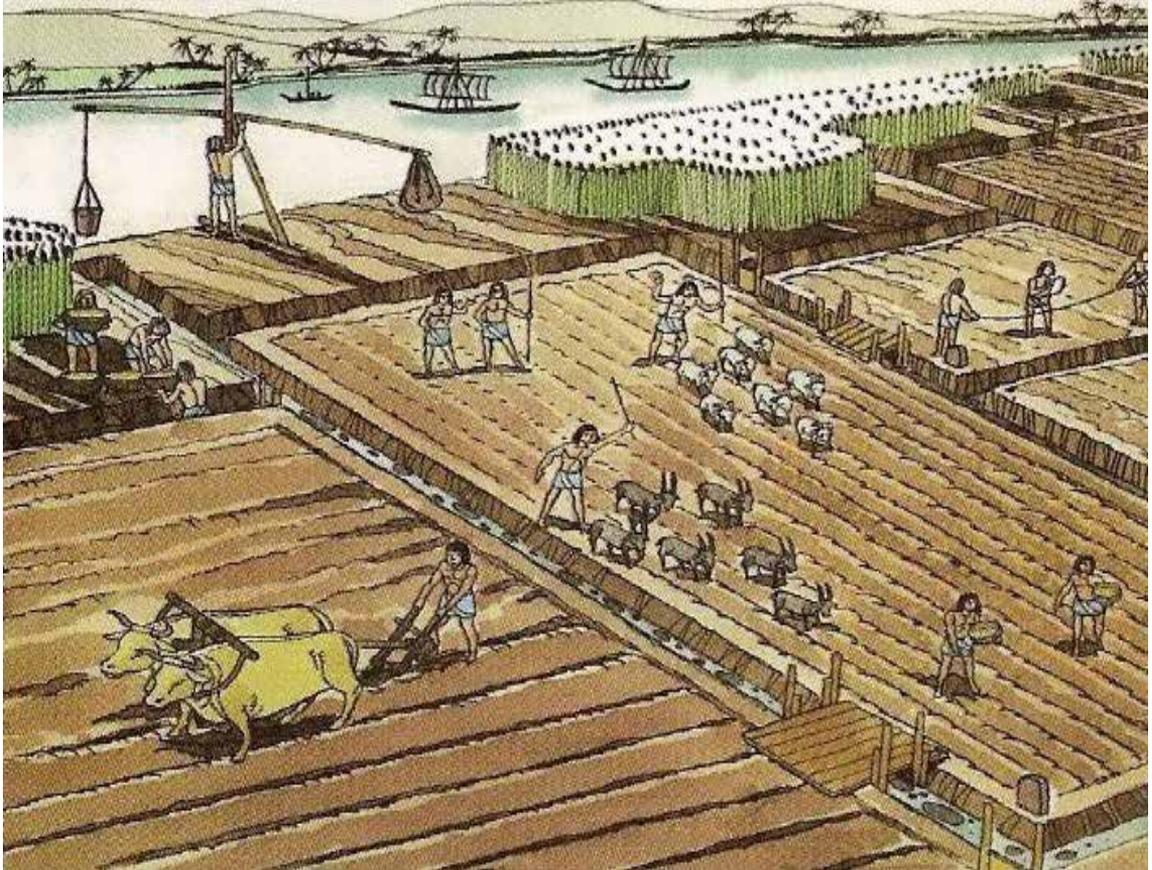
_____. **Quapá-SEL: um projeto de pesquisa em rede**. São Paulo: FAUUSP, 2010.

_____. *et al.* Considerações preliminares sobre o sistema de espaços livres e a constituição da esfera pública no Brasil. In: TÂNGARI, V. R.; ANDRADE, R.; SCHLEE, M. B (Org.) **Sistema de Espaços Livres: o cotidiano, apropriações e ausências**. Rio de Janeiro: PROARQ, FAU, UFRJ, v. 1, 2009, p. 61-82.

- MAGNOLI, M. M. **Espaços livres e urbanização**: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana. 1982. 116 p. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- MATÉ, C. **A cidade pequena através de seu sistema de espaços livres**: o caso de Pinhalzinho/SC. 2016. 185 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- MATTEI, L. Economia catarinense: crescimento com desigualdades regionais. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 5, Florianópolis, 2011. **Anais...** Criciúma: APEC, 2011. v. 1., p. 1-24.
- PINHALZINHO. **Cartografia do Plano Diretor Participativo do Município de Pinhalzinho**. Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, Santa Catarina, 2010.
- _____. **Lei Complementar nº 144, de 28 de dezembro de 2012**. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Pinhalzinho e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, Pinhalzinho, SC, 2012. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/plano-diretor-pinhalzinho-sc>>. Acesso em: 20 out. 2014.
- QUEIROGA, E. F. Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras. **Resgate – Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 19, 2011, p. 25-35.
- _____. Da relevância pública dos espaços livres: um estudo sobre metrópoles e capitais brasileiras. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 58, jun. 2014, p. 105-132.
- _____. *et al.* Sistema de espaços livres privados – o outro lado do sistema de espaços livres urbanos: reflexões preliminares. In: **Sistemas de Espaços Livres**: conceitos, conflitos e paisagens. São Paulo: FAUUSP, 2011, p. 33-53.
- SOARES, B. R. Pequenas cidades: uma revisão do tema. In: OLIVEIRA, José Aldemir (Org.). **Cidades brasileiras**: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais. Manaus: UFAM, 2009, v. 1, p. 117-125.
- SOUZA, F. B. **Uma infraestrutura verde para áreas em urbanização junto a reservatórios**: o caso de Itá (SC). 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- SPOSITO, E. S.; DA SILVA, P. F. J. **Cidades pequenas**: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais. Jundiá: Paco Editorial, 2013.
- TÂNGARI, V. R.; ALMENTEIRO, D. G.; PARAHYBA, N. L. Open spaces and the urban form: morphological analysis in Rio de Janeiro. In: Portuguese Network of Urban Morphology, 2012, Lisboa. In: **CONFERÊNCIA INTERNACIONAL PNUM 2012. Actas...** ISCTE Instituto Universitário de Lisboa, 2012. p. 1.899-1.912.

Data de submissão: 30 nov. 2016

Data de aprovação: 1 jun. 2017



Canais de irrigação egípcios.

Disponível em: <<http://aulasprofgilberto.blogspot.com.br/2011/06/frase-de-herodoto-e-o-trabalho-no.html>>.

FUNDAMENTOS

CONSTRUINDO PARA A (BIO)DIVERSIDADE: O PLANEJAMENTO ECOLÓGICO DA PAISAGEM URBANA

*BUILDING TOWARDS (BIO)DIVERSITY:
URBAN LANDSCAPE ENVIRONMENTAL PLANNING*

Juliana Maria de Souza Freitas*

RESUMO

Este trabalho tem como escopo principal refletir sobre questões presentes no processo de desenvolvimento urbano, principalmente no que se refere aos conflitos entre ações humanas e processos naturais. Essa discussão se mostra pertinente, uma vez que, entre os diversos conceitos de paisagem existentes nos mais variados campos de conhecimento, uma nova perspectiva tem apontado para a necessidade de incorporá-la ao projeto urbano. A cidade do século XXI está diante da necessidade de construção de um novo paradigma, e a aplicação dos princípios da Ecologia de Paisagens no planejamento da ocupação do território pode oferecer um caminho seguro para o enfrentamento dessas questões.

Palavras-chave: Ecologia de Paisagens. Planejamento ecológico. Paisagem urbana.

ABSTRACT

The main purpose of this article is to reflect on some issues present in the urban development process, especially the conflicts between human activities and natural processes. This is a relevant debate, since among the diverse concepts of landscape, existing within the most varied fields of knowledge, a new perspective points to the need for incorporating ecological processes to the urban design field. The 21st century cities are faced with the urgency for building a new paradigm, and thus the implementation of the landscape ecology principles in urban planning offers a safe way to face these issues.

Keywords: Landscape Ecology. Environmental Planning. Urban Landscape.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho iniciou-se com a reflexão acerca da relação ‘ser humano-cidade-natureza’ e os conflitos que surgem da dicotomia entre natural e construído. Primeiramente refletiu-se sobre o processo de urbanização das cidades, com a conseqüente expansão de suas malhas urbanas sobre os recursos naturais e as demandas populacionais decorrentes de todo esse processo. Considerando que atualmente mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas e que o aumento da densidade populacional faz com que o solo de tais regiões seja utilizado de forma ecologicamente desequilibrada – com graves conseqüências não somente para a biodiversidade, mas para a própria relação

* Prefeitura Municipal de Santos, Secretaria de Desenvolvimento Urbano.
Praça dos Expedicionários, 10, CEP 11065-922, Gonzaga, Santos, SP, Brasil.
CV: <http://lattes.cnpq.br/9066674516080635>
julianafreitas@santos.sp.gov.br

entre forma urbana e processos naturais –, partiu-se para o segundo cenário de análise, o resgate da leitura da natureza como valor, tanto estético-cultural quanto estrutural¹, ou seja, como força essencial que permeia a cidade.

A partir dessa problematização foi possível identificar possibilidades de enfrentamento dessas questões, não apenas procurando estabelecer uma nova lógica de ordenação do território, mas possibilitando a criação de um cenário totalmente novo, favorável ao equilíbrio sistêmico da cidade e onde o espaço urbano seja ambientalmente qualificado, de forma a garantir sua resiliência² e, conseqüentemente, a qualidade de vida de seus habitantes.

2 A HUMANIDADE, A NATUREZA E A CIDADE UM BREVE HISTÓRICO

O grande trunfo da humanidade tem sido sua capacidade de transmitir os conhecimentos acumulados de geração em geração, de antecipar e resolver seus problemas (ROGERS, 2001, p. 21).

Na ânsia por libertar-se da estreita relação de dependência com o mundo natural, o ser humano transformou a natureza em diferentes paisagens ao longo do tempo, configurando-as de acordo com o respectivo momento histórico. A seguir será exposta de maneira sucinta a evolução dessa relação.

Em sua fase primitiva, ainda nômade, a espécie humana estava em perfeita comunhão com a natureza, pois dela dependia integralmente para a sua sobrevivência (figura 1). A primeira grande revolução no relacionamento entre homem e natureza aconteceu no período Neolítico, entre os anos 8.000 e 4.000 a. C., quando o ser humano deixa de ser coletor-caçador e se torna agricultor, assentando-se nas proximidades dos vales férteis (JELICOE, G.; JELICOE, S., 1995).

Esse processo de sedentarização, conhecido como “Revolução do Neolítico”, propiciou o acúmulo do excedente de produção agrícola e, como consequência, surgiram os primeiros assentamentos humanos permanentes (HERZOG, 2013). A noção de tempo muda e a manipulação do território passa a ser necessária para dar curso às

¹ A visão de natureza, aqui mencionada como valor estrutural, se baseia nos conceitos apresentados por Spirn (1995), para quem a natureza na cidade vai além de árvores e jardins, incluindo o ar que se respira, o solo, a água em seus mais variados estados e os demais organismos presentes nesse habitat. Para a autora, a cidade “[...] é consequência de uma complexa interação entre os múltiplos propósitos e atividades dos seres humanos e de outras criaturas vivas e dos processos naturais que governam a transferência de energia, o movimento do ar, a erosão da terra e o ciclo da natureza” (SPIRN, 1995, p. 20). Ela pontua que, sendo a cidade parte da natureza, esta deveria ser modelada considerando também os fluxos ecológicos e não apenas as forças sociais e econômicas.

² O conceito de resiliência, presente em diferentes áreas do conhecimento, diz respeito à capacidade de um sistema voltar a um estado anterior. Para este artigo utiliza-se a conceituação dada por Herzog (2013), para quem resiliência é “[...] a capacidade de um sistema absorver impactos e manter suas funções ou propósitos, isto é, sobreviver ou persistir em um ambiente com variações, incertezas. [...] Para que haja resiliência, é necessário que ele [sistema] tenha diversas alternativas ou redundâncias, isto é, que possa sofrer uma grande perturbação e tenha como restaurar suas funções ou propósitos, passando pelos ciclos adaptativos, sem mudar de patamar” (HERZOG, 2013, p. 79).

atividades humanas. Matas foram derrubadas para dar lugar à criação de animais e fornecer matéria-prima às construções; rios foram desviados e canalizados para irrigar as cidades e suas plantações (figura 2). Estava em curso uma mudança radical na estrutura socioeconômica que culminou com o surgimento de uma das maiores criações humanas, a cidade.

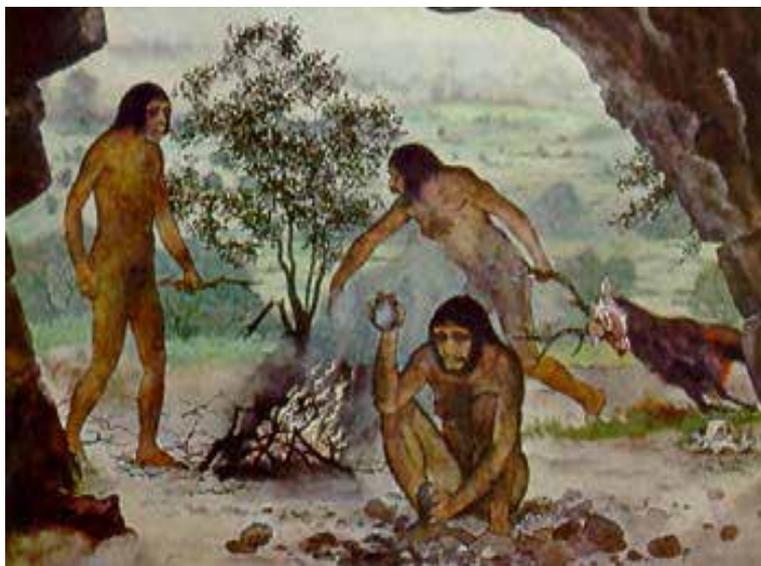


Figura 1 Civilização nômade do Paleolítico. Disponível em: <www.estudopratico.com.br/periodo-paleolitico-caracteristicas/>. Acesso em: 7 ago. 2016.

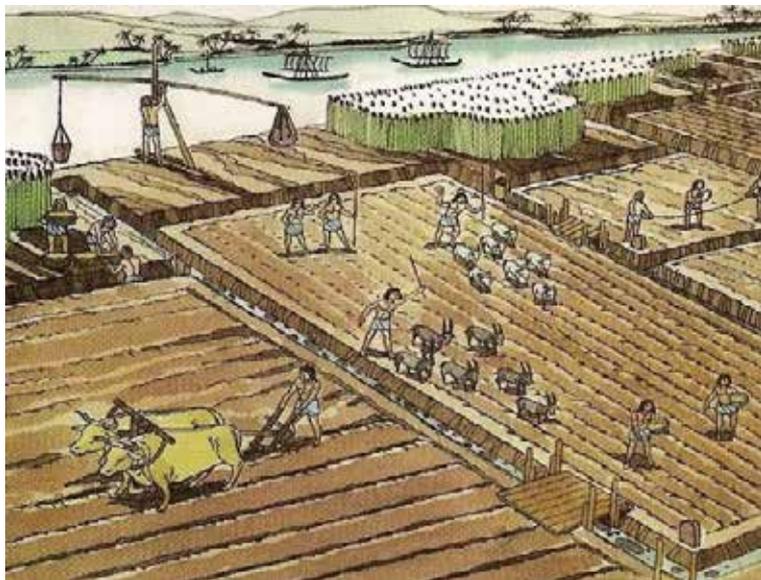


Figura 2 Canais de irrigação egípcios. Disponível em: <<http://aulasprofgilberto.blogspot.com.br/2011/06/frase-de-herodoto-e-o-trabalho-no.html>>. Acesso em: 7 ago. 2016.

Ao longo da história, as cidades foram adaptando suas formas em resposta às questões sociais presentes na época, cada qual a seu ritmo e diante de seu próprio contexto. Vários são os exemplos da intervenção do homem no meio natural: dos aquedutos romanos aos canais das cidades persas, na Antiguidade, e dos rigorosos jardins franceses aos românticos jardins ingleses nos séculos XVI e XVII.

A valorização da razão no Iluminismo teve como consequência o aprimoramento dos meios de produção – com o abandono de técnicas tradicionais de cultivo –, a criação de animais e o transporte. O salto tecnológico ocasionou profundas transformações, não apenas na economia, mas também na relação entre cidade e natureza. O cultivo intensivo de monoculturas em áreas extensas levou ao desaparecimento das pequenas propriedades e a migração em massa de trabalhadores rurais para a cidade em busca de emprego e melhores condições de vida (HERZOG, 2013).

As transformações drásticas ocasionadas em toda a estrutura socioeconômica impactaram fortemente o desenvolvimento das cidades, provocando rápida e desordenada expansão da malha urbana. Como consequência da falta de planejamento, as cidades industriais viram-se imersas em péssimas condições de salubridade. O ambiente urbano era um foco irradiador de várias doenças infectocontagiosas que afetavam todas as camadas sociais indiscriminadamente.



Figura 3 Plano de Saturnino de Brito, 1910.
Fonte: Nascimento (2013, p. 122-123).

Na tentativa de mitigar os problemas de salubridade causados pela rápida expansão das cidades industriais, adotou-se a doutrina higienista para orientar as intervenções urbanas. Assim iniciam-se as grandes obras de transformação urbana, com alargamentos, demolições, aterramentos e canalização de corpos hídricos. Os fluxos naturais deixam de pertencer à cidade e vice-versa, com repercussão negativa até os dias de hoje. Como exemplo de intervenção com esse caráter podemos citar, guardadas as

devidas diferenças, o Plano Haussmann (Paris, 1853-1870) e o sistema de parques de Boston, também conhecido como *Emerald Necklace* (Colar de Esmeraldas), projetado por Frederick Law Olmsted (1878-1895). No Brasil, os canais de Saturnino de Brito (Santos, 1910) figuram um exemplo de aplicação desse pensamento (figura 3).

Apesar de Haussmann e Saturnino de Brito já demonstrarem maior atenção pela incorporação de áreas verdes às cidades³, a preocupação principal de seus planos tinha outro caráter, não ecológico. Foi a partir do final do século XX que a preocupação com questões ecossistêmicas passou a ser considerada no planejamento urbano – que começou a adotar diretrizes de preservação ambiental e ecologia urbana como fundamentos de projeto.



Figura 4 Mapa ilustrativo do *Emerald Necklace*, o sistema de parques de Boston. Disponível em: <www.emeraldnecklace.org/park-overview/emerald-necklace-map>. Acesso em: 6 abr. 2016.

Entre os três exemplos citados, o caso do Colar de Esmeraldas chama atenção por ser um “ponto fora da curva”. Por meio de uma compreensão sistêmica das complexas funções e processos naturais que ocorrem na paisagem, Olmsted idealiza um sistema de parques interconectados por um corredor verde multifuncional projetado ao longo das margens do rio Muddy (figura 4). O sistema é considerado um legado paisagístico por criar espaços públicos multifuncionais, que tanto propiciam o fortalecimento da sociabilidade e dos laços comunitários quanto prestam serviços ecossistêmicos permanentes.

Segundo Bonzi (2014), o ponto de partida para a criação do Colar de Esmeraldas foi a necessidade de promover o melhoramento sanitário na região pantanosa da Back Bay Fens. A área – cortada pelos rios Muddy, Charles e Stony Brook – teve seu ciclo hidrológico alterado pela construção de uma barragem em 1821, convertendo-se em uma região insalubre, foco irradiador de doenças.

Ao contrário do que se pode pensar em um primeiro momento, o sistema de parques de Boston, como também é conhecido, não foi desenvolvido para ser uma área

³ O projeto de Saturnino previa originalmente a criação de avenidas parques.

de lazer, mas para reverter o processo de degradação mencionado e controlar as enchentes recorrentes na região. No entanto, em vez de adotar dispendiosas soluções em alvenaria, recorreu à recuperação do pântano através do plantio de grande diversidade de espécies vegetais, renivelamento das margens dos rios e aprofundamento dos corpos hídricos.

A artificialidade dessa paisagem é citada tanto por Bonzi (2014) quanto por Herzog (2013) e Spirn (1995), que destacam que, embora seja uma paisagem criada, o Colar de Esmeraldas é um projeto inovador na medida em que não tentou subjugar os processos naturais, mas se adaptar a eles. Por tal entendimento acerca dos conflitos entre ações antrópicas e processos naturais, Olmsted é considerado o precursor de uma linha de intervenções que coloca as questões naturais como integrantes fundamentais dos planos urbanísticos e que originou todo o pensamento e conceituação de disciplinas como ecologia urbana e planejamento ambiental.

3 SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS E RESGATE DA RESILIÊNCIA DAS CIDADES

Conforme visto, o surgimento das cidades está diretamente ligado à procura do ser humano por proteção e alimento. Com o processo de sedentarização e a consequente expansão agrícola iniciados no período Neolítico – que culminaram no surgimento das cidades –, as necessidades humanas deixaram de pautar-se pelos processos ecológicos e passaram a ser resultantes de forças sociais, políticas e econômicas (ADLER; TANNER, 2015). Assim, os assentamentos humanos passaram a perseguir diretrizes ditadas pelas formas de governo, pelas sociedades e pelos meios de produção, desprezando os fluxos naturais.

Essa transformação do meio natural segundo regras e mecanismos da sociedade resultou na completa expatriação da natureza. As cidades passam a alastrar-se pelo território, ocupando locais inapropriados, como encostas e várzeas, impermeabilizando o solo, aterrando pântanos, promovendo desmatamento, alterando o ciclo hidrológico de corpos d'água. Rompe-se, assim, com o pensamento sistêmico⁴ e uma nova visão de mundo passa a vigorar, em que o antagonismo entre processos naturais e sociais tem sua expressão máxima no urbanismo moderno, cujos preceitos se norteavam fundamentalmente na fragmentação e isolamento das funções urbanas. Tudo em nome da técnica, do 'progresso'.

Essa especialização somada à suposição de que a tecnologia poderia dominar os processos e fluxos naturais tem levado a resultados desastrosos. A cidade não apenas perdeu a escala humana, mas se tornou extremamente vulnerável ao tentar erradicar os fluxos naturais. São muitos os exemplos de cidades que sofrem com a qualidade inadequada do ar, enchentes e deslizamentos, acúmulo de dejetos, poluição e con-

⁴ Segundo Herzog (2013), o pensamento sistêmico considera que vivemos em sistemas interdependentes, ecológicos e sociais, e que fatores abióticos, bióticos e antrópicos influenciam as inter-relações que ocorrem dentro de tais sistemas.

taminação da água e do solo, ilhas de calor, entre outros. O custo por essa visão antagônica entre ambiente natural e forma urbana se estende também à qualidade de vida das pessoas. Além das implicações estéticas e espirituais, a falta de contato com a natureza tem elevado os índices de doenças como obesidade, pressão alta, depressão, síndrome do pânico e até suicídios (HERZOG, 2013).

Atualmente, a crença de que a cidade é uma entidade separada da natureza é sinalizada como um grande equívoco por diversos autores⁵, entre eles Spirn, que apontando para a necessidade de uma nova abordagem, que considere a indissociabilidade entre processos naturais e sociais, argumenta:

[...] a natureza na cidade é muito mais do que árvores e jardins, e ervas nas frestas das calçadas e nos terrenos baldios. É o ar que respiramos, o solo que pisamos, a água que bebemos e expelimos e os organismos com os quais dividimos nosso habitat. [...] É a chuva e o barulho da correnteza dos rios subterrâneos enterrados no sistema de águas pluviais. É a água de uma pia, trazida por tubulações de algum rio ou reservatório distantes, usada e escoada pelo ralo, e retornando às águas do rio e do mar. A natureza na cidade é uma brisa noturna, um redemoinho girando contra a fachada de um edifício, o sol e o céu. [...] É a consequência de uma complexa interação entre os múltiplos propósitos e atividades dos seres humanos e de outras criaturas vivas e dos processos naturais que governam a transferência de energia, o movimento do ar, a erosão da terra e o ciclo hidrológico. A cidade é parte da natureza (SPIRN, 1995, p. 20).

Diante do exposto parece bastante promissor buscar alternativas que aproximem o diálogo entre cidade e natureza. No entanto, a produção do espaço urbano está permeada de conflitos e interesses, fazendo ser necessário contabilizar a demanda e a oferta dos serviços ambientais. Nessa linha de pensamento, um estudo considerado referência foi publicado em 2005 pelas Nações Unidas, a Avaliação Ecosistêmica do Milênio (MA na sigla em inglês). Esse trabalho relaciona os ecossistemas naturais e o bem-estar humano⁶, apresentando quatro categorias de serviços prestados: provisão, regulação, cultural e de suporte. Os serviços de provisão estão relacionados à produção de alimentos e abastecimento, por exemplo: fornecimento de água, alimentos, madeira, energia (entre outros). Os serviços de regulação são valores de uso indireto, ou seja, benefícios oriundos da regulação dos processos da natureza, como aqueles

⁵ Apesar da crescente preocupação com a interação entre ambiente natural e ambiente construído percebida nos dias atuais, a compreensão de que fazemos parte de um único sistema tem suas raízes, segundo Herzog (2013), no século XIX, com os estudos de Jean-Baptiste de Lamarck e Charles Darwin. Segundo a autora, ambos perceberam que estamos todos conectados a uma rede de vida, e a publicação de seus estudos levantou novas questões a respeito de como compreendemos a vida no planeta Terra.

⁶ A MA (2005) conceitua serviços ecossistêmicos como os benefícios direta ou indiretamente apropriados pelo homem a partir do funcionamento dos ecossistemas naturais. Sua importância para as atividades humanas se dá pelo fato de fornecerem os recursos necessários à produção de bens e serviços e serem essenciais ao bem-estar humano. Como exemplo de serviços ecossistêmicos pode-se citar a amenização de eventos climáticos extremos, a polinização de plantas, o controle de erosão, o provimento de áreas de recreação e contemplação (entre outros).

necessários para manter as condições climáticas, a qualidade da água, a contenção de vetores de doenças etc. Os benefícios intangíveis, tais como os estéticos, espirituais e recreacionais, são classificados como serviços culturais. Já a quarta categoria, os serviços de suporte, se refere aos processos responsáveis pela produção de outros serviços ecossistêmicos, como a produção primária por meio da fotossíntese, a ciclagem de nutrientes, a formação do solo, entre outros (HERZOG, 2013; MA, 2005).

Embora esse seja um caminho que busca equilíbrio em face do metabolismo voraz das cidades, é preciso ter em mente as dificuldades inerentes ao cálculo do valor dos serviços ecossistêmicos. Os efeitos ecológicos criados pelas cidades são de extrema complexidade e incluem desde carga de nutrientes e contribuição para mudanças climáticas à alteração das interações entre espécies. O fato gerador pode também estar em outra região, distante do ponto de análise, como no caso de lavouras de agricultura intensiva, pastos para gado de corte, zonas francas industriais, gases liberados por refinarias e siderúrgicas, entre outros.

Ante à hipótese de que o desafio é a própria civilização, faz-se necessária uma mudança de paradigma para que se chegue a uma cidade resiliente, em que se pense seus diversos sistemas não de forma a dominar os fluxos naturais, mas de forma a possibilitar a integração entre processos naturais e dinâmicas sociais. Na próxima seção será apresentada uma abordagem consonante com o que foi exposto até aqui.

4 O PLANEJAMENTO ECOLÓGICO DA PAISAGEM

Como apresentado, foram necessários milhares de anos para que as cidades tomassem a forma que têm hoje. No entanto, esse desenvolvimento não ocorreu de forma homogênea. A partir da Revolução Industrial⁷, a velocidade das transformações dos elementos naturais se intensifica exponencialmente, acarretando sérias implicações aos ecossistemas locais e, conseqüentemente, à qualidade de vida da população urbana.

A cidade contemporânea enfrenta hoje problemas oriundos dessa dinâmica urbana que pouco ou nunca considerou os sistemas naturais como parte de seu processo de desenvolvimento. Dessa forma, o cenário que se apresenta é o de assentamentos ecologicamente desequilibrados, onde o uso compacto da terra afeta a biodiversidade e os fluxos naturais, trazendo conseqüências como inundações, má qualidade do ar, poluição dos corpos hídricos, ilhas de calor e a perda das relações sociais entre as pessoas e o meio ambiente. Em face de tantas questões, destaca-se a urgência da elaboração de uma agenda de comprometimento com o meio natural que vise ao resgate do seu valor. O Planejamento Ecológico da Paisagem, por ser uma área de aplicação dos princípios e conceitos da Ecologia Humana e da Ecologia de Paisagens, portanto, direcionado

⁷ A Revolução Industrial foi um conjunto de transformações intensas e profundas que ocorreu na Europa, em especial na Inglaterra, nos séculos XVIII e XIX, tendo como principais características a substituição da energia humana pela energia motriz não humana e a consolidação da dicotomia entre duas classes sociais: a burguesa (representada pelos donos dos meios de produção) e a trabalhadora (representada pelos que fabricam mercadorias a partir da venda da sua força de trabalho).

para os processos e ações oriundos do espaço das cidades e suas regiões, se mostra pertinente ao enfrentamento de tais questões:

O Planejamento Ecológico da Paisagem é a criação de uma solução espacial capaz de manejar as mudanças dos elementos da paisagem⁸, de forma que as intervenções humanas sejam compatibilizadas com a capacidade dos ecossistemas de absorverem os impactos advindos das atividades previstas e de manter a maior integridade possível dos processos e ciclos vitais que ocorrem em seu interior, sempre tendo-se como referência o contexto regional do qual fazem parte (PELLEGRINO, 2000, p. 5).

Como observado por Pellegrino, o conceito de Planejamento Ecológico da Paisagem se caracteriza pela contínua interação entre sociedade e território, buscando conciliar as mudanças na paisagem de forma a minimizar o conflito entre ações humanas e processos naturais. Para o autor, a satisfação das necessidades e interesses humanos deve ser considerada sob uma ótica de uso racional e sustentado dos recursos ambientais. Isso implica optar por usos que considerem a conservação dos recursos em longo prazo, não apenas preservando a capacidade de atendimento às gerações futuras, mas colocando o homem como elemento permanente dessa equação. O Planejamento Ecológico da Paisagem carrega uma visão inovadora, que possibilita a tradução dos princípios ecológicos para a escala prática das intervenções urbanas.

As principais abordagens do Planejamento Ecológico da Paisagem foram sintetizadas por Ndubisi (2002 *apud* LEITE, 2008, p. 22-23) em cinco grupos conforme as teorias e metodologias utilizadas. O primeiro grupo, denominado “Abordagem de Adequação da Paisagem I”, procura determinar as áreas adequadas para a ocupação humana a partir da caracterização qualitativa da paisagem. Ao somar os fatores culturais, sociais e tecnológicos a essa abordagem, tem-se o segundo grupo, “Abordagem de Adequação da Paisagem II”. No terceiro grupo, o foco recai nas interações entre habitantes de uma determinada região e seu consecutivo ambiente biofísico. Tal grupo foi denominado “Abordagem da Ecologia Humana Aplicada”. O quarto grupo, “Abordagem da Ecologia de Paisagem Aplicada”, é formado pelas metodologias fundamentadas nas interações dos diversos elementos do mosaico de paisagens e inclui processos de planejamento de paisagem que se fundamentam nos conceitos de Ecologia de Paisagens. A “Abordagem Ecológica Aplicada” nomeia o quinto e último grupo. Nele estão contidas as metodologias de planejamento que analisam a estrutura e a função dos ecossistemas presentes nas paisagens e como estes respondem a distúrbios, sejam naturais ou provenientes da influência humana.

Apesar da clara diferença em relação ao nível de complexidade de análise da paisagem de cada grupo proposto por Ndubisi, há um ponto em comum entre eles: o conhecimento da relação interdependente entre homem e paisagem como subsídio para a mudança. Dessa forma, é por meio da escolha consciente (entendendo-a como

⁸ Para a definição de paisagem ver Leite (2012) e Pellegrino (2000). Os elementos da paisagem serão abordados ainda neste tópico.

as ações colocadas em prática pelos planejadores) que se estabelece um novo paradigma de forma efetiva.

Para melhor entendimento das questões levantadas neste trabalho, faz-se necessária a diferenciação entre Planejamento Ecológico da Paisagem e Ecologia da Paisagem. Para tanto utiliza-se a linha adotada por Ndubisi (2002 *apud* LEITE, 2008). Para este autor, o Planejamento Ecológico configura-se como o processo analítico de espacialização das possíveis interações entre a paisagem e as influências induzidas pelos seres humanos ou por forças naturais – enquanto a Ecologia da Paisagem tem por objetivo fornecer bases científicas que possibilitem essa análise.

Tais bases científicas se caracterizam por um conjunto de princípios que visam auxiliar a compreensão das dinâmicas presentes em um mosaico de paisagens – e conseqüentemente sua aplicação no planejamento de paisagens e regiões. Pellegrino (2000, p. 6) faz uma síntese desses princípios. Abaixo estão destacados os pontos mais relevantes para este trabalho:

- os princípios da Ecologia de Paisagens são aplicados tanto em áreas naturais quanto em áreas de intensa atividade humana;
- a Ecologia de Paisagens é como um sistema que apresenta três características principais: estrutura (padrão espacial), função (fluxo através da estrutura) e mudança (alteração na estrutura e na função ao longo do tempo) [ver figura 5];
- o padrão estrutural de uma paisagem ou região é composto por três tipos de elementos: manchas, corredores e matriz. Manchas são elementos da paisagem relativamente homogêneos, que diferem do seu entorno; corredores são faixas lineares de terra que diferem do seu entorno em todos os lados e são envoltos pela matriz; a matriz é a área que excede a de qualquer outro elemento da paisagem presente, sendo o elemento que exerce a maior influência sobre os processos e mudanças da paisagem (LEITE, 2012, p. 49-50);
- todo mosaico paisagístico resulta da combinação entre matriz, corredores e manchas;
- as paisagens são alteradas por processos naturais tanto quanto as atividades humanas.

O conceito de Ecologia de Paisagens ganha novos contornos com Metzger (2001) no artigo “O que é Ecologia de Paisagens?”. O autor considera a Ecologia de Paisagens como uma área de conhecimento ainda em busca de definições conceituais sólidas e, na tentativa de apontar um caminho, sublinha dois momentos históricos que propiciaram o surgimento de duas visões distintas de paisagem. O primeiro momento caracteriza-se pela forte influência de disciplinas como a Geografia Humana, a Fitossociologia e a Biogeografia. Tal abordagem, denominada “geográfica” ou “ecologia humana de paisagens”, entende a Ecologia de Paisagens como “[...] uma ciência interdisciplinar que lida com as interações entre a sociedade humana e seu espaço de vida, natural e construído” (NAVEH; LIEBERMAN, 1994 *apud* METZGER,

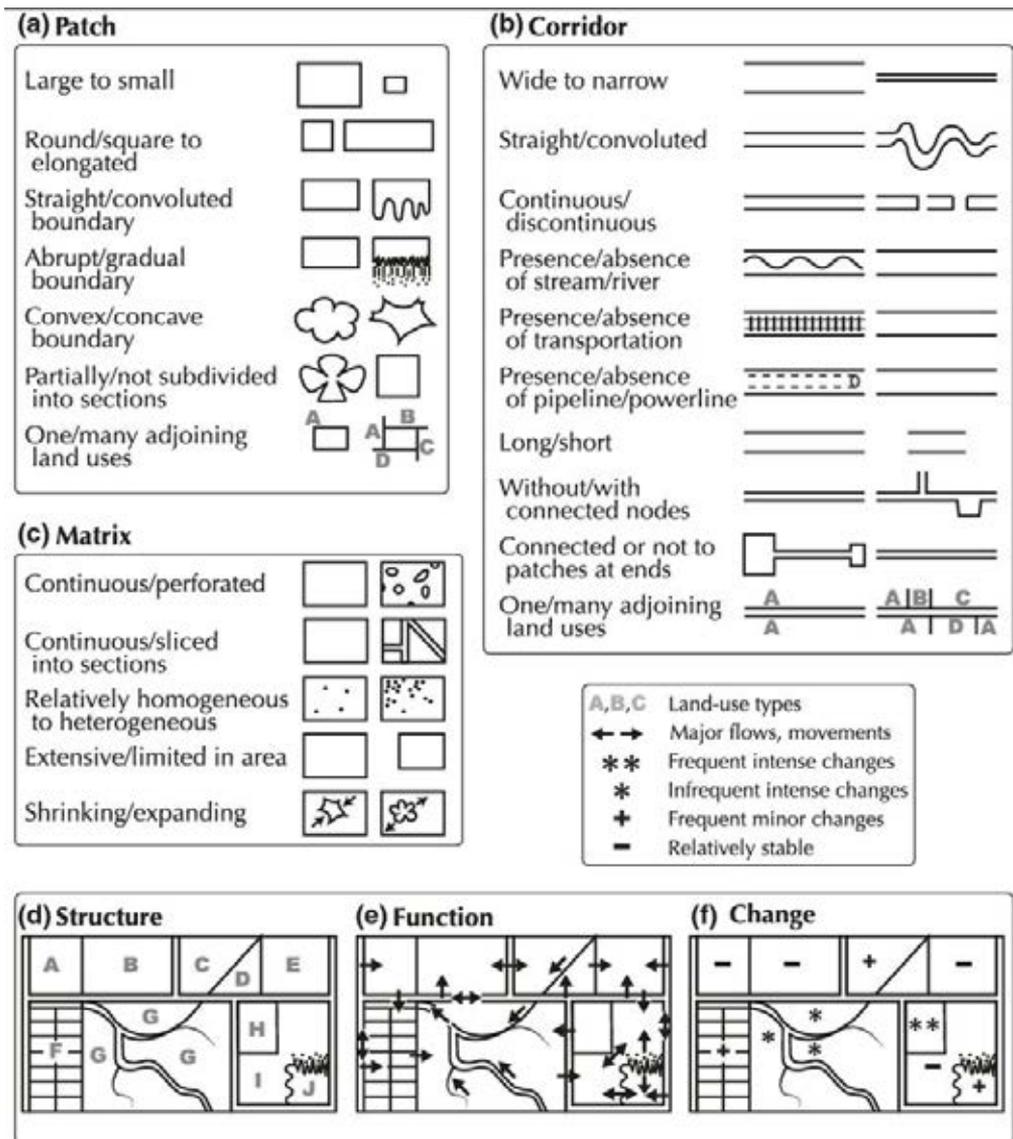


Figura 5 Diagramas dos princípios da Ecologia de Paisagens: manchas-corredores-matriz (Patches-Corridors-Matrix) e Estrutura-Função-Mudança (Structure-Function-Change).
 Fonte: Forman (2014, p. 44).

2001, p. 3). O segundo momento, mais recente, ocorreu na década de 1980 e foi influenciado pela Ecologia de Sistemas e pela Modelagem e Análise Espacial. Denominada “ecológica” ou “ecologia espacial de paisagens”, essa abordagem preconiza a Ecologia de Paisagens como “[...] o estudo da estrutura, função e dinâmica de áreas heterogêneas compostas por ecossistemas interativos (FORMAN; GODRON, 1986 *apud* METZGER, 2001, p. 3)”. Apesar de uma aparente dicotomia inicial, o autor afirma que as duas abordagens não são muito distintas e lança a proposta de um novo conceito de paisagem, mais abrangente e integrando as duas abordagens acima descritas. Definida como “[...] um mosaico heterogêneo formado por unidades interativas, sendo esta heterogeneidade existente para pelo menos

um fator, segundo um observador e numa determinada escala de observação [...]” (METZGER, 2001, p. 4), a paisagem passa a não ser mais restringida por uma escala de análise global ou por um nível hierárquico logo acima de ecossistema, mas por uma escala definida pelo observador e que considera o tamanho e a capacidade de deslocamento do(s) indivíduo(s) em análise. Essa nova perspectiva combina a análise espacial da Geografia com o estudo funcional da Ecologia de Paisagens, que passa a ser entendida como uma “[...] ecologia de interações espaciais entre as unidades da paisagem” (METZGER, 2001, p. 5). Partindo desse pressuposto, a Ecologia de Paisagens se mostra adequada para responder às questões referentes aos mosaicos antropizados, ou seja, aos problemas ambientais relacionados a interferências do homem no meio natural.

Pellegrino (2000) vai ao encontro das proposições de Metzger (2001) ao afirmar ser necessária a elaboração de uma estratégia para a reinserção dos processos que sustentam a paisagem local a partir do relacionamento entre suas diversas escalas e que promova mudanças no modo como o ambiente urbano é percebido e usado. Assim, sugere a adoção do Planejamento Ecológico da Paisagem como forma de alcançar uma integração plena entre sociedade e natureza.

No entanto, o autor chama atenção para o fato de o projeto urbano ainda não ter incorporado os princípios da Ecologia de Paisagens Aplicada e levanta uma questão: **qual é o arranjo ótimo do uso do solo numa paisagem?** A resposta a esse questionamento é apresentada pelo autor com base em três aspectos básicos formulados inicialmente por Forman:

1. Assegurar quatro padrões indispensáveis: a manutenção de algumas grandes manchas de vegetação (o tamanho ideal está relacionado aos efeitos ecológicos proporcionados), corredores vegetados suficientemente largos ao longo dos principais cursos d’água, manutenção de conectividade entre grandes manchas para o movimento de espécies-chave, manutenção de trechos naturais heterogêneos em meio a áreas construídas (manutenção da conectividade);

2. Observar o padrão *aggregate with outliers* (harmonização do uso do solo): manchas grandes e pequenas de vegetação nativa, tipo de granulação do mosaico, redução de risco, variação genética, zonas de contato, criação de corredores;

3. Indicar os pontos estratégicos: aspectos únicos, proteção de espécies raras, assegurar grandes nós em redes, manejar interrupções nos corredores, preservar áreas centrais com fluxos similares, proteger elementos de alta sensibilidade, controle (FORMAN, 1997 *apud* PELLEGRINO, 2000).

Tais soluções espaciais se configuram ferramentas excepcionais para o Planejamento Ecológico da Paisagem (PELLEGRINO, 2000, p. 10).

5 PLANEJAMENTO ECOLÓGICO X ECOLOGIA DE PAISAGENS

Ambas abordagens, Planejamento Ecológico da Paisagem e Ecologia de Paisagens, compartilham pontos de convergência, como pode ser apreendido a partir de Pellegrino (2000) e Metzger (2001). No entanto, para que se possa fazer um breve comparativo entre Planejamento Ecológico da Paisagem e Ecologia de Paisagens, é necessário ter em mente que esta também se subdivide em outras duas abordagens: a geográfica e a ecológica. A primeira apresenta-se centrada no estudo das modificações estruturais trazidas pelo homem à paisagem, incorporando toda a complexidade de inter-relações espaciais de seus componentes, sejam estes naturais ou culturais⁹; a segunda, como uma disciplina particularmente preocupada com a compreensão das consequências do padrão espacial nos processos ecológicos, ou seja, o olhar sobre a paisagem é feito através das espécies e suas características biológicas (por exemplo: tipo de habitat, de alimentação, forma de reprodução, entre outros)¹⁰.

Isto posto, observa-se que o Planejamento Ecológico da Paisagem busca unir as duas abordagens da Ecologia de Paisagens, uma vez que se caracteriza, segundo Pellegrino (2000), como uma dialética entre processos naturais e sociais sobre o espaço, considerando a paisagem como o fruto da percepção de um observador (e que pressupõe, da mesma forma que a Ecologia de Paisagens, o estabelecimento de uma escala).

O principal ponto de divergência entre essas duas abordagens se encontra no entendimento acerca da definição de unidades de paisagem. Para o Planejamento Ecológico da Paisagem, essas unidades se configuram como ecossistemas nos quais uma coleção de organismos interage uns com os outros e com o ambiente ao qual pertencem e onde o desequilíbrio entre entradas e saídas geram grandes impactos e acarretam novos desafios a esses organismos. Nessa visão, as paisagens urbanas também são consideradas, por uma compreensão holística, como ecossistemas¹¹. Para a Ecologia de Paisagens, no entanto, as unidades de paisagem não são obrigatoriamente ecossistemas, mas unidades de uso e ocupação do território (na abordagem geográfica) e habitats (na abordagem ecológica) [METZER, 2001].

Assim, o Planejamento Ecológico da Paisagem pode ser considerado um passo à frente da Ecologia de Paisagens, pois busca responder questões deixadas em aberto, integrando todas as dimensões da paisagem espacialmente explícitas – como a cultural, a estética e a socioeconômica – com a dimensão ambiental.

⁹ Metzger (2001) define a Ecologia de Paisagens, na abordagem geográfica, como “[...] uma ciência interdisciplinar que lida com as interações entre a sociedade humana e seu espaço de vida, natural e construído” (NAVEH; LIEBERMAN, 1994 *apud* METZER, 2001, p. 3). O autor denomina essa abordagem como “Ecologia Humana de Paisagens”.

¹⁰ Para esta abordagem, chamada por Metzger (2001) de “Ecologia Espacial de Paisagens”, a Ecologia de Paisagens é definida como “[...] uma área de conhecimento que dá ênfase às escalas espaciais amplas e aos efeitos ecológicos do padrão de distribuição espacial dos ecossistemas” (TURNER, 1989 *apud* METZER, 2001, p. 3).

¹¹ Autores como Spirn (1995) e Hough (1998) são grandes expoentes dessa linha.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a cidade do futuro exige uma reflexão sobre qual caminho adotar no processo do desenho, quais os fatores que devem estimular a criatividade e qual o papel do arquiteto, do paisagista, do urbanista e do planejador em contribuir para um futuro melhor. A arquitetura e o urbanismo devem se adequar a um momento histórico que solicita a reintegração das atividades humanas com os processos ecossistêmicos (LOTUFO, 2011, p. 110).

Este trabalho teve o intuito de introduzir a discussão acerca do cenário atual, no qual a questão ambiental tem estado na pauta de muitos debates, porém sem a contrapartida efetiva. A questão principal de investigação partiu do enfraquecimento da relação entre o homem e a natureza, apontando o Planejamento Ecológico da Paisagem como solução para reverter esse cenário por meio da recomposição do equilíbrio dos fluxos naturais, inclusive em áreas urbanas consolidadas.

É sabido que o rápido processo de urbanização com o qual nos deparamos no último século criou novos desafios socioeconômicos, ambientais, nos processos de produção e de gestão das cidades, no planejamento urbano e especialmente na vida dos habitantes. Apesar de todo avanço tecnológico, a sociedade não conseguiu se tornar independente em relação aos recursos naturais e tem sofrido com as consequências de um processo de urbanização que não se reconhece como parte de um sistema maior, em constante interação. É necessário inverter essa lógica, resgatando o valor da paisagem. Esse resgate deve vir acompanhado da apropriação e apreensão do território, de maneira tal que se compreendam todas as dinâmicas presentes e que são fundamentais para o desenvolvimento sadio das cidades.

Construir a cidade do século XXI pressupõe o conhecimento da complexidade, da diversidade, das diferentes lógicas, dos diferentes atores e tempos. Estabelecer esse novo cenário, onde o espaço urbano se caracteriza por ser ambientalmente qualificado, talvez seja um dos maiores desafios a ser enfrentado. O processo de urbanização tem se mostrado, até o momento, significativamente impactante em relação à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos dos quais as comunidades humanas dependem (água, alimentação e saúde). Considerando que quanto maior a biodiversidade do ambiente urbano, maior a sua resiliência (maior resistência a tensões e menor vulnerabilidade), pode-se relacionar a maior eficácia no uso dos recursos naturais à melhoria da qualidade de vida da população.¹²

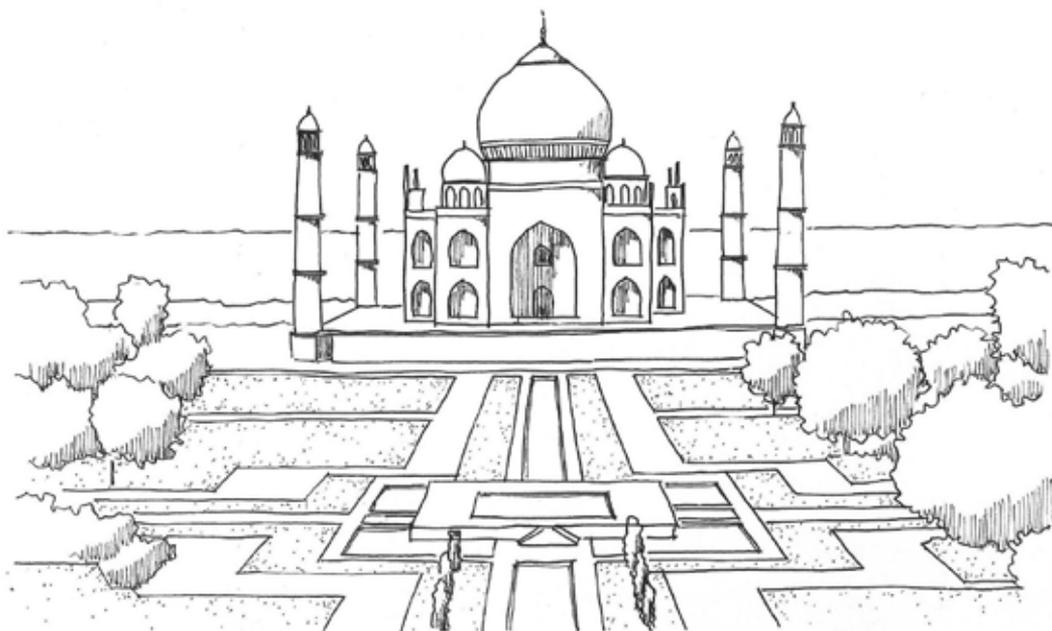
Diante do exposto, o Planejamento Ecológico da Paisagem configura-se como ação estratégica em prol de efetivas mudanças, agregando nova dimensão ao projeto

¹² O aumento da qualidade de vida das populações urbanas é compreendido neste artigo como diretamente relacionado ao uso consciente dos sistemas naturais, minimizando situações de comprometimento da qualidade da água, poluição do ar, enchentes, ondas de calor, surtos de epidemias, entre outros. Além desses fatores, o reconhecimento da cidade como parte da natureza proporciona uma aproximação propícia à construção de uma identidade local, uma vez que cada território possui características peculiares, seja em termos topográficos, de flora ou de fauna.

urbano. Ele contém o desafio dos novos olhares e novas soluções e, conseqüentemente, o potencial de renovar o debate sobre a forma urbana, principalmente em face das novas funções que passam a ser estabelecidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADLER, F. R.; TANNER, C. J. **Ecosistemas urbanos**: princípios ecológicos para o ambiente construído. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.
- AVALIÇÃO Ecosistêmica do Milênio / Millenium Ecosystem Assessment (MA), 2005. Disponível em: <www.millenniumassessment.org>. Acesso em: 5 jun. 2017.
- BONZI, R. S. Emerald Necklace: infraestrutura urbana projetada como paisagem. **LABVERDE**. São Paulo: FAUUSP, n. 9, dez. 2014, p. 106-127. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-2275.v0i9p106-127>
- FORMAN, R. T. T. **Urban ecology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. (Edição eletrônica: Kindle).
- HERZOG, C. P. **Cidades para todos**: (re)aprendendo a conviver com a natureza. Rio de Janeiro: MauadX; Inverde, 2013.
- HOUGH, M. **Natureza e cidade**. Barcelona: Gustavo Gili S. A., 1998.
- JELICOE, G. A.; JELICOE, S. **The landscape of man**. New York: Thames and Hudson Inc., 1995.
- LEITE, J. R. **A ecologia da paisagem no planejamento ecológico de bacias hidrográficas urbanas**. 2008. 156 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- _____. **Corredores ecológicos na reserva da biosfera do cinturão verde de São Paulo**: possibilidades e conflitos. 2012. 229 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- LOTUFO, J. O. Oikos: reintegrando natureza e civilização. **LABVERDE**, [S.l.], n. 2, jun 2011, p. 108-127. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-2275.v0i2p108-127>
- METZGER, J. P. O que é ecologia de paisagem? **Biota Neotrópica**. Campinas: Biota/Fapesp, vol. 1, n. 1/2, 2001, ISSN 1676-0611, p. 61-69. Disponível em: <www.biotaneotropica.org.br/v1n12/pt/fullpaper?bn00701122001+pt>. Acesso em: 5 ago. 2016.
- NASCIMENTO, N. O. *et al.* Águas urbanas e urbanismo na passagem do século XIX ao XX: o trabalho de Saturnino de Brito. **Revista da Universidade de Minas Gerais**, Belo Horizonte: UFMG, v. 20, n. 1, jan./jun. 2013, p.102-133.
- PELLEGRINO, P. R. M. Pode-se planejar a paisagem? **Paisagem e Ambiente**: ensaios. São Paulo: FAUUSP, vol. 13, 2000, p. 159-179. (Versão eletrônica disponibilizada pelo autor: <www.researchgate.net/publication/292321228_Pode-se_planejar_a_paisagem>. Acesso em: 4 ago. 2016.
- ROGERS, Richard. **Cidades para um pequeno planeta**. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.
- SPIRN, Anne Whiston. **O jardim de granito**: a natureza no desenho da cidade. São Paulo: Edusp, 1995.



Representação do Taj Mahal
Autora: Cintia Maria Afonso, 2016.
Fonte: G. Jellicoe e S. Jellicoe, S (1995, p. 54).

HISTÓRIA

JARDINS DO OCIDENTE E DO ORIENTE: ORDENAMENTO OU RECRIAÇÃO DA PAISAGEM

WESTERN AND EASTERN GARDENS: LANDSCAPE PLANNING OR RECREATION

Cintia Maria Afonso*

RESUMO

Este trabalho analisa a estrutura formal de jardins ocidentais e orientais, buscando identificar similaridades, adaptações e variações ao longo do tempo. O intercâmbio cultural e de ideias entre os povos também diz respeito aos jardins, já que princípios de regularidade e simetria podem ser identificados em jardins do antigo Egito, Pérsia, Espanha, Índia, Itália e França. Já os antigos jardins chineses e japoneses seguem princípios baseados na compartimentação de espaços, assimetria e complementaridade de formas, retrabalhados nos jardins ingleses construídos a partir do século XVIII. A abordagem é direcionada à sequência ao longo do tempo mais do que à comparação de jardins de um mesmo período ou ao estudo de variações locais. Pretende-se que o conhecimento histórico possibilite a compreensão das transformações dos jardins, subsidiando atividades projetuais contemporâneas.

Palavras chave: Arquitetura paisagística (espaços). Espaços livres. Jardins históricos. História do paisagismo.

ABSTRACT

This paper analyses the formal structure of western and eastern gardens, studying its similarities as well as adaptations and variations over time. The interchanges of cultural elements and ideas among civilizations also relates to the gardens, seeing that principles of regularity and symmetry can be identified in the gardens of Egypt, Persia, Spain, India, Italy, and France. Ancient Chinese and Japanese gardens follow principles based on separate spaces, asymmetry and complementarity of forms, observed again in the English gardens designed after the 18th century. The approach is directed to the sequence over time, with no intent to compare gardens of the same period or to study local variations. Historic considerations are key to understanding the changes in the gardens, assisting contemporary design activities.

Keywords: Landscape Architecture (spaces). Open Spaces. Historic Gardens. Landscape History.

* Universidade Paulista, Curso de Arquitetura e Urbanismo.
Rua Dr. Bacelar, 1.212, CEP 04026-002, Vila Clementino, São Paulo, SP.
CV: <http://lattes.cnpq.br/5522634008332454>
cintiafo@osite.com.br

1 INTRODUÇÃO

Este texto apresenta os resultados do trabalho de pesquisa “A paisagem construída: jardins do Ocidente e do Oriente”, desenvolvido como parte do Programa Individual de Pesquisa para Docentes da Universidade Paulista (UNIP).

A ideia de desenvolver este trabalho surgiu diretamente das atividades de docência na área de paisagismo do curso de arquitetura e urbanismo da universidade, e tem como objetivo fornecer elementos históricos que possam subsidiar a atividade projetual dos arquitetos paisagistas. Entende-se, aqui, que o conhecimento histórico é um dos requisitos para a compreensão do permanente processo de transformação das paisagens e é essa compreensão que permite aos profissionais desenvolver suas atividades de modo compatível com as condições e características de cada tempo e lugar.

Neste trabalho, jardim é entendido como um espaço intencionalmente criado por motivos práticos, sociais ou estéticos, onde são organizados elementos vegetais, água e pavimentos. Essa ideia vai ao encontro de duas definições encontradas na literatura. A primeira, apresentada por Aragão (2008, p. 27), conceitua jardim como:

O termo ‘jardim’ vem do francês (jardin) e designa todo terreno ‘em geral com alamedas, onde se cultivam plantas ornamentais, úteis, ou para estudo’. Segundo essa aceção, o vocábulo está diretamente associado ao cultivo de plantas e, portanto, supõe o trabalho humano, o plantio e a disposição de espécies vegetais pelo homem. Estas podem ter uma finalidade ornamental (distribuídas ou não segundo parâmetros estéticos), útil (sendo empregadas no preparo de remédios caseiros, chás, doces e refeições) ou científica (sendo analisadas em sua composição, seu desenvolvimento e seus princípios ativos).

Uma outra conceituação é apresentada por Laurie (1983, p. 29), em que jardim é apresentado como:

El origen del significado de la palabra jardin se remonta al hebreo gan, proteger o defender, que sugiere, además, la presencia de una valla o cerramiento, y eden o eden, que quiere decir placer o deleite. Por consiguiente, en el lenguaje actual, jardin es la combinación de dos vocablos que denotan un recinto de tierra para placer o deleite.

O processo intencional de criação de jardins envolve uma ação de projeto, claramente indicada por Macedo (1999, p. 13-14):

O conceito de arquitetura paisagística corresponde a uma ação de projeto específica, que passa por um processo de criação a partir de um programa dado, visando atender à solicitação de resolução de uma demanda social requerida por um interlocutor específico, seja ele o Estado, um incorporador ou uma família. Essa ação de projeto envolve uma concepção tridimensional, desenvolvida de modo a qualificar ambiental, estética e funcionalmente um espaço livre determinado, que

pode, de acordo com a escala do projeto, ter um significado complementar ou estrutural em relação ao espaço.

Aragão (2008, p. 27-28) apresenta também uma informação que interessa especificamente a este trabalho, quando diz que nos jardins “[...] a combinação de materiais naturais e arquitetônicos deve-se a razões práticas, sociais, espirituais ou estéticas – expressões da cultura que os criou. O jardim também pode ser entendido como uma expressão da relação entre a sociedade, o espaço e a natureza”.

Nesse mesmo sentido, Santos (1994, p. 67) indica que “[...] em cada momento histórico, os modos de fazer são diferentes. O homem vai construindo novas maneiras de fazer coisas, novos modos de produção que reúnem sistemas de objetos e sistemas sociais”. Assim, os jardins mudam ao longo do tempo, caracterizando-se como registros que expressam as culturas nas quais estão inseridos e comunicam seus valores e aspirações de forma visível.

Neste trabalho a opção analítica recaiu sobre o estudo dos princípios compositivos de jardins construídos desde os tempos da Antiguidade até o século XVIII. A seleção dos jardins foi organizada a partir da noção de que o intercâmbio cultural e de ideias existente entre os povos introduziu similaridades nos projetos desses espaços externos com adaptações e variações regionais. No processo de seleção dos estudos de caso, a ênfase recaiu mais sobre a sequência ao longo do tempo do que à comparação de jardins de um mesmo período ou às repetições e variações locais.

As informações sobre os princípios compositivos dos jardins estudados foram obtidas em textos que adotam essa mesma perspectiva sequencial (BOULTS; SULLIVAN, 2010; JELLICOE, G.; JELLICOE, S., 1995; PANZINI, 2013). As informações neles apresentadas foram complementadas por dados e análises integrantes de textos específicos relativos aos jardins chineses, japoneses, medievais, islâmicos, renascentistas, barrocos, persas e indianos, de modo a obter descrições e desenhos indicativos de sua estrutura formal.

O recorte temporal de análise também está fundamentado no intercâmbio cultural existente entre os povos. Os princípios formais dos jardins construídos pelas antigas civilizações da Mesopotâmia, Egito e Pérsia foram difundidos na Europa através das comunicações terrestres e marítimas estabelecidas entre essas regiões. Assim, o sistema de proporções e simetria baseado na geometria regular (princípio de organização dos jardins egípcios e persas) predominou nos jardins europeus anteriores ao século XVIII.

Na Ásia as primeiras civilizações se formaram na China e na Índia. Os antigos jardins hindus e budistas da Índia se perderam, restando os jardins construídos sob a influência islâmica. Já na China, existem relatos de parques construídos por volta de 230 a.C., período de formação da China Imperial. Nesses primeiros jardins, a valorização do mundo natural e dos aspectos sagrados a ele atribuídos estabeleceram o princípio norteador da concepção dos jardins chineses – a intenção de recriar a paisagem natural. A civilização japonesa foi fortemente influenciada pelos contatos com a China, e os princípios formais utilizados nos jardins chineses foram retrabalhados nos jardins japoneses.

A intensificação dos contatos entre o Ocidente e o Oriente trouxe consigo um intercâmbio cultural mais intenso. As longas e perigosas viagens por terra ou mar se tornaram mais frequentes com os avanços nas técnicas de navegação verificados a partir do século XV. O conseqüente incremento das relações comerciais e a instalação de colônias europeias permanentes no Oriente propiciaram um estreito contato com a cultura e os hábitos dos povos asiáticos, relatados e divulgados na Europa pelos viajantes.

A intensificação dessas inter-relações culturais foi um dos fatores que propiciaram a transformação dos jardins europeus. Elementos chineses tornaram-se frequentes nos jardins da Europa continental e uma transformação conceitual mais profunda verificou-se nos jardins ingleses. Nestes, os princípios chinês e japonês de recriar as paisagens naturais adaptaram-se ao novo conceito de jardim surgido na Inglaterra do século XVIII – a intenção de criar uma paisagem inglesa ideal, obtida a partir dos elementos e características da paisagem natural.

É importante salientar que os conceitos de Ocidente e Oriente aqui adotados são tratados como denominações culturais para as regiões do mundo. Em seu sentido histórico, o Ocidente compreende a Europa, as Américas e a Austrália; o Oriente abrange a África Setentrional e a Ásia. Tal distinção vai além da simples diferença entre leste e oeste, pois é uma denominação que compreende as relações de poder e dominação estabelecidas. Tanto o mundo ocidental quanto o oriental abrangem múltiplas identidades culturais, sociais, políticas, econômicas, étnicas e religiosas, com suas respectivas localizações geográficas, que podem ser agrupadas de acordo com suas origens, afinidades e inter-relações.

2 AS ORIGENS DA REGULARIDADE E DA SIMETRIA NOS JARDINS

2.1 A ESTRUTURA SIMÉTRICA DO JARDIM EGÍPCIO

A partir da metade do segundo milênio a.C., as pinturas das tumbas passaram a incluir cenas de jardins que constituem o principal testemunho da forma compositiva e do tipo de plantas que formavam os jardins do Antigo Egito. Mais do que representações de jardins existentes, esses desenhos eram jardins simbólicos incluídos nos pertences das tumbas para deleite da alma ali enterrada.

As tumbas que contêm pinturas desse tipo pertenciam a ricos comerciantes ou administradores importantes que provavelmente possuíam em vida jardins comparáveis às pinturas. É provável, assim, que sua fonte de inspiração seja proveniente dos jardins que realmente existiam, fato documentado por escavações arqueológicas. Uma dessas pinturas murais, encontrada em Tebas, é conhecida como jardim de Sennefer.

O esquema mostra um jardim retangular cercado por um muro, com a área interna subdividida em espaços retangulares menores com utilizações diversas. O acesso ao jardim está localizado em uma abertura no renque externo de árvores e consiste em

imponente portão. Chega-se à edificação principal por um caminho que passa sob uma pérgula central e, dos dois lados desse conjunto, existem canteiros e tanques de água. Margeando internamente o muro exterior, estão plantadas tamareiras, palmeiras e outras árvores de menor porte (JELICOE, G.; JELICOE, S.,1995, p. 112).

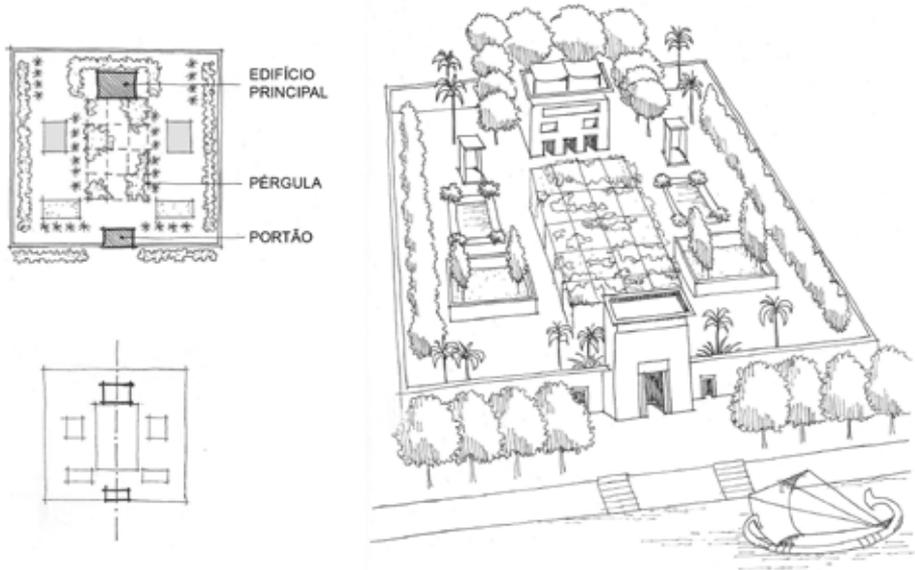


Figura 1 Representação do jardim de Sennefer em planta (acima, à esquerda) e perspectiva (à direita), acompanhada de esquema indicativo de seu eixo central de simetria (abaixo, à esquerda).

Autora: Cintia Maria Afonso, 2016.

Fontes: G. Jellicoe e S. Jellicoe (1995, p. 112) e Berrall (1978, p. 12).

Trata-se de um conjunto de formato retangular, organizado internamente a partir de um eixo central que parte do portão de acesso e termina na edificação principal. Os diversos subespaços do jardim estão organizados a partir desse eixo principal e são distribuídos em simetria perfeita, indicando a intenção de estabelecer um contraponto, baseado na geometria regular, às características da paisagem natural. Também o seu fechamento para o exterior, os tanques de água e as árvores são elementos indicativos da intenção de criar um refúgio, um local agradável em meio ao ambiente quente e desértico do Egito.

2.2 A ESTRUTURA QUADRIPARTIDA DO JARDIM PERSA – PASÁRGADA

Os jardins de Pasárgada, a primeira capital do Império Persa, também evidenciam as mesmas características de regularidade, mas apresentam uma importante inovação que criou um modelo de jardim reproduzido durante muitos séculos – a planta quadripartida.

Escavações arqueológicas realizadas no local da antiga cidade revelaram a existência de um palácio real com jardins construídos para ser refúgios em meio ao ambiente

quente e desértico da região. Sua base é um engenhoso sistema de irrigação no qual a água é captada em poços ou pequenos córregos existentes nas proximidades e conduzida até o jardim através de canais. Os trabalhos permitiram descobrir um sistema de canais construídos em pedra, que dividiam a área em dois retângulos. Esse sistema refrescava o ambiente e permitiu o plantio de flores e árvores que sombreavam o jardim. Nos cantos deste existiam um segundo palácio e dois pavilhões menores. O pórtico do palácio principal abria diretamente para o jardim, e um trono em pedra, fixado em seu centro, oferecia ao rei visão privilegiada e abrangente do conjunto (STRONACH, 1978, p. 107-112). A figura 2 reconstrói esse espaço e mostra a estrutura do jardim principal que dava acesso ao palácio.

O desenho demonstra tratar-se de um conjunto de implantação formal, certamente construído para expressar a grandeza do Império Persa. As motivações que conduziram à adoção desse desenho apresentam significado simbólico importante, como apresenta Panzini (2013, p. 128-130):

A forma em cruz e sua eventual multiplicação em grelhas ortogonais representava um método racional de divisão do jardim, tendo em vista que constituía uma eficaz solução para a irrigação. Geralmente, a água provinha de um único ponto de alimentação e sua racional distribuição pela rede de canais permitia atingir toda a vegetação. [...] No entanto, o êxito da planta quadripartida está geralmente associado a motivações simbólicas e funcionais, mas também explicitamente políticas; esse tipo de solução com arranjo axial era tanto funcional quanto adequado para exaltar a dignidade real e, por isso, foi amplamente usado nos grandes jardins das cortes islâmicas, arrematando a hierarquia visual dos percursos que celebravam o soberano enquanto pessoa e instituição.

Esse jardim é considerado o exemplar mais antigo dos *chahar bagh*, cujo princípio se tornou a característica dominante dos jardins persas nos séculos seguintes. No *chahar bagh*, que em persa significa 'quatro lotes' ou 'quatro jardins', o jardim tem formato quadrado ou retangular e é subdividido em quatro segmentos por dois canais que se cruzam no centro do complexo (PANZINI, 2013, p. 128). Muitos desses jardins têm pavilhões cobertos que formam um conjunto unificado com as áreas externas, permitindo aos usuários apreciar plenamente a vista do jardim enquanto permanecem em ambiente interno. No entanto, é importante salientar que a divisão em quatro partes não é diretamente verificada nas escavações arqueológicas, já que a área está dividida pelos canais em dois retângulos, e não quatro. A divisão em quatro partes é uma interpretação posterior das intenções de projeto.

Quando os árabes conquistaram a Pérsia, encontraram os grandes complexos palacianos e seus jardins, e foi a partir de suas características que os princípios de organização espacial dos jardins islâmicos foram definidos. Variações da planta quadripartida foram adotadas pelas cortes islâmicas e difundidas por todo o Império Árabe, que ocupou regiões da Ásia, norte da África e sul da Europa.

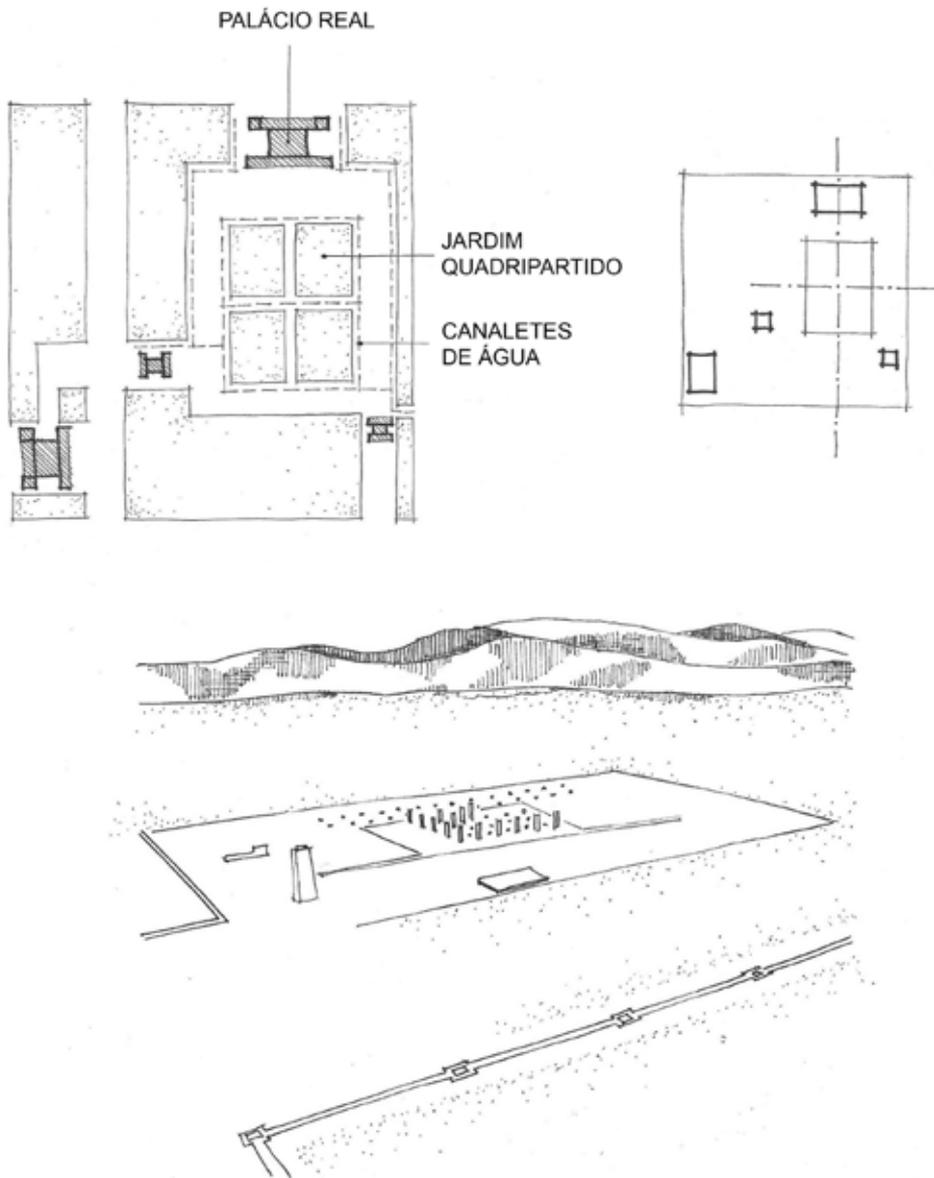


Figura 2 Desenho elaborado a partir de evidências arqueológicas, mostrando a estrutura do mais antigo exemplar de jardim quadripartido (acima, à esquerda). O palácio imperial de Pasárgada está localizado na porção superior do desenho e o jardim quadripartido está posicionado à frente do palácio, no centro do conjunto. Outros edifícios menores também estão distribuídos em torno do jardim central. O esquema indicativo da organização formal do conjunto (acima, à direita) apresenta os dois eixos entrecruzados que estruturam o jardim central e definem a relação entre o jardim e o palácio imperial. A perspectiva (abaixo) mostra as ruínas do palácio e os remanescentes do canaleta de água utilizado para irrigação.

Autora: Cintia Maria Afonso, 2016.

Fonte: Kidd (2013, p. 3).

3 JARDINS EUROPEUS E MOGÓIS¹: A PAISAGEM CONSTRUÍDA COMO ORDENAMENTO E TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM NATURAL

Os jardins europeus anteriores ao século XVIII, discutidos a seguir, apresentam estrutura formal similar, adotando princípios compositivos baseados na geometria regular, nos eixos de simetria e no emprego de um sistema de dimensões e proporções indicativo da intenção de dispor uma matriz racional ideal sobre a paisagem natural.

Essa intenção já estava presente nos jardins do Antigo Egito e da Pérsia. Autores como G. Jellicoe e S. Jellicoe, (1995, p. 23) e Panzini (2013, p. 60) atribuem essa idealização, inicialmente, à contemplação do efeito miraculoso da irrigação sobre a paisagem desértica dessas regiões e, em um segundo momento, à sua comparação com o Paraíso. Em sua pureza e perfeição, o Paraíso só poderia ser um lugar ideal, representado por essas sociedades antigas como um lugar protegido do mundo exterior hostil, com água, sombra e todas as frutas da Terra. Consequentemente, sua expressão também deveria estar baseada em formas puras.

Posteriormente, com o desenvolvimento da filosofia e as explicações ocidentais para o universo, a vida e o homem passaram a ser fundamentados em bases racionais e o saber empírico (fundamentado em experiências casuais e com objetivos práticos e imediatos) passou a ser sistematizado à luz da razão. O entendimento de que o homem racional é superior à natureza selvagem foi novamente compatível com a ideia de utilizar a ordem geométrica regular nos jardins, agora com a intenção de organizar seus elementos compositivos à luz da razão.

3.1 UM JARDIM PERSA NA EUROPA – ALHAMBRA

A ideia islâmica de jardim, originada no Oriente Médio, chegou ao norte da África e à Espanha através dos árabes. A construção da fortaleza de Alhambra iniciou-se em 1248, quando os árabes ocuparam a Península Ibérica (COLE, 2014, p. 176). Dentro de suas muralhas existem dois palácios, que foram construídos durante o século XIV. Lá estão os mais bem preservados jardins islâmicos europeus. Consistem em duas grandes unidades, cada uma formada por um conjunto de pavilhões internos implantados em torno de um pátio central retangular.

O primeiro desses pátios é o Pátio da Alberca, ou dos Arrayanes, que tem formato retangular e um grande espelho d'água central com duas fileiras lineares de arbustos plantadas ao longo das duas laterais maiores do pátio. O Pátio dos Leões também é uma estrutura de planta retangular, aqui quadripartida, rodeada por uma galeria

¹ A designação Mogol foi obtida em Cole (2014, p. 180), mas Parker (1995, p. 168) apresenta a denominação *Mughal*. Em língua inglesa, Boults e Sullivan (2010, p. 119) indicam *Mughal Empire*, e Jellicoe (1995, p. 48), *Mughul India*. Trata-se de um império que dominou a Índia entre 1526 e 1857. Seu processo de formação teve início durante o século XIV, quando Timur ocupou a região da antiga Pérsia a partir da Ásia Central (BOULTS; SULLIVAN, 2010, p. 119). Babur, descendente de Timur, conquistou Delhi em 1526 e ali formou o Império Mogol (ou Mughal), que teve seus domínios expandidos no final do século XVI, quando seu neto, Akbar, ocupou a região da Caxemira. O império foi extinto em 1857 pelos invasores britânicos.

com colunas de mármore para a qual se abrem vários compartimentos internos provavelmente usados pelo monarca como ambientes de uso privativo (HOAG, 1963, p. 27). O espaço é subdividido por quatro caminhos em cruz com canaletes centrais de mármore branco, que conduzem a água proveniente de pequenos tanques circulares situados nas extremidades do pátio para uma fonte localizada no centro do conjunto, sustentada por doze leões.

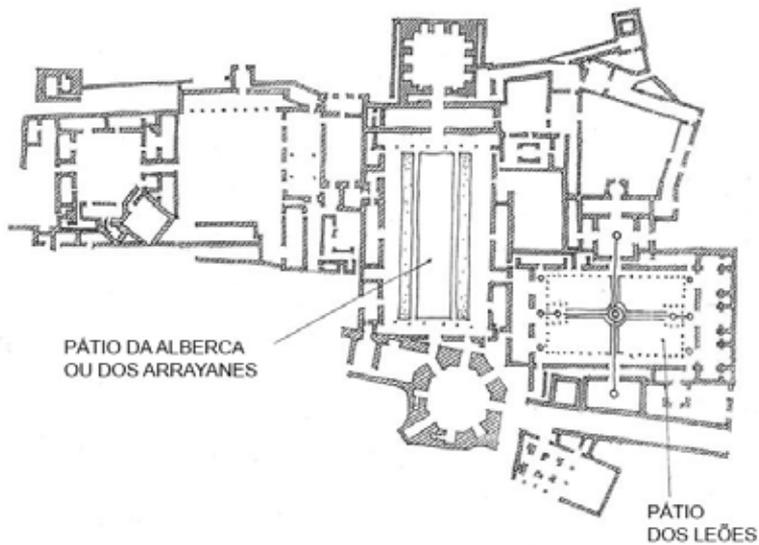


Figura 3 Planta do conjunto de palácios de Alhambra na qual se destacam o Pátio da Alberca e o Pátio dos Leões.
Autora: Cintia Maria Afonso, 2016.
Fonte: Hoag (1963, figura 65).

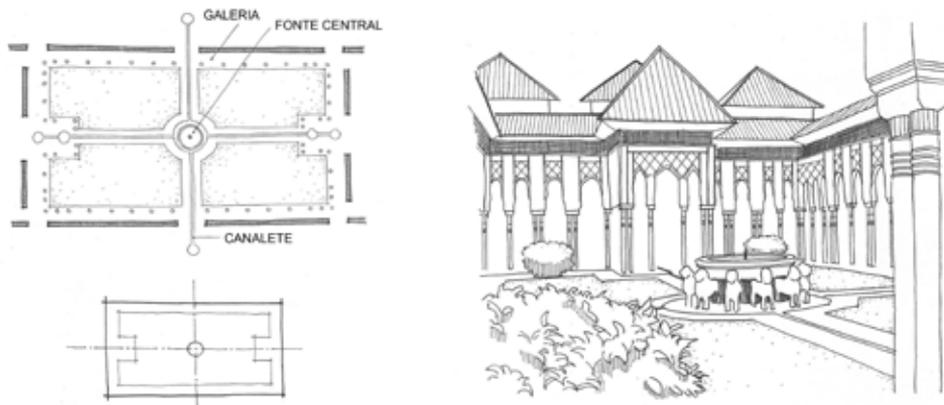


Figura 4 Representação do Pátio dos Leões em planta (acima, à esquerda) e perspectiva (à direita), acompanhada de esquema indicativo de sua estrutura quadripartida (abaixo, à esquerda).
Autora: Cintia Maria Afonso, 2016.
Fontes: Boults; Sullivan (2010, p. 32-33); G. Jellicoe e S. Jellicoe (1995, p. 59-60).

3.2 UM JARDIM PERSA NA ÍNDIA – TAJ MAHAL

Não foi somente na Europa e África que os árabes construíram seus famosos jardins. Os imperadores mogóis, procedentes da Ásia Central, ocuparam a região da antiga Pérsia e posteriormente a Índia, onde formaram o Império Mogol. No início do processo de expansão territorial, os conquistadores adotaram várias tradições culturais persas, inclusive os jardins tipo *chahar bagh*, posteriormente construídos na Índia.

A paisagem da Caxemira, com seus vales verdes, lagos e altos cumes, tornou-se um dos lugares preferidos para a implantação dos famosos jardins imperiais mogóis. Ali também foram construídos os jardins mausoléus, que combinaram aspectos do jardim islâmico com a tradição da Ásia Central de construção de cemitérios jardim (BOULTS; SULLIVAN, 2010, p. 119). Neles o túmulo é localizado em posição central e o jardim é construído ao seu redor, configurando um espaço privilegiado para observação do monumento principal, o mausoléu.

O mais célebre jardim mausoléu é o Taj Mahal, construído entre 1632 e 1648 pelo imperador mogol Shah Jahan para sua esposa favorita, a quem chamava de Mumtaz Mahal, falecida após dar à luz ao 14º filho (BOULTS; SULLIVAN, 2010, p. 123). O conjunto é composto pelo mausoléu, edifícios secundários e um imenso jardim tipo *chahar bagh*, que apresenta algumas variações significativas à sua composição típica. A mais importante é a localização do edifício principal, aqui posicionado na extremidade norte do jardim em vez de situado na interseção dos canais de água. Essa interseção, o centro do *chahar bagh*, é marcada por um tanque de água elevado, do qual partem quatro canais de água que subdividem o jardim em quatro setores. O edifício principal está implantado sobre uma plataforma elevada com quatro minaretes marcando os cantos desse terraço. Nos dois lados da plataforma, já no nível do jardim, foram construídos dois edifícios de apoio ao mausoléu, espaço destinado a orações e um local para descanso e encontro.

A figura 5 permite visualizar o esquema de composição do conjunto, indicando sua subdivisão em três setores. O primeiro, situado na porção inferior do esquema, abriga um conjunto de edifícios posicionados nas bordas de um espaço aberto central. A partir de um edifício monumental de acesso, chega-se ao setor central, o jardim tipo *chahar bagh*, com sua estrutura quadripartida. O terceiro setor, situado na porção superior do esquema, mostra o edifício principal – o mausoléu –, implantado em posição central, ladeado pelos dois pavilhões de apoio.

Todo o conjunto está organizado em função do mausoléu, ponto focal da composição. A mesma forma quadripartida usada para a exaltação do poder dos governantes foi aqui utilizada para enfatizar a importância do edifício principal, o belo e imponente edifício revestido em mármore branco.

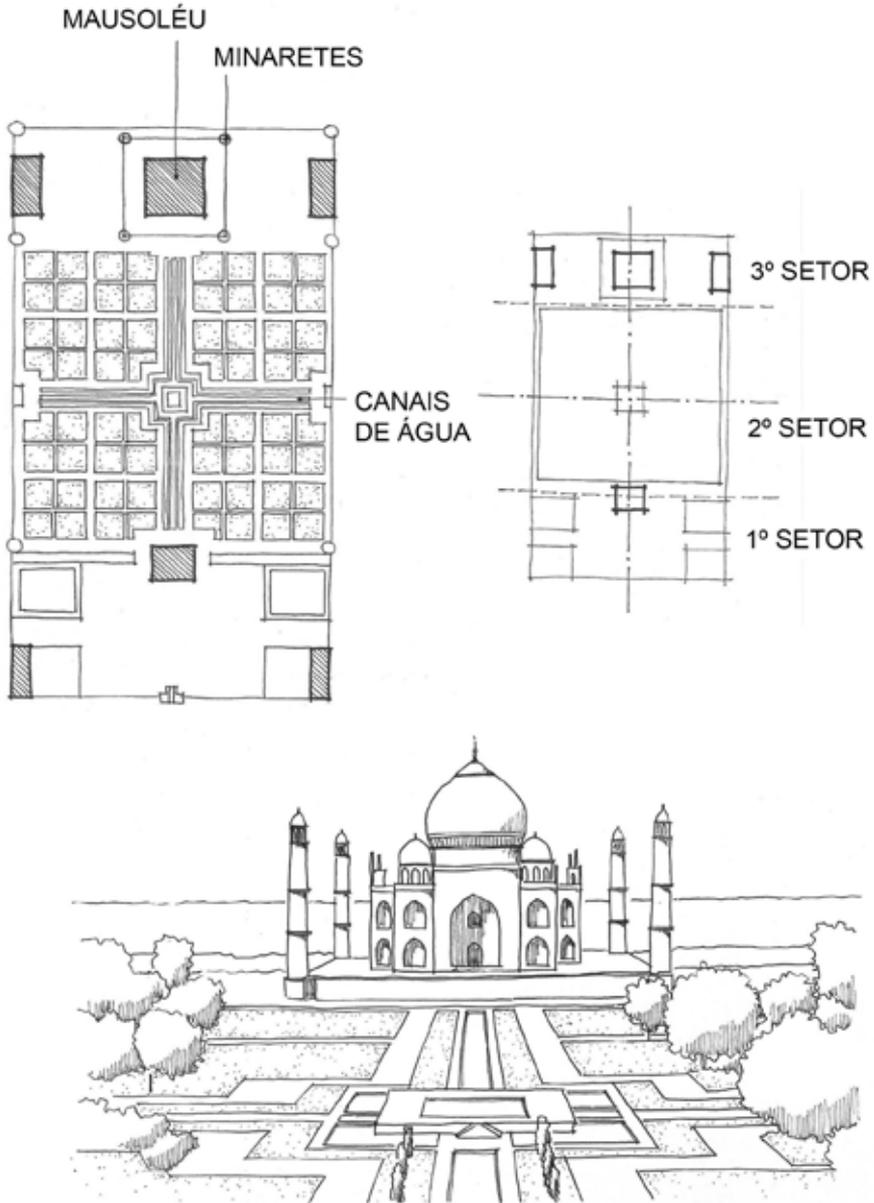


Figura 5 Representação do Taj Mahal em planta (acima, à esquerda) e perspectiva (abaixo). Acima, à direita, apresenta-se esquema indicativo dos três setores do conjunto, com o eixo longitudinal de simetria e o jardim quadripartido construído no setor central.

Autora: Cintia Maria Afonso, 2016.

Fonte: G. Jellicoe e S. Jellicoe, S (1995, p. 54).

3.3 A PLANTA QUADRIPARTIDA NOS CLAUSTROS MEDIEVAIS ABADIA DE FONTENAY

A estrutura quadripartida não foi adotada somente nos jardins islâmicos. O mesmo princípio está presente também nos claustros dos mosteiros medievais, que começaram a ser construídos na Europa por volta do século V, a partir da criação da Ordem de São Bento, que estabeleceu a vida monástica fundamentada no trabalho e na oração.

As configurações espaciais dos edifícios monásticos medievais apresentam grande similaridade, com a igreja e o claustro anexo ocupando posição central na sua estrutura. O claustro (pátio quadrado ou retangular rodeado por uma galeria aberta) é sempre um espaço privilegiado, dedicado às atividades espirituais e intelectuais dos monges – ao mesmo tempo lugar de oração, meditação, repouso e encontro, além de constituir-se também como passagem entre os diversos ambientes internos cotidianamente usados.

A Abadia de Fontenay, construída entre 1139 e 1147 e localizada na região da Borgonha (BARRAL I ALTET, 2001, p. 138), exemplifica esses princípios. Trata-se de um conjunto que apresenta características unificadas e quase integralmente datado do século XII, quando foram construídas a igreja, o claustro, a sala – também ocupada pelo *scriptorium* da abadia –, os dormitórios dos monges e a forja. O claustro está localizado ao lado da igreja, como na maioria dos conjuntos monásticos medievais.

A construção do claustro foi finalizada em 1147 (BARRAL I ALTET, 2001, p. 139) e segue princípios de simplicidade e austeridade compatíveis com as atividades que lá se desenrolavam – meditação, oração e trabalho manual. De forma quadrangular, é contornado por quatro galerias que se abrem para o pátio central por meio de aberturas de volta perfeita, fazendo a conexão entre o pátio descoberto e os ambientes fechados distribuídos ao seu redor. O jardim atualmente é bastante simples, mas provavelmente também seguia os princípios adotados na maioria dos mosteiros – canteiros delimitados por quatro caminhos em cruz, algumas árvores e uma fonte ou poço central (PANZINI, 2013, p. 181).

Autores como Panzini (2013, p. 181-182) consideram o claustro uma derivação direta do peristilo existente nas habitações romanas, já que apresenta as mesmas características de espaço protegido e isolado do exterior, o que provavelmente decorre do contato com as antigas cidades romanas. Diferentemente, G. Jellicoe e S. Jellicoe (1995, p. 139) relacionam a origem do claustro ao contato com os jardins islâmicos espanhóis e, conseqüentemente, com os jardins quadripartidos da Pérsia. De qualquer modo, as relações sugeridas são indicativas de um processo de reconversão das configurações arquitetônicas mais antigas, e os claustros se caracterizam não como novidade, mas como renovação de antigos espaços.

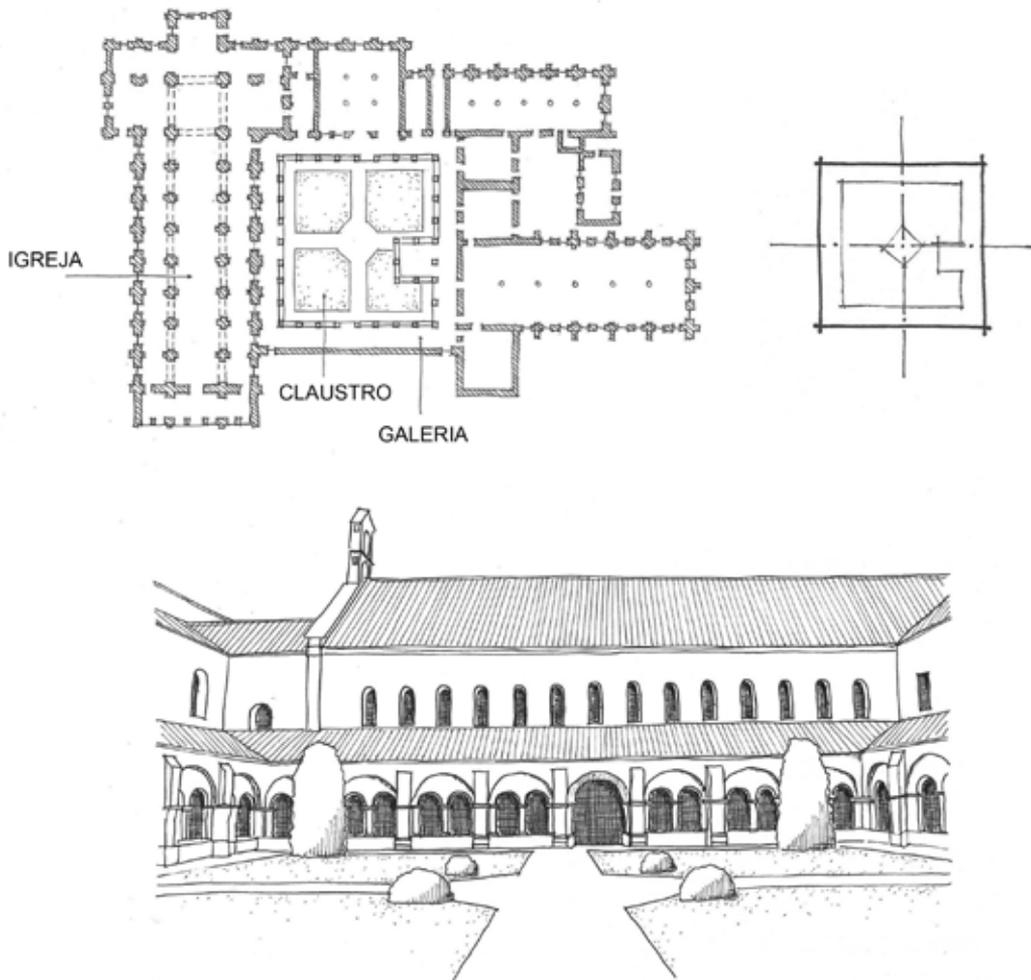


Figura 6 Planta dos edifícios centrais da Abadia de Fontenay (acima, à esquerda), com a igreja à esquerda e o claustro ao seu lado, ocupando posição central em relação aos demais edifícios. O claustro também tem estrutura quadripartida, como indicam o esquema (acima, à direita) e a perspectiva (abaixo) que representa suas características atuais.

Autora: Cintia Maria Afonso, 2016.

Fonte: Barral I Altet (2001, p. 138).

3.4 A SIMETRIA PERFEITA NOS JARDINS ITALIANOS VILLA LANTE

As *villas* italianas foram projetadas a partir da concepção humanista do Renascimento e se transformaram em modelos que se difundiram por toda a Europa, com seus jardins terraceados, integração à paisagem circundante, trabalho com a água e poda topiária em desenhos orgânicos.

Com o fortalecimento das prósperas famílias burguesas italianas, que buscavam reconhecimento, distinção e poder, as ricas residências construídas a partir dos séculos XIV e XV abandonaram o modelo medieval de jardim fechado para o exterior e, apesar de muradas ou cercadas, abriram-se para a paisagem circundante. Muitas dessas propriedades foram implantadas a meia encosta e em locais com belas visuais, intencionalmente consideradas e aproveitadas no projeto. A inclinação dos terrenos também induziu a formação de platôs, implantados em níveis variados e encaixados harmoniosamente no terreno original. Surgiram, assim, os famosos jardins terraceados.

Outro aspecto introduzido nas *villas* renascentistas foi o planejamento de sequências de espaços dispostos ao longo de um eixo organizador. Nesse tipo de projeto, cada espaço tem uma configuração específica e se constitui em uma unidade espacial distinta, possibilitando experiências espaciais contrastantes. No entanto, sua organização ao longo de um eixo traz como resultado uma ordem geral que subordina as várias partes à força compositiva do conjunto. Sequências desse tipo foram criadas em vários projetos de jardins e se tornaram bastante difundidas a partir da segunda metade do século XVI. O edifício principal era frequentemente posicionado no alto de uma colina e acessado a partir de uma sequência de terraços ajardinados construídos na encosta. Isso resultava na orientação do observador para um único ponto focal dominante, em vez de configurar uma profusão de unidades espaciais separadas.

O projeto da Villa Lante foi desenvolvido a partir dos princípios aqui apresentados. A *villa* foi construída em Bagnaia (localidade situada nos arredores de Viterbo, na Itália), para o cardeal Gianfrancesco Gambara, e projetada por Giacomo Barozzi da Vignola, assessorado por Tommaso Ghinucci – especialista em obras hidráulicas, foi responsável pelo trabalho com as águas (BOULTS; SULLIVAN, 2010, p. 82).

O conjunto foi implantado em terraços sequenciais ascendentes, organizados linearmente a partir de um eixo central intencionalmente marcado e enfatizado pelo uso da água. Os jardins foram distribuídos em quatro terraços, interligados por dois planos inclinados e organizados a partir de um eixo central que atravessa longitudinalmente o conjunto e estabelece a simetria do desenho, definindo inclusive o posicionamento dos dois edifícios principais.

O resultado é notável. Apesar de formado por ambientes de caráter e desenhos bastante distintos, apresenta marcante coesão, proporcionada pela força do eixo central e pela perfeita simetria presente em todos os espaços.

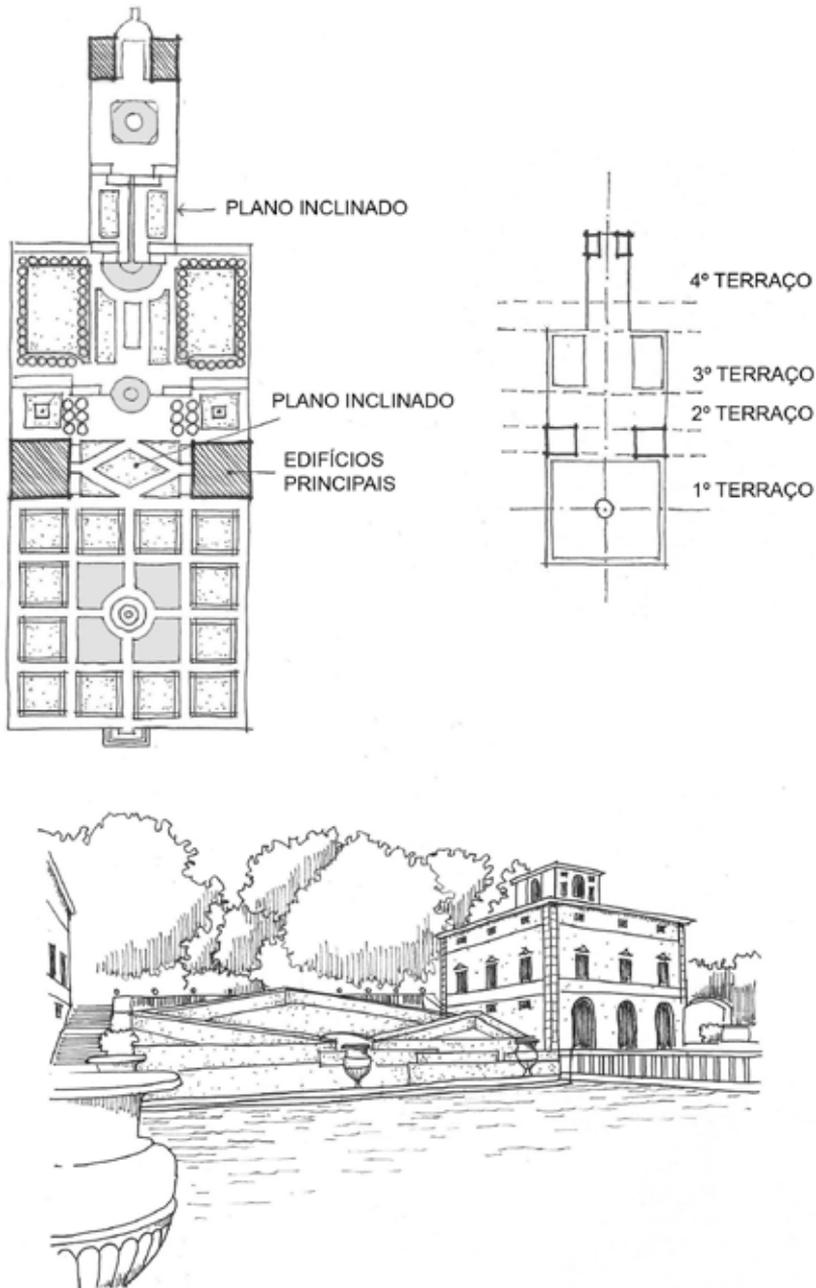


Figura 7 Representação da Villa Lante em planta (acima, à esquerda) mostrando a implantação do conjunto de edifícios e jardins, e em perspectiva (abaixo), destacando as características do plano inclinado que faz a interligação entre o primeiro e o segundo terraços. Acima, à direita, esquema indicativo da estrutura formal do conjunto, com o eixo longitudinal de simetria, os quatro terraços e o jardim quadripartido construído no primeiro terraço.

Autora: Cintia Maria Afonso, 2016.

Fonte: G. Jellicoe e S. Jellicoe (1995, p. 160-162).

3.5 O EIXO MONUMENTAL NO JARDIM FRANCÊS VAUX-LE-VICOMTE

Até o século XVI, as características medievais ainda estavam presentes nos castelos da França, que tinham muros altos e espaços compartimentados, mas durante o século XVII e sob a influência dos jardins das *villas* italianas, os jardins franceses começaram a ser concebidos a partir de um desenho integrado.

O grande mestre do paisagismo barroco francês, Andrè le Nôtre, aboliu definitivamente a ideia de compartimentação dos espaços e a substituiu por uma organização que privilegiava o conjunto em sua totalidade. Sua primeira grande obra foi Vaux-le-Vicomte, propriedade rural construída para o Ministro de Estado Nicolas Fouquet, com uma enorme mansão emoldurada por um grandioso jardim.

O princípio de trabalho adotado por Le Nôtre pode ser entendido como uma evolução dos modelos italianos, com o uso de eixos direcionais (geralmente dois eixos perpendiculares) que direcionam o olhar, ampliam a sensação de distância e ordenam a disposição dos espaços ajardinados e dos bosques circundantes. No entanto, o uso de dois eixos perpendiculares confere certo dinamismo à composição, rompendo com o princípio renascentista baseado na ordenação por simetria perfeita. Uma importante diferença é também a utilização dos bosques circundantes como elemento central de composição do jardim, delimitando e enquadrando o conjunto.



Figura 8 Representação dos jardins de Vaux-le-Vicomte em planta (à esquerda) e perspectiva (à direita). O esquema central indica o grande eixo longitudinal e os eixos transversais estruturadores do conjunto.
Autora: Cintia Maria Afonso, 2016.

Fontes: Boultis e Sullivan (2010, p. 138); G. Jellicoe e S. Jellicoe (1995, p. 182).

O resultado é um conjunto unificado e coerente, de escala grandiosa, que se apresenta como espaço de ostentação e cerimônia. Esses efeitos de grandiosidade e ostentação são obtidos pelo uso dos citados eixos direcionais que organizam o espaço – um eixo longitudinal principal, cortado por eixos transversais – e pelo contraste entre o eixo principal e o pano de fundo formado pelos bosques existentes ao redor. Tais estratégias de projeto direcionam a visão para o horizonte, o que permite a visualização do jardim em sua totalidade a partir de um único ponto de vista.

A aproximação do observador revela novas complexidades, já que o espaço é subdividido em diferentes níveis, enriquecidos por espelhos e canais de água e por desenhos obtidos com poda topiária da vegetação. Mas esse enriquecimento não minimiza a importância da edificação principal, pois o terracamento, os *parterres* (canteiros decorados com plantas floríferas, formando desenhos em volutas e ramagens) e os espelhos d'água estabelecem relação axial com o castelo, implantado em posição central para enfatizar e destacar sua importância.

Neste projeto Le Nôtre apresentou todos os elementos que posteriormente utilizaria com grande sucesso: avenidas radiais cortadas nos bosques ou ladeadas por árvores, fontes combinadas com grandes planos de água, os trabalhados e abertos *parterres* – em contraste com os densos bosques – e a multiplicidade de níveis obtidos por cerceamento do terreno.

4 JARDINS CHINESES E JAPONESES – A PAISAGEM CONSTRUÍDA COMO RECRIAÇÃO DA PAISAGEM NATURAL

Os jardins chineses e japoneses tiveram sua estrutura fundamentada em três princípios distintos, estabelecidos na China Antiga: 1) princípio das formas complementares: a harmonia surge a partir da complementariedade entre feminino e masculino, áspero e suave, montanha e planície, rocha e água; 2) princípio da sucessão contínua de visuais: os ambientes são criados de modo que se passe de uma vista para outra, oferecendo um prazer diferente em cada situação, como pavilhões com vista para o pôr do sol, bancos em locais onde a lua está refletida na água; 3) princípio da assimetria: posicionamento dos edifícios, conjuntos de árvores, pedras e pontes segue os movimentos da natureza, buscando recriar sua harmonia.

Esses princípios derivam da filosofia e da arte. O céu, montanhas e mares, rios e rochas são entendidos pelo taoísmo como materializações de espíritos irmãos do homem. Isso levou à valorização do mundo natural e à busca de contato mais próximo com a natureza, seja através de pinturas que representassem a paisagem natural, seja através de reproduções tridimensionais, como os jardins (JELLICOE, G.; JELLICOE, S., 1995, p. 68). Partindo desse princípio, o jardim chinês foi estruturado por rochas e água: as rochas simbolizando as montanhas e representando a força masculina (*yin*) e a água simbolizando a força feminina (*yang*) [(BOULTS; SULLIVAN, 2010, p. 39)].

Os jardins chineses também foram associados à pintura de paisagens, que era feita em rolos de formato horizontal, com várias pinturas sequenciais que deveriam ser apreciadas progressivamente (PANZINI, 2013, p. 368-369). Seguindo o procedimento de pintura em rolo, o jardim chinês assumiu outra importante característica – a composição por cenas, com a construção de uma sequência de ambientes e vistas descoberta a partir de percursos sinuosos que dissimulavam a extensão do jardim e a interligação das partes (PANZINI, 2013, p. 371). Assim, os jardins eram projetados para serem lentamente descobertos a partir de um percurso preestabelecido.

As origens do jardim japonês são similares às do jardim chinês, ligadas à paisagem e aos aspectos sagrados a ela atribuídos. As crenças xintoístas ancestrais (o xintoísmo pregava a veneração da natureza) e a rica paisagem natural do Japão fizeram com que, desde o início, a natureza não fosse percebida como realidade hostil. Sucessivas ondas culturais chegaram ao Japão a partir da Ásia, misturando ideias continentais aos costumes locais. Esse conjunto de influências levou os japoneses a considerar a natureza não como realidade a ser dominada, mas como fonte sagrada de vitalidade da qual o homem se aproxima com admiração e espírito humilde em busca de contato harmonioso com o mundo natural (LODARI, 2005, p. 164). Partindo desse princípio, os jardins japoneses são construídos para ressaltar a beleza das paisagens, mesmo que isso não signifique manter seus elementos nas formas originais. A beleza natural é recriada através da disposição intencional de árvores, arbustos e pedras, estabelecendo ritmos e padrões que simbolizam e enfatizam aspectos e características da paisagem natural.

4.1. SETORIZAÇÃO E ASSIMETRIA NO JARDIM CHINÊS YUYUAN

O jardim Yuyuan foi construído na cidade de Shangai entre 1559 e 1577 por um oficial do governo chamado Pan Yunduan. Apesar de modificado algumas vezes pelos sucessivos proprietários, é um dos raros jardins tradicionais chineses que ainda permanece preservado, graças à restauração iniciada em 1956 pelo governo de Shangai.

Nele foram aplicados os três princípios típicos da tradição chinesa de construção de jardins: 1) a subdivisão do jardim em várias cenas – distintas, mas sequenciais; 2) o uso das rochas e da água como elementos de conexão simbólica com a paisagem natural da China; 3) o uso da assimetria como estratégia para obter harmonia.

De nenhum ponto do jardim é possível apreender o conjunto em toda a extensão, já que o espaço é propositalmente fracionado por meio de elevações, muros e anteparos. O acesso aos vários setores é feito através de corredores, passagens e portais integrados ao jardim. Nesse processo de subdivisão, a legibilidade do conjunto é descartada em favor das composições múltiplas, vivenciadas como ricas sequências espaciais nas quais se combinam espaços mais estreitos e espaços mais amplos. Assim, o jardim não proporciona a experiência da grandiosidade única: é necessário escolher o ritmo certo e fazer paradas frequentes para que, observando os detalhes e os pontos de conexão, seja possível compreender o conjunto.

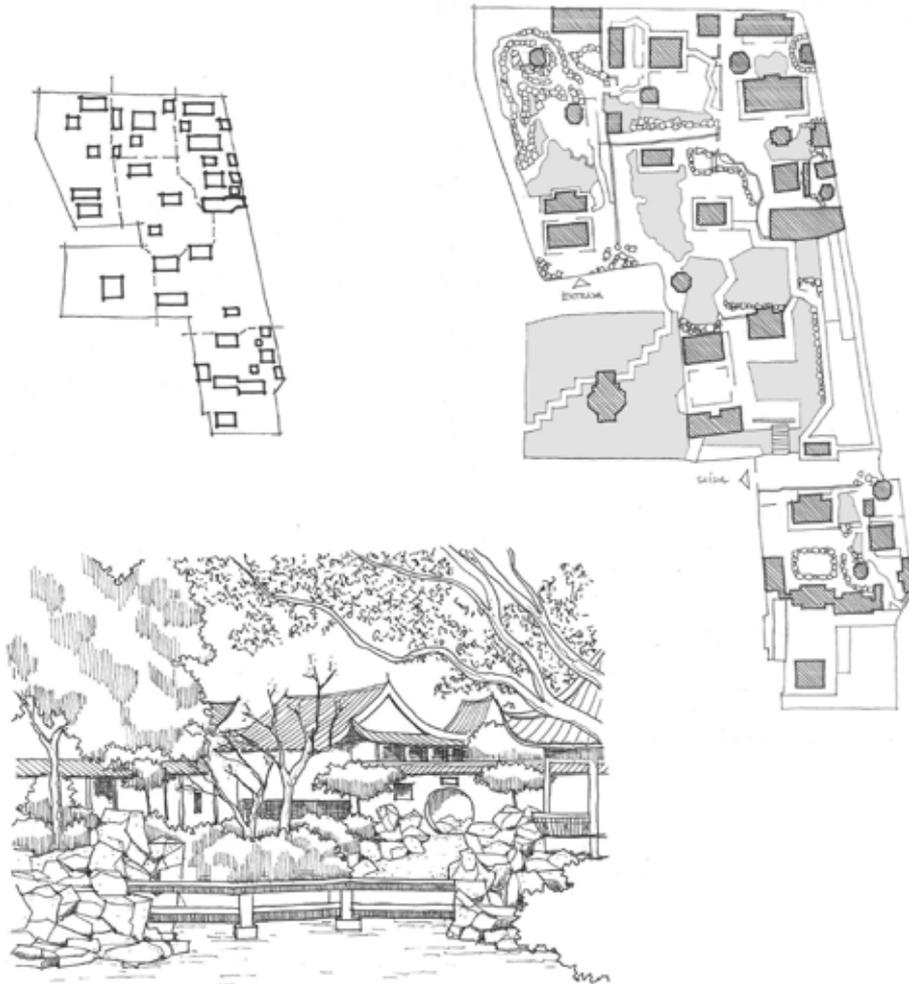


Figura 9 Representação do jardim Yuyuan em planta (acima, à direita), acompanhada por esquema indicativo da setorização do conjunto e da distribuição das edificações (acima, à esquerda). A perspectiva (abaixo, à esquerda) mostra um recanto próximo à entrada.

Autora: Cintia Maria Afonso, 2016.

Fonte: Panzini (2013, p. 389).

Também está presente no jardim o princípio taoísta do yin e yang, representativo das forças complementares atuantes na natureza. Conjuntos de rochas que reproduzem montanhas chinesas estão presentes nos diversos setores do jardim, e as águas, representadas por pequenos lagos, permeiam os diversos ambientes e podem ser apreciadas em suas margens ou nos diversos caminhos que percorrem o jardim. Por vezes, esses caminhos atravessam os espelhos d'água para que o conjunto possa ser admirado em novos e inusitados ângulos.

Assim, no jardim chinês Yuyuan, o ideal taoísta do homem que coexiste em harmonia com a natureza foi intencionalmente recriado a partir da arte oriental de construção de jardins.

4.2 A RECRIAÇÃO DA PAISAGEM NATURAL NO JARDIM ZEN JAPONÊS TENRYU-JI

O jardim de Tenryu-ji foi intencionalmente criado para a contemplação, tendo sido um dos primeiros locais a expressar os ideais introduzidos pela prática zen budista.

A doutrina zen budista, originária da Índia, propunha a busca da paz espiritual sem rituais ou doutrinas elaboradas. Sendo assim, os jardins construídos nos mosteiros zen budistas estabeleceram uma estética sóbria e adquiriram caráter metafísico, ligado à prática da meditação. Seus templos incluíam áreas ajardinadas nas quais as paisagens naturais eram recriadas para fazer parte das atividades religiosas – não destinadas à prática de rituais, mas sim à contemplação.

O jardim de Tenryu-ji foi implantado em um mosteiro localizado em Kyoto, construído em 1339 em local anteriormente utilizado como residência aristocrática. A propriedade foi transformada em mosteiro zen quando o monge Muso Kokuchi, conhecido projetista de jardins, adaptou as condições preexistentes às necessidades da vida monástica (PANZINI, 2013, p. 414-415).

O desenho atual do setor do jardim que está em frente do pavilhão central ainda conserva características da intervenção feita por Kokuchi. O espaço é dominado por um lago de formato irregular, localizado na base de uma pequena colina. O conjunto abriga diversas composições de rochas na beira das águas, destacando-se um grupo de rochas extremamente verticais que foram posicionadas para simbolizar a iluminação e o sucesso. Esse grupo de rochas foi organizado de modo a formar uma cascata, que simboliza o esforço para atingir a iluminação (BOULTS; SULLIVAN, 2010, p. 52).

Os princípios adotados neste jardim foram difundidos pelo Japão e reelaborados nos inúmeros jardins aristocráticos construídos posteriormente – não mais voltados às atividades religiosas, mas relacionados à busca de contato harmonioso com o mundo natural.

4.3 A ESSÊNCIA DA PAISAGEM NATURAL NO JARDIM KARESANSUI RYOAN-JI

O jardim do mosteiro zen budista Ryoan-ji foi construído no século XV na região de Kyoto e é até hoje considerado um dos exemplos mais refinados de jardim *karesansui*, ou jardim seco, no qual a beleza efêmera das flores e plantas é substituída por elementos minerais, mais permanentes e resistentes ao tempo. Nesses jardins os elementos ancestrais do jardim japonês, como lagos e quedas d'água, são representados por materiais secos. As cascatas são representadas por arranjos de pedras e o movimento de ondulação das águas é representado por uma camada de cascalhos ou areia branca em cuja superfície é esculpido um padrão de sulcos.

Situado ao lado de um dos edifícios monásticos, o jardim seco de Ryoan-ji ocupa um espaço retangular, com aproximadamente o tamanho de uma quadra de tênis, delimitado por um muro baixo atrás do qual se ergue um grupo de árvores. Ali, quinze

rochas, organizadas em cinco grupos, criam uma composição espacial dinâmica, na qual as forças visuais são balanceadas através de relações assimétricas, que podem ser percebidas em cada um dos grupos de pedras e em todo o conjunto (BOULTS; SULLIVAN, 2010, p. 620). Os grupos de pedras são rodeados por musgo, a única presença vegetal no jardim – possivelmente uma intervenção posterior. O restante do espaço é ocupado apenas por um fino pedrisco branco, trabalhado diariamente com o rastelo.

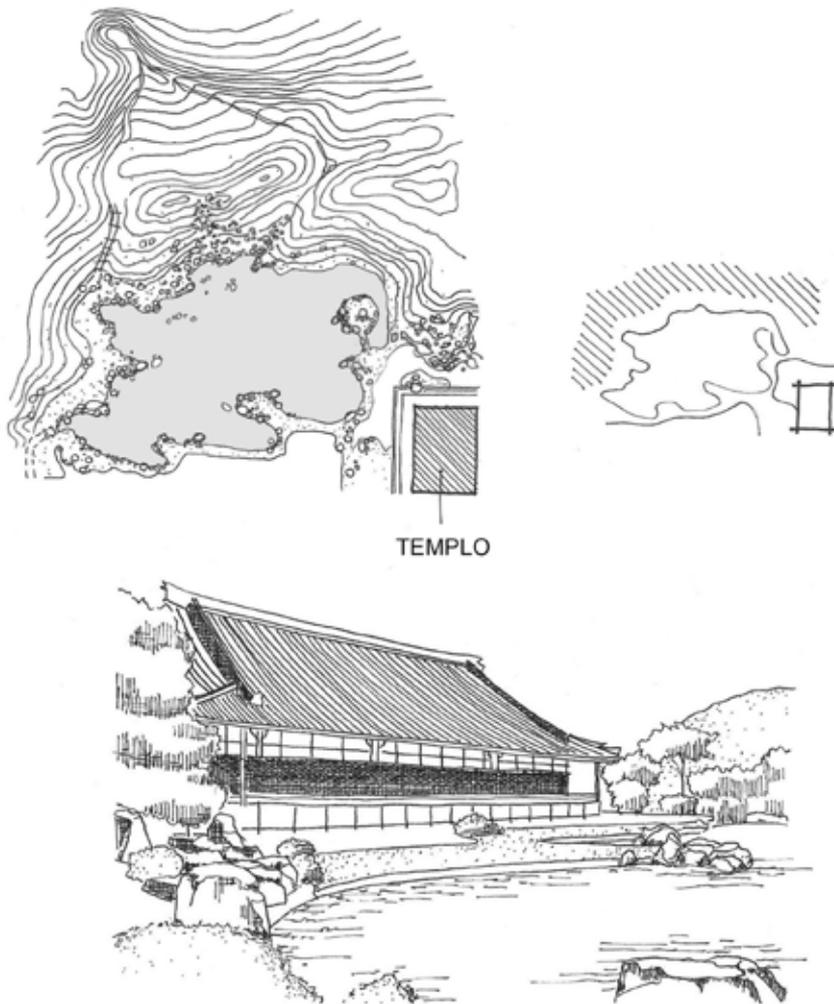


Figura 10 Representação do conjunto de Tenryu-ji em planta (acima, à esquerda), com indicações topográficas, traçado dos pequenos riachos que formam o lago central e posicionamento dos conjuntos de rochas. O esquema (acima, à direita) indica a organização formal do conjunto, com lago e caminhos de formato irregular. A perspectiva (abaixo) mostra o templo e as composições de rochas à beira do lago.

Autora: Cintia Maria Afonso, 2016.

Fonte: Boults e Sullivan (2010, p. 51).

Neste jardim, criam-se intencionalmente ilusões de distância e camadas espaciais similares às presentes nas pinturas chinesas. As visuais são enquadradas a partir de pontos de vista especialmente escolhidos e os arranjos verticalizados de rochas possivelmente evocam as montanhas sagradas chinesas. Criou-se, dessa forma, um conjunto de beleza disciplinada, trabalhado a fim de simular as características da paisagem natural em um ambiente adequado à contemplação.

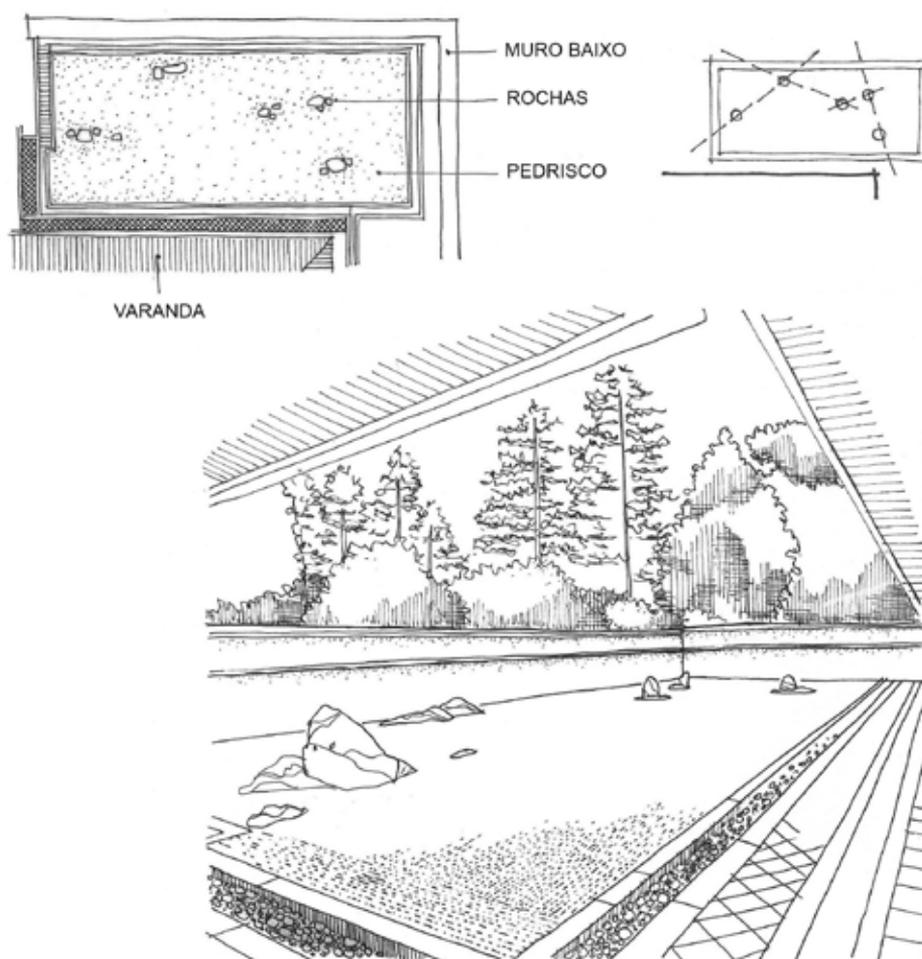


Figura 11 Representação em planta (acima, à esquerda) e perspectiva (abaixo) do jardim seco que faz parte do mosteiro Ryoan-ji. O esquema (acima, à direita) indica a organização formal dos conjuntos de rochas.

Autora: Cintia Maria Afonso, 2016.

Fonte: Alex (1963, Plate 117).

O jardim Ryoan-ji foi construído para ser visto a partir da varanda do pavilhão monástico, e as pedras foram dispostas para que não fosse possível visualizar todas de uma só vez. Diz-se que somente os iluminados conseguem ver simultaneamente as quinze pedras.

As interpretações a respeito deste jardim variam da matemática ao esoterismo. No entanto, é consenso que, após o impacto da primeira experiência visual, o observador começa a estabelecer relações entre os vários de seus elementos. O sentido da composição está na filosofia zen: existe uma qualidade cósmica – obtida mais através da contemplação do que da atividade (ALEX, 1963, p. 39-40). O verdadeiro significado do jardim Ryoan-ji está naquilo que o observador associa às vistas e nos significados que a elas atribui.

5 JARDINS INGLESES DO SÉCULO XVIII A RUPTURA COM A REGULARIDADE

Até o século XVIII, os jardins das grandes residências de campo inglesas eram formais e simétricos, seguindo o modelo francês. No entanto, nesse século, o estilo formal oriundo do continente europeu foi transformado – consequência do desejo crescente de distanciar a Inglaterra da ordem rígida indicativa do Absolutismo francês, que não agradava aos ingleses parlamentaristas (BOULTS; SULLIVAN, 2010, p. 151).

Desenvolveu-se, então, a proposta de criação de uma paisagem inglesa ideal, na qual se buscava recriar a paisagem natural através de uma relação harmoniosa entre esta e os elementos construídos. Esse conceito inovador foi intensamente influenciado pela poesia e pela pintura de paisagens, que promoveram mudanças nas teorias estéticas.

Poetas e escritores como Alexander Pope, Joseph Addison e Anthony Ashley Cooper denunciaram a tirania dos jardins estrangeiros e proclamaram a natureza como um ideal. Joseph Addison (1672-1719), escritor, jornalista e político, expressou em seus textos o prazer pelo campo bem cultivado. Alexander Pope (1688-1744), poeta, ensaísta e crítico, voltou sua ironia contra os jardins formais e divulgou a relação do novo estilo de jardim com a pintura de paisagens, estabelecendo analogias entre plantar e pintar. Em suas viagens ao exterior, os ingleses conheceram os campos italianos e adquiriram várias obras de arte que representavam estas paisagens, desenvolvendo o interesse pelas paisagens campestres, por um campo idealizado.

Também foram importantes as imagens e descrições dos jardins chineses trazidas à Europa pelos viajantes e missionários. Panzini (2013, p. 444-445) estabelece claramente a relação dos novos jardins ingleses com os jardins orientais:

[...] provavelmente, mais do que os historiadores tenham assumido até aqui, as informações sobre os jardins chineses enviadas à Europa a partir do século XVI pelos missionários jesuítas também contribuíram para essa conversão em direção a ambientes verdes entendidos como narrativas construídas por meio de uma sucessão de cenas. [...] Nos primeiros anos de missão, os jesuítas expressaram, juntamente com uma evidente fascinação, uma certa perplexidade diante de jardins que pareciam confusos e labirínticos e, em todo caso, muito diferentes dos europeus. Com o tempo, porém, eles mostraram compreender e apreciar sua estética baseada na surpresa, na assimetria, na manipulação das formas naturais e começaram até a recomendar esse estilo aos europeus, apontando nele uma pronunciada economia de meios e gestão, em contra-

posição ao custo exorbitante dos grandes parques formais à francesa. Os intrigantes relatórios redigidos pelos jesuítas conheceram uma vasta difusão entre os estudiosos europeus já a partir do século XVII, e foi certamente após a leitura daquelas descrições que alguns autores ingleses começaram a se referir aos jardins orientais como uma possível fonte de inspiração para a nova modalidade compositiva que vinha nascendo.

A partir desses fatores, gradativamente se estabeleceram na Inglaterra novos parâmetros formais para a concepção dos jardins, agora compostos por colinas suaves, lagos de formas livres e conjuntos de árvores tratados de modo unificado. Também foi eliminada a típica separação entre o jardim e o restante da propriedade, agora configurada por uma cerca ou vala semienterrada, permitindo a integração visual entre o jardim e a paisagem distante.

Iniciou-se, dessa forma, um novo tipo de relação com a paisagem natural, relação esta que transformou as propriedades agrícolas inglesas em lugares agradáveis e em consonância com o novo ideal de vida proposto para o país.

5.1 AS FORMAS NATURAIS NO JARDIM INGLÊS DO SÉCULO XVIII – STOWE

Uma das primeiras propriedades agrícolas a ser transformada em parque ao estilo inglês foi Stowe, localizada em Buckinghamshire. Suas terras foram adquiridas em 1589, por John Temple, e no século XVII passaram a ser propriedade de Richard Temple, influente político liberal (PANZINI, 2013, p. 446).

Até o final do século XVII, existiam ali uma velha fortaleza medieval e um pequeno jardim francês, mas ambos foram substituídos por um imponente palácio. As áreas externas foram inteiramente reformuladas, com a implantação de um jardim próximo à residência e a criação de um parque para caça e equitação nas áreas mais distantes. O parque foi separado do jardim por meio de um artifício inovador conhecido como *ha-ha*, que impedia a passagem dos animais, mas permitia que a paisagem fosse apreendida sem limites (JELICOE, G.; JELICOE, S., 1995, p. 233).

Ali trabalharam importantes paisagistas ingleses, como Charles Bridgeman, William Kent e Lancelot Brown. No processo de construção e modificação do conjunto, Stowe evoluiu gradativamente de um jardim simétrico para um jardim de formas naturais. A figura 12 mostra o resultado final desse processo de transformação, com o plantio de bosques ao longo dos limites do jardim interno, a implantação de dois lagos irregulares de aspecto natural, a construção de caminhos curvos e a formação de ambientes gramados emoldurados por vegetação, definindo limites suaves de subdivisão dos espaços.

Os jardins de Stowe evoluíram, assim, para uma configuração constituída por uma série de ambientes naturais apreciados ao caminhar, que substituíram a estratégia do ponto focal único e transformaram Stowe no mais famoso jardim inglês da primeira metade do século XVIII.



Figura 12 Implantação dos jardins internos de Stowe, com caminhos sinuosos, bosques e lagos de formato irregular (desenho central), acompanhada de esquema indicativo de sua organização formal (acima, à esquerda). A perspectiva (à direita) mostra um dos recantos do jardim.

Autora: Cintia Maria Afonso, 2016.

Fonte: Boults e Sullivan (2010, p. 158).

6 CONCLUSÃO

Os jardins da Antiguidade não permaneceram até nossos dias, mas pesquisas arqueológicas desenvolvidas no Egito e na Pérsia permitiram o estudo dos princípios compositivos neles adotados, indicando que eram baseados na regularidade e nos eixos de simetria.

Esse tipo de jardim foi adotado na Europa e na Índia. No entanto, o Taj Mahal, construído na Índia a partir de princípios tipicamente persas, é considerado por estudiosos como um jardim construído por povos invasores a partir de tradições externas ao país.

Os jardins chineses e japoneses analisados mostraram a adoção de princípios de projeto baseados na compartimentação de espaços, na assimetria e na complementaridade de formas. Esse tipo de jardim foi difundido na Europa através dos relatos de viajantes e missionários que viveram no Oriente, tendo sido retrabalhado pelos ingleses durante o século XVIII, período em que se fortaleceu o desejo de distanciar a Inglaterra parlamentarista dos regimes autoritários da Europa continental. O jardim inglês analisado foi construído nesse período, adotando formas irregulares, lagos, caminhos curvos e ambientes gramados emoldurados por bosques de aspecto natural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEX, William. **Japanese architecture**. London: Prentice Hall, 1963.
- ARAGÃO, S. de. **Ensaio sobre o jardim**. São Paulo: Global, 2008.
- BARRAL I ALTET, Xavier. **O mundo românico: cidades e mosteiros**. Colonia: Taschen, 2001.
- BERRALL, Julia S. **The garden: an illustrated history**. New York: Penguin, 1978.
- BOULTS, E.; SULLIVAN, C. **Illustrated history of landscape design**. New Jersey: John Wiley, 2010.
- COLE, Emily (Org.). **História ilustrada da arquitetura**. São Paulo: Publifolha, 2014.
- HOAG, John D. **Western islamic architecture**. London: Prentice Hall, 1963.
- JELICOE, G.; JELICOE, S. **The landscape of man: shaping the environment from prehistory to the present day**. 3 ed. New York: Thames & Hudson, 1995.
- KIDD, Fiona. **Ideas of empire: the “royal garden” at Pasargadae**. 29 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.metmuseum.org/about-the-museum/now-at-the-met/features/2013/pasargadae>>. Acesso em: 23 jul. 2015.
- LAURIE, M. **Introducción a la arquitectura del paisaje**. Barcelona: Gustavo Gili, 1983.
- LODARI, Carola. Il giardino giapponese: storia, arte e simbolismo. In: CONTI, A. (Org.). **Giardini: l'arte del verde attraverso i secoli**. Firenze: Giunti, 2005, p. 152-173.
- MACEDO, Silvio Soares. **Quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999.
- PARKER, Geoffrey (Ed.). **Atlas da história do mundo**. 4 ed. São Paulo: Times, 1995.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- STRONACH, David. **Pasargadae: a report on excavations conducted by the British Institute of Persian Studies from 1961 to 1963**. Oxford: Clarendon, 1978.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO DE ARQUITETURA PAISAGÍSTICA NO RIO DE JANEIRO

LANDSCAPE ARCHITECTURE EDUCATION INSTITUTIONALIZATION IN RIO DE JANEIRO

Alda de Azevedo Ferreira*

Fernando Pedro de Carvalho Ono**

Cláudia Carvalho Leme Nóbrega***

RESUMO

O ensino de arquitetura paisagística foi instituído pela primeira vez no Rio de Janeiro na década de 1930. Iniciado na Escola Nacional de Belas Artes a partir de reforma promovida por Lucio Costa entre os anos 1930 e 1931 a disciplina foi introduzida junto com a de urbanismo, originando a cátedra 'Urbanismo e Arquitetura Paisagística'. Este artigo objetivou entender esse processo a partir de informações colhidas em fontes primárias, fundamentado pelos conceitos de campo e *habitus*, de Pierre Bourdieu. Descobriu-se que o arquiteto e urbanista Atílio Corrêa Lima foi o primeiro professor da disciplina e que o ato da inclusão disciplinar estava inserido na construção de um campo paisagístico na cidade do Rio de Janeiro naquele momento, propagado não só no campo da arquitetura, como articulado às esferas política, econômica, e social.

Palavras-chave: Arquitetura paisagística. Ensino superior. ENBA. Atílio Corrêa Lima.

ABSTRACT

Landscape Architecture education was first established in Rio de Janeiro, in the 1930s. Introduced in Escola Nacional de Belas Artes (National School of Fine Arts), based on the reform promoted by Lucio Costa between 1930 and 1931, the program was included along with Urban Design, originating the 'Urban Design and Landscape Architecture' chair. This article aims at understanding this process, using information collected from primary sources, based on Pierre Bourdieu's concepts of field and *habitus*. Architect and urban designer Atílio Corrêa Lima was the first professor to teach this program, and the act of placing the program within a Landscape Architecture field helped make room for these studies in the city of Rio de Janeiro, which spread not only to the Architecture field, but also reached the political, economic, and social spheres.

Keywords: Landscape Architecture. Higher Education. ENBA. Atílio Corrêa Lima.

* Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura.
Av. Pedro Calmon, 550, Cidade Universitária, CEP 21941-485, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
CV: <http://lattes.cnpq.br/5499509018406897>
aldazevedo@yahoo.com.br

** Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes.
Av. Pedro Calmon, 550, Cidade Universitária, CEP 21941-485, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
CV: <http://lattes.cnpq.br/1772813852619682>
fono_6@yahoo.com.br

*** Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura.
Av. Pedro Calmon, 550, Cidade Universitária, CEP 21941-485, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
CV: <http://lattes.cnpq.br/1692022058894495>
claudiaclnobrega@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O período de 1930 a 1965 caracteriza-se por ser uma época de transição na organização social brasileira. De acordo com Abreu (2013), tal fato é decorrente do caráter contraditório da Revolução de 1930, que teve como objetivo desalojar do poder a aristocracia cafeeira, mas que contraditoriamente, não possuía nenhum outro grupo solidamente organizado para substituí-la. A Revolução, ocorrida na década de 1930 (século XX), foi organizada por uma variedade de classes e camadas sociais, obrigando o governo a alternar períodos de favorecimento de uma classe ou grupo com épocas em que privilegiava demandas de outros setores sociais.

Tem início assim o governo do presidente Getúlio Vargas, período em que governou o país por 15 anos ininterruptos, entre 1930 e 1945. O evento de instância decisiva na fase inicial do governo é a elaboração de medidas de caráter nacional – inclusive as de educação – por meio do controle e mecanismos autoritários e repressivos. Buscava-se forjar a ideia de ‘nação brasileira’, amparada pela noção europeia de civilização. Uma questão que se impôs de forma crescente foi a busca de uma identidade nacional, gerando a discussão que se estendeu ao campo da arquitetura, da literatura e das artes e que produziu a histórica Semana de Arte Moderna em 1922 (AMARAL, 1998).

O governo, então, elabora seu projeto universitário durante a década de 1930, período que ficou conhecido como “Reforma Francisco Campos”. Cria-se, inicialmente, o Ministério da Educação em 1930, e são adotadas diversas medidas, entre as quais se destacam a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto-Lei nº 19.851/31), a reorganização da Universidade do Rio de Janeiro (Decreto-Lei nº 19.852/31) e a criação do Conselho Nacional de Educação (Decreto-Lei nº 19.850/31). Posteriormente, é desenvolvida a proposta de reestruturação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1935, e da institucionalização da Universidade do Brasil, em 1937, como modelo padrão para as demais universidades existentes no país (ROTHEN, 2008).

Esses anos, que se iniciavam arrastados pela crise econômica de 1929, viram acentuar-se no país a penetração das linhas ideológicas de direita e esquerda e foram férteis na procura da afirmação de novas dimensões culturais, ainda como reflexo do movimento modernista na Semana de 1922. Mesmo com a Revolução de 1930, havia a presença de homens favoráveis à problemática contemporânea da arte no então Ministério da Educação e Saúde, o que iria se revelar como uma brecha no sistema, com importantes consequências para a consolidação daquelas ideias (ZANINI, 1983).

Tal ambiente assinalou o crescente número de adeptos do Modernismo, onde a arte surge como resposta ao espírito moderno que pregava a ruptura com antigos valores, traduzida pela liberdade da criatividade dos artistas, que transformavam a realidade no foco de suas produções. Uma das propostas desse momento era construir o caráter nacional da produção artística, rompendo com as influências estrangeiras e democratizando-o para todas as classes sociais. Paralelamente, instalava-se no país o projeto de modernização fomentado pelo estado, incentivando as reformas das cidades, como descreve Pereira (2008).

Nesse contexto, a cidade do Rio de Janeiro ocupava posição de destaque nacional como capital da República do Brasil, e o paisagismo até então nela praticado era caracterizado pelo forte formalismo dos planos de 'embelezamento'. Todavia, a partir da década de 1930, ocorre uma ruptura nessa prática, passando a ganhar vigor uma expressão mais diretamente vinculada aos estímulos autóctones do meio, e com isso emergem os primeiros paisagistas modernistas cariocas. É nesse cenário que ocorre a institucionalização do ensino de arquitetura paisagística na cidade.

Contudo, até hoje poucos estudos se dedicaram a abordar tal empreendimento sob o ponto de vista da sua articulação com as transformações contextuais que estruturaram a introdução disciplinar. Assim, objetiva-se neste artigo promover uma reflexão sobre esse processo, abarcando essa primeira iniciativa. A pesquisa foi baseada em fontes primárias de periódicos da época, e amparou-se nos conceitos de campo e *habitus*, oriundos dos fundamentos de Bourdieu (2011), adotado como suporte para melhor entendimento dessas modificações.

2 OS CONCEITOS DE CAMPO E *HABITUS*

O filósofo e sociólogo Pierre Bourdieu desenvolveu um método para análise do espaço social baseado na relação entre as posições sociais (conceito relacional), as disposições (ou o *habitus*) e as tomadas de posição, ou as escolhas que os agentes sociais fazem nos domínios mais diferentes da prática, onde a comparação só é possível entre sistemas, observando-se suas distinções (separação, traço distintivo) – propriedade relacional que só existe em relação a outras propriedades. Por meio dessa visão, o sujeito e suas ações não podem ser descritos como fenômenos exclusivamente internos, nem tampouco como simples reflexo de seu meio social.

Tal pensamento deriva do princípio que compreende a dinâmica social como algo que se dá no interior de um campo, um segmento social cujos agentes – indivíduos e grupos – têm disposições específicas, denominadas por Bourdieu de *habitus*. Este conceito foi retomado por Bourdieu (2011, p. 21-22) e diz respeito aos gostos, aos modos de vida da sociedade e tradições que lhes são distintivas: “[...] o *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas, de pessoas, de bens, de práticas”.

Por sua vez, campo, segundo Bourdieu (2011), é compreendido não como um lugar específico, mas como uma situação atual de um assunto numa justaposição de sua materialidade e sociabilidade. Em seu conceito de campo, considera a lógica interna dos objetos culturais, sua estrutura como linguagens e os grupos que produzem tais objetos, através dos quais também preenchem funções. Para tanto é necessário utilizar o método relacional para análise do microcosmo social no qual se produzem obras culturais, como o campo artístico no qual se insere o paisagismo. Segundo Bourdieu:

É isso que acredito expressar quando descrevo o espaço social global como um campo, isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou transformação da estrutura (BOURDIEU, 2011, p. 50).

Tais fundamentos teórico-metodológicos se prestam à análise dos mecanismos de dominação, produção de ideias e gênese das condutas. Busca-se, por meio deles, o desvelamento da articulação do social que levou à institucionalização da disciplina de arquitetura paisagística na então Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) no início da década de 1930.

3 A INTRODUÇÃO DA ARQUITETURA PAISAGÍSTICA NO ENSINO DA ESCOLA NACIONAL DE BELAS ARTES

A Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) era herdeira inicialmente da Escola Real de Ciências Artes e Ofícios (1816-1822), fundada por D. João VI no século XIX por incentivo da Missão Artística Francesa. Estruturada no sistema acadêmico, inaugurou o ensino artístico no país nos moldes formais, apoiada nos preceitos do Classicismo, conforme descreve Pereira (2008). Após a Independência do Brasil, a instituição passou a ser conhecida como Academia Imperial de Belas Artes – AIBA (1822-1890).

A ENBA foi criada em 8 de novembro de 1890, nascendo com o regime republicano. Teve como objetivo romper com o modelo imperial de ensino e de gosto artístico, porém não é possível perceber de início grandes rupturas entre as duas instituições. A partir de 1931, foi integrada à então denominada “Universidade do Rio de Janeiro”, criada em 7 de setembro de 1920 pelo presidente Epiácio Pessoa por meio do Decreto nº 14.343/20, delimitando o fim de um sistema e o início de outro.

A Universidade do Rio de Janeiro, por sua vez, era descendente direta dos primeiros cursos de ensino superior do Brasil, e resultante da justaposição inicial de três escolas tradicionais – Escola Politécnica, Faculdade Nacional de Medicina e Faculdade Nacional de Direito – às quais outras se somaram, como a Escola Nacional de Belas Artes e a Faculdade Nacional de Filosofia. Com isso, a Universidade do Rio de Janeiro representou papel fundamental na implantação do ensino de nível superior no país. A tradição de seus cursos pioneiros deu-lhe o papel de celeiro dos professores que implantaram os demais cursos de nível superior no Brasil.

Foi na ENBA que se deu a introdução da disciplina de paisagismo no currículo de seu Curso Geral, ocorrida através da reforma promovida pelo arquiteto Lucio Costa quando assumiu a direção no período de 1930 a 1931. Nesse momento a instituição se localizava no prédio que atualmente abriga o Museu Nacional de Belas Artes, situado na antiga avenida Central – atual avenida Rio Branco – no centro da cidade do Rio de Janeiro. Lucio Costa, segundo a ata da Sessão da Congregação da Escola Nacional

de Belas Artes, realizada em 22 de abril de 1931, assumiu sua direção almejando introduzir elevação e eficiência ao Curso Geral, na época dividido entre três anos de disciplinas do curso de arquitetura e três anos de pintura e matérias correlatas.

A presença de Lucio Costa à frente da ENBA, segundo Walter Zanini (1983), deveu-se à indicação de Rodrigo Mello Franco de Andrade, chefe do gabinete do então Ministro da Educação, Francisco Campos, na presidência de Washington Luís. Assim, o jovem arquiteto Lucio Costa, com 29 anos incompletos, e que paulatinamente vinha adotando a linha funcionalista de Le Corbusier, assumiu a direção da instituição academicista. Pinheiro (2005) ressalva que o convite é anterior à Revolução de 1930, como foi registrado na primeira reunião da Congregação da Escola, na qual consta a assinatura de Lucio Costa como diretor na data de 13/9/1930. Após a Revolução, Francisco Campos permanece no Ministério, de modo que a data do início do mandato de Costa é oficialmente 8/12/1930.

A nomeação de Lucio Costa, conforme Pinheiro (2005), estava inserida numa questão mais abrangente, na base do Ministério da Educação do governo revolucionário, que consistia na reforma universitária. Tratou-se, portanto, de um processo geral de normatização e regularização das instituições de ensino superior, e não de uma reforma pontual. O processo culminou com a promulgação do Decreto nº 19.851 de 11 de Abril de 1931, que consistiu no Estatuto das Universidades Brasileiras, dando origem a uma estrutura institucional baseada em órgãos colegiados, como o Conselho Universitário e os Conselhos Técnicos e Administrativos.

Neste íterim Costa instituiu uma reforma curricular imputando ao Curso Geral caráter moderno através do incentivo ao regime pedagógico, com largo desenvolvimento do ensino técnico-científico por meio da introdução das disciplinas de urbanismo, arquitetura paisagista, composição decorativa e tecnologia das artes menores e a obrigatoriedade dos trabalhos práticos. Para tanto contratou novos professores por seu livre arbítrio, mas ao mesmo tempo em que renovava, mantinha velhos mestres, obedecendo assim a um espírito de conciliação. Foram então contratados: o arquiteto Gregori Warchavchik para a cadeira de Composição de Arquitetura do 4º ano, o escultor Celso Antônio para a de Escultura, o arquiteto alemão Alexander Buddeus para a de Composição de Arquitetura do 5º ano e o pintor alemão Leo Putz para uma das cadeiras de Pintura (PINHEIRO, 2005).

Contudo, a falta de registros acerca da recém-criada cadeira de 'urbanismo e arquitetura paisagista' leva a compreender que durante a direção de Lucio Costa na ENBA ela não foi ocupada. De toda forma, vale destacar que sua atitude de reconhecer a disciplina do paisagismo não foi ao acaso e tampouco fruto exclusivo de sua subjetividade. Sua posição social estava inserida num campo mais amplo, em articulação à esfera político-intelectual do momento.

Conforme o sociólogo francês e especialista em problemas políticos da América Latina, Daniel Pécaut (1990), a politização dos intelectuais brasileiros da primeira geração, definida entre 1920-1940, reclamava para si próprios a autoridade perante o estado para executar sua missão política, basicamente definida por duas tarefas: forjar

a 'consciência nacional' e promover a 'organização social'. O acesso dos intelectuais à posição de elite dirigente qualificava-se por sua capacidade em captar e interpretar os sinais que demonstravam a existência de uma nação inscrita na realidade. E, no que tange à arquitetura paisagística, tais sinais se davam pelos mais diversos campos.

Em arquitetura lutava-se desde 1929 pela regulamentação da profissão de arquiteto e pela diferenciação de suas atribuições em relação às dos engenheiros. O Instituto Central de Arquitetos, nesse momento, era presidido por Adolfo Morales de Los Rios Filho, arquiteto e professor da ENBA, tendo como vice-presidente Cipriano Lemos. Em seu discurso de posse em 1929, Morales de Los Rios Filho chama atenção para essa urgente necessidade, informando que o Ministro da Justiça havia solicitado ao Conselho Superior de Ensino a elaboração de um anteprojeto regulamentando a profissão de engenheiro, que serviria de base para o Projeto de Lei a ser enviado para a Câmara. Assim era de suma importância definir atribuições, direitos e deveres dos arquitetos distintos em relação a engenheiros e construtores. Em suas palavras era pertinente ao arquiteto o trabalho paisagístico com a função de higienizar as cidades e educar a sociedade:

Homem de arte e de ciencia, homem de acção e de sociedade, psychologo, historia-dor, mestre de obreiros, conductor de correntes estheticas, planejador e reformador de cidades, parques e jardins, domador e estheta da natureza, educador e hygienista, eis definida a personalidade do architecto (LOS RIOS FILHO, 1929, p. 22-23).

De 19 a 30 de junho de 1930 foi realizado na cidade do Rio de Janeiro o IV Congresso Pan-Americano de Arquitetos, que contou inclusive com a participação de Lucio Costa. Conforme matéria de Adolfo Morales de Los Rios Filho para a "Revista de Architectura" (9/1929), entre os objetivos do Congresso estava pugnar os melhores conhecimentos dos problemas artísticos, científicos, urbanísticos, paisagísticos, técnicos e sociais, e entre os eixos teóricos abordados havia um que versava sobre os problemas relacionados ao "urbanismo e architectura paysagista". Segundo matéria do Jornal do Brasil (2/7/1930), o Congresso causou grande impacto no meio dos arquitetos e repercutiu internacionalmente em todo o continente americano. Entre as recomendações resultantes das discussões, destaca-se: "O Congresso recomenda a criação de cadeiras ou mesmo cursos de urbanismo nas escolas superiores de architectura e engenharia, devendo haver, igualmente, ao menos nas primeiras, **o ensino especializado do paisagismo** (grifo nosso)". (JORNAL do Brasil, 2/7/1930, p. 8).

Houve ainda um movimento iniciado pela Sociedade Brasileira de Belas Artes, em prol da arquitetura paisagística, por meio do qual se planejava iniciar exposições anuais que contribuíssem para a sistematização didática dessa especialidade. Fazia parte de um movimento ainda maior, que visava à conservação florística do Rio de Janeiro. Segundo matéria escrita por Sampaio para o jornal Correio da Manhã (19/1/1930), intitulada "A flora do Rio de Janeiro", a floresta deveria ser considerada pelos cariocas como algo a conservar onde permanecesse e a recompor onde necessário. Sampaio

cita as palavras do arquiteto José Mariano Filho, que dizia ser o Rio de Janeiro uma “cidade-floresta” e, portanto, necessitavam serem conservados os “[...] dons particulares que a natureza benfazeja reservou para cada região, no dizer de Humboldt” (SAMPAIO, 1930, p. 3).

Até mesmo nas bases do programa do Partido Economista do Brasil, lançado em 1931, de acordo com matéria do Diário da Noite (12/11/1932) propõe-se criar o ensino de arquitetura paisagística nos cursos de arquitetura e de agronomia. Em outras palavras, havia um ambiente propício onde era reconhecida a importância da arquitetura paisagística para a constituição da cidade e da qualidade de vida das pessoas. Tal ambiente tinha conexão com o cenário político-intelectual da época, caracterizado por preocupações nacionalistas e cientificistas, aliado ao desejo de modernização da sociedade e das instituições e estado.

Tratava-se, portanto, da construção coletiva de um campo paisagístico na cidade do Rio de Janeiro como reflexo de um grupo mobilizado para e pela defesa de seus interesses, buscando sua própria estrutura e suas próprias leis. Nesse grupo estavam inseridos o poder político e os intelectuais que almejavam a construção do Estado Nacional forte e de uma identidade pátria, cuja iniciativa passava também pela conservação do meio ambiente e pelo seu reconhecimento como patrimônio natural e signo identitário da nação, de modo que sua inclusão nas cidades através do tratamento paisagístico estava contida nesses objetivos.

Ressalta-se também a importância do caráter histórico do conhecimento: a história do paisagismo no espaço público da cidade do Rio de Janeiro tem sua gênese no período colonial, com a criação do Passeio Público (1779). Desse momento em diante diferentes práticas se estabeleceram na cidade, contribuindo para a construção cotidiana de saberes paisagísticos. Tal fato é bastante relevante, pois a historicidade na construção do conhecimento se constitui como forma de questionar a objetividade dos saberes, considerando que estes são configurados na história da sua produção.

4 A CONSTRUÇÃO DO *HABITUS* PAISAGÍSTICO CARIOCA

O então nomeado Passeio Público da Corte, criado por obra de Valentim da Fonseca e Silva no século XVIII, era uma grande mistura de referências – entre o barroco brasileiro, o neoclássico e o romântico – que leva a crer que no final das contas não era nem uma coisa nem outra, e sim a proeminência de um modo de ver próprio da paisagem carioca. O paisagismo carioca emergente nesse momento, que se pretendia ‘ilustrado’, em verdade relacionava-se com a forma que se estava vivendo, aliado às características do meio ambiente.

A primeira institucionalização da prática paisagística na cidade do Rio de Janeiro deu-se em 18 de abril de 1839, através da nomeação do naturalista alemão Ludwig Riedel para a direção do então Jardim Botânico do Passeio Público, assumindo o cargo de ‘jardineiro botânico’. Em sua prática o Passeio Público passava a caracterizar-se por ser não apenas um espaço de sociabilidade como jardim de passeio, mas tam-

bém afirmar sua vocação como horto botânico, onde eram realizados estudos com a flora nativa e exótica.

Após o falecimento de Riedel, em 1861, o francês Auguste François-Marie Glaziou assumiu a direção e conservação do Passeio Público na função de ‘diretor botânico’. Em 26 de janeiro de 1869, foi nomeado Diretor de Parques e Jardins da Casa Imperial, dando continuidade à prática instituída inicialmente por Riedel. Posteriormente assumiu também o cargo de Inspetor de Jardins Municipais. Porém, ressalta-se que na prática de Glaziou na cidade do Rio de Janeiro, marcada inicialmente pela reforma do Passeio Público, a imanência dos saberes construídos ao longo de quase meio século é por ele conservada, à qual são acrescentados outros, próprios do período em que vivia. Seus conhecimentos de botânica estimularam a busca pela flora nativa em expedições realizadas com o intuito de identificar novas espécies.

A cidade do Rio de Janeiro apresentava uma realidade bem contrastante em meados do século XIX. Marcada pelo desmatamento e o reaproveitamento de terras, e drenagens com a finalidade de ‘expulsar’ os miasmas exalados das lagoas e mangues, frequentes em seu território, a cidade já começava a surtir os efeitos provocados pelo desmatamento da floresta da Tijuca para o plantio do café, especialmente no abastecimento de água.

Tal contexto favoreceria, como subproduto, uma mudança de gosto caracterizada pela apreciação do meio ambiente ‘intacto’, pela terra inculta, pelo gosto do ‘pitoresco’, aos moldes do que a cultura inglesa vinha apresentando desde fins do século XVIII. As viagens pitorescas, bem como os poemas, diários, pinturas e gravuras topográficas que as promoviam e celebravam, originavam-se de lucros provenientes da agricultura melhorada e do comércio. Nesse nível, não se trata de mudança de sensibilidade, estritamente falando, e sim de uma aquisição de gosto. Assim, aos poucos, ao longo do século os moradores foram estabelecendo jardins em suas casas localizadas nos arrabaldes da cidade.

O gosto por jardins contribuiu inclusive para impulsionar o desenvolvimento da prática informal da jardinagem doméstica através do incentivo à vinda de mão-de-obra imigrante e o desenvolvimento da instrução agrícola. A prática cresceu em progressão diretamente proporcional à expansão urbana e o crescimento da população, visivelmente compreendida através do aumento da oferta de serviços profissionais.

Foram então construídos muitos jardins na cidade carioca e várias praças foram ajardinadas. Alçado pela elite e legitimado pelo suporte de uma política pública sistemática da Câmara Municipal, em comunhão com o poder imperial, gradativamente distingue-se esse gosto na cidade do Rio de Janeiro, fundamentado nos enunciados de ‘salubridade’ e ‘aformoseamento’.

Nos primórdios do século XX tem-se o primeiro profissional a adotar formalmente a alcunha de ‘architecto paysagista’ na cidade carioca: o francês Paul Villon. Ele havia substituído Auguste François-Marie Glaziou, em 1900, na *Inspectoria* de *Mattas* Terrestres e Marítimas, Caça e Pesca do Rio de Janeiro (órgão criado após a proclamação da República), na função de jardineiro-chefe. Em 1902 a instituição

uniu-se a outro órgão público, a *Inspeção de Mattas Marítimas e Pescas*, e passou a chamar-se *Inspeção de Mattas, Jardins, Arborização, Caça e Pesca*. Segundo matéria do *Jornal do Brasil* (23/08/1902), no Artigo 3º do regimento da Inspeção, o cargo de jardineiro-chefe foi substituído pelo de 'architecto paysagista'.

Em observação à prática executada por Villon na Inspeção, todavia, não se notam especificidades que o distingam do paisagista de meados do século XIX. Ao contrário, nessa época Glaziou havia se autodenominado 'horticultor-paisagista', e no cargo por ele ocupado se dedicou profundamente às pesquisas sobre a flora nativa. Nesse sentido, percebe-se a ausência de saberes botânicos na prática de Paul Villon, que deu mais ênfase à questão artística na concepção de seus jardins por meio de planos de embelezamento.

Até a década de 1920, no Rio de Janeiro a arquitetura paisagista estava fortemente imbricada à prática da agricultura, estando relacionada ao campo da agronomia e da botânica. Tratava-se de uma prática associada ao pensamento de embelezamento/aformoseamento das cidades, difundida pelo atributo de plantio ornamental a partir de modelos tipológicos herdados especialmente da cultura europeia.

Tal realidade começaria a modificar-se a partir dos anos 1930 na cidade carioca, que representa um marco de ruptura tanto para a prática quanto para o ensino da arquitetura paisagística, e traria progressivamente o interesse de arquitetos com a introdução da disciplina no curso de arquitetura e a definição e construção de um campo de atividade no Rio de Janeiro. Nesse pensamento admite-se que a institucionalização da disciplina de arquitetura paisagística não foi exclusivamente uma decisão pontual, e sim também favorecida por um processo histórico-social, resultante inclusive de um *habitus* construído ao longo de mais de um século na cidade.

Dessa forma construía-se um campo paisagístico na cidade do Rio de Janeiro propagado não só na arquitetura, como articulado à esfera política, econômica e social. Profícuo de ideais modernistas, a ele é também atrelada à iniciativa de Lucio Costa com a introdução da disciplina na ENBA. Em função de sua posição no campo, a atitude subversiva de Costa se caracteriza como a primeira institucionalização do ensino de arquitetura paisagística na cidade carioca e no Brasil, tornando-se pioneira nesse segmento em território nacional.

Todavia, o período de Lucio Costa à frente da ENBA é curto. Ele recebeu severas críticas do Conselho Técnico e Administrativo, que culminaram com sua destituição do posto de diretor da instituição. As resistências e campanhas movidas contra a sua administração levaram à sua demissão em 18 de setembro de 1931, não por acaso mês em que o 'Salão Revolucionário' abre as portas ao público. Nesse momento sua iniciativa renovadora foi apenas uma semente plantada, que posteriormente alimentou novos movimentos de oposição ao modelo de ensino da escola.

Depois da saída de Lucio Costa da ENBA, para ocupar a cadeira de Urbanismo e Arquitetura Paisagística foi nomeado interinamente em 18 de janeiro de 1932, pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas, o arquiteto e urbanista Atílio Corrêa Lima.

5 ATTÍLIO CORRÊA LIMA, O PRIMEIRO PROFESSOR DE ARQUITETURA PAISAGISTA

Attílio Corrêa Lima, segundo Ackel (2007), era filho do escultor José Octávio Corrêa Lima e da italiana Rosália Marzia Benfaremo, nascido em Roma no dia 8 de abril de 1901. Morou na Europa por cinco anos, quando veio para o Rio de Janeiro, lugar onde viveria a maior parte de sua vida. Coursou, como aluno livre, a ENBA, onde o pai era professor titular de Escultura e Ornatos. Após essa experiência inicial, em 1919 inscreveu-se no Curso Geral da ENBA, que concluiu em 1922. Deu continuidade a seus estudos iniciando o Curso Especial de Arquitetura em 1923.

Em 1927 foi contemplado com o prêmio “Viagem à Europa”, e se estabeleceu em Paris, onde frequentou o *Institut d’Urbanisme de L’Université de Paris* (IUUP). Em sua permanência de cinco anos em Paris, estagiou no escritório de Alfred Agache durante a realização do seu plano para o Rio de Janeiro. Defendeu sua tese no ano de 1930 e retornou ao Brasil no final de 1931 como o primeiro urbanista formado do país.

Quando se graduou na ENBA, e antes de sua viagem a Paris, segundo Ackel (2007) participou de um concurso promovido pela Prefeitura do Distrito Federal. O concurso consistia na escolha do projeto para o ajardinamento da Ponta do Calabouço, no qual obteve a segunda colocação. Segundo consta, nesse momento ele já gostava de paisagismo, porém não se dedicou a esses estudos no período em que esteve na França. Em contraponto, trouxe de lá, quando retornou, vários livros sobre o assunto.

Em entrevista realizada por Ackel com seu filho, Bruno Corrêa Lima, ele explica: “[...] meu pai gostava muito de paisagismo, mas ele era assim, uma espécie de autodidata. Ele sempre me levava para ver os jardins que estava fazendo e ficava me explicando o lugar de origem de cada planta” (LIMA, 2006 *apud* ACKEL, 2007, p. 231).

No acervo pessoal de Attílio Corrêa Lima, em pesquisa realizada por Ackel (2007), constam livros sobre paisagismo, jardinagem e botânica, além de um completo fichário onde catalogava todas as plantas usadas em seus projetos. Constam também cinco volumes de dicionários de Botânica, de autoria de Pio Corrêa. Tais constatações remetem à conclusão de que Corrêa Lima, entre outras coisas, se dispunha a estudar a flora nativa, e possivelmente fornecia esses conhecimentos nas aulas da ENBA, além de introduzi-las em seus projetos.

Recém-chegado ao país após sua pós-graduação em Urbanismo no *Institut d’Urbanisme de L’Université de Paris* (IUUP), sua indicação para catedrático da disciplina, conforme Ackel (2007), teve forte influência de seu pai, José Octávio Corrêa Lima, ex-diretor da ENBA por quatro anos antes da gestão de Lucio Costa. Em documento de 12 de abril de 1932, assinado por Getúlio Vargas e Gustavo Capanema, apresentado por Luiz Gonzaga Montans, diz-se:

O Presidente da República resolve nomear o professor ATTÍLIO CORRÊA LIMA para reger, interinamente, no corrente ano, até realização de concurso, a cadeira de Urbanismo-Architectura Paisagista do curso de Architectura da Escola Nacional de Bellas Artes, da Universidade do Brasil (ACKEL, 2007, p. 192).

Atílio permaneceu interinamente nessa função até maio, quando foi designado por ato do Reitor, em 1 de junho de 1932, a reger a cadeira de Urbanismo e Arquitetura Paisagista, tornando-se o primeiro professor dessa disciplina na ENBA. Em certidão da ENBA, datada de 31/01/1935, diz-se:

Certifico que o docente livre deste estabelecimento, engenheiro-architecto Atílio Corrêa Lima, actualmente no exercício de professor de Urbanismo e Architectura Paisagística desde 1932, a contento da administração e com proveito para o ensino, vem lecionando a referida disciplina neste estabelecimento como contractado e interino, respectivamente. Certifico, outrossim, que o referido professor, durante o período que vem lecionando neste instituto, não só realizou excursões com os alunos da disciplina em apreço, como também tomou parte e serviu como examinador em várias bancas de exames e concursos de fim de anno (*apud* ACKEL, 2007, p. 191).

Corrêa Lima, segundo Ackel (2007), foi nomeado responsável pela cadeira de Urbanismo e Arquitetura Paisagista através de ato assinado em 14 de março de 1934, tendo permanecido como catedrático da disciplina até 1937. Todavia, em 1934 foi licenciado por precisar ausentar-se para a realização do Plano Urbanístico de Goiânia, onde necessitou residir. Neste ano o diretor da ENBA era o arquiteto Archimedes Memória, que em 14 de agosto concedeu a Atílio Corrêa Lima o título de Livre-Docente em arquitetura. Na mesma data o Ministro de Educação e Saúde, Gustavo Capanema, o designou como membro do Conselho Nacional de Belas Artes.

Segundo o Diário Oficial de 12 de fevereiro de 1935, no programa da cadeira de “Urbanismo e Architectura Paisagista” da ENBA, conforme o nº 10 do Art. 6, do Decreto nº 22.897, o conteúdo específico de arquitetura paisagística compreendia “[...] parques e jardins; o problema florestal; estudo summario das plantas como elementos de composição urbana” (DIÁRIO Oficial, 1935, p. 3186). Da mesma forma, ainda conforme o Diário Oficial, o programa para o concurso de docente da referida cátedra seria coberto por duas partes, e na especificidade da arquitetura paisagística era relacionado: 1) a arte dos jardins, destacando o estudo das duas grandes escolas, a francesa e a inglesa, juntamente com os jardins italianos e os jardins orientais; 2) técnica dos jardins, problema florestal, necessidade das “reservas de ar” nas cidades; 3) espécies vegetais utilizáveis no meio urbano – influências da temperatura, insolação, composição do terreno etc. sobre a vegetação; 4) arborização pública; 5) técnica e composição dos grandes parques, jardins públicos, jardins particulares e o problema do jardim mínimo.

É possível observar na constituição do programa disciplinar da arquitetura paisagística na ENBA interlocuções entre os saberes paisagísticos desse momento com o campo da botânica, das artes, da arquitetura e do urbanismo. Tal fato conduz à compreensão de que a profissão não era vista apenas pelo atributo de plantio ornamental ou aspectos formais. Apregoava-se a devida consciência técnica em seu labor.

Observa-se que o estudo do mundo vegetal em arquitetura paisagística estava mais próximo da botânica – campo da biologia que abrange ampla gama de disciplinas

científicas dedicadas ao estudo do crescimento, reprodução, metabolismo, desenvolvimento, doenças e evolução da vida das plantas.

Nos programas referidos também se nota a preocupação com a conservação florestal. O papel da vegetação como “pulmão de ar” para as cidades foi uma reflexão muito presente nos estudos do urbanismo e do paisagismo desde meados do século XIX, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. É possível observar tal questão através dos conceitos que guiaram a criação de redes hierárquicas de espaços urbanos vegetados, como o *Park System* na Inglaterra; o plano de renovação urbana de Paris implementado por Jean-Charles Adolphe Alphand; a criação do *Emerald Necklace*, sistema linear de parques públicos implantado em Boston e a concepção do *Central Park* de Nova York, ambos nos Estados Unidos, por obra de Frederick Law Olmsted e Calvert Vaux.

No Brasil é possível observá-la através da prática de Auguste François-Marie Glaziou, a partir de 1860, e na preocupação com a recomposição da floresta da Tijuca. Porém, na atividade paisagística dessa fase, reflorestar significava o replantio de espécies, podendo estas serem exóticas ou nativas. O que determinava esse critério era o acesso às sementes.

Diferentemente do século XIX, nesse momento o que se propunha na cidade do Rio de Janeiro era a conservação da própria floresta, onde ações antrópicas estavam relacionadas ao replantio quando necessário. É possível relacionar essa questão com o campo da Ecologia. Segundo Odum (2004), esta ciência estuda os seres vivos e suas interações com o meio ambiente onde vivem. No século XX, seu estudo emergiu das raízes nas ciências biológicas para tornar-se uma nova disciplina integrada, ligando as ciências naturais às sociais. Ampliando a compreensão de como os organismos interagem entre si e com o seu ambiente, os ecologistas alargaram a sua escala de estudo e o seu interesse com a inclusão de níveis mais altos de organização – o sistema ecológico, ou ecossistema, a paisagem, a região e a biosfera.

Havia, desde os anos 1920, a presença de um grupo de intelectuais e cientistas atuantes na proteção do meio ambiente brasileiro, em defesa da conservação dos recursos naturais e das diversidades florística e faunística do país, como descrevem Drummond e Franco (2009). Em 1934 realizou-se na cidade do Rio de Janeiro a ‘Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza’, na qual havia duas linhas argumentativas: em uma o mundo natural era valorizado como recurso econômico a ser usufruído racionalmente; na outra era objeto de culto e fruição estética. Nesta a ideia de paisagismo aparecia reforçando a perspectiva de uma “natureza jardim”.

Compreende-se, dessa forma, a interseção entre o campo paisagístico desse momento: com a preocupação de proteger o meio ambiente e seu papel educativo na sociedade. Levar a vegetação para as cidades significava torná-la conhecida, sendo necessário priorizar as riquezas naturais do país a fim de promovê-las. Com isso seria possível sensibilizar os habitantes para a preservação e contribuir para ‘forjar’ a imagem da identidade nacional almejada pelo poder e a elite intelectual.

Contudo as manifestações culturais e as riquezas naturais não eram suficientes para fazer a população constituir-se politicamente. Era imperativa a prática de profissionais

e fundamental a sua formação acadêmica. Para tanto era necessária a reforma da instituição herdada da Primeira República e do Império, que tentava atingir a modernidade através do regime academicista, baseado na referência do modelo francês, como é o caso da ENBA.

O caminho para o progresso significava ‘dar forma à sociedade’, e é nesse ponto que Lucio Costa atuou com a introdução das novas disciplinas. Nesse ínterim, Atílio Corrêa Lima ficou na docência da disciplina Urbanismo – Arquitetura Paisagista até o ano de 1937, quando em concurso público para professor efetivo foi preterido pelo engenheiro José Octacílio Saboya Ribeiro. Tal situação resultou em longo processo na justiça por irregularidades nos procedimentos do concurso, fato que o faz deixar a ENBA.

A partir de 1932, formaram-se no Curso Geral, sendo alunos de Atílio Corrêa Lima, conseqüentemente, arquitetos como Alcides da Rocha Miranda, Jorge Machado Moreira, Hélio Uchoa Cavalcanti, Jorge Ferreira, Carlos Frederico Ferreira. Estes, e muitos outros, colaboraram na formação de novas gerações de profissionais de grande relevância, mas que ainda aguardam por mais justo reconhecimento. Da mesma forma, um fato não pode ser modificado: Atílio Corrêa Lima não foi somente o primeiro professor de urbanismo da ENBA, ele foi o primeiro catedrático de arquitetura paisagística da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade do Rio de Janeiro apresentava, no começo da década de 1930, um ambiente favorável à introdução do ensino de Arquitetura Paisagística. No âmbito histórico-social, havia um *habitus* instalado há mais de um século na valorização da prática paisagística, seja através da presença de espaços públicos vegetados – como o Passeio Público, construído em fins do século XVIII, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e o Campo de Santana, construídos no século XIX, as reformas paisagísticas do período Pereira Passos, efetuadas no começo do século XX –, seja por meio dos jardins privados que ornavam os palacetes, que configuraram a moradia da elite carioca desde os tempos da vinda da corte portuguesa nos primórdios do século XIX.

O *habitus* dos agentes, conforme Bourdieu (2011), inclina-os a conservar ou transformar as regras. Nesse sentido, o *habitus* do arquiteto Lucio Costa favoreceu sua atitude subversiva em sua reforma curricular, promovida na ENBA em 1931 e, conseqüentemente, a introdução, entre outras, da disciplina ‘urbanismo e arquitetura paisagista’. Sua iniciativa tinha conexão com o ideário político-intelectual da época, caracterizado por preocupações nacionalistas e cientificistas, aliado ao desejo de modernização da sociedade e das instituições do estado.

Dessa forma, a iniciativa de Lucio Costa, iniciada nos anos 1930 e estendida até aproximadamente os anos 1970 – período que aqui será chamado de ‘paisagismo modernista’ –, estava atrelada à construção de um campo paisagístico. A institucionalização disciplinar pode ser considerada o marco da atividade de caráter modernista na

cidade do Rio de Janeiro, caracterizada pela busca da identidade projetual da prática e sua própria configuração.

O campo do paisagismo modernista se distingue por embasar-se em conceitos de higienismo, pela formação de ‘pulmões verdes’ nas cidades e a educação da sociedade através da arte. Esses conceitos estavam presentes no ideário moderno do momento, e a própria insipiência da definição de atuação paisagística na cidade carioca e no Brasil levou os intelectuais nele atuantes a promover interlocuções com esferas mais amplas, como o debate político. Tal fato tornava o campo paisagístico, de certa forma, fluido e permeável, pela absorção de conceitos e teorias de outros saberes disciplinares, como a botânica, o urbanismo etc.

O *habitus* de Atílio Corrêa Lima também o guiou numa orientação modernista na disciplina de Urbanismo-Arquitetura Paisagista, como foi possível observar através do programa curricular. Seu aporte, de 1932 a 1937, até hoje não havia sido devidamente reconhecido. Apesar de haver estudos sobre a contribuição de Lucio Costa em sua passagem pela ENBA, ainda não se havia atentado para o fato de que esta foi a primeira institucionalização do ensino de arquitetura paisagista no país. Até então, julgava-se ter ocorrido por meio da colaboração do norte-americano Roberto Coelho Cardoso, na Universidade de São Paulo nos anos 1950, como expôs a arquiteta e pesquisadora Magnoli (2006).

As modificações promovidas no início dos anos 1930 na ENBA culminaram com a separação definitiva entre o curso de Arquitetura e o de Belas Artes. Com isso foi criada a Escola Nacional de Arquitetura, através da Lei nº 452/37. Suas instalações, atualmente, continuaram na ENBA. Posteriormente, através do Decreto-Lei nº 7.918/45, de 31 de Agosto de 1945, a Escola Nacional de Arquitetura passou a ser denominada Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA).

Em 1961 a FNA passou a ocupar o atual endereço, na Cidade Universitária, Ilha do Fundão, e posteriormente recebeu a alcunha de Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), integrante da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A FNA, segundo o referido Decreto-Lei, ficou responsável pelos cursos de Arquitetura e de Urbanismo. A disciplina ‘Urbanismo e Arquitetura Paisagista’ permaneceu na grade curricular do curso, ministrada no 5º ano, e durante algum tempo continuou sob os auspícios de José Otacílio Saboya Ribeiro. Só vieram a constituir duas disciplinas autônomas através de reforma curricular ocorrida nos anos 1970.

Por sua vez, em 1971 a ENBA passou a ser denominada Escola de Belas Artes (EBA), também vinculada à UFRJ. Em 1972 a EBA passou a oferecer o curso de Bacharelado em Composição Paisagística, que foi reconhecido pelo então Ministério de Educação e Cultura (MEC) em 1979.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício de A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4 ed. Rio de Janeiro: IPP, 2013.
- ACKEL, L. G. M. **Atílio Côrrea Lima: uma trajetória para a modernidade**. 2007. 342 f. Tese (Doutorado em Projeto de Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/T.16.2007.tde-17092010-164414
- ACTA da Sessão da Congregação da Escola Nacional de Bellas Artes, realizada em 22 de Abril de 1931, sob a presidência do Sr. arquiteto Lucio Costa, Diretor, p. 194-196. Acervo do Museu D. João VI. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MuseuDJoaVI&pasta=Encadernados&pesq=>>. Acesso em: 11 out. 2013.
- AMARAL, A. A. **Artes plásticas na Semana de 22**. 5 ed. São Paulo: Editora 34, 1998.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 11 ed. São Paulo: Papirus, 2011.
- BRASIL. Decreto nº 14.343, de 7 de Setembro de 1920. Institui a Universidade do Rio de Janeiro. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Seção 1, Rio de Janeiro, DF, 10 de Setembro de 1920, p. 15115.
- _____. Decreto nº 19.850, de 11 de Abril de 1931. Cria o Conselho Nacional de Educação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 15 de Abril de 1931, p. 5799.
- _____. Decreto nº 19.851, de 11 de Abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 15 de Abril de 1931, p. 5800.
- _____. Decreto nº 19.852, de 11 de Abril de 1931. Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 4 de junho de 1931, p. 9219.
- _____. Decreto nº 22.897, de 6 de julho de 1933. Altera disposições do Decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931, na parte referente à organização do ensino artístico ministrado pela Escola Nacional de Belas Artes, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 8 de jul. de 1933. Seção 1, p. 13532.
- _____. Decreto nº 22.897, de 12 de Fevereiro de 1935. Programa da cadeira do curso de Architectura. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 12 de fev. de 1935, p. 3186-3187. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MuseuDJoaVI&pasta=&pesq=urbanismo%20architecture%20paisagista>>. Acesso em: 1 jul. 2016.
- _____. Lei 452, de 5 de julho de 1937. Organiza a Universidade do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 5 de jul. de 1937, p. 14830.
- _____. Decreto-Lei nº 7.918, de 31 de Agosto de 1945. Dispõe sobre a organização da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo. Rio de Janeiro, DF, Seção 1, 3 de ago. de 1945, p. 14409.
- IV CONGRESSO Pan-Americano de Architectos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 2 jul. 1930, p. 8.
- CONGRESSO Regionalista do Nordeste. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 7 fev. 1926, p. 7.
- DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. de A. **Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.
- LOS RIOS FILHO, A. M. Instituto Central de Architectos: posse da nova directoria. **Revista de Architectura**. Rio de Janeiro. Ano I, nº 4, Setembro 1929, p. 22-23.
- _____. Regulamento do IV Congresso Pan-Americano de Architectos. **Revista de Architectura**. Rio de Janeiro. Ano I, nº 4, Setembro 1929, p. 26-27.
- MAGNOLI, M. M. Paisagem: pesquisa sobre o desenho do espaço. **Paisagem e Ambiente: ensaios**. São Paulo: FAUUSP, n. 21, 2006, p. 223-236.
- ODUM, E. P. **Fundamentos de ecologia**. 6 ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- PARTIDO Economista do Brasil. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, 12 nov. 1932, p. 2.
- PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.
- PEREIRA, S. G. **Arte brasileira no século XIX**. Belo Horizonte: C/Arte, 2008.

PINHEIRO, M. L. B. Lucio Costa e a Escola Nacional de Belas Artes. In: SEMINÁRIO DO COMOMOMO, 6, 2005, Niterói. **Anais...** Niterói: ArqUrb/UFF, 2005.

ROTHEN, J. C. A universidade brasileira na reforma Francisco Campos de 1931. **Revista Brasileira de História da Educação**. Maringá: SBHE, UEM, v. 8, nº 2, 2008, p. 140-160.

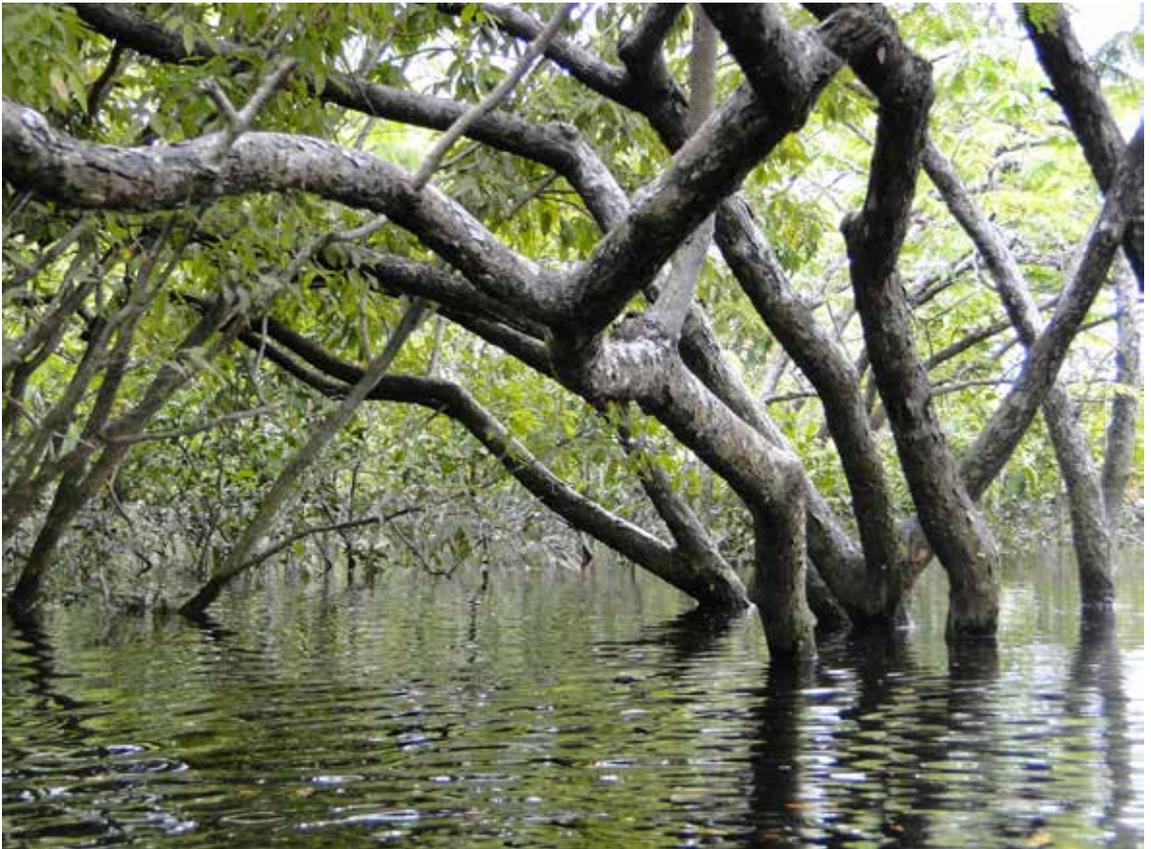
SAMPAIO, A. J. A flora do Rio de Janeiro, ao tempo da fundação. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 19 jan. 1930, p. 3.

_____. Florística em arquitectura-paysagista. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 9 mar. 1930, p. 1.

ZANINI, W. Arte contemporânea. In: ZANINI, W. **História geral da arte no Brasil**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1983, p. 499-820.

Data de submissão: 4 out. 2016

Data de aprovação: 18 set. 2017



Margem do rio Negro
Foto: Fábio Mariz Gonçalves, jul. 2010.

MEIO AMBIENTE

ANÁLISE DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORES DE ÁREA DE VÁRZEA URBANA DE UMA PEQUENA CIDADE DO ESTUÁRIO DO RIO AMAZONAS

ENVIRONMENTAL PERCEPTION ANALYSIS OF THE RESIDENTS LIVING IN THE URBAN FLOODPLAIN AREA OF A SMALL TOWN IN THE AMAZON RIVER ESTUARY

Ivan Gomes Oliveira*

Sandra Maria Fonseca da Costa**

RESUMO

O processo de urbanização da Amazônia se intensificou principalmente a partir da década de 1960. Nesse processo de crescimento urbano, áreas ambientalmente frágeis foram ocupadas, entre elas, a várzea, ambiente usualmente encontrado nas cidades amazônicas ribeirinhas. Este artigo visa à análise da percepção dos moradores que vivem em uma área de várzea numa pequena cidade tipicamente amazônica: Ponta de Pedras, no estado do Pará. Os resultados demonstraram que mais de 70% dos entrevistados nasceram na região e apresentam forte identidade com o local onde vivem (topofilia). Observou-se também que mais de 78% dos entrevistados descartam esgotos sanitários diretamente nos rios, não considerando tal prática um problema ambiental.

Palavras-chave: Percepção ambiental. Várzea urbana. Pequena cidade.

ABSTRACT

The process of urbanization of the Amazon Region has increasingly intensified over time, especially since the 1960s. During this urban growth process, environmentally fragile areas, like the floodplain—an environment usually found in riverside Amazonian cities—, were occupied. In this sense, this paper aims to analyze the perception of the residents living in the floodplain of the city of Ponta de Pedras (Pará), a very typical small Amazonian city. The results show that over 70% of the interviewees were born in the region, and strongly identify with the place where they live (Topophilia). It was also observed that over 78% of the interviewees dispose of their sanitary sewage directly in the rivers and do not consider it an environmental issue.

Keywords: Environmental Perception. Urban Floodplain. Small Town.

* Universidade do Vale do Paraíba, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Planejamento Urbano e Regional.
Avenida Shishima Hifumi, 2.911, CEP 12244-000, Urbanova, São José dos Campos, SP.
CV: <http://lattes.cnpq.br/0217525348012709>
ivanoliveira73@hotmail.com

** Universidade do Vale do Paraíba. Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Planejamento Urbano e Regional.
Avenida Shishima Hifumi, 2.911, CEP 12244-000, Urbanova, São José dos Campos, SP.
CV: <http://lattes.cnpq.br/4480639361832564>
sandra@univap.br

1 INTRODUÇÃO

Para que a relação entre o homem e a natureza se faça de maneira equilibrada, é imprescindível que a sociedade compreenda as dimensões culturais, políticas, sociais e econômicas do problema ambiental. Nesse contexto, a percepção ambiental pode proporcionar melhor compreensão acerca do comportamento vigente e orientação para o planejamento de ações futuras do poder público que visem à inserção de meios eficazes para que a comunidade se sinta parte de um todo e repense ações nocivas ao meio ambiente.

Muito da degradação ambiental do espaço urbano está ligado ao cotidiano. Em relação às cidades, boa parte dos pesquisadores começou a realizar estudos que permitem compreender como a população percebe os processos de degradação ambiental, no sentido de contribuir para a elaboração de políticas públicas voltadas ao planejamento ambiental. Nesse sentido, pesquisas sobre percepção ambiental podem auxiliar as políticas públicas locais, tendo em vista que a percepção ambiental de uma determinada população sofre influência dos modelos de desenvolvimento pretendidos para cada região. 'Percepção' é uma palavra de origem latina que pode ser entendida como tomada de consciência, de forma nítida, a respeito de qualquer objeto ou circunstância. Segundo Faggionato (2005), a circunstância em questão diz respeito a fenômenos vivenciados.

Considerando esse aspecto, este trabalho pretendeu compreender a percepção ambiental da população do bairro Carnapijó na cidade de Ponta de Pedras, localizada na ilha de Marajó, estado do Pará (PA), em área de várzea. O objetivo desta pesquisa não foi somente obter dados sobre percepção ambiental, mas também sobre o histórico de ocupação desse espaço (várzea) e as consequências da ocupação do ambiente, assim como mensurar se a população tem noção do impacto causado e tentar contribuir com discussões sobre a relação entre sociedade e ambiente.

Além da pesquisa sobre a percepção ambiental da população da área de várzea do bairro Carnapijó, procurou-se entender quem são esses moradores, sua origem, situação social, entre outras características. Pretendeu-se também levantar informações sobre os principais impactos ambientais causados pela ocupação dessa área.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Para realizar esta pesquisa foi elaborado um levantamento de dados secundários e primários. Os secundários foram obtidos por meio do Censo de 2010 (IBGE, 2010) e na Prefeitura Municipal de Ponta de Pedras (PMPP). A pesquisa documental para levantar dados e documentos que possibilitassem responder às questões levantadas foi realizada na PMPP, na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) do Pará e nas Secretarias de Educação do Estado (Seduc/PA) e do Município de Ponta de Pedras (SEMP). Foram pesquisados os seguintes documentos: contratos de empresas com o poder público para limpeza e coleta de lixo domésticos; regis-

tros de imóveis em cartório de imóveis; mapas; conteúdo programático de educação ambiental na SEMP e na Semas; plano diretor; material publicitário; jornais e revistas, entre outros.

A pesquisa de campo foi realizada para verificar *in loco* a percepção ambiental da população, realização de registros fotográficos, observação do impacto ambiental na comunidade e local de descarte do lixo doméstico estabelecido pela prefeitura. A realização do trabalho de campo ocorreu em três etapas: 1) em julho de 2012, em pesquisa exploratória, ocorreu o primeiro contato com a área de estudo e sua população, o que possibilitou a percepção da importância do tema e da delimitação da área de estudo; 2) em julho de 2013, foram aplicados formulários visando à obtenção de informações sobre a origem dos moradores e aspectos socioeconômicos da região em estudo, além do levantamento de dados através da PMPP, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Seduc/PA e SEMP; 3) em janeiro de 2014, foram aplicados formulários mais específicos para levantamento da percepção ambiental dos moradores do bairro Carnapijó.

Para obter as informações necessárias à realização desta pesquisa, foram aplicados formulários em 110 domicílios urbanos localizados nos setores censitários da área de várzea urbana, correspondendo, segundo o IBGE (2010), a 11,2% do total dos domicílios urbanos existentes em 2010 nesses setores. O formulário foi elaborado com base na metodologia de Yin (2005) e composto por perguntas pré-codificadas ou fechadas. Optou-se por aplicar o formulário nos setores censitários localizados na área de várzea, pois ainda mantêm características deste ambiente tanto em relação à dinâmica das águas, quanto em relação à forma das construções existentes no local, predominando as palafitas. A seleção dos domicílios para aplicação dos formulários foi estabelecida de forma aleatória, selecionando-se uma residência a cada três, na mesma face de quadra do setor. Quando o domicílio selecionado estava fechado, o imóvel vizinho era escolhido¹.

3 UMA DISCUSSÃO SOBRE PERCEPÇÃO AMBIENTAL

O termo meio ambiente (*milieu ambience*) foi utilizado pela primeira vez por Geoffrey de Saint-Hilaire, naturalista francês, na obra *Études progressives d'un naturaliste* (SAINT-HILAIRE, 1835). Para ele, *milieu* significa o lugar onde está ou se movimenta um ser vivo, e *ambience* é o que está à sua volta. Há uma grande discussão no meio acadêmico sobre a redundância do termo meio ambiente. Para Freitas (2001, p. 17):

[...] a expressão meio ambiente, adotada no Brasil, é criticada pelos estudiosos, porque meio e ambiente, no sentido enfocado, significam a mesma coisa. Logo, tal emprego importaria em redundância. Na Itália e em Portugal usa-se, apenas, a palavra ambiente.

¹ A aplicação dos formulários teve aprovação do Comitê de Ética em 25/10/2013 e da Univap, Processo n. 17300213.9.0000.5503. Universidade do Vale do Paraíba (Univap).

O conceito legal, previsto no Art. 3º, I, da Lei nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, menciona que meio ambiente é “[...] o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

Nesta pesquisa foi adotado um conceito de meio ambiente mais amplo, definido por Silva (2004, p. 20) como algo mais globalizante, “[...] abrangente de toda a natureza, o artificial e original, bem como os bens culturais correlatos, compreendendo, portanto, o solo, a água, o ar, a flora, as belezas naturais, o patrimônio histórico, artístico, turístico, paisagístico e arquitetônico”.

O termo percepção é derivado do latim, *perception*, e de acordo com Tuan (1980) é uma atividade, um entender-se para o mundo. O termo *Humanistic Geography*, sugerido por Tuan no encontro da *Association of American Geographers* em 1976, consolidou-se com a publicação de **Topofilia**, em 1980. Segundo o autor, os indivíduos constroem seu espaço perceptivo através do contato direto e íntimo com a paisagem vivida.

A respeito da percepção, Locke (2001, p. 79) a considerou como “[...] a primeira faculdade da mente usada por nossas ideias, consiste assim, na primeira e na mais simples ideia que temos da reflexão, por alguns denominados pensamentos. Apenas a reflexão pode nos dar ideias do que é a percepção”.

Del Rio (1999, p. 3) define percepção como “[...] um processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá através de mecanismos perceptivos propriamente ditos e principalmente, cognitivos”. Também afirma que os trabalhos iniciais nessas áreas mantiveram forte enfoque psicologista, buscando só mais recentemente as bases teóricas na pesquisa em educação ambiental. Faggionato (2005) afirma que a percepção ambiental é uma tomada de consciência pelo ser humano, ou seja, o ato de perceber o ambiente em que está inserido.

Tuan (1980, p. 4-5) estuda e discute a percepção ambiental utilizando o termo topofilia para descrever “[...] o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”. Recentemente, o termo biofilia, descrito por Wilson (1984 *apud* STRUMINSKI, 2003, p. 121), expressa a ideia da necessidade intrínseca ao ser humano de contato com a natureza. Para Tuan (1980), “[...] o nativo tem uma complexa [...]” e derivada percepção do meio por estar inserido nele. A percepção que o morador local tem em relação ao meio é complexa e carrega valores por estar arraigada na cultura e nos mitos locais. Tal situação é denominada por Tuan (1980) de topofilia. Para ele, o indivíduo visitante levaria em consideração os critérios estéticos, regulados por um juízo de valor inerente ao visitante, descrito e denominado pelo autor de topofobia.

Importante ressaltar que a inserção da temática da percepção ambiental em pesquisas de campo, visando à identificação do comportamento de um determinado grupo, teve sua origem na área da psicologia e, mais recentemente, em diferentes áreas do conhecimento, entre as quais se destacam a arquitetura, o urbanismo, a geografia humana e a filosofia. A análise geográfica a partir desse viés ganha profundidade por buscar o entendimento da organização e da produção espacial a ser pautada também numa dimensão sociopsicológica (ROSENDAHL; CORRÊA, 2001, p. 39). O

uso da percepção ambiental pode ser utilizado para o levantamento da degradação ambiental de uma determinada região.

Essa variedade de conceitos referentes à percepção do ambiente reside nas suas naturezas interdisciplinar e transdisciplinar. Os indivíduos diferem em sua percepção, e a compreensão da experiência perceptiva varia de indivíduo para indivíduo no tempo e no espaço, tendo motivações individuais as emoções, valores, objetivos, interesses, expectativas e outros estados mentais. Além da variedade de conceitos, há também diversas formas através das quais estudar o assunto, como mapas mentais ou contornos, representações fotográficas e aplicação de questionários (ou formulários).

Quando se refere ao ambiente, Marczewski (2006) afirma que se trata tanto do espaço natural ou antrópico onde algo ou alguém está inserido. Embora seja senso comum referir-se ao ambiente associando-o apenas ao meio natural, é importante destacar que o espaço produzido pela intervenção humana também se configura em ambiente.

O estudo da percepção ambiental de uma comunidade configura-se em uma ferramenta essencial para compreensão de comportamentos vigentes e planejamento de ações que visem a atender parte da população de um determinado espaço da cidade. Vale lembrar que, dentro de uma mesma cidade, há várias ilhas de desejos e angústias quanto ao espaço produzido. O bom entendimento das análises do estudo de percepção ambiental passa pela identificação dos sinais emitidos pelos indivíduos, mesmo que de forma involuntária.

4 ÁREA DE ESTUDO: A CIDADE DE PONTA DE PEDRAS

O município de Ponta de Pedras está localizado no estado do Pará (figura 1), na Ilha de Marajó, à margem esquerda do rio Marajó-Açu. Possui população de 25.999 habitantes (IBGE, 2010): 12.424 na área urbana e um total de 13.575 na rural.

O IBGE dividiu a cidade em dez setores censitários para levantamento de dados. Os setores 02, 05 e 22 (figura 2) estão quase em sua totalidade em área de várzea. Segundo Rangel (2011), esses setores possuem problemas nas áreas de habitação, saneamento básico, distribuição de água tratada e coleta de resíduos sólidos.

Essa área de várzea do perímetro urbano do bairro Carnapijó (figura 3) foi ocupada de forma irregular. Os resíduos sólidos produzidos pela população moradora são lançados diretamente nos igarapés. A coleta desse material é realizada de forma precária e as alegações por parte do poder público dizem não ser possível a entrada de caminhões nas áreas onde não existem ruas, mas sim pontes de madeira. A coleta de esgoto não se mostra muito diferente – quase inexistente – e é precária a distribuição de água.

Na pesquisa de campo realizada em julho de 2013 foram encontrados no local de descarte dos resíduos sólidos do município – que pode ser caracterizado como um “lixão” – carcaças de búfalos, sobras de açougue, pilhas de diversos tamanhos, baterias de celular, luvas hospitalares, remédios, pneus de carros, geladeiras, máquinas de lavar

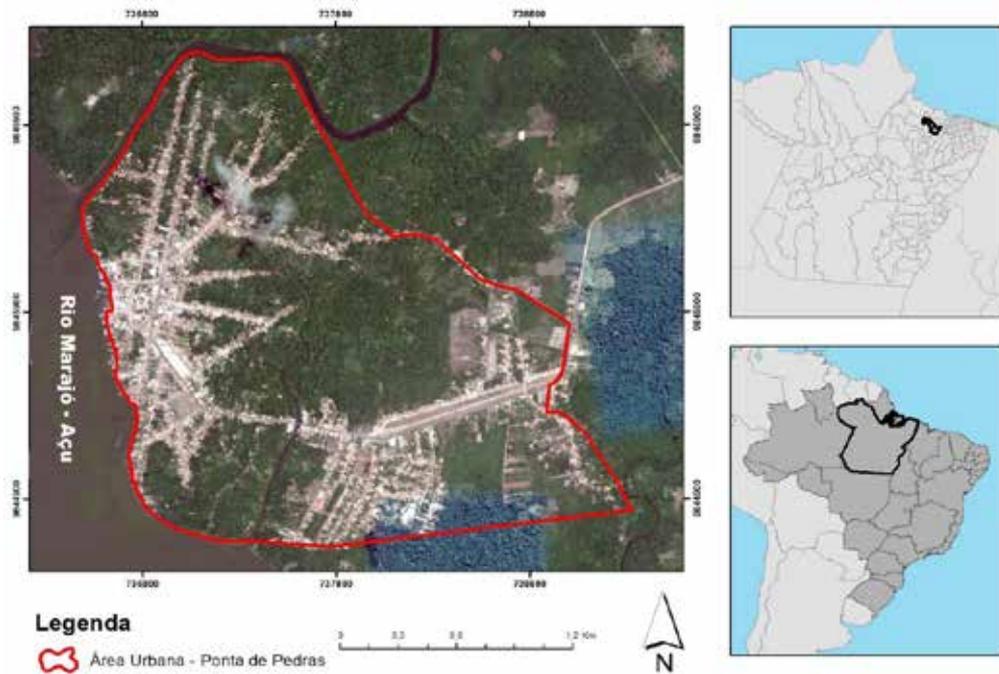


Figura 1 Localização da área de estudo (mapa).

Fonte: Produzido por Ivan Oliveira e Sandra Costa a partir de imagens do Google Earth, 2014, e banco de dados do IBGE (2010).

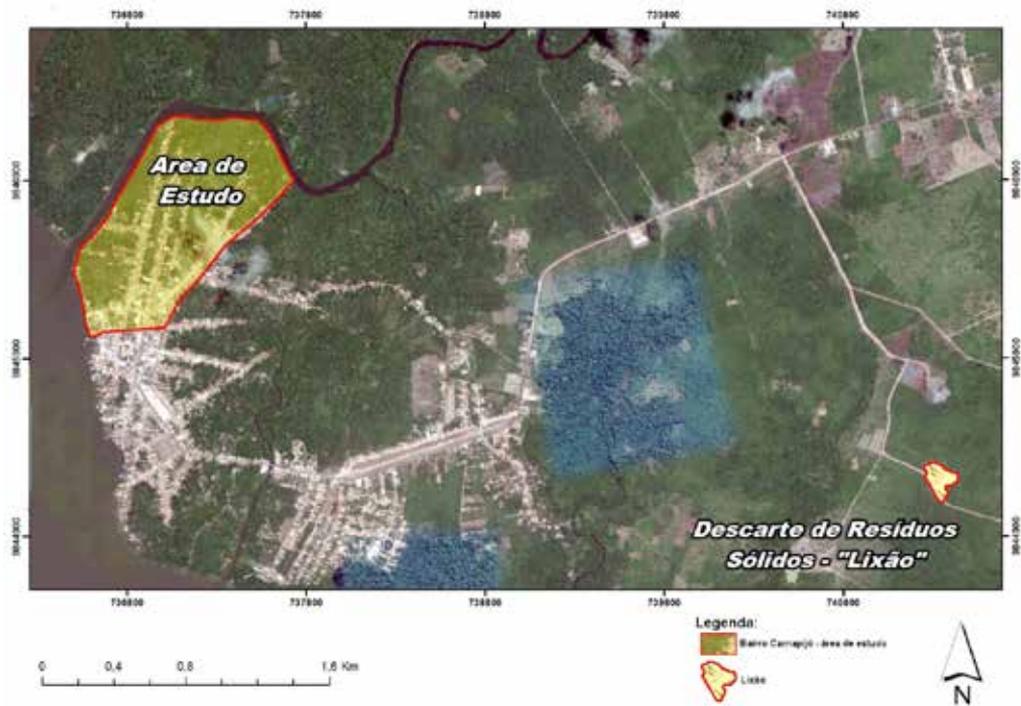


Figura 2 Localização da área de estudo e do depósito de resíduos sólidos.

Fonte: Produzido por Ivan Oliveira e Sandra Costa a partir de imagens do Google Earth, 2014, e dados coletados em campo.



Figura 3 Bairro Carnapijó na cidade de Ponta de Pedras (PA). Mosaico de fotografias mostrando a dificuldade de acesso às residências através de passarelas (pontes).
Fotos: Ivan Oliveira e Sandra Costa, 2014.

etc. Vale lembrar que a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) foi aprovada em 2010, entretanto, de acordo com dados do IBGE (2010), em apenas 2% das cidades da Região Norte há coleta seletiva. Pode-se verificar também que o local de descarte de resíduos sólidos (figura 2) está a aproximadamente 1,3 quilômetro do próprio rio Marajó-Açu e a menos de 10 quilômetros da área urbana.

A área do bairro Carnapijó fica a noroeste de Ponta de Pedras e recebeu suas primeiras ocupações há mais de 25 anos. Trata-se do bairro mais populoso da cidade (quase 33% da população urbana). De acordo com levantamentos realizados em 2013, mais de 50% desses primeiros moradores vieram das áreas rurais ou ribeirinhas e de outros municípios da Ilha do Marajó e ocuparam as margens do rio Marajó-Açu. Tal ocupação foi se deslocando em direção à foz deste rio com o rio Armazém.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No processo de entrevista, 41,4% dos chefes de famílias (ou representantes de famílias) eram homens; 58,6%, mulheres. Entre os entrevistados 37,8% eram solteiros/divorciados/viúvos; 62,2%, casados/amasiados. Acredita-se que, mesmo o município possuindo porcentagem maior de homens, segundo o IBGE (2010), o fato de os entrevistados serem em sua maioria mulheres se deve ao horário em que foram coletadas as informações (das 7h às 11h horas e das 15h às 18h:30min), período durante o qual muitos homens estão fora, trabalhando, como é tradicional na região.

Em relação ao tempo de residência no local, a resposta foi importante. Possibilitou confirmar que grande parte dos moradores tem vínculo com a cidade (região), principalmente, com o bairro – pois, de acordo com as respostas, 72,97% dos entrevistados responderam que residem no local desde sua criação, ou seja, acima de 30 anos; 6,31% responderam que residem num período de 21 a 30 anos; 8,11% responderam que moram no local de 11 a 20 anos; 12,6% dos entrevistados responderam que residem no local de zero a dez anos.

Quanto à qualidade da moradia, foi verificado que mais de 90% das residências foram construídas pelos moradores e são de madeira. O acesso a elas é realizado por passarelas (pontes) de madeira, como demonstra a figura 3. A prefeitura não realiza a coleta de resíduos sólidos no bairro e orienta os moradores que retirem todo resíduo e o depositem fora da área de várzea, em locais aos quais o acesso de veículos é possível (ruas de terra batida).

Considerando os vínculos empregatícios, as respostas foram ao encontro do que se esperava, visto que a informalidade predomina nas pequenas cidades da Amazônia (COSTA; BRONDÍZIO, 2009). A maioria dos entrevistados vive de serviços temporários, como obtenção de pescado, extração de açaí e palmito. Aqueles que declararam possuir emprego com carteira assinada estavam vinculados aos órgãos públicos do estado e do município. Outra categoria importante são os aposentados, que, mesmo usualmente com vencimentos em torno de um salário, em uma cidade com alto índice de pobreza sustentam muitas famílias.

Complementando a questão anterior, foi perguntado sobre a renda familiar. A maioria dos moradores do bairro Carnapijó, 56,8%, afirma ter renda familiar de meio a um salário mínimo²; 26,1 têm renda de um a dois salários mínimos; 15,3% declararam possuir renda de até meio salário mínimo. Observa-se que mais de 70% das famílias entrevistadas recebem até um salário mínimo como renda. Essa situação social agrava os outros indicadores ambientais descritos nessa pesquisa, como o acesso à infraestrutura básica e a serviços urbanos.

Foi averiguado se há ligação dos moradores com o local de residência por meio da pergunta: **“Você gosta de morar nesse local?”**. Tal questionamento ofereceu resultados interessantes. Mesmo residindo em uma cidade que não oferece oportunidades de emprego, com poucas perspectivas para os jovens (tanto profissionais como de lazer), em um bairro sem infraestrutura adequada, considerando as 110 respostas obtidas (uma pessoa preferiu não responder), 94,6% afirmaram que gostam de morar no local e 5,4% disseram não gostar. Essa questão confirma que a topofilia – descrita “[...] como sendo o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico específico” – desses moradores com o local é muito forte (TUAN, 1980, p. 4-5).

A resposta anterior surpreende, tendo em vista a dificuldade que o local apresenta à população, com visível falta de infraestrutura. Porém serve para mostrar o alto

² Salário mínimo em janeiro de 2014 = R\$ 724,00.
Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

grau de topofilia da população. A pergunta seguinte dava a opção de escolherem outro local para viver, se assim o desejassem: **“Você gostaria de morar em outro local?”**. Novamente a resposta foi favorável ao alto grau de topofilia da população, pois 71,82% da população pesquisada respondeu que não desejava morar em outro local – contra 28,18%, que desejavam residir em outro local

Considerando que aproximadamente 72% dos pesquisados responderam não desejar viver em outro local, considerou-se importante verificar a faixa etária dessa população, tanto dos que responderam que não desejavam viver fora do bairro Carnapijó, quanto dos que desejavam viver em outro local. Constatou-se que entre os que não desejavam sair do bairro, 52% possuem mais de 40 anos, ou seja, aqueles que desenvolveram vínculos afetivos com o lugar, um sentimento topofílico construído com a vivência no local. Entre os que desejavam mudar para outro local, predominam pessoas com menos de 40 anos (58%).

Outra questão teve como objetivo levantar como se encontra o envolvimento comunitário em relação ao tema ambiental: **“Os movimentos comunitários do bairro onde você reside têm demonstrado preocupação com a discussão de problemas ambientais que afetam a população local?”**. Considerando o universo amostral de 111 domicílios, 80,1% responderam que não há demonstração de preocupação com a questão ambiental e 8,1% dos entrevistados afirmaram não conhecer nenhum movimento relacionado ao tema ambiental no bairro; 10,8% dos entrevistados afirmaram que, às vezes, para esses entrevistados as preocupações se manifestavam nos 90 minutos de aula ministrados por professores de ciências e geografia em comemoração à Semana do Meio Ambiente.

Outra questão direcionada à população do bairro Carnapijó teve o objetivo de saber se o entrevistado **“acredita que há alguma relação entre os níveis de poluição de sua região e a saúde da população local”**. Tal pergunta foi estruturada em função da quantidade de moradores que, em contato com nossa equipe em julho de 2013, informou que havia muitos casos de diarreia, dor de cabeça e diversos mal-estares no bairro, que atribuíam à poluição das águas dos rios Marajó-Açu e Armazém e de outros igarapés – considerada como o grande motivo das enfermidades locais. As respostas obtidas confirmaram as observações iniciais: 75% percebem vinculação entre as doenças e a poluição; 25% dos entrevistados responderam que não há relação entre as doenças e a poluição dos rios.

De acordo com Santos e Martins (2002), o conceito de qualidade de vida surge nos anos 1960, quando prevalecia uma corrente essencialmente economicista, que analisava o crescimento econômico das sociedades por meio da evolução do seu Produto Interno Bruto (PIB). Entretanto, após a disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável, o conceito de qualidade de vida passou a incorporar, além da dimensão econômica, as dimensões social e ambiental. Nesse sentido procurou-se averiguar como o morador percebe a qualidade de vida do município onde reside. Para isso, solicitou-se que classificasse a qualidade de vida em cinco categorias: ótima, boa, regular, ruim e péssima.

Durante o processo de aplicação dos formulários, houve a necessidade de explicar, várias vezes, sobre o conceito de qualidade de vida ambiental. Era do conhecimento da equipe da pesquisa que o assunto poderia ter interpretações diferentes. Assim, os entrevistadores optaram por dar exemplos do que seria qualidade de vida (ambiental) em um ambiente urbano, uma vez que parte dos entrevistados entendia que qualidade de vida estaria somente relacionada a aspectos financeiros. Procurou-se associar esse aspecto, para os entrevistados, à disponibilidade e acesso à infraestrutura e aos serviços urbanos: abastecimento de água, instalação sanitária, rede de esgoto, coleta de lixo, destinação do lixo coletado, acesso à saúde, educação, entre outros. A figura 4 resume as principais respostas obtidas.

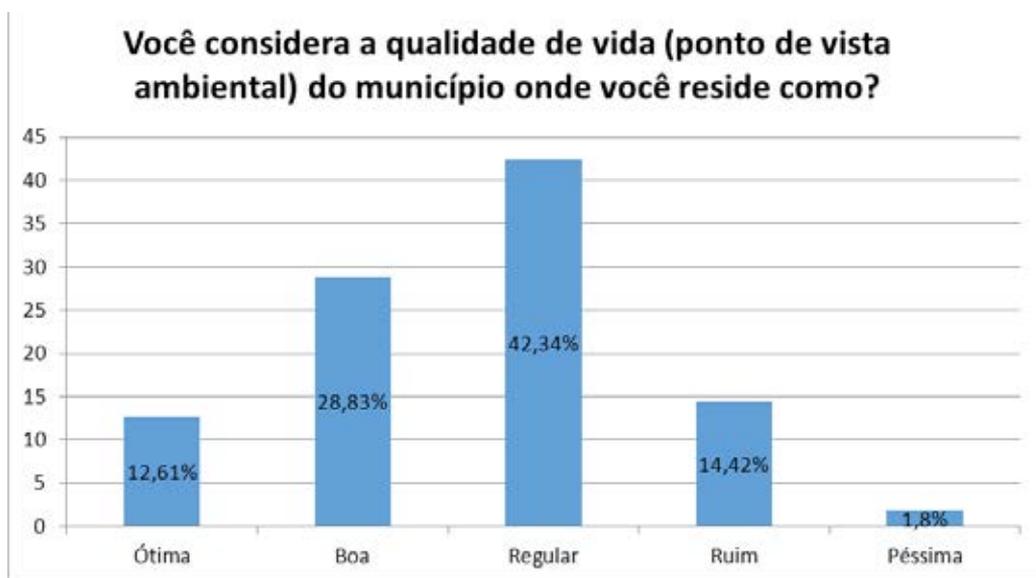


Figura 4 Percepção dos moradores em relação à qualidade de vida ambiental.

Fonte: Produzido por Ivan Oliveira e Sandra Costa a partir de formulários aplicados aos moradores.

Para 58,6% dos entrevistados, a qualidade de vida é considerada de “regular à péssima” – o que é justificável, pois nesse bairro, ou seja, para os setores censitários 02, 05 e 22, apesar de 97% dos domicílios possuírem acesso à energia elétrica domiciliar, 72% têm acesso precário à água e 25% estão conectados à rede de coleta de esgoto. Entretanto, não há tratamento de efluentes domésticos no município. Para 41,4% dos entrevistados, a qualidade de vida é considerada boa ou ótima, o que não condiz com as condições de infraestrutura e acesso aos serviços urbanos encontrados no bairro.

Para captar a percepção da população sobre seu comportamento em relação ao ambiente, perguntou-se: **“No seu dia a dia você considera que causa algum dano ao meio ambiente?”** (com respostas simples, “sim” ou “não”). O resultado chama atenção para a falta de conhecimento sobre o meio ambiente: 64% responderam que **não** causam danos ao meio ambiente e 36% dos entrevistados afirmaram que **sim**, causam danos. Tal pergunta poderia passar despercebida se não fosse observado o ambiente em que os entrevistados estão inseridos, pois é visível a ausência ou pre-

cariedade de infraestrutura, como mencionado, além da ausência ou de precários serviços de coleta de lixo e destinação deste.

Essa pergunta é complementada por outra questão: **“Qual o destino do seu esgoto sanitário?”**. Como resposta, 78,38% dos entrevistados confirmaram jogar o esgoto direto no rio e 21,62% afirmaram que usam fossas sanitárias construídas com recursos próprios. Porém o uso da fossa sanitária não ameniza o descarte de esgoto sanitário no rio, pois a região sofre com o fenômeno das cheias (alteração das marés) diariamente. Não há coleta de esgoto sanitário no bairro e a opção que sugeria essa resposta não obteve nenhum voto.

A pergunta seguinte (figura 5) buscava observar se a população tem consciência sobre a destinação dos resíduos sólidos urbanos: **“Para onde vai e o que acontece com o lixo que você produz em sua casa?”**. Ressalta-se que esses moradores não têm recolhimento de resíduos na porta de suas residências, mas em locais fora do bairro, locais de acesso a caçambas que são recolhidas e os resíduos levados diretamente para o “lixão” do município. Isto é, há que se reconhecer o esforço de grande parte da população que, mesmo sem conhecimento formal sobre o assunto, se preocupa com o espaço onde vive. Quando os moradores afirmaram que jogam esgoto no rio, não cabe somente a eles produzir meios para evitar o descarte *in natura*, pois o solo (de várzea) da região não permite a construção de fossas sépticas.

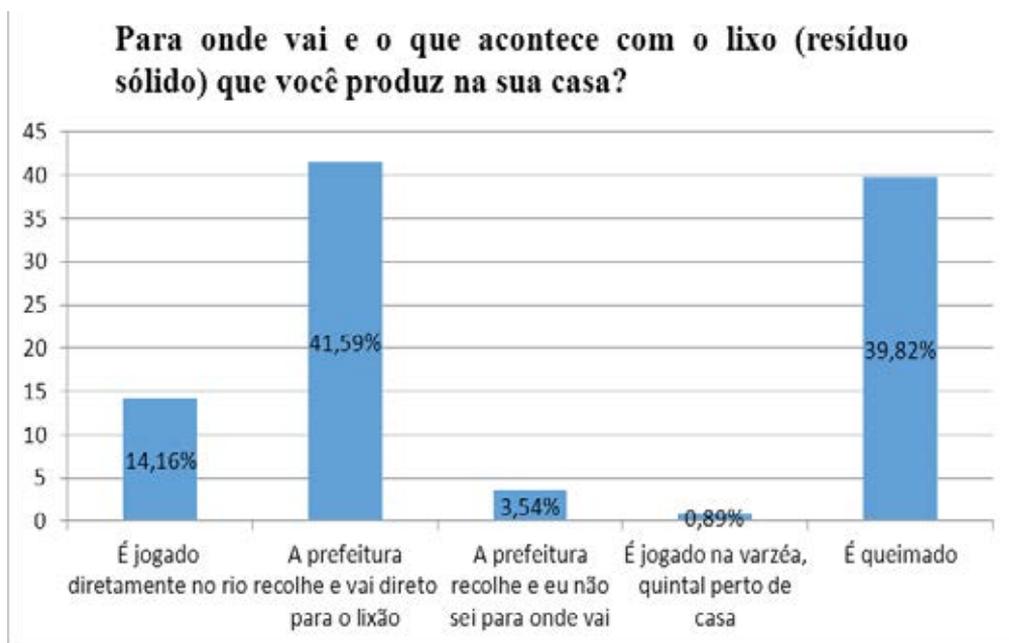


Figura 5 Destinação dos resíduos sólidos urbanos dos moradores do bairro Carnapijó.
Fonte: Produzido por Ivan Oliveira e Sandra Costa a partir de formulários aplicados aos moradores.

Como resposta, 41,6% dos entrevistados afirmaram que a prefeitura recolhe os resíduos sólidos, levando-os direto para o lixão da cidade. Percebeu-se que, diferente da pergunta **“qual o destino do seu esgoto sanitário?”** – para a qual 78,4% dos

entrevistados confirmaram jogar direto no rio – para esta, 41,6% dos entrevistados afirmaram que recolhem o lixo produzido em suas residências, entregando-o onde determinado pela prefeitura. Nas imagens do bairro mostradas neste artigo percebe-se que o deslocamento dos moradores é realizado por pequenas pontes de madeira e que a retirada dos resíduos sólidos tem de ser executada pelo próprio morador – deslocamento às vezes superior a 500 metros de distância em relação aos locais de recolhimento onde há acesso para as caçambas.

Dessa forma, compreende-se que não é só o morador o responsável pela degradação das águas, mas um conjunto de situações das quais fazem parte o estado e outras instituições. O morador, além de responsabilizado, possui o ônus de ser a vítima imediata das consequências desse descaso. Importa destacar que ‘dano ambiental’ é “[...] a lesão aos recursos ambientais, como a conseqüente degradação-alteração adversa ou ‘*in pejus*’ do equilíbrio ecológico e da qualidade ambiental” (MILARÉ, 2014). Para 64% dos moradores, eles não causam danos ao ambiente.

A pergunta seguinte se relaciona à destinação dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) produzidos nas residências. Segundo a Norma Brasileira NBR 10004 (ABNT, 2004) de 1987, no item 3.1. Resíduos Sólidos – Classificação, os resíduos sólidos são “[...] aqueles resíduos nos estados sólido e semissólido, que resultam de atividades da comunidade de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição”. Há outras definições e legislações específicas para cada tipo de resíduo sólido, e tanto os estados quanto os municípios podem ter legislações específicas.

Há diferença entre lixões e aterro sanitário. Os lixões, os mais utilizados no país, são depósitos de lixo a céu aberto, áreas de disposição final de resíduos sólidos sem nenhuma preparação anterior do solo, onde não há tratamento de efluentes líquidos (chorume). Este líquido contamina o solo e os lençóis freáticos, situação encontrada no município de Ponta de Pedras – ou seja, a destinação final dos resíduos sólidos é o “lixão” (figuras 6a e 6b).

Em relação à pergunta **“para onde vai e o que acontece com o lixo (resíduo sólido) que você produz na sua casa?”**, foram colocadas aos entrevistados cinco opções de respostas: 1) é jogado diretamente no rio; 2) a prefeitura recolhe e vai direto para o lixão; 3) a prefeitura recolhe e eu não sei para onde vai; 4) é jogado na várzea, quintal perto de casa; 5) é queimado.

Destacou-se a quantidade de entrevistados (40%) que responderam queimar seu lixo (figura 5), uma prática comum dos residentes em regiões às margens de igarapés e também das comunidades indígenas, com o objetivo de evitar ratos e cobras nos quintais. Lembrando, 100% dos entrevistados declararam ser do estado do Pará; 71%, de Ponta de Pedras ou alguma comunidade do município.

A penúltima pergunta foi direcionada para saber a destinação da água após o uso e tentar mensurar a percepção dos entrevistados quando o assunto é o uso da água, perguntando-se: **“o que acontece com a água depois que você a utiliza?”**. As respostas complementam as outras questões. Essa, por exemplo, possibilita perceber que não há tratamento da água utilizada, pois nenhum entrevistado afirmou que a água

usada vai para estação de tratamento. Outra resposta que se destacou foi que 80% dos entrevistados informaram que toda água utilizada por eles vai direto para o rio.



(a)



(b)

Figuras 6a e 6b “Lixão” da cidade de Ponta de Pedras, mostrando o acúmulo do chorume.
Fotos: Ivan Oliveira e Sandra Costa, 2014.

No bairro Carnapijó, fica claro que o destino do esgoto sanitário, RSU e da água utilizada diariamente nas residências – como em máquinas de lavar roupa e na limpeza da casa – é ir direto para o rio. Conversando com os moradores mais antigos, obteve-se a informação de que há uns 15 anos não havia tantos problemas de saúde quanto há agora (dor de barriga, vômito, mal-estar). Informaram que consumiam a água do rio Armazém e que a pesca de camarões e peixes era de ótima qualidade. Atualmente, não se pesca camarão na área urbana, a vegetação que servia de proteção para essa espécie de crustáceo está acabando devido à poluição e os pescados têm de ser capturados cada dia mais longe, encarecendo a produção para o pescador.

A última pergunta feita aos moradores do bairro Carnapijó foi: **“O que é meio ambiente?”**. Os entrevistados possuíam cinco opções de respostas (figura 7): 1) é o mesmo que natureza; 2) são seres vivos e os recursos (ar, água, solo e alimentos) que a natureza oferece; 3) são os animais e as plantas; 4) é o lugar onde os seres vivos (plantas, animais e seres humanos) habitam e se relacionam uns com os outros; 5) é o lugar onde o ser humano vive.

Para que os entrevistados respondessem, houve a necessidade de, algumas vezes, exemplificar o que seria meio ambiente – sempre reforçando que ele (respondente) tinha liberdade para interpretar como desejasse o conceito, pois a informação desejada era a do entrevistado e não a do entrevistador. Percebeu-se que 50,5% dos entrevistados definiram natureza da mesma forma como definiram meio ambiente. Observou-se que a pergunta causou certo desconforto em alguns moradores por não terem nenhuma noção do que seria meio ambiente, levando-os, logo após a pergunta, a um tempo para pensar antes de oferecer as opções de respostas. Não se objetivava causar tal desconforto, mas observar se havia dificuldades conceituais sobre o tema. Na pergunta anterior, sobre movimento comunitário e meio ambiente, percebeu-se que não havia

atividades municipais em que se pudesse discutir o tema. Nesse sentido, acredita-se que alguns moradores se sentiram desconfortáveis com a pergunta, pois, infelizmente, não lhes foi dada a oportunidade de debater, de conhecer o assunto.

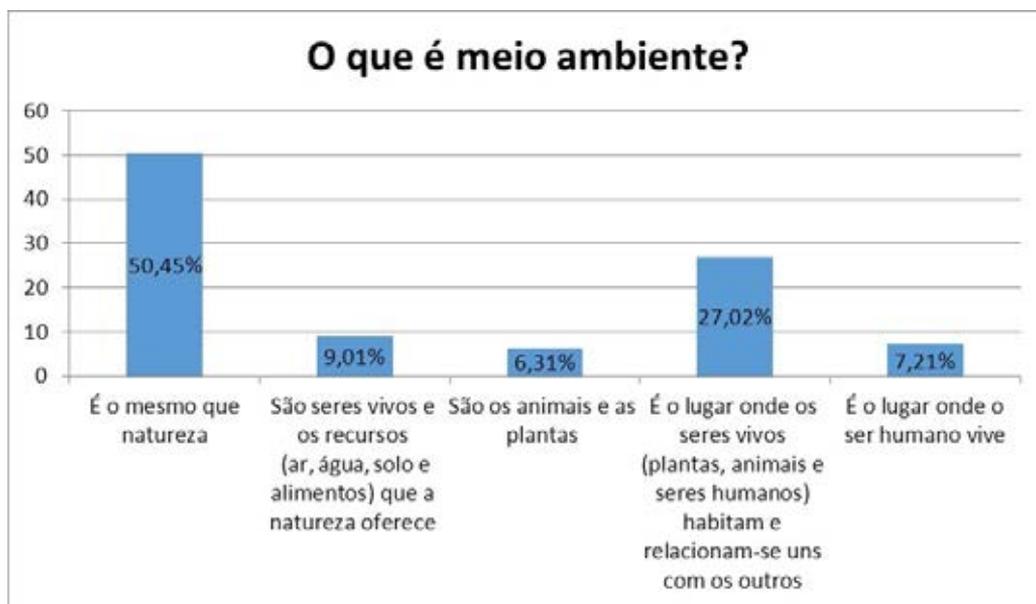


Figura 7 Percepção dos moradores sobre o termo meio ambiente.

Fonte: Produzido por Ivan Oliveira e Sandra Costa a partir de formulários aplicados aos moradores.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A percepção dos moradores do bairro Carnapijó está mais relacionada à infraestrutura urbana do que ao ambiente natural. Grande parte dos entrevistados demonstrou mais interesse em aterrar as ruas (que ainda são de madeira) do que no esgoto sanitário, mesmo sabendo que o aterro dificulta a vazão das águas no momento da maré vazante.

Outro exemplo de topofilia refere-se à precariedade da água tratada. Devido à pouca pressão (tubulação de baixo calibre), há falta de água constantemente no bairro, situação que foi ressaltada pelos moradores, entretanto, esse problema não interferiu na afinidade com o lugar. A relação topofílica dos moradores com o bairro ficou muito aparente, visto que, mesmo tendo problemas e carências de infraestrutura e serviços urbanos, mais de 94% deles declararam gostar de morar no local.

Os resultados apontam que apenas uma minoria consegue perceber que descartar esgoto sanitário direto em rios é ruim para o meio ambiente, principalmente em um ambiente frágil como a região de várzea na Amazônia. Percebeu-se que há uma sensação de abundância de recursos na região, o que para grande parte dos moradores é a percepção de que o ambiente natural não será atingido devido à sua magnitude, como se o esgoto sanitário e os resíduos sólidos urbanos não gerassem danos ao meio ambiente.

Há grande dificuldade em passar aos moradores que vivem em situação de exclusão o fato de que fazem parte de algo maior que o bairro Carnapijó, que outras comunidades irão necessitar da água que está sendo comprometida naquele bairro. Trata-se de algo bem mais amplo, que somente a educação ambiental, formal ou informal, poderia auxiliar no sentido da mudança de comportamentos.

Verificou-se que a falta de conhecimento sobre destinação de resíduos sólidos urbanos, esgoto sanitário, reciclagem e poluição ao meio ambiente é uma realidade na região. Grande parte dos entrevistados (56,7%) sobrevive com salário compreendido entre meio e um salário mínimo e 46% declararam não possuir emprego fixo.

Observou-se que a percepção ambiental dos moradores do bairro Carnapijó é limitada, principalmente quando relacionada à água e ao solo. Torna-se necessário levar em consideração que os resultados, e consequentemente as conclusões deste estudo, são pertinentes à situação particular da população estudada, não havendo pretensões de estendê-los de forma literal a populações de realidades e contextos sociais, econômicos, culturais e ambientais diferentes.

Fato que também chamou atenção foi a resposta dos entrevistados para a pergunta “no dia a dia você considera que causa algum dano ao meio ambiente?”. A maioria, 63,96% dos entrevistados, respondeu negativamente, o que comprova que a maioria da população apresenta dificuldade em compreender o que é o meio ambiente. A ação desses moradores está relacionada à falta de conhecimento sobre a importância de viver em sociedade. Duas professoras, em conversa informal, afirmaram não haver conteúdos relacionados às discussões sobre meio ambiente tanto no estado quanto no município. Tuan (1983, p. 93) afirma: “Superar a visão de cotidiano é condição da Percepção Ambiental, porque entendemos que o conhecimento da totalidade seja capaz de induzir novos conhecimentos promovendo mudanças de comportamento”.

Além da falta de sensibilidade dos órgãos públicos em relação ao recolhimento de resíduos, na área de descartes a situação se mostra mais delicada: encontraram-se indícios de contaminação do solo por chorume, falta de isolamento da área, local próximo à fonte de água, inexistência de reciclagem. Tudo que é produzido é descartado no mesmo local. Foram encontradas carcaças de búfalos e bois, pneus, baterias de celular, grande quantidade de plástico. De acordo com a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), como estabelecido em seu Art. 54: “A disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, observado o disposto no § 1º do art. 9º, deverá ser implantada em até 4 (quatro) anos após a data de publicação desta Lei”. O prazo para essa implantação venceu em 2014, quando entre os 5.565 municípios do Brasil (IBGE, 2010), somente 927 possuíam coleta seletiva de resíduos sólidos, de acordo com o Cempre (2014).

Em relação à educação ambiental, meio ambiente, resíduos sólidos e esgoto sanitário, os moradores poderiam ser agentes ativos do processo de recuperação do meio ambiente na região. Os resultados desta pesquisa demonstram que deveria existir mais incentivo ao envolvimento da população na discussão sobre a temática ambiental e sua importância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Resíduos sólidos – classificação – **NBR 10004**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 ago. 1981. Seção 1, Página 16509.
- _____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei. nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 ago. 2010. Seção 1, Página 3.
- CEMPRE. Compromisso Empresarial para a Reciclagem. **Radiografando a coleta seletiva**. Disponível em: <<http://cempre.org.br/ciclossoft/id/2>>. Acesso em: 20 nov. 2014.
- COSTA, S. M. F.; BRONDÍZIO, E. S. Inter-urban dependency among Amazonian cities: Urban growth, infrastructure deficiencies, and socio-demographic networks. **Redes**, Santa Cruz do Sul: Unisc, v. 14, n. 3, 2009, p. 211-234.
- DEL RIO, V. Cidade da mente, cidade real: percepção ambiental e revitalização na área portuária do Rio de Janeiro. In: **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Carlos: Studio Nobel: UFSCar, 1999, p. 3-22.
- FAGGIONATO, S. Percepção ambiental. **Materiais e Textos**, n. 4, 2005. Disponível em: <http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt4.html>. Acesso em: 20 out. 2015.
- FREITAS, V. P. **Direito administrativo e meio ambiente**. 3 ed. Curitiba: Juruá, 2001.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010 online. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 maio 2014.
- LOCKE, J. **Ensaio acerca do entendimento humano**. Tradução de Anuar Aiex. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARCZWSKI, M. **Avaliação da percepção ambiental em uma população de estudantes do Ensino Fundamental de uma escola municipal rural**: um estudo de caso. 2006. 188 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- MILARÉ, E. **Direito ambiental**. 9 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- RANGEL, J. de A. **O Programa “Minha Casa Minha Vida” e seus desdobramentos no local**: um estudo da pequena cidade de Ponta de Pedras, Pará. 2011. 166 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2011.
- ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. **Matrizes da geografia cultural**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.
- SAINT-HILAIRE, E. G. **Études progressives d’un naturaliste**: pendant les années 1834 et 1835. Roret, 1835.
- SANTOS, L. D.; MARTINS, I. A. Qualidade de vida urbana: o caso da cidade do porto. **Investigação – Trabalhos em Curso**. Porto: Universidade do Porto, n. 116, 2002, p. 1-25.
- SILVA, J. A. **Direito ambiental constitucional**. 5 ed. São Paulo: Malheiros, 2004.
- STRUMINSKI, E. A ética no montanhismo. **Desenvolvimento e Meio ambiente**. Curitiba: UFPR, n. 7, p. 121-130, 2003.
- TUAN, Y. F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.
- _____. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.
- YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamentos e métodos. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo apoio financeiro, sem o qual esta pesquisa seria inviável.

Data de submissão: 16 dez. 2016
Data de aprovação: 12 set. 2017

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO PAISAGEM E AMBIENTE: ENSAIOS

Paisagem e Ambiente: ensaios. Periódico acadêmico dedicado à divulgação de pesquisas, projetos e estudos sobre Paisagismo nos seus diversos campos de atuação: do projeto aos planos de áreas livres, dos estudos históricos às experiências de ensino, das pesquisas acadêmicas de diversos portes aos resultados de eventos científicos, trabalhos teóricos e resenhas de livros.

Possui como focos especiais os espaços livres urbanos, a questão ambiental, o ensino e o projeto de Paisagismo, os desenhos da paisagem e da forma urbana, os fundamentos teóricos e a pesquisa em Paisagismo.

Publicação semestral da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), vinculada aos laboratórios Quadro do Paisagismo no Brasil (Quapá), Paisagem, Arte e Cultura (LabParc), ao Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente (GDPA) do Departamento de Projeto e à Área de Concentração Paisagem e Ambiente do curso de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP.

Paisagem e Ambiente: *ensaios. Academic journal dedicated to the dissemination of researches, projects and studies on landscape architecture and its several fields of activity, from garden design to open spaces planning, from studies on the history of landscape design to teaching experiences, from academic researches of all sizes to results of scientific events, from theoretical works to book reviews.*

It focuses on the environmental issue, urban open spaces, teaching and landscape design projects, the design of landscape and that of the urban form, theoretical foundations, and research on landscape design.

Biannual publication by FAUUSP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo) linked to Quapá (Quadro do Paisagismo no Brasil) laboratory, LabParc (Paisagem, Arte e Cultura) laboratory, GDPA (Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente) of the Project Department, and the Landscape and Environment course in the Architecture and Urban Design graduate program at FAUUSP.

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO DE TEXTOS

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

- 1 Contribuição original, inédita, que não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".
- 2 Arquivo em formato Microsoft Word (.DOC).
- 3 Endereços eletrônicos para as referências informados quando possível.

- 4 Texto com espaçamento 1,5 entre linhas; fonte Times New Roman, tamanho 12.
- 5 Figuras e tabelas inseridas no corpo do texto (e não no final do documento na forma de anexos).
- 6 Texto seguindo padrões de estilo e requisitos bibliográficos pedidos pela revista.
- 7 Metadados preenchidos corretamente nos dois idiomas exigidos.
- 8 Documentos que possuem *Digital Object Identifier (DOI)*¹ devidamente relacionados com o DOI nas referências bibliográficas.

PROCEDIMENTOS PARA SUBMISSÃO

- 1 Entrar no site da revista: <<http://www.revistas.usp.br/paam>>.
- 2 Clicar em “Acesso”. Se for o primeiro, preencher os dados pessoais em “Cadastro”. Se já cadastrado, preencher *login* e senha.
- 3 Seguir as instruções do sistema para realizar a submissão. O cadastro no sistema, por meio de *login* e senha, é obrigatório para a submissão dos trabalhos e para acompanhar o processo editorial em curso.
- 4 Os textos aprovados deverão ser enviados em português e em inglês.

CONFIGURAÇÕES DO TEXTO

- 1 Página A4.
- 2 Margens superior e inferior: 3 cm. Margens laterais: 2 cm.
- 3 Uso de “aspas duplas” somente para citação no corpo do texto.
- 4 Uso de itálico para termos estrangeiros. Uso de negrito para títulos de livros e periódicos (subtítulos, se houver, sem negrito).
- 5 Endereços de sites informados por meio de *hiperlink*.
- 6 Imagens, gráficos e tabelas no corpo do texto (e não em anexos no final do mesmo).
- 7 Legendas e créditos abaixo das imagens.
- 8 Títulos de mapas e tabelas acima dos mesmos.

ASPECTOS FORMAIS DO TEXTO

Deve ser enviado no formato doc. Utilizar fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5 entre linhas. Resumo/*Abstract* com espaçamento 1,0 entre linhas. Deve conter de 21.600 a 43.200 caracteres, incluindo Resumo, *Abstract* e Introdução.

- 1 Título do trabalho em português e inglês com espaçamento 1,0 entre linhas, letras maiúsculas/negrito (inglês/itálico) – assim como o subtítulo, se houver.

¹ O Digital Object Identifier do documento é a garantia de permanência deste na internet. Mais informações em: <<http://www.doi.org/>>.

- 2 Nome completo do autor.
- 3 A apresentação do autor deve ser colocada no rodapé da página de abertura do texto, indicada por asterisco (colocado anteriormente ao lado do nome do autor). Deve conter o nome do curso e da faculdade/universidade em que se graduou. O mesmo vale para titulações de mestre, doutor etc., acrescentando área de conhecimento. Exemplo: Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. O autor deve informar o link de acesso para o seu Currículo Lattes.
- 4 Resumos em português e inglês, contendo 100 a 250 palavras e apresentando: proposta geral da pesquisa, quadro teórico, objetivos e metodologias. Somados, Resumo e *Abstract* não devem ultrapassar 2.500 caracteres.
- 5 Palavras-chave em português e inglês: devem constar de 3 a 6 palavras-chave, inseridas abaixo de seus respectivos resumos e separadas por pontos. Devem ser incluídos um ou dois termos de indexação do Vocabulário Controlado USP. Disponível em: <<http://143.107.154.62/Vocab/Sibix652.dll/Assuntos>>.
- 6 Em caso de agradecimentos, devem constar na última página do artigo, após as referências bibliográficas.

IMAGENS

- 1 A revista considera que, em um artigo ligado a área de Paisagismo, é desejável a existência de ilustrações que esclareçam o leitor sobre os espaços e lugares em pauta. O material, em formato JPG, deverá estar acompanhado de legendas de identificação com resolução de 300 dpi e tamanho de 725X500 pixels.
- 2 Ao salvar a imagem, o autor deve certificar-se da boa qualidade da mesma em função do seu tamanho, e, no caso de mapas, enviar legendas em arquivo separado – para que, em eventuais reduções dos mesmos, possam ser incluídos em tamanho maior, facilitando a leitura. Ainda no caso de mapas, lembrar que, em papel, nem sempre serão publicados em cores – sendo imprescindível que possam ser lidos em branco e preto.
- 3 Será permitida a inclusão de ilustrações que poderão ser impressas em cores dependendo da disponibilidade de recursos para a impressão. As ilustrações (fotos, desenhos, esquemas, croquis) poderão ocupar um número equivalente de páginas daquelas ocupadas pelo texto. Todas precisam, necessariamente, estar referidas no texto, devendo ser numeradas pela ordem de citação no mesmo.
- 4 Caso as imagens não estejam em condições mínimas de editoração, deverão ser substituídas imediatamente ou não serão publicadas, sendo que sua ausência poderá inviabilizar a publicação do artigo. Na medida do possível, na edição *online*, todas as imagens serão publicadas em cores.

- 5 Não é permitido o uso de reprodução de imagens publicadas em livros, revistas ou periódicos sem a expressa autorização do(s) autor(es) das mesmas.

LEGENDAS

Todas as imagens – desenhos, croquis, mapas, gráficos, tabelas, fotos, esquemas – devem possuir legendas explicativas, mostrando sua relação com o texto e autoria conforme exemplos abaixo:

DESENHOS E CROQUIS

Autor e data. Caso sejam reproduções, devem ser indicadas as fontes de origem.

- Desenho. Ciclovia padrão na cidade de Utinga. Autor: João da Silva, 1995.
- Croqui de parque eclético. Fonte: Macedo (1999, p. 214).
- Desenho mostrando uma reprodução dos afrescos da vila de *Cornelius Rufus* em Pompeia. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/ad79eruption/pompeii/regio-viii/reg-viii-ins-4/house-of-cornelius-rufus>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

MAPAS

- Mapa da verticalização em São Paulo, representada em azul. Em seu centro, uma grande mancha se estende de norte a sul, sendo possível perceber sua presença por toda a cidade, como mostram as centenas de pontos espalhados. Fonte: Mapa produzido em 2016 por Mateus de Oliveira e Tiago Regueira sobre imagens Google Earth, 2016, e sobre mapa de uso de solo da Emplasa.
- Mapa de parques em Itu, indicando a concentração dos mesmos ao longo do rio Tietê, enquanto no restante da cidade praticamente não há parques, a não ser a oeste, onde se encontram dois pequenos exemplares. Fonte: Mapa produzido sobre imagem Google Earth, 2014, por João da Silva, 2015.
- O mapa da cidade de São Paulo, datado de 1887, mostra claramente o envolvimento da cidade por um cinturão de chácara, destacando ao centro as chácaras de dona Veridiana Prado no bairro de Higienópolis e a do conselheiro Antônio Prado nos Campos Elíseos, ambas destacadas em amarelo. Fonte: Mapa extraído da Coleção São Paulo IV Centenário, PMSP, 1954, e processado por João da Silva.

GRÁFICOS, TABELAS E QUADROS

- Gráfico mostrando o crescimento do número de domicílios em São Paulo entre 2006 e 2016. Fonte: Produzido por João Fernando Meyer sobre dados dos Censos 2000, 2010, estimativas de domicílios para 2016 e dados da Embrasp, 2006.

- Tabela indicando o crescimento da frota de veículos em Araras, mostrando na coluna 3 o predomínio do número de automóveis sobre o de ônibus e motos. Fonte: Produzida por Silvio Macedo sobre dados do Denatran, 2011, e da Secretaria Municipal de Transportes de Araras, 2012.

FOTOS

- Vista do alto do morro da Cruz, mostrando a área central de Florianópolis.
Foto: Sonia Afonso, 1998.
- Vista aérea de Macapá, mostrando a orla ainda bastante protegida por matas ciliares.
Foto: Acervo Quapá, 2015.
- Recifes de coral no mar Vermelho, mostrando a diversidade de vida animal encontrada, especialmente a grande quantidade de peixes-papagaio. Disponível em: <<http://pt.freeimages.com/premium/coral-reef-and-parrot-fish-at-the-red-sea-763731>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 Serão aceitas desde que imprescindíveis e breves e devem ser colocadas, necessariamente, no rodapé (e não ao final do texto).
- 2 Devem ser numeradas com algarismos arábicos, fonte Times New Roman, tamanho 10, digitadas com espaçamento 1,0 entre linhas.
- 3 As referências bibliográficas devem ser colocadas no final do artigo e em ordem alfabética – relacionada com o sobrenome do autor. Títulos das obras em negrito (subtítulos sem negrito). Caso o documento citado possua DOI, seu registro é obrigatório no final dos dados da referência.
- 4 Ambas devem estar de acordo com as normas NBR 6023 e NBR 10520 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em vigor no ato da entrega do trabalho.

OBRA NO TODO

SOBRENOME DO AUTOR, Nome por extenso. **Título da obra:** subtítulo (se houver). Número da edição (sendo 1 ed., não necessário). Cidade da publicação: Nome da editora, data da publicação. Número total de páginas utilizando a abreviaturas p. Se utilizada apenas parte da obra, colocar páginas de início e fim da mesma.

ABREU, Caio Fernando. **A vida gritando nos cantos:** crônicas inéditas em livro (1986/1996). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. 245 p.

Quando houver editor, organizador, coordenador, compilador, indicar após os nomes dos mesmos: (Ed.), (Org.), (Coord.), (Comp.).

ROSS, Alex. **Escuta só: do clássico ao pop.** Tradução de Pedro Maia Soares. Revisão técnica: João Marcos Coelho. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 442 p.

TABACOW, José (Org.). **Roberto Burle Marx: arte e paisagem** - conferências escolhidas. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

CAPÍTULO

SOBRENOME DO AUTOR, Nome por extenso. Título do capítulo: subtítulo (se houver) seguido da expressão "In:" Referência completa da obra (título da mesma em negrito), páginas de início e fim.

RIBEIRO, Renato Janine. A glória. In: CARDOSO, Sérgio et al. **Os sentidos da paixão.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 107-116.

Observação: a expressão "et al." deve ser utilizada quando a obra ou o capítulo apresentarem mais de três autores. Nesse caso, coloca-se apenas o nome do primeiro exibido na obra.

DISSERTAÇÃO, TESE E DEMAIS TRABALHOS ACADÊMICOS

SOBRENOME DO AUTOR, Nome por extenso. **Título do trabalho:** subtítulo (se houver). Ano do depósito. Número de folhas. Categoria (grau) – Instituição, Cidade, Ano da defesa.

SAKATA, Francine Gramacho. **O projeto paisagístico como instrumento de requalificação urbana.** 2004. 282 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MACEDO, Silvio Soares. **São Paulo, paisagem e habitação verticalizada:** os espaços livres como elementos de desenho urbano. 1988. 207 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

PERIÓDICO NO TODO

TÍTULO. Local de publicação: Editora, Periodicidade, Ano do primeiro fascículo.

PAISAGEM E AMBIENTE: ENSAIOS. São Paulo: FAUUSP, Semestral, 1986-

ARTIGO PUBLICADO EM PERIÓDICO

SOBRENOME DO AUTOR, Nome por extenso. Título do artigo: subtítulo do artigo (se houver). **Título do periódico.** Cidade da publicação: Nome da editora, volume, número, mês, ano, páginas de início e fim.

PELLEGRINO, Paulo Renato Mesquita. Pode-se planejar a paisagem? **Paisagem e Ambiente:** ensaios. São Paulo: FAUUSP, n. 13, 2000, p. 159-179.

ARTIGO E/OU MATÉRIA PUBLICADA EM REVISTA

SOBRENOME DO AUTOR, Nome por extenso. Título do artigo. **Título da publicação**, cidade da publicação, numeração (volume e/ou ano, fascículo ou número, páginas de início e fim).

SEKEFF, Gisela. O emprego dos sonhos. **Domingo**, Rio de Janeiro, ano 26, n. 1.344, fev/2002, p. 30-36.

ARTIGO E/OU MATÉRIA PUBLICADA EM JORNAL

SOBRENOME, Nome do autor por extenso (se houver autor). Título do artigo. **Título do jornal**, local de publicação, data, seção, caderno ou parte e paginação.

PAIVA, Anabela. Trincheira musical: músico dá lições de cidadania em forma de samba para crianças e adolescentes. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 jan. 2002, Educação, p. 2.

EVENTO COMO UM TODO

NOME DO EVENTO, numeração (se houver), ano e local (cidade) de realização. Título do documento (**atas, anais, resultados**), dados de local da publicação: Editora, data.

REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE QUÍMICA, 20, 1997, Poços de Caldas. **Livro de resumos**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Química, 1997.

TEXTO APRESENTADO EM EVENTO

SOBRENOME do autor, Nome por extenso. Título do trabalho. In: NOME DO EVENTO, numeração do evento (se houver), ano e local de realização, título do documento (**anais, atas, tópico temático**), local, editora, data de publicação, páginas inicial e final.

SOUZA, Luiz Roberto; BORGES, Antônio; REZENDE, José Otávio. Influência da correção e do preparo do solo sobre algumas propriedades químicas do solo cultivado com bananeiras. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE FERTILIDADE DO SOLO E NUTRIÇÃO DE PLANTAS, 21, 1994, Petrolina. **Anais...** Petrolina: EMBRAPA, CPATSA, 1994, p. 3-4.

OBRA ACESSADA EM MEIO ELETRÔNICO

Seguir o formato de referência da obra, acrescentando, no final, informação relativa à descrição física do meio eletrônico.

KOOGAN, André Breikmam; HOUAISS, Antonio (Ed.). **Enciclopédia e dicionário digital 98**. Direção geral de André Koogan Breikmam. São Paulo: Delta: Estadão, 1998. 5 CD-ROMs.

OBRA CONSULTADA ONLINE

Não é recomendável utilizar material eletrônico de curta duração nas redes. Referenciar a obra de acordo com exemplos já citados, acrescentando as informações: Disponível em: < link >. Acesso em: dia, mês, ano. Se houver, registrar o DOI.

ALVES, Castro. Navio negreiro. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/virtualbooks/freebook/port/Lport2/navionegreiro.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2002.

LEGISLAÇÃO

JURISDIÇÃO. Título, numeração, data. Descrição. Título e dados da publicação.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 42.822, de 20 de janeiro de 1998. Dispõe sobre a desativação de unidades administrativas de órgãos da administração direta e das autarquias do Estado e dá providências correlatas. **Lex:** coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998.

BRASIL. Medida provisória nº 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. Estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. Seção 1, p. 29514.

NORMAS PARA CITAÇÕES

- 1 Quando um trecho da obra é citado literalmente, deve aparecer entre aspas, constando o sobrenome do autor e, entre parênteses, após o mesmo, a data da publicação utilizada e página onde o trecho se encontra. Toda citação literal com mais de três linhas deve ser destacada com recuo de 4 centímetros da margem esquerda, não devendo estar entre aspas.

Segundo George (1985, p. 44), “[...] Oswald manipula a linguagem do amor [...]”. Oliveira e Leonardos (1943, p. 146) dizem que a “[...] relação da série São Roque com os granitos porfíroides pequenos é muito clara”.

- 2 Quando o sobrenome do autor estiver entre parênteses, deve ser grafado em letras maiúsculas.

“Apesar das aparências, a desconstrução do logocentrismo não é uma psicanálise da filosofia [...]” (DERRIDA, 1967, p. 293).

“Não se mova, faça de conta que está morta.” (CLARAC; BONNIN, 1985, p. 72).

- 3 Se um trecho do artigo for baseado na obra do autor consultado, mas não literalmente retirado da mesma, devem constar o sobrenome do autor e a data da obra consultada.

A ironia seria assim uma forma implícita de heterogeneidade, conforme a classificação proposta por Authier-Reiriz (1982).

Merriam e Caffarella (1991) observam que a localização de recursos tem um papel crucial no processo de aprendizagem autodirigida.

Para efeito de estudo, as unidades podem ser subdivididas em subunidades, de modo a permitir um detalhamento em outra escala. (MACEDO, 1997).

Diversos autores salientam a importância do “acontecimento desencadeador” no início de um processo de aprendizagem. (CROSS, 1984; KONX, 1986; MEZIRROW, 1991).

- 4 Existindo dois e/ou três autores, colocar sobrenomes em ordem alfabética.
- 5 Se um autor for citado por outro, utilizar a expressão “apud” (citado por), informar a data da publicação de ambos e página.

No modelo serial de Gough (1972 apud NARDI, 1993, p. 30), o ato de ler envolve um processo serial que começa com uma fixação ocular sobre o texto, prosseguindo da esquerda para a direita de forma linear.

Ressaltando as diversidades culturais das paisagens que se apropriam de sua obra, Oiticica desdenha as ideias nacionalistas e reacionárias incutidas “[...] de maior floresta do mundo, o maior rio do mundo, o maior não-sei-o-quê do mundo [...]” (OITICICA, 1977 apud AMARAL, 2006, p. 124).

OBSERVAÇÕES FINAIS

O Conselho Editorial da revista **Paisagem e Ambiente**: ensaios é responsável por decidir quais artigos, ensaios, conferências, debates, resenhas, relatos de experiências e notas técnicas serão publicados, levando em conta a pertinência do tema em relação à linha editorial da revista e a consistência teórica do trabalho². Seguem as principais normas a serem utilizadas na elaboração do mesmo³:

As condições dos originais são analisadas criteriosamente. Os trabalhos em desacordo com as normas aqui descritas serão devolvidos para que se providencie sua regularização.

Os textos assinados são de inteira responsabilidade dos autores e não haverá alteração de conteúdo sem prévia autorização. Os autores receberão três exemplares da edição da revista na qual constar o seu artigo publicado.

² Após a avaliação do conselho editorial, os artigos aceitos passam por revisão de texto (Português e Inglês) realizada por profissional da revista, que entra em contato com os autores sempre que necessário. A revista **Paisagem e Ambiente**: ensaios adota a grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

³ Segundo a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Coletânea de normas técnicas**: elaboração de artigos em publicações periódicas. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

Seção Técnica de Produção Editorial

Coordenação Didática

Profa. Dra. Clíce de Toledo Sanjar Mazzilli

Supervisão Geral

André Luis Ferreira

Supervisão de Projeto Gráfico

José Tadeu de Azevedo Maia

Projeto Gráfico e Diagramação

Sóstenes Pereira da Costa

Impressão Digital (miolo) Canon (ImagePRESS 1135+ / ADV C5051)

Francisco Paulo da Silva

José Tadeu de Azevedo Maia

Acabamento

Arnaldo Machado de Lima Jr.

Mário Duarte da Silva

Roseli Aparecida Alves Duarte

Valdinei Antonio Conceição

Secretária

Eliane de Fátima Fermoselle Previde

Composição, fotolitos, impressão offset e digital

Seção Técnica de Produção Editorial da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Pré-matriz (capa)

Dolev 200 sobre filme IBF-Graphix – HN-FDL

Tipologia

Futura Lt BT, no corpo 10 para o texto, Optima Demi Bold, no corpo 14 para os títulos, Optima Demi Bold, corpo 10 para os subtítulos, Futura Lt BT, no corpo 8 para as legendas (itálico) e notas (normal), Futura Lt BT, no corpo 8 para as bibliografias.

Papel

Report Premium Suzano 90g/m²

Papel Cartão Supremo 250g/m²

Tiragem

500 exemplares



ISSN 0104-6098



PAISAGEM AMBIENTE

40